

**Revista**

---

# MÚLTIPLA

NÚMERO 10 – ANO VI – 2001

**EDITORA**

Mercedes G. Kothe

**CONSELHO**

Arthur Meskell

Arlei José Machado de Freitas

João Alfredo Leite Miranda

José Flávio Sombra Saraiva

Alcides Costa Vaz

Manoel Moacir C. Macêdo



**Faculdades Integradas**

**Diretor-Presidente**

Vicente Nogueira Filho

**Diretor Administrativo**

Ruy Montenegro

**Diretor Financeiro**

José Rodolpho Montenegro Assenço

**Diretor de Relações Públicas**

Ivonel Krebs Montenegro

**Diretor de Ensino**

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

**Diretor de Pós-Graduação**

Arlei José Machado de Freitas

**Diretor de Avaliação**

Celso Silva Fonseca

**Diretor de Ensino a Distância**

Paulo Vicente Guimarães

**A Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

---

**Revista Múltipla** – Ano VI - vol. 6 – nº 10, Junho de 2001.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

216p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

**CDU**

**301(05)**

Internet: <http://www.upis.br>

---

### **Revisão de Originais**

Maria Izabel Brunacci F. dos Santos

### **Capa**

Ton Vieira

### **Diagramação, editoração eletrônica e impressão**

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda

# SUMÁRIO

- 5 Apresentação**
- 9 ENSAIOS**
- 9 Da "invenção" à "descoberta científica" da Amazônia: as diferentes faces da colonização**  
Maria Inês Smiljanic
- 27 A produção intelectual do exilado viajante como objeto das relações internacionais: os escritos de Martí e Sarmiento**  
Dinair Andrade da Silva
- 55 A neutralidade limitada: o Império do Brasil e a divisão argentina (1852-1862)**  
José María Arbilla
- 79 Gênero, sexualidade e poder**  
Berenice Alves de Melo Bento
- OPINIÃO**
- 103 Integración regional en condiciones del capitalismo subdesarrollado: aspectos generales y el caso del Mercosur**  
Mauro Márcio Oliveira
- 117 Reflexões acerca da Teoria de Markov**  
Jorge Kendi Sobue
- 127 Agriculture technology and rural sustainability in Brazil**  
Manoel Moacir Costa Macêdo
- INFORMAÇÃO**
- 143 Invalidade do negócio jurídico de comercialização de células germinativas humanas**  
Paulo José Leite Farias
- 153 Extensão do uso da comunicação eletrônica na comunidade científica**  
Job Lúcio G. Vieira
- 177 Fragmentos espaciais do novo mundo do trabalho**  
João Mendes da Rocha Neto
- 195 Alternativas para uma agenda ambiental marrom: estudo de caso de Águas Lindas**  
Raquel Lara de Queiróz
- 213 Teoria do ordenamento jurídico (resenha)**  
Antero de Paes Barros, Carlos Homero Nina e Manoel Moacir Costa Macêdo
- 215 Normas para Colaboradores**

# SUMMARY

## 5 Foreword

### ESSAYS

- 9** From the "invention" to the "scientific discovery" of the Amazon Region: the different faces of colonization  
Maria Inês Smiljanic

- 27** The intellectual production of the exiled traveller as an object of international relations: the writings of Martí and Sarmiento  
Dinair Andrade da Silva

- 55** Limited neutrality: The Empire of Brazil and the Argentinian division (1852-1862)  
José María Arbillia

- 79** Gender, sexuality and power  
Berenice Alves de Melo Bento

### OPINION

- 103** Regional integration in underdeveloped capitalism: general aspects and the case of Mercosur  
Mauro Márcio Oliveira

- 117** Reflections on the Markov Theory  
Jorge Kendi Sobue

- 127** Agriculture technology and rural sustainability in Brazil  
Manoel Moacir Costa Macêdo

### INFORMATION

- 143** Invalidity of the commercialization of human reproductive cells  
Paulo José Leite Farias

- 153** The extent of eletronic communication in the scientific community  
Job Lúcio G. Vieira

- 177** Spacial frgments of the new labor world  
João Mendes da Rocha Neto

- 195** Alternatives for a Brown environmental agenda: the case of Aguas Lindas  
Raquel Lara de Queiróz

- 213** The theory of juridical order (book review)  
Antero de Paes Barros, Carlos Homero Nina e Manoel Moacir Costa Macêdo

- 215** Norms for Contributors

## APRESENTAÇÃO

Em sua décima edição, a **Revista Múltipla** apresenta-se como instrumento consolidado de comunicação e intercâmbio no meio das Ciências Sociais, tendo ultrapassado fronteiras locais e nacionais, se considerada a diversidade de colaborações recebidas e sua boa acolhida junto a instituições acadêmicas no Brasil e no exterior. Ao longo de sua trajetória, vem também refletindo o êxito da implantação de nova filosofia institucional da **UPIS**, que a projeta como instituição de excelência em vários campos do ensino, comprometida, igualmente, com a produção e difusão do conhecimento. A **Revista Múltipla** é, pois, componente importante de um sempre renovado compromisso e de um sólido projeto institucional voltados para o aprimoramento do saber por meio do diálogo científico, cujos frutos são já evidentes.

Sua pauta editorial está aberta às necessidades, interesses e inquietações de pesquisadores em diversos campos das Ciências Sociais, procurando equilibrar, contudo, a diversidade temática e a perspectiva histórica com o tratamento de questões fundamentais de interesse da sociedade brasileira contemporaneamente. Desse modo, nas últimas edições, e nesta própria, estão contemplados temas relacionados às dimensões do trabalho, aos novos paradigmas de gestão pública e privada, à integração econômica em suas dimensões nacional – com ênfase na problemática amazônica – e regional – onde desponta o Mercosul como foco de atenção – e a diversos outros aspectos da vida em sociedade.

Esses mesmos temas são retomados na presente edição, bem como outros afetos à própria comunidade científica e à epistemologia das Ciências Sociais. Desse modo, apresenta-se ao leitor um espectro abrangente e diversificado de temas que vêm merecendo a atenção e reflexão de parte da academia e da sociedade em geral. Ao fazê-lo, a **Revista Múltipla** procura seguir cumprindo seu desígnio de prestar serviços a todos aqueles que, ao longo dos últimos seis anos a prestigiam. Esperamos, portanto, continuar contando com o incentivo de nossos leitores.

A Editora.



**ENSAIOS**



## **Introdução**

O ano de 1492 é um marco na história do pensamento ocidental. A chegada de Colombo ao Novo Mundo, relatada em seu diário de bordo, é o momento inaugural de uma série de discursos que falam do encontro entre a Europa e a América. Esse encontro foi acompanhado por um grande “tráfico de curiosidades exóticas”, que incluía pessoas de diversos grupos indígenas, objetos artesanais nativos, aves raras e plantas. Colombo iniciou essa prática levando, na volta de sua primeira viagem à América, dez índios para serem exibidos na corte espanhola (ARINOS: 1976).

Os relatos sobre o Novo Mundo buscaram na mitologia e no senso comum europeu as imagens mediadoras para posicionar-se frente a essa nova alteridade. Os relatos dos primeiros viajantes estão repletos de monstros sem cabeça, gigantes, pigmeus; seres que outrora habitavam as distantes terras das Índias. Nesse processo de apropriação da alteridade, velhas imagens foram substituídas por outras: o discurso teratológico cedeu espaço a novas tipificações e generalizações, que foram criadas e internalizadas, tais como a imagem do “nobre selvagem”. No século XVIII, o imaginário fabuloso medieval será substituído por uma nova linguagem que, privilegiando a oposição entre homem e natureza, irá tomar como ponto basilar de seu pensamento a idéia de uma natureza auto-regulada, cujas leis devem ser buscadas pela razão humana.

Hayden White (1994: 153-167), ao analisar o pensamento historiográfico do século XVIII, demonstra que, em nome da razão, os iluministas irão traçar uma rígida oposição entre a fábula e a história. Dessa forma, Voltaire irá criticar a linguagem figurativa como forma de representação historiográfica, o que conduz à fábula. Essa distinção levou-os a não tomar os mitos, fábulas e lendas como realidades vividas pelos homens em épocas passadas. A imaginação é então contraposta à razão. A questão que se coloca não é como se deu o processo histórico, mas como é possível seu conhecimento. Dessa forma, as instituições sociais passadas são obscurecidas, visto que não são compreendidas em termos da função que pudessem exercer em sua época, mas à medida que se aproximavam das instituições do século XVIII. As representações fantásticas do Novo Mundo são assim relegadas ao reino das fábulas.

Será também no século XVIII que se iniciará uma nova descoberta do Novo Mundo: o interior será agora objeto de descoberta e conquista, em oposição às descobertas marítimas dos séculos XV e XVI. A exploração e documentação do interior por meio de uma visão cientificista marca uma mudança na relação entre a Europa e a América. O projeto sistematizante de Lineu, de montar um sistema descriptivo de todas as plantas da terra, é um exemplo dessa nova forma de se relacionar com o mundo, que irá pressupor uma representação global, na qual o trabalho intelectual europeu será o ponto de partida para uma conquista científica do mundo. (PRATT, 1992:27).

O objetivo deste artigo é desvendar, através dos pontos de vista configuracionais de diferentes autores de relatos de viagem, fabulosos e científicos, a estreita relação entre as construções discursivas e as práticas colonizadoras na Amazônia através dos séculos.

### **A invenção da Amazônia**

Da exploração da embocadura do Orinoco por Colombo, em agosto de 1498 – que achou ser ele um dos quatro rios do Paraíso Terrestre – à descoberta de suas fontes, já no nosso século, numerosos viajantes descreveram a Amazônia e seus habitantes. Ao descrever os igarapés, os rios, a terra, a vegetação e seus habitantes, esses viajantes marcaram a origem dessas terras aos olhos do Ocidente e iniciaram a corrida em direção ao que denominamos “civilização”.

Os relatos de viagem indicam que a “invenção” dessas novas terras, pela transposição para a Amazônia de antigas imagens do senso comum europeu, foi a primeira forma pela qual o europeu interpretou essa nova realidade. O ato de Colombo, de interpretar como asiático o habitante das novas terras, teve continuidade através do tempo e, mesmo quando o ato de interpretação passou a dar privilégio à experiência empírica, o discurso dado pela tradição persistiu.

Cada pedaço de terra ainda desconhecido foi espaço para a fantasia e cada novo rincão descoberto transportou essas fantasias adiante. A mesma operação se repetiu até que a finitude da terra impôs seus limites e fechou as possibilidades de dar vazão à imaginação. O mundo encantado foi então definitivamente substituído pelo desencanto de um mundo conhecido e mapeado palmo a palmo.

### **O rio das Amazonas: a invenção da região**

Dentre as muitas histórias fantásticas contadas sobre a Amazônia, e que podem ser consideradas fruto dessa forma de interpretar a realidade, considero a

história das amazonas exemplar; em primeiro lugar, por sua incidência na literatura de viagem; em segundo, pela força que teve essa representação, acabando por conferir nome, primeiro a um rio e depois a uma região que hoje se estende por nove países da América do Sul.

A história das amazonas teria sido disseminada na península ibérica por meio dos relatos feitos sobre a viagem de Orellana ao rio Maranhão, em 1512. O padre franciscano Gaspar de Carvajal, que acompanhou Orellana em sua viagem, nos fornece um relato detalhado sobre o “encontro” da expedição com essas mulheres, que, além de apresentar dados sobre a origem da crença da existência das amazonas na América, nos fornece também elementos para pensarmos sobre o processo pelo qual certos sentidos foram atribuídos aos eventos descritos.

Comecemos pela descrição dos fatos relatados por Carvajal, em sua ordem cronológica. Orellana partiu do Peru com sua comitiva em 1538, por ordem do governador espanhol Gonzalo Pizarro, em busca do El Dorado e de canela. Na primeira aldeia onde pararam, Orellana foi informado por um indígena que tomasse cuidado com as *coniupuiara*, grandes senhoras, que os matariam se adentrassem suas terras. Quanto mais desciam o rio, mais fortes eram os indícios e as informações recebidas sobre essas mulheres temidas pelos indígenas.

Em outra aldeia encontram uma praça, com uma grande escultura em relevo, onde figurava, sob dois leões, uma cidade murada com altíssimas torres. Tendo Orellana perguntado o significado dessa escultura, teria sido informado de que os habitantes dessa aldeia eram “súditos e tributários das Amazonas”, a quem forneciam penas de pássaros (CARVAJAL, 1941:51). O que vêem no centro da praça é um oratório que conservavam em homenagem a sua senhora, a governante das amazônias. Mais adiante, penetram no território dessas, onde são esperados por seus vassalos, para serem feitos prisioneiros:

*“Íamos desta maneira caminhando e procurando um lugar aprazível para folgar e celebrar a festa do bem-aventurado São João Batista, precursor de Cristo, e foi servido Deus que dobrando uma ponta que o rio fazia, víssemos aljejando muitas e grandes aldeias ribeirinhas. Aqui demos de chofre na boa terra e senhorio das amazonas.*

*Estavam estes povos já avisados e sabiam da nossa ida, e por isso nos vieram receber no caminho por água, mas não com boa intenção. Chegando perto, como o Capitão os quizesse trazer à paz, começando a falar-lhes e a chamá-los, riram-se eles e faziam burla de nós; aproximavam-se e*

*diziam que andássemos, pois ali abaixo nos esperavam, para prender-nos a todos e levar-nos às amazonas.*" (CARVAJAL, 1941: 58-59).

Ainda segundo Carvajal, os espanhóis travaram longa luta com esses índios que, tendo as amazonas às suas costas, ou atacavam os espanhóis ou morriam na mão delas a pauladas. Sobre as amazonas, que teriam avistado ao longe de onde combatiam, afirma:

*"Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos, de modo que os nossos bergantins pareciam porco espinho"* (CARVAJAL, 1941: 60-61).

Após passar a região do ataque, Orellana teve a confirmação de que aquelas mulheres eram as amazonas, por um índio aprisionado durante o combate e cujo vocabulário era semelhante a outro que já conhecia.

Ao perguntar ao indígena quem eram aquelas mulheres que os ajudavam na guerra, este lhe respondeu que eram umas mulheres que residiam no interior “a sete jornadas da costa”, e que, como seu senhor Couynco estava a elas subordinado, vieram ajudá-lo na guerra contra os espanhóis. O indígena conhecia-lhes de perto o local de moradia, porque já havia ido várias vezes levar-lhes tributos em nome de seu Senhor.

Perguntou-lhe se eram casadas, qual o tamanho de sua população, o formato de suas casas e se tinham filhos, e foi informado de que as amazonas não possuíam maridos e eram em grande número, conhecia cerca de 70 aldeias. Habitavam casas de pedra com portas. Suas aldeias eram cercadas, ninguém passava sem pagar tributo. Coabitavam com índios que capturavam em guerras que empreendiam com esse único propósito. Ao engravidar, descartavam-se desses homens sem fazer-lhes mal algum. Os filhos do sexo masculino, nascidos dessas relações, eram sacrificados ou enviados aos pais, enquanto as meninas eram educadas para a guerra. Entre essas mulheres havia uma, que reinava soberana sobre todas as demais, cujo nome era Conhorí. Em suas terras havia grandes riquezas em ouro e prata e cinco grandes templos dedicados ao sol, chamados caranaí, equipados com assoalhos e tetos pintados, além de inúmeros ídolos de ouro e prata com figuras femininas. Andavam com roupas finíssimas, fabricadas com a lã das “ovelhas peruanas”.

*“Seu trajar é formado por umas mantas apertadas dos peitos para baixo, o busto descoberto, e um como manto, atado adiante por uns cordões. Trazem os cabelos soltos até o chão e postas na cabeça coroas de ouro, da largura de dois dedos.”* (CARVAJAL, 1941: 67)

Confirmava-se assim a história que teriam ouvido de um índio no início de sua jornada.

O relato de Carvajal é bem contundente quanto à existência das amazonas. Ele não apenas ouviu falar sobre elas como as viu em combate. Entretanto, à evidência empírica buscada por Carvajal pelo sentido da visão somam-se uma série de discursos, que têm como ponto de referência a tradição medieval. Assim, todas as comunidades indígenas descritas por ele, dentre as quais a das amazonas, organizam-se em uma estrutura de feudos com senhores e vassalos. No caso das amazonas, elas se organizam em torno do poder central de Conhorí.

A diferença lingüística dos grupos indígenas não é problematizada e, ao que parece, não é empecilho algum para a comunicação. Apenas no momento em que relata o interrogatório ao índio que lhe confirma serem amazonas as mulheres vistas em combate, Carvajal se refere à diferença lingüística, mas com o único propósito de afirmar a veracidade do relato de Orellana que, segundo ele, conhecia uma língua similar à do seu informante.

Também os animais do Novo Mundo são vistos pela referência à fauna européia, não havendo interesse em ressaltar suas diferenças pela atribuição de um novo nome aos animais da fauna americana. O lhama é reconhecido por sua semelhança com a ovelha e denominado de “ovelha americana”. O próprio nome “amazonas” não é mencionado uma única vez por parte dos indígenas que, segundo Carvajal, se referem às grandes senhoras. Ao denominar essas “grandes senhoras” de “amazonas”, não é o discurso indígena que Orellana, ou talvez Carvajal, tem por referência, e sim a história das amazonas, que é conhecida desde a Grécia antiga, como podemos perceber pelo que segue:

Apolônio, ao cantar as aventuras dos argonautas, fala sobre as mulheres da ilha de Lemnos que, por não fazerem as devidas oferendas a Vênus, foram castigadas com o desprezo de seus maridos, sendo trocadas por suas escravas. As mulheres, iradas, assassinaram seus maridos, escravas e varões. Abandonaram seus afazeres domésticos e passaram a manejar as armas, a plantar e pastorear.

Justino relata que as amazonas seriam viúvas de Ilinos e Scolopio, príncipes citas que, expulsos de sua pátria, passaram a residir na Capadócia, depredando seus vizinhos que, por fim, os mataram. Após a morte de seus maridos, as viúvas

tomaram as armas e passaram a guerrear, defendendo suas fronteiras. Levavam seus prisioneiros para o leito e da prole dessa união separavam as mulheres, que eram educadas segundo seus costumes para o manejo de armas, a equitação e a caça. Os varões eram mortos no momento do nascimento.

Heródoto também descreve as amazonas, chamando-as por este termo, que seriam denominadas pelos citas de *oeorpartas* (matadoras de homens em língua helênica). Tendo vencido as amazonas na guerra de Termodon, os helenos retornaram levando em seus barcos aquelas que haviam capturado; essas conseguiram matar todos os que as aprisionavam e foram levadas pelo vento até Cremnoi, onde fixaram residência em uma região desabitada e, montadas em cavalos que capturaram, passaram a viver de saquear os citas. Estes reagiram, matando algumas amazonas que haviam tomado por homens. Ao descobrir que se tratavam de mulheres, desistiram de guerrear com elas e enviaram seus filhos para a região das amazonas, para que eles se aproximasse delas. Ao conseguirem seu intento, os jovens foram persuadidos a partir com elas e estabeleceram residência a três dias da margem oposta do rio Tânais (HERÓDOTOS, 1988: 230-232).

Como podemos ver, os relatos de Carvajal seguem em linhas gerais os relatos das amazonas já conhecidos da literatura greco-romana. O que se faz é transferir antigas imagens do imaginário europeu para o novo continente.

No século seguinte, Christovão d'Acuña, único cronista da viagem de Pedro Teixeira pelo Amazonas, também dará notícias das amazonas. Pedro Teixeira percorreu o Rio das Amazonas entre 1637 e 1639, em sentido inverso ao de Orellana, com o objetivo de fazer o reconhecimento da região para a Coroa Portuguesa. O Padre Christovão d'Acuña acompanhou-o em sua viagem de volta, do Peru ao Grão-Pará. Acuña afirma ter ouvido dos lábios dos Tupinambás a história das amazonas:

*“A 36 leguas d'esta aldêa, descendo pelo rio, está da parte do norte o das Amazonas, que com o nome de rio Cunuris é conhecido entre aquelles naturaes. Toma este rio o nome dos primeiros indios, que sustenta na sua boca, aos quaes seguem-se os apautos, que fallam a lingua geral do Brasil: além d'estes estão situados os taguaús, e os ultimos, que são os que comunicame commerciam com as amazonas, são os guacaráis. Têm estas mulheres varonis o seu estabelecimento principal entre as grandes montanhas e eminentes serros, dos quaes o que mais se distingue entre os outros, e que é mais combatido dos ventos, mostrando-se consequentemente sempre escalvado e sem herva, se chama Yacamiaba. São mulheres de grande valor, e que sempre se têm conservado sem o ordinario commercio de varões, e,*

*ainda mesmo quando estes por convenção feita com ellas, vem anualmente às suas terras, são recebidos com as armas nas mãos, e, depois de atirarem por algum tempo com as flechas, e convencidas de que vem de paz os conhecidos, deixando as armas correm apressadamente ás canôas e embarcações dos hóspedes, e levando cada uma as macas ou redes, que mais acham á mão, as levam ás suas casas, e armando-as em partes, onde os donos facilmente as conhecem, os recebem por hóspedes durante aquelles poucos dias; findos os quaes elles regressam para as suas terras, continuando annualmente a mesma viagem e pelo mesmo tempo. Conservam as filhas, que nascem d'estes ajuntamentos, e as criam entre si com desvelo, por serem as que hão de levar ávante o valor e costumes da sua nação, porém a respeito do que praticam com os filhos varões não ha a mesma certeza: um indio que, sendo ainda pequeno havia ido com seu pai a estas entradas, affirmou que os entregam a seus pais, quando no seguinte anno vão ás suas terras; mas o mais certo, por ser o que mais vulgarmente se diz, é que logo que os reconhecem por varões os matam. O tempo descobrirá a verdade; e, se estas são as amazonas famigeradas entre os historiadores, grandes thesouros encerram na sua província para enriquecer a todo o mundo. Está a boca do rio, que povoam as amazonas, em sois gráos e meio de latitude.*"

(CHRISTOVÃO D'ACUÑA, 1865: 246-257)

No relato de Acuña não encontramos o apelo de testemunha ocular. Ele admite que a história que relata é apenas um “ouvir dizer” e chega a questionar se essas mulheres são realmente as tão famosas amazonas descritas pelos historiadores. Seu texto revela-nos menor permeabilidade aos relatos fantásticos, mas estes ainda persistiram por muito tempo na literatura referente à região, e viajantes que passaram por ela em uma época menos propícia a essas histórias não deixam de registrar sua opinião sobre a sua credibilidade.

Em 1743, La Condamine, com a autorização do governo português, desceu o rio Amazonas de suas nascentes até a foz, partindo do Peru, com objetivo de medir o eixo de curvatura da terra. Sua viagem é incentivada pela vontade de conhecer. O percurso é marcado pelo olhar clínico, que procura precisar com exatidão tudo aquilo que vê. A profundidade e localização dos rios são minuciosamente medidos, as estrelas são cuidadosamente observadas e sua localização anotada. O relato de La Condamine não deixa dúvidas de que é um homem guiado pelos princípios de uma ciência natural, em que não há mais espaço para a “invenção”. Mesmo assim, ainda faz referência à história das amazonas e afirma ter perguntado, em todos os

locais pelos quais passou, se os índios tinham conhecimento das mulheres guerreiras descritas por Orellana e Acuña. Todos aqueles que interrogou afirmaram que seus pais haviam lhes contado que havia ali “uma república de mulheres solitárias, que se retiraram para as bandas do Norte, no interior das terras, pelo rio Negro, ou por outro que pelo mesmo lado vem ter ao Maranhão.” (1944:77).

*“Um índio de são Joaquim d’Omágua nos disse que acharíamos talvez ainda em Coari um velho cujos pais avistaram as Amazonas. Soubemos aí que o índio que nos fôra indicado havia morrido; mas falámos ao filho que parecia ter 70 anos, e que chefiava os outros índios da mesma aldeia. Ele nos afirmou que seu avô vira com efeito discorrer tais mulheres pela entrada do rio Cuchivara, provindo do rio Caiame, que desemboca no Amazonas pelo lado Sul, entre o Tefé e o Coari; que ele chegou a falar com quatro dentre elas; e que uma trazia uma criança ao peito. Ele nos disse o nome de cada uma, e ajuntou que partindo do Cuchivara, elas atravessaram o grande Rio, e tomaram o rumo do Rio Negro.”* (LA CONDAMINE, 1944:78)

Quanto à veracidade das histórias recolhidas durante sua viagem, La Condamine afirma que tanto o discurso dos espanhóis como o dos portugueses localiza o grupo das amazonas na mesma região da Guiana, ainda não explorada, e que, para acreditar que elas realmente estejam nessa região, seria necessária uma comprovação empírica. Afirma achar mais provável que essas tenham se cansado da vida solitária e que tenham aberto mão de seus costumes, passando a viver com algum outro grupo indígena, e conclui afirmando:

*“Mas chego ao principal. Se para negar a lenda alguém alega a falta de verosimilhança, e a quase impossibilidade moral de poder estabelecer-se e subsistir uma tal república; eu não insisto no exemplo das antigas amazônias asiáticas, nem das amazônias africanas modernas, pois que aquilo que lemos nas histórias antigas e modernas é, pelo menos, misturado de muitas fábulas, e sujeito a contestações. Contento-me de assinalar que se alguma vez pôde haver amazônias no mundo, isso foi na América, onde a vida errante das espôsas que acompanham os maridos à guerra, e que não são mais felizes no lar, lhes deve ter feito nascer a idéia e ocasião freqüente de se furtarem ao jugo dos tiranos, buscando fazer para si um estabelecimento onde pudessem viver na independência, e pelo menos não serem reduzidas à condição de escravas e bêstas de carga.”* (LA CONDAMINE, 1944:80).

## A descoberta da Amazônia

*“Eu não fallo sem conhecimento de causa, tenho entrado em mais de duzentas malocas de gentilidade, e por isso o que discorro, não é um ouvi dizer, eu conto pelo que vi”* (LOBO DE ALMADA, 1861: 679)

Embora os relatos sobre as amazonas ainda tomem o espaço dos textos de viagem no século XVIII e XIX, eles são tratados apenas a título de curiosidade. La Condamine, ao referir-se ao fato de ter incluído essas histórias em seu livro, acrescenta que elas foram introduzidas com o objetivo de saciar os leitores dessas informações que tanto os atraem.

O relato de La Condamine permite-nos vislumbrar aqui uma mudança de “olhar”. O europeu, que antes preenchia o vazio, isto é, a paisagem natural e humana desconhecida, com o discurso tradicional, agora procura conhecer, catalogar, registrar o novo. É o declínio da imaginação medieval e a instauração de uma nova forma de compreensão do mundo. O relato de Lobo de Almada também é exemplar dessa nova forma de ver o mundo.

No ano de 1787, o Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada, comandou a “Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras”, que subiu o Rio Branco, explorando seus afluentes. Seu relato demonstra uma mudança na maneira de olhar e relacionar-se com o meio. Não são mais as histórias fantásticas de amazonas e reinos dourados que o guiam pela Amazônia, mas sim o desejo de conhecer, mapear, fixar os limites precisos entre Castela e Portugal. Cada palmo do território é minuciosamente descrito por ele:

*“As serras occidentaes são cobertas de matos frondosos, e de grossas arvores, que indicam bem a fertilidade do terreno; com quantidade de fructos silvestres mui saborosos, e caça bastante: as chuvas foram copiosas, e continuadas em quanto por lá andei; e me informaram os tapuyas nacionaes, que as aguas são ali frequentes.*

*As serras orientaes ao contrario, são escalvadas, faltas de mato, com grandissimos penedos, e pedrarias innumeraveis. Se ellas contém, como se diz, algum mineral rico, eu o não affirmo mas o que sei é que ellas tem uma especie de crystaes, que se lhe acham superficialmente logo que se lhe cava a primeira crosta de terra: o caracter constante destes crystaes, é serem da figura de um prisma hexagonal acabando todos pyramidalmente...”* (LOBO DE ALMADA, 1861:627).

Prossegue descrevendo os rios que encontra: Uraricapará, Idumé, Parime. A existência do Lago Parime, descrito na literatura de viagem como o lugar onde se localizaria o Eldorado, é descartada por Lobo de Almada que, ao descrever o Surumú, faz questão de ressaltar que seus guias e “os tapuyas gentios nacionais” que habitam essa serra desconhecem a existência de qualquer lago na região.

Mas não é apenas o desconhecimento dessas histórias que é posto em evidência por ele. A geografia imaginária, produto da “invenção medieval”, perde seu valor e o conhecimento é a fonte que legitima a tomada de posse do território, em uma época em que os direitos à referida terra ainda estão em processo de discussão. Se os portugueses foram os primeiros a conhecer de fato essa região, é deles o direito de explorá-la.

Assim, ao comentar a carta de 27 de julho de 1776, enviada pelo governador espanhol da província de Guiana ao governador da capitania do Rio Negro, Lobo de Almada critica a referência feita pelo primeiro ao lago Parime e ao “cerro Dorado”, afirmando que:

*“Laguna Parime, y cerro Dorado - são cousas, que só existem na imaginação; se não é que os hespanhóes tomam por cerro Dorado as serras de crystaes de que fallo no artigo da cordilheira; pois enquanto á laguna Parime, é fabuloso, que haja semelhante lagôa no rio Branco; ainda que a carta de M. D’Anville, e depois dele as dos mais que tem copiado, assignam a lagôa Parime sendo commun ás vertentes do rio Branco, e ás do rio Orinoco. Que haja semelhante lagôa, que dê algumas vertentes para o Orinoco, não me metto á contradizer; mas que dê aguas para o rio Branco, isto é o que ninguem poderá demonstrar, nem mesmo fazer crer senão as pessoas que não tenham andado nas aguas vertentes do rio Branco, e que não tiverem subido a cordilheira de serranias que existe entre o Orinoco, e o rio Branco. Os geographos que dão nas suas cartas a lagoa Parime commun as aguas vertentes destes douis rios, configuraram nesta parte por informações pouco exatas”* (LOBO DE ALMADA, 1861:632-633).

Os relatos fantásticos irão persistir até que o restante do território amazônico seja “descoberto”, mas não há mais espaço para a “invenção medieval” dentro do discurso legítimo do conhecimento. O mundo será agora reinventado a partir de um novo discurso. O território amazônico é assim mapeado aos poucos. A região onde se localizam as fontes do Orinoco será o derradeiro pedaço de terra a ser “descoberto”. Por muito tempo esse será então um dos últimos rincões onde o

“homem civilizado” poderá dar vazão à sua imaginação. Não deixa de ser significativo o fato de Humboldt localizar as amazonas em uma região próxima ao Orinoco.

## A conquista da Amazônia

As teias que amarraram o discurso sobre a Amazônia e seus habitantes teceram também as relações entre brancos e índios. As mãos brancas daqueles que escreveram a história da região também foram as mesmas que, requerendo para si o direito de fazer essa história, inscreveram no corpo indígena seu poderio. O processo de invenção e descoberta da Amazônia foi, dessa forma, acompanhado da conquista e “civilização” dos povos indígenas. Para escravizar os índios, portugueses e espanhóis empenhavam-se em guerras justas e outras técnicas, como os descimentos. O relato de Acuña mostra-nos como o reconhecimento da soberania dos povos indígenas e da proibição de tomá-los como escravos foi burlado pelos portugueses, que nem sempre se deram ao trabalho de encobrir suas ações. Acuña refere-se com freqüência às tentativas e aos estratagemas dos homens de Pedro Teixeira para fazer escravos na viagem de volta a Quito. Ao descrever o rio e a “nação” dos “Tapajozes”, relata que, apesar das inúmeras demonstrações de amizade destes, os portugueses, convencidos de que aqueles índios poderiam lhes arranjar escravos, prenderam-nos, espoliaram seus bens, “aproveitaram-se” de suas mulheres e filhas, até que, por fim, convenceram-nos a trazer-lhes mil escravos. Não tendo conseguido mais que duzentos, os indígenas deram também seus filhos como servos e prometeram aos portugueses que depois enviariam os demais. Os escravos recolhidos foram enviados para o Maranhão e o Pará.

Paralelamente aos numerosos tratados jurídicos, que procuravam legitimar o processo de conquista das terras na Amazônia, o governo português levou a cabo políticas que visavam criar uma situação em que o direito reivindicado à posse das referidas terras se tornasse um fato consumado.

No ano de 1755, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, sob a jurisdição do Governo do Grão-Pará, com o objetivo de promover o povoamento e a ocupação definitiva da região. A Carta Régia que cria essa capitania é clara quanto aos objetivos de sua criação:

*“...Tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deos, e meu, e ao bem commun dos meus vassallos moradores nesse Estado, que nélle se aumente o numero de Fieis alumadios das Leis do Evangelho, pelo proprio meio da multiplicação das Povoações civis e decorosas; para que attrahindo a si*

*os Racionáes, que vivem nos vastos sertões do mesmo Estado separados da Nossa Santa Fé Catholica, e até dos dictames da mesma Natureza: E achando alguns délles na observancia das Leis Divinas, e humanas, socorro e descanso temporal e eterno sirvão de estimulo aos mais que ficarem nos mattos, para que imitando tão saudaveis exemplos, busquem os mesmos benefícios: e attendendo a que aquella necessaria observancia de Leis, senão conseguirá para produzir tão uteis effeitos se a vastidão do mesmo Estado que tanto diffulta os recursos ás duas Capitáes do Gram Pará e de São Luiz do Maranhão senão se subdividissem em mais alguns Governos a que as partes possão requerer para conseguirem que se lhes administre justiça com maior brevidade, e sem a vexação de serem obrigados a fazer tão longas, e penosas viagens, como agora fazem”* (MELLO E PÓVOAS, 1983: 69).

Essa política foi levada a cabo por Joaquim de Mello e Póvoas, nomeado primeiro governador da nova capitania. Sua correspondência com o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, ao qual estava subordinado, revela a política de conquista e colonização portuguesa na região, cuja finalidade é ajustar a população nativa aos moldes da civilização da época.

Assim, em carta de 28 de dezembro de 1758, Mello e Póvoas reitera seus esforços para “civilizar” não apenas os nativos, mas a própria região, promovendo o casamento entre soldados e índias. As pequenas desavenças entre Mello e Póvoas e o Padre Manoel das Neves, comentadas em carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nos dão indícios de que o “casamento” entre soldados e índias se tornou uma prática civilizatória corrente:

*“Eu metenho dado muito bem comelle, ainda que acusta de lhesofrer muitaz Soberanias, e altivez; mas tudo tenho Levado compaçiencia para consevar apáz, euniao, eprocurar o aumento desta Cappitania pormeyo doz cazamentoz, epara os conseguir mehé precizo metello emfoufice dizendolhe, que aelle Sedevia oaumento desta Cappitania, maz tambem direy a Vossa Excellencia Seeu ajustava algum Cazamento Sem, que fosse pela Sua direcção elle lhepunha mil duvidaz, e Só entaó hé que lhechegavao os Escruploz; porque em outras occazioéns medizia o quanto hé util ao Serviço de Deos estes cazamentos.”* (MELLO E PÓVOAS, 1983: 369)

O ensino escolar dos jovens indígenas e o comércio também são constantemente citados como meios de civilizá-los. No tocante à educação das mulheres, esse

autor lamenta não dispor de uma professora que possa ensiná-las nas lidas próprias a seu sexo: coser, fiar. Quanto ao comércio e sua capacidade civilizatória, afirma:

*“Sem embargo de Ser o Comercio hú dos principaes meyos para por elle Se radicar nos Indios a Civilidade que pretendo, pois por elle Se podem Vestir, e Comprar moveis para Suas Cazas, e ferramentas para as Suas Lavouras...”* (MELLO E PÓVOAS, 1983:110-111)

É com o objetivo de “civilizar” esses indígenas, isto é, vesti-los, dar-lhes moradia fixa e trabalho, que Mello e Póvoas os introduz nas plantações de algodão, na colheita do cacau e na coleta das drogas do sertão. Sob a justificativa de “civilizá-los”, o governador da Capitania do Rio Negro transforma os indígenas em escravos para as lavouras do Grão-Pará e Maranhão, pela prática dos “descimentos”, constantemente citada em suas cartas:

*“Pouco tempo depois de dar conta a Vossa Excellencia do que meconstou tinha Sucedido na Tropa que andava neste Rio comandada pelo Capitam Miguel de Sequeira chegou aesta Villa o dito Capitam com a Tropa aqual conduzia duzentaz etantaz Almaz entre Prezeoneiroz, e Dessidoz. Logo que mevy comtoda esta Gente cuydey com a mayor brevidade em Remeter todos os Dessidoz, e Prisioneiros ao senhor General, emandey que omesmo Capitam Miguel de Sequeira, eo tenente Jozé de Sampayo, fossem oz conductores comaquellels Soldadoz que pela Sua antiguidade lhupertencia o recolheremse ao Pará.”* (MELLO E PÓVOAS, 1983:147)

O relatório de Lobo de Almada à Coroa Portuguesa demonstra a continuidade na política de colonização estabelecida por Mello e Póvoas. Por exemplo, a prática de “descer” os nativos para com eles colonizar a região é citada por ele:

*“Para descer estes tapuyas do mato, aonde elles, a seu modo, vivem com mais comodidade do que entre nós, é necessário persuadil-os das vantagens da nossa amisade; sustental-os, vestil-os, não os fatigar querendo-se d'elles mais serviços do que elles podem; e fazer-lhes pagar promptamente, e sem usura, o que se lhes promette, o que se lhes deve, o que elles tem ganho com o suor do roosto, e ás vezes com risco das suas vidas... Outro meio de coloniar o rio Branco seria não só permitir em toda a liberdade, e mesmo promover que os soldados casassem com indias des-*

*te território; mas excita-lhos para isso com o donativo de algumas vacas, e algumas egoas que se lhes dessem por conta da fazenda real: e que esta data se distribuisse semelhante a qualquer homem casado, que alli se fosse estabelecer: se tudo assim se houvesse de praticar, coloniar o rio branco, em fórmula que se podesse confiar na existencia de suas povoações, seria mais facil do que parece.”* (LOBO DE ALMADA, 1861: 679-681).

O documento polido das descobertas feitas por Lobo de Almada deixa por dizer muita coisa. Embora defende a continuidade das “práticas civilizatórias” iniciadas por aqueles que o antecederam, Lobo de Almada não explicita diretamente em seu documento como as colocou em prática. O relato do cônego André Fernandes de Souza, que morou por 37 anos na capitania do Rio Negro, explicita a prática de colonização levada a cabo por Lobo de Almada.

Ao assumir o governo da Capitania do Rio Negro em substituição a João Pereira Caldas, Lobo de Almada procurou garantir o domínio português, primeiro pelas armas, expulsando os espanhóis da região do rio Negro. Incentivou a criação de fazendas de gado na região do rio Branco, procurando assim incrementar a economia da região e criar pontos de povoação mais estáveis.

Os “descimentos pacíficos” propostos por Lobo de Almada são comentados pelo cônego André Fernandes de Souza, que relata a violência dessa prática, que denomina de “agarração”, cujo propósito é, na verdade, a obtenção de escravos para serem vendidos no Grão-Pará:

*“Parece que se tem mostrado devidamente com estes factos a facilidade dos descimentos de gentios por meio das dadivas e persuações brandas e pacíficas; comparando ao mesmo tempo com o odioso plano dos governadores do Rio Negro desde o ano de 1785, adotado por Manoel da Gama, e imitado pelos sucessores até agora, de facilitar as agarrações de gentios e venda d'elles como escravos (...) Observei, com todos os que estão ao alcance d'estes factos, que dos descimentos feitos com agarrações, com o titulo de descimentos pacíficos, apenas fica a terça ou quarta parte d'elles, por serem arrancados violentamente dos seus lares, despojados não só de seus filhos, senão das próprias mulheres, depois de saqueados dos seus poucos bens, esses mesmos estimados por elles, e morrem diariamente pequenos e grandes, ou comendo terra, ou assaltados de qualquer enfermidade.”* (SOUZA, 1870:489)

Contra a força das armas o cônego propõe “o exercício da oração vocal” para elevar a Deus o espírito pesado e grosseiro dos indígenas (Souza 1870:499) e o bom exemplo dos clérigos para educar suas ações. Os fins continuam os mesmos, apenas os meios propostos são outros.

O processo de “descoberta” caminhou, assim, lado a lado com o processo de conquista e colonização, justificando a tomada de posse da região. O impulso de conhecer parece estar assim imbricado ao desejo de tomar posse, não apenas da terra, mas também das pessoas. Ao nativo restou escolher “entre a cruz e a espada”.

## Conclusão

Colombo, ao navegar o rio Orinoco, vislumbrou ali o Paraíso Terrestre. Os tropos utilizados por Colombo e por outros europeus – pioneiros no Novo Mundo – têm continuidade nos relatos dos novos exploradores. A região amazônica tem sido objeto de construções discursivas que inventam um mundo desejado e sonhado pelo homem branco através do tempo.

As amazonas foram o primeiro ícone da alteridade dos povos indígenas amazonenses, pois foi pela difusão da história dessas “grandes senhoras” e seus estranhos costumes que o homem medieval se familiarizou com a idéia de que, no além-mar, existiam pessoas que não se adequavam ao seu ideal de humanidade. Os primeiros mapas da região amazônica trazem como ícone a imagem dessas mulheres, com um único seio, portando arco e flecha.

Essas imagens foram gradualmente dando lugar às descrições definidas como científicas do século das luzes, nas quais os povos indígenas encontram-se estreitamente vinculados à representação da natureza. (PRATT, 1992). São os gentios, habitantes naturais descritos por Lobo de Almada. Dessa forma, a invenção das amazonas, imagem primeva de uma alteridade americana representada pelo homem europeu por categorias tomadas do discurso teratológico e da literatura grego-romana clássica, cede aos poucos lugar para uma nova invenção, em que o discurso científico terá papel preponderante.

O Iluminismo – e sua proposta de reduzir o mundo a um conjunto de leis racionais – marca o início dessa nova fase de construção da alteridade. É o surgimento de uma nova subjetividade que, guiada pelos princípios da razão, deveria instituir a ordem sobre uma natureza caótica. Viajantes como La Condamine, levados pelo espírito científico, adentraram territórios ainda desconhecidos pelo Ocidente, com o objetivo de descrevê-los, mensurá-los e mapeá-los segundo critérios racionais que substituíram, definitivamente, as histórias fantásticas dos pri-

meiros viajantes. A expedição de La Condamine é pioneira, por envolver um governo colonial com membros de outros países, relevando questões políticas pelo bem comum da ciência.

Segundo Mary Louise Pratt, a expedição de La Condamine foi um completo sucesso; relatos e textos produzidos sobre ela circularam pela Europa durante décadas. O relato de La Condamine refere-se principalmente a sua jornada pela Amazônia e, embora traga dados científicos e resultados de pesquisa, traz também temas que alimentaram a imaginação européia dos séculos XVI e XVII – como os relatos das amazonas e do El Dorado –, utilizando assim o discurso fantasioso que tanto fascinou o europeu medieval para prender a atenção do leitor, em um texto que tem por objetivo expor os princípios racionais de um discurso científico emergente. Seus textos são um exemplo da forma como a ciência esteve articulada com a expansão das fronteiras coloniais européias. A partir do século XVIII, a ciência tornou-se fonte de aparatos ideológicos e imaginários que iriam mediar os relatos europeus sobre as outras partes do mundo.

A ciência torna-se, então, o novo discurso que legitima um projeto, que engloba em um mesmo plano expansionista a Europa e as terras descobertas, por meio de um discurso que procura inserir os elementos da natureza em um novo sistema de conhecimento. O conhecimento produzido pelas grandes navegações se desenvolveu a partir de dois projetos expansionistas: a circunavegação da terra e o mapeamento das costas. Esse último projeto, embora ainda não terminado, era considerado totalmente passível de ser concluído. A história natural marca o início de uma nova forma de produção do conhecimento, que irá ter como projeto o “mapeamento” do interior, por meio de uma nomenclatura científica que deverá englobar toda a superfície terrestre. Nessa perspectiva, a natureza é concebida como uma entidade caótica, que necessita ser ordenada pela intervenção humana.

A ciência será, então, o discurso pelo qual o homem europeu projetará uma representação global de sua superioridade, por meio da sistematização, em um mesmo esquema, de plantas, animais e pessoas. Essa nova ideologia científica vem então legitimar a colonização dos povos indígenas, que passam de “pagãos” a “naturais”.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, José Coelho da Gama e ( Barão de Marajó). (1992 [1895]). *As Regiões Amazônicas: Estudos chorographiocos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Belém: SECULT.

- ACUÑA, Christovão d' (1865 [1641]). Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas. *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil, Tomo XXVIII, 2º Trimestre de 1865*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro-editor.
- ARINOS DE MELO FRANCO, Afonso (1976). *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de & ACUÑA, Cristobal de (1941). *Descobrimentos do Rio Amazonas*. Companhia Editora Nacional. Brasiliana vol. 203.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (1987). *Os Direitos do Índio: Ensaios e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- DUMONT, Louis (1977). *Homo aequalis. Genèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Paris: Éditions Gallimard.
- FARAGE, Nádia (1991). *As Muralhas dos Sertões: Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS.
- FRIEDERICI, Georg. (1973 [1925]). *El Caracter del Descubrimiento y de la Conquista de América*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GUILLOBEL, José Cândido (1922). "Formação dos Limites do Brasil." *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo Especial ( Congresso Internacional de História da América) Vol. IX. Rio de Janeiro.
- HERÔDOTOS. (1988). *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- HULME, Peter (1986). *Colonial Encounters: Europe and the native Caribbean*. New York: Methuen & Co. Ltd.
- LA CONDAMINE, Ch.-M. de (1944 [1745]). *Viagem na América Meridional desendo o rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora Pan-American S/A.
- LOBO DE ALMADA, Manoel da Gama. (1861 [1787]). Descrição Relativa ao Rio Branco, e seu Territorio. *Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*. Vol. 24. 4º trimestre de 1861.
- MELLO E PÓVOAS, Joaquim de. (1983). *Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro. Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia*. CEDEAM. (Introdução de Samuel Benchimol).
- PINTO, Antonio Pereira. (1867). "Limites do Brasil." ( 1493 a 1851). In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*. Tomo XXX, Parte segunda. Rio de Janeiro: B.L. Garnier - Livreiro-editor.
- PRATT, Mary Louise (1992). *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London and New York: London and New York: Routledge.
- RANDLES, W.G.L. (1994) - *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*. Campinas: Papirus.
- SOUZA, André Fernandes de. (1870 [1848]). "Notícias Geográficas da Capitania

do Rio Negro no Grande Amazonas, exornadas com varias noticias historicas do paiz, do seu governo civil e politico, e de outras cousas dignas de attenção, pelo conigo André fernandes de Sousa.” *Revista Trimestral de Historia e geographia*, tomo X (2º edição). Rio de Janeiro, Typ. De João Ignacio da Silva.

WHITE, Hayden. (1994). *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp.

### **Resumo**

A análise dos relatos fabulosos e científicos de viajantes, que percorreram a região amazônica entre os séculos XVI e XIX, permite discernir a relação entre diferentes configurações ideológicas e as “práticas civilizadoras” que visam a dominação dos povos indígenas.

Palavras-chave: colonização, Amazônia, indígenas, viajantes.

### **Abstract**

The analysis of the imaginary and scientifically founded reports of the travellers who traversed the Amazon region between XVI and XIX centuries permits the discernment of a relation between the different ideological configurations and the “civilizing practices” aimed at the domination of the indigenous peoples.

Key words: colonization, Amazon region, indigenous, travellers

### **Resumen**

El análisis de los relatos fabulosos y científicos de los viajeros que recorrieron la región amazónica entre los siglos XVI y XIX, nos permite discernir la relación entre las diferentes configuraciones ideológicas y las “prácticas civilizadoras” que buscan la dominación de los pueblos indígenas.

Palabras clave: colonización, Amazonia, indígenas, viajeros.

### **O objeto de estudo e sua inserção no conhecimento disponível**

O objetivo deste trabalho é examinar a possibilidade de se incluir a produção intelectual do exilado-viajante como objeto de estudo da História das Relações Internacionais.

Tomamos como instrumentos de análise os escritos de dois intelectuais hispano-americanos do século XIX: o cubano José Julián Martí y Pérez (1853-1895) e o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888).

Esses homens, na condição de exilados e viajantes, reivindicaram a participação da América hispânica em geral, e de Cuba e da Argentina em particular, nas conquistas materiais e espirituais do século XIX. Como suas reivindicações ofereceram subsídios a diversos Estados Nacionais e envolveram milhões de pessoas dos dois lados do Atlântico, então esse processo somente poderá ser estudado, com pertinência, no âmbito da História das Relações Internacionais. Por essa razão, cremos justificar a viabilidade do objetivo proposto.

O escrito de exilado e o relato de viagem, como produção intelectual, são uma decorrência natural e lógica da relação entre o exilado-viajante e a região do exílio-viagem. O relato de viagem, em verdade, possui características muito próprias. “Representa a materialização do olhar do viajante, que, no decurso da viagem, debruçou-se sobre uma realidade, examinando-a, muitas vezes, com extrema minúcia. O relato é, portanto, uma recriação dessa realidade”.<sup>1</sup>

Martí e Sarmiento percorreram áreas fora dos limites territoriais dos seus países de origem, em viagens e permanências pela Europa e, principalmente, pelos Estados Unidos. Estaremos, assim, diante de duas personalidades, representantes de suas respectivas culturas particulares ou específicas em interação com outros universos culturais. Na realidade, cada um daqueles homens haverá de ser um ponto de contato entre universos culturais diferenciados. Contudo, pelo fato de pertencerem a universos culturais distintos, irão, certamente, exercer um poder discricionário sobre a forma pela qual compreenderão a realidade, objeto de suas observações e, fundamentalmente, sobre o que privilegiar dessa realidade.

A produção intelectual, tanto de Martí quanto de Sarmiento, é volumosa e diversificada. Compulsamos não somente os interessantes relatos de viagens e escritos de exilado, mas toda a produção escrita publicada desses intelectuais. Utilizamos os originais espanhóis de cada um deles, consultando, para isso, as obras completas publicadas sob o patrocínio dos respectivos governos nacionais, porquanto as mais divulgadas.

Esclarecemos, ainda, que os papéis de Martí, em Cuba, estão depositados nos seguintes acervos da capital: Archivo José Martí, Archivo Nacional, Biblioteca Nacional de Cuba e Centro de Estudios Martianos; os de Sarmiento, na Argentina, encontram-se arquivados nas seguintes instituições: Academia Nacional de la Historia, Archivo General de la Nación, Biblioteca del Congreso Nacional, Biblioteca Nacional de la República Argentina, Museo Histórico Nacional, Museo Histórico Roca, Instituto de Investigaciones Históricas, Museo Histórico Sarmiento, todos em Buenos Aires, e no Archivo Histórico de la Ciudad de San Juan, em San Juan.

No Brasil, encontramos em bibliotecas públicas, como a Biblioteca Central da Universidade de Brasília e a Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as obras completas de cada um desses autores, bem como publicações esparsas, material no idioma original.

Examinamos as *Obras completas* de Martí<sup>2</sup> e as de Sarmiento,<sup>3</sup> que contêm um conjunto significativo da produção escrita dos mencionados autores. Esse material foi totalmente desmontado, isto é, analisado, remontado e sintetizado, por fim, de acordo com as categorias depreendidas em nosso exame.

O trabalho de categorização dos escritos revelou-nos uma multiplicidade de temas abordados pelos intelectuais. Entretanto, utilizamos os resultados desse trabalho apenas para descrever aspectos do dia-a-dia de homem de ação, privilegiando situações que explicitassem a visão de Hispano-América de cada um desses intelectuais, construindo, assim, um quadro de relações culturais em um contexto internacional.

Ao focalizar Martí e Sarmiento como exilados-viajantes, mencionamos a ressalva do historiador José Honório Rodrigues sobre os relatos de viagem, a qual relativizou o valor dos relatos como fontes documentais. Segundo esse historiador, a produção intelectual dos viajantes são “notas de viagem” com um grau muito limitado de confiabilidade, pois “vêem apressadamente o país e sobre ele generalizam ...”<sup>4</sup>

Todavia, a prática da pesquisa na História e nas demais Ciências Sociais, de um modo geral, caminha em uma direção divergente. Os relatos de viagem têm sido utilizados, sistematicamente, como fontes documentais.

Ainda não se conhece a totalidade do universo dessas fontes, mas o estado atual do conhecimento nos impede de colocar todos os relatos de viagem no mesmo plano. Tal material, a despeito de suas características comuns, apresenta conteúdos bem diferenciados. Ao considerá-los todos como “notas de viagem”, com o intuito de ressaltar a idéia da limitação da confiabilidade, pode-se cometer algum reducionismo. Uma tentativa de homogeneização dessa ordem esconderá a diversidade flagrante, manifestada tanto nos assuntos quanto na forma como são abordados.

Faz-se necessária uma reflexão acerca da escolha de Martí e de Sarmiento para buscarmos a concretização do objetivo do nosso estudo.

Preocupamo-nos sempre em detectar, no estudo de autores, um quadro mais amplo de idéias e de ações. Instiga-nos o exercício da compreensão das relações entre o autor, o texto e o contexto. O nosso trabalho não corresponde a estudo biográfico, apesar de não haver nenhuma justificativa para que se deprecie este gênero historiográfico.

A propósito, recordamos que a escola britânica de História das Relações Internacionais, nos anos setenta e oitenta, enfatizou o estudo do gênero biográfico. Foi considerável a produção de estudos de interesse, enfocando a vida de alguns homens de Estado.<sup>5</sup>

No contexto mais geral da produção historiográfica, há biografias que representam o melhor exemplo da obra histórica, produzida com rigor científico e sensibilidade.<sup>6</sup>

Sentimo-nos estimulados a depreender dos escritos de um autor as linhas estruturais da sua visão de mundo, as suas ilusões, as suas contradições, os elementos de permanência que perfazem a estrutura material e espiritual do homem como um ser possível.

Começamos a refletir sobre uma modalidade de relações culturais que se estabelecia, ampliava e deixava as suas marcas em grandes contingentes demográficos. Essa modalidade, dinâmica e diversificada, tinha existência, estrutura e funcionamento à margem do formalismo que caracteriza as relações que se desenvolvem sob a chancela ou patrocínio do Estado.

Verificamos que essa abordagem da História das Relações Internacionais, a despeito de não haver sido ainda divulgada, representava uma contribuição para o avanço dessa área do conhecimento.

Fixamo-nos, pois, no estudo de autores com o propósito de compreender duas correntes de pensamento, que tentaram racionalizar, cada uma a seu modo, um projeto de inserção da Hispano-América nos benefícios que a cultura do século XIX colocava à disposição da humanidade.

A busca da identidade continental hispano-americana, durante o século XIX, perpassou, principalmente, duas tendências distintas: a que indicava para a Hispano-América — mergulhada no atraso e na *barbárie* — o referencial do progresso e da civilização vividos na Europa, aqui denominada via da identidade ocidental da Hispano-América; e a que defendia a necessidade de se descobrir e de se valer da cultura própria à Hispano-América, aqui rotulada de via de autonomia hispano-americana. Essas duas tendências apresentam pontos convergentes e pontos divergentes.

Essas tendências ou situações decorrem de processos distintos, porém complementares, e estão localizadas no mesmo quadro geral, o das relações entre a Hispano-América, de um lado, e a Europa e os Estados Unidos, de outro.

Acrescentamos a essas reflexões apontamentos para se construir o conceito de Autonomismo e o de Ocidentalismo, com vistas ao aprofundamento da compreensão dessas tendências. Cremos que a construção do conceito de Autonomismo deve englobar o conjunto das criações materiais e espirituais, principalmente, do homem não-europeu e suas múltiplas relações no espaço e no tempo. De modo semelhante, a elaboração do conceito de Ocidentalismo deve incluir o conjunto das criações materiais e espirituais, principalmente, do homem europeu e suas múltiplas relações no espaço e no tempo.

Estamos convencidos de que tanto o intelectual cubano quanto o argentino representam, de maneira contundente, cada uma das correntes que mencionamos. A base de sustentação dessa hipótese encontra-se na leitura e fichamento que efetuamos da obra completa de cada um desses autores. Tivemos os elementos indispensáveis para analisar e avaliar o posicionamento desses intelectuais sobre a realidade da Hispano-América no século XIX. Além disso, depreendemos, do exame dos textos, os elementos que cada um dos autores utilizou para formular o seu projeto de desenvolvimento da Hispano-América.

A análise efetuada nos textos de Martí e de Sarmiento revelou posturas muito críticas na identificação dos problemas; não obstante, deparamos com propostas de superação de alcance muito reduzido.

No outono do século XX, os estudiosos têm buscado instrumentos que ofereçam mais consistência explicativa à História das Relações Internacionais. Além dos avanços alcançados ultimamente pelos franceses,<sup>7</sup> registram-se, outrossim, as recentes e interessantes abordagens dos ingleses. Dentre esses, destaca-se Adam Watson, que, reavaliando o conceito de sistema internacional, introduziu o de “international society”, expressão que integra o título de sua obra celebrada.<sup>8</sup> O conceito foi construído a partir de uma análise histórica comparada das experiênci-

as dos distintos sistemas de Estados da Antigüidade, dos Tempos Medievais e Modernos europeus, além da Época Contemporânea. É permeado por um amálgama cultural filtrado na escala da duração, que se centra no contexto europeu, num processo dinâmico de interação. A sociedade internacional inclui, portanto, um conjunto de regras comuns, padrões de conduta, instituições e valores, elementos compartilhados e aceitos pelos Estados.<sup>9</sup>

Além das abordagens inovadoras apresentadas por Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle, Adam Watson, Brunello Vigezzi, Amado Cervo e outros, novos elementos de reflexão devem, ainda, ser incluídos no estudo da História das Relações Internacionais.

Os elementos que envolvem as relações dos homens, das sociedades, das instituições, dos Estados etc., vão se tornando cada vez mais complexos, controversos, sofisticados e, por isso mesmo, de difícil percepção. Para depreender de uma realidade os elementos de análise necessários ao seu estudo, o historiador do século XXI deverá construir novas ferramentas intelectuais, desenvolver a sensibilidade e a criatividade, ser ousado, além de manusear os instrumentos de trabalho hoje utilizados.

Estamos convencidos de que a inclusão de novos elementos no quadro das relações culturais criará possibilidades enormes, tanto no âmbito descritivo e narrativo quanto no aspecto explicativo e avaliativo dessa área do conhecimento, que inclui instituições e outras criações do espírito humano. Destaca-se que, dentre as criações do espírito humano, as instituições têm tido presença e atuação mais visíveis que as demais. E elas têm exercido, de modo geral, papel de destaque no intercâmbio entre Estados, tanto no nível oficial quanto no nível não-oficial. Entre as instituições, têm-se as científicas, as artísticas, as literárias, as religiosas, as desportivas etc.

No que se refere às outras criações do espírito humano, recordam-se um texto, uma partitura, um quadro, uma dança, um jogo, uma festa, uma ideologia, uma polêmica etc. Essas outras criações do espírito humano têm exercido influência notável nas sociedades. Não é objeto deste trabalho, porém, a discussão da intensidade de suas influências sobre as populações dos diversos Estados. Contudo, volte-se a atenção para o sentido dos textos sagrados, dos textos legais, dentre tantos, e assinalamos o rompimento das fronteiras do espaço e do tempo por partituras, quadros, danças, jogos, festas e outras manifestações artísticas. E, finalmente, mencionamos a longa e, em alguns momentos, acirrada polêmica entre o Velho e Novo Mundo, que, alimentada em toda a sua trajetória pelo olhar europeu sobre a América e pelo olhar americano sobre a Europa, forjou preconceitos sobre milhões de homens e exacerbou ânimos dos dois lados do Atlântico.

Esse ideal, insiste-se, faz parte da política cultural do Estado, mas pode ser perfeitamente esposado por indivíduos. Não raro se encontram obras dos mais diversos ramos do saber que exploram a temática da união entre os povos e do respeito às diferenças. A propósito dessa matéria específica, dois tipos de textos merecem atenção especial: o escrito de exilado e o relato de viagem.

### **Os escritos de Martí e Sarmiento como instrumentos de análise**

Martí e Sarmiento foram exilados e viajantes. Todavia, o olhar deles diferiu muito do olhar dos europeus sobre a Hispano-América. Enquanto os europeus, que conheciam a propalada civilização e o decantado progresso, olhavam as regiões edênicas do Novo Mundo, Martí e Sarmiento contemplaram vistosas áreas dos Estados Unidos e da Europa, tidas pelo imaginário coletivo como adiantadas.

Contudo, tanto o cubano quanto o argentino, cada qual à sua maneira e em razão das suas potencialidades e possibilidades, enquanto exilados e viajantes, colocaram, face a face, dois universos culturais distintos. De um lado, o universo compreendido pela região ou Estado do exílio ou viagem; do outro, o universo circunscrito pela pátria, com suas contingências.

Martí e Sarmiento, nos seus exílios, escreveram muito. Entretanto, tais escritos não circularam livremente nas suas respectivas pátrias de nascimento, em virtude de serem, tanto um quanto o outro, dissidentes políticos. Há a convicção de que o estudo dos escritos desses autores se reveste de significado, visto que lançaram luz sobre diversos aspectos da realidade social da Hispano-América.

O exilado, na área do exílio, assume a sua condição de estrangeiro. Observa, interpreta, recria e descreve. A sua visão de mundo - quase sempre em sintonia com a visão de sua época -, a sua formação cultural e técnica são os componentes do seu quadro de referência. O exilado ainda comporta os seus compromissos e os seus preconceitos.

Além desses aspectos, destaca-se um tipo especial de confronto entre universos culturais, por meio de escritos de exilado que trataram do tema: o da cultura que serviu de refúgio, que examina o seu retrato traçado, de alguma forma, pelo exilado. Esse retrato, composto por linhas e cores com fortes determinantes coletivos e individuais, experimenta, fundamentalmente, duas situações distintas de exame: a da época de sua publicação e a de épocas posteriores. Recordam-se, como exemplos, as *Escenas Norte-americanas* de Martí (MAR, t. 9 a 13) e as *Viajes por Europa, África i América: 1845-1847* de Sarmiento. (SAR, t. V).

À época da publicação, um escrito de exilado poderia ser útil para orientar alguma ação que ocorresse em uma dada região ou no Estado de refúgio, já que não raro apontava possibilidades culturais, sociais e econômicas, bem como problemas administrativos, de forma velada ou ostensiva.

Nas épocas posteriores à publicação, notadamente nos nossos dias, pode ser objeto de reflexões de estudiosos de História, Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, dentre outros.

No entanto, seu uso mais notório foi no próprio Estado de origem, após modificadas as condições políticas então motivadoras do exílio. Os escritos de Martí referentes à sua pátria (MAR, t. 1 a 5) tornaram-se fontes de incessantes investigações, principalmente em Cuba, após o movimento de libertação da Espanha (1898). Da mesma forma, os *Recuerdos de Província* e o *Facundo*, de Sarmiento (SAR, respectivamente t. III e t. VII) foram muito difundidos na Argentina, após a queda de Rosas (1853). No Estado de origem do exilado, a utilização do escrito abarcou diversas formas, tendo sido, de algum modo, apropriado com vistas a subsidiar políticas, construir um herói nacional, ou ainda, por alguma razão de Estado ou governo.

Refere-se aqui, especificamente, um evento pouco freqüente na diplomacia. Tanto Martí quanto Sarmiento exerceram funções diplomáticas, na condição de exilados políticos. Martí, exilado nos Estados Unidos, foi cônsul da Argentina, do Paraguai (1890) e do Uruguai (1887-1891) em Nova York e, ainda, representante do Uruguai na Conferência Monetária Internacional Americana, em Washington, em março de 1891. De igual modo, Sarmiento, exilado no Chile, viajou pela Europa e Estados Unidos (1845-1847), como Enviado Especial daquele governo, para observar a situação da educação fundamental nos Estados mais avançados. Nesse caso, embora resultado do trabalho individual, o escrito do exilado pode ter vinculação com o Estado, em virtude do papel exercido pelo autor. Com isso, o exilado enquadra-se como um dos objetos tradicionais de estudo da História das Relações Internacionais.

No entanto, um escrito de exilado não ligado à diplomacia tem servido como objeto de estudo no quadro das relações culturais internacionais, tanto por fornecer subsídios à intervenção do Estado, quanto por ter como objetivo a compreensão ou a dominação do outro.

Deve-se ressaltar, ainda, nesse contexto, um outro aspecto na vida de Sarmiento como diplomata. Ele exerceu, outrossim, as funções de Enviado Extraordinário, Ministro Plenipotenciário e Embaixador da Argentina em Washington, no período compreendido entre os anos 1864 e 1868.

É absolutamente plausível a hipótese de que parte considerável do contingente demográfico do Novo e do Velho Mundo sentiu, de alguma maneira, os efeitos

da polêmica entre americanos e europeus a propósito da América. Esses efeitos, conscientes ou inconscientes, foram concretizados de distintas maneiras como preconceitos, discriminações, diferentes formas de explorações e dominações etc.

De modo completamente distinto, aquela polêmica se situou nos quadros intelectuais dos dois lados do Atlântico. Além dos efeitos mencionados, que atingiram parte considerável da população, ocorreram, outrossim, alinhamentos e dissidências de integrantes da intelectualidade em face de fenômeno tão complexo quanto abrangente, que envolveu o homem, a fauna, a flora, a Astronomia e a Geografia do Novo Mundo.

O estudo dos escritos de Martí e de Sarmiento evidenciou, conforme está explícito no trabalho, a intensidade do envolvimento daqueles intelectuais na polêmica entre o Novo e o Velho Mundo.

Faz-se, portanto, necessário sumarizar os aspectos mais relevantes daquele processo. Na segunda metade do século XIX, as ciências naturais tinham já demonstrado a sua utilidade na defesa da sociedade de cuja criação a burguesia participou hegemonicamente e gerado esperanças para o seu aperfeiçoamento, tanto sob o domínio da mesma classe e dentro do mesmo sistema econômico, quanto sob o domínio da classe antagônica, o proletariado, e dentro de um sistema econômico diferente. Várias correntes filosóficas procuravam assimilar os produtos das pesquisas científicas e incorporá-los às suas concepções de mundo. Ganhavam muita projeção as conclusões de Darwin sobre a origem e desenvolvimento dos seres vivos, bem como o seu escalonamento segundo o grau de complexidade estrutural e funcional. Com muita facilidade e presteza, essas conclusões foram extrapoladas para a esfera dos produtos culturais, para a sociedade em todos os seus aspectos, pois justificavam as várias formas de dominação entre os seres humanos, independentemente das dimensões do agrupamento, dentro e fora de uma mesma sociedade.<sup>10</sup>

Procurava-se demonstrar, com o aparato científico, a superioridade de uma raça sobre outra, de uma cultura sobre outra, de uma sociedade sobre outra, de um país sobre outro. Dominador e dominado passavam a ser convencidos, “cientificamente”, de que sua relação era “natural”.

A transformação de uma cultura, por pressão militar, econômica ou política, em outra, era considerada sinal de “progresso”. Como não seria “cientificamente” justificado reagir ao “progresso”, que seguia uma escalada evolutiva “natural”, a sociedade deveria ser forçada a progredir “em ordem”.

A sociedade, vista, como quase tudo que a compõe, como um organismo vivo, estava sujeita não só à evolução, mas igualmente a enfermidades para as quais se descobriria o medicamento adequado.

As ditaduras, os nacionalismos e os imperialismos estavam sob a proteção “desinteressada” e “imparcial” da ciência.

Essas concepções estavam, portanto, inseridas em dois domínios intelectuais, o científico, que se cercava das cautelas experimentalistas, e o filosófico, que se sentia mais livre para amplas generalizações.

Durante a segunda metade do século XIX, e avançando mesmo até às primeiras décadas do século XX, verificou-se uma obstinada polêmica entre duas correntes filosóficas com base comum no Organicismo Naturalista: o Positivismo e o Evolucionismo.

As preocupações nacionalistas geravam um duplo movimento de crítica e exaltação do país, um esforço de auto-reconhecimento, uma busca de identidade.

Preocupações com o fator raça levam à descoberta de uma América mestiça, que, embora com certa dubiedade, acaba sendo assumida e valorizada, principalmente, pelos autonomistas. De maneira análoga, preocupações com o fator cultura acabaram levando à descoberta da diversidade com que se tenta compor um mosaico representativo da nação e despertaram a atenção tanto dos autonomistas quanto dos occidentalistas. Essas tendências de valorização das particularidades hispano-americanas desagaram no movimento modernista.

A Autonomia e o Ocidentalismo, formas de pensamento importantes na segunda metade do século XIX hispano-americano, advogaram para a América espanhola a escalada do progresso material e científico e reivindicaram a participação do mundo hispano-americano nas conquistas materiais e espirituais daquele século.

Os representantes de cada uma daquelas patentes ideológicas divergiram na leitura que fizeram de duas realidades: uma situada na Hispano-América, outra localizada na Europa e nos Estados Unidos. Uma contemplou uma situação de autonomia hispano-americana face à Europa e aos Estados Unidos; a outra representou uma situação de identidade ocidental da América espanhola.

Essas duas realidades, assim consideradas, representam, portanto, uma construção intelectual de quem observou, examinou, interpretou e recriou aspectos e relações entre a vida social hispano-americana, em contraposição à européia e norte-americana.

As divergências que integram essas formas de pensamento representam a materialização dos olhares de intelectuais, que trabalharam suas imagens, construídas, muitas vezes, a partir de observações extremamente rigorosas, minuciosas e perspicazes.

A dramática polêmica entre o Velho e o Novo Mundo e a profunda crise que se seguiu ao movimento de independência da América espanhola integraram a

realidade social americana, que esteve sob os olhares dos dois exilados-viajantes em exame.

O contexto concorreu para a proliferação de idéias que visavam a questionar, compreender e indicar possíveis caminhos para se sair de situação tão desastrada. O interesse, tanto de Martí quanto de Sarmiento, era identificar os problemas cruciais enfrentados pela Hispano-América, os quais abarcavam as estruturas da economia, a vida social, a constituição do Estado e as origens histórico-culturais. Na verdade, a Hispano-América não só tentava descobrir a sua identidade como também necessitava construir o seu projeto de inserção na comunidade internacional.

No campo intelectual, principalmente, encontrava-se o cenário das lutas entre as distintas tendências de interpretação da realidade social hispano-americana. Essas lutas geralmente se desenrolavam em artigos de periódicos e, sobretudo, sob a forma de polêmica.

O intelectual cubano, no seu ensaio “*Nuestra América*”, publicado em *El Partido Liberal*, de 30 de janeiro de 1891, afirmou: “Trincheras de ideas valen más que trincheras de piedra.” (MAR, t. 6, p. 15) Com o mesmo propósito de valorizar o campo intelectual como o cenário das lutas entre os interessados em compreender a realidade hispano-americana, Sarmiento, em artigo intitulado “*La publicación de libros en Chile*”, divulgado em *El Mercurio*, de 10 de junho de 1841, frisou: “Ideas: hé aquí en conjunto todo lo que falta para la reconstrucción del nuevo edificio social.” (SAR, t. I, p. 75).

Martí e Sarmiento tentaram, por meio dos seus escritos, revelar os elementos essenciais dos conflitos da sociedade hispano-americana.

Utilizando-se da imagem de um felino, o intelectual cubano apontou os males provindos do exterior, como a expansão norte-americana, e outros, originados na própria região, como o provincianismo, o descomprometimento com relação aos problemas da sociedade etc., que desgastavam a Hispano-América.

Na obra intitulada *Civilización y barbarie* (1845), o periodista argentino assinalou duas idéias para traduzir a barbárie ou os males que assolavam a Hispano-América: a herança espanhola e a mestiçagem.<sup>11</sup> Em decorrência desses dois males, firmou-se a imagem do gaúcho, cujo maior símbolo foi Facundo Quiroga.

Martí percebeu, com nitidez, duas entidades distintas, compartilhando a geografia do Novo Mundo: os Estados Unidos e a Hispano-América. Essas duas entidades se diferenciavam pela diversidade das culturas pré-colombianas, pela distinta formação histórica das respectivas metrópoles colonizadoras, pelos diversos processos da colonização, dentre outros elementos de diferenciação.

O longo exílio nos Estados Unidos permitiu ao cubano a percepção do papel já desempenhado por aquele Estado na América espanhola e em outras regiões do globo. Aquela percepção foi-se tornando consciência plena do significado da atuação dos Estados Unidos no contexto internacional.

A constituição do Estado Nacional norte-americano, a estrutura e o funcionamento do seu sistema político-institucional, as bases do seu constitucionalismo chamaram a atenção dos setores políticos internacionais e despertaram a admiração de intelectuais de diversas regiões do planeta.

Na América espanhola, a despeito dos diversos pontos de vista sustentados pela intelectualidade a propósito das crises vividas pelas repúblicas nascentes, predominava a concepção de que a colonização praticada na região explicava a maior parte dos problemas, como o atraso e a instabilidade. E, em contrapartida, os Estados Unidos, que tiveram um período colonial mais reduzido, passaram por um movimento de independência e, em seguida, definiram um caminho próprio promissor, distinto do percorrido pelos diversos Estados europeus.

A jovem e promissora nação passou a ser, naturalmente, um modelo para as que aspiravam, também, a caminho semelhante. Em termos de avanço material, aproximava-se do experimentado pela Inglaterra e França. As suas instituições, como a democracia, a constituição federal, os três poderes da república, o presidencialismo, a liberdade individual, o arrojo do homem diante do trabalho etc., sensibilizaram expressivo setor da intelectualidade hispano-americana. Em 1880, Martí admirou a democracia norte-americana e o vigor daquela nação.<sup>12</sup>

A admiração de Martí pelos Estados Unidos vai sendo repensada, na medida em que o seu conhecimento sobre aquela sociedade vai-se aprofundando. O exilado-viajante analisa a realidade em que se encontra e vai documentando, nos seus registros, as diversas contradições entre a realidade social e os fundamentos do Estado: a pobreza, a discriminação racial, a desigualdade social etc. Compreende, ainda, que o Estado está vinculado às práticas monopolistas e protecionistas no que diz respeito à sua economia. Percebe que tais práticas conduzirão os dois blocos a um confronto francamente desfavorável à Hispano-América. Em carta dirigida a Manuel Mercado, datada de Campamento de Dos Ríos, 18 de maio de 1895, utilizou-se de uma imagem que se tornou conhecida pelo forte significado que representa: “Viví en el monstruo, y le conozco las entrañas ...” (MAR, t. 4, p. 168).

Em diversos escritos, o intelectual cubano estabeleceu oposições entre a Hispano-América e os Estados Unidos. Em “Madre América” afirmou: “Y ¿cómo no recordar, para gloria de los que han sabido vencer a pesar de ellos, los orígenes confusos, y manchados de sangre, de nuestra América (...)? Del arado nació la

América del Norte, y la Española, del perro de presa.”<sup>13</sup> Nessa fala aos delegados hispano-americanos presentes à Conferência Internacional Americana de Washington, Martí recorda diferenças entre a colonização dos Estados Unidos e a da América espanhola.

A experiência do exílio e das viagens contribuiu para a sistematização do pensamento do intelectual caribenho. Em 1894 escreveu:

*“En América hay dos pueblos, y no más que dos, de alma muy diversa por los orígenes, antecedentes y costumbres, y sólo semejantes en la identidad fundamental humana. De um lado está nuestra América, y todos sus pueblos son de una naturaleza, y de cuna parecida o igual, e igual mezcla imperante; de la outra parte está la América que no es nuestra, cuya enemistad no es cuerdo ni viable fomentar, y de la que con el decoro firme y la sagaz independencia no es imposible, y es útil, ser amigo.”* (MAR, t. 8, p. 35).

Martí construiu o conceito de “Nuestra América”, progressivamente, na medida em que foi estabelecendo e aprofundando as diferenças entre as duas entidades continentais, os Estados Unidos e a Hispano-América. No texto acima, aponta como semelhança entre as duas entidades apenas “la identidad fundamental humana.” (MAR, t. 8, p. 35).

O conceito de “Nuestra América” representa o esforço intelectual do autor para distinguir dois blocos continentais. Nos seus escritos, a expressão “Nuestra América” firmou-se, principalmente após 1889, para identificar a região de colonização hispânica e algumas ilhas caribenhas de colonização não-hispânica. Além da busca da especificidade, a da personalidade em relação à outra América, a saxônica, que segundo Martí, não era a *nuestra*. (MAR, t. 8, p. 35).

Sarmiento, exilado no Chile, possuía um interesse imediato: prosseguir a sua luta contra Rosas, ditador da Argentina. Aquela luta, até então, estava circunscrita aos artigos que o jovem periodista publicava nos jornais disponíveis. Os escritos de Sarmiento traziam títulos como os que se seguem: “La conducta de Rosas i sus ajentes con el gobierno de Chile”,<sup>14</sup> “Comentario de noticias argentinas”,<sup>15</sup> “La cuestión del Plata”,<sup>16</sup> “Política Esterior de Rosas”,<sup>17</sup> “Lo que es Rosas”,<sup>18</sup> “Nuestro derecho de atacar a Rosas”,<sup>19</sup> “El sistema de Rosas”<sup>20</sup> etc.

Em virtude do relacionamento amistoso que possuía com a cúpula do governo chileno do presidente Bulnes, Sarmiento gozava de certas liberalidades para desenvolver a sua campanha jornalística contra o governante do seu país.

Nos começos de 1845, o exilado argentino publicou em *El Progreso* uma sequência de artigos sobre a vida de um compatriota seu, natural da província de Mendoza, o frade-caudilho José Félix Aldao, falecido àquela época. Escritos num estilo vigoroso, aqueles artigos despertaram grande interesse entre os leitores de Sarmiento em Santiago. Em seguida, o material foi reunido e publicado sob a forma de folheto.

A pequena biografia do “sacerdote carnícero” (SAR, t. VII, p. 257-295) revelou dois aspectos interessantes: o êxito literário do autor e o texto como instrumento eficaz de propaganda contra o padre-político. Ou, se o quisermos, Sarmiento conscientizou-se de que lhe era possível servir-se da palavra escrita para instruir e difundir suas idéias e atacar os seus inimigos políticos.

Esses elementos o levaram a conceber uma nova obra, mais alentada, em estilo romântico-goyesco, em que pudesse relatar aspectos da história argentina, explicitar os graves problemas da sua pátria e combater Rosas e seu governo. O jornal *El Progreso* publicou o trabalho em três meses. Entretanto, em meados de 1845, o jornal *El Mercurio* apresentou o material sob a forma de livro, com o título *Civilización y barbarie, vida de Juan Facundo Quiroga*, que se tornaria uma das obras mais conhecidas da literatura hispano-americana do século XIX.

Na verdade, Sarmiento poderia ter escolhido figura mais proeminente na vida nacional<sup>21</sup> para, por meio dela, desenvolver a análise que desejava efetuar. Todavia, Facundo era quem melhor se ajustava aos propósitos do escritor, conforme assinalou na “Introducción a la edición de 1845”: “He creído explicar la revolución argentina con la biografía de Juan Facundo Quiroga, porque creo que él explica suficientemente una de las tendencias, una de las dos fases diversas que luchan en el seno de aquella sociedad singular.” (SAR, t. VII, p. 14). Naturalmente, as duas tendências conflitantes na sociedade argentina eram a “civilização” e a “barbárie”, cujo arquétipo foi o caudilho de La Rioja.

É preciso assinalar que o “romântico” Sarmiento não se iludia no bucolismo da prosa. Servia-se do estilo para desferir críticas e golpes aos seus adversários. Procurava utilizar-se dos andaimes históricos para secundar suas argumentações, com o objetivo de torná-las científicas. Assim, ao atacar o ditador argentino, Sarmiento fez um exame da situação do país e esboçou algumas medidas saneadoras.

O viajante-exilado viu, pois, em o *Facundo*, uma Hispano-América em busca de outros caminhos ...

A construção sarmientina da civilização abarcava o povoamento da Hispano-América por imigrantes tecnicamente qualificados, a distribuição de terras entre os imigrantes em frações adequadas à obtenção de uma renda aceitável e a preços não-especulativos, a inclusão de tecnologias avançadas nas práticas da agricultu-

ra e da pecuária, a implantação de escolas de ensino fundamental com a finalidade de se proceder à alfabetização maciça da população, a instalação de uma malha ferroviária e telegráfica unindo os principais pontos do espaço continental, o reconhecimento de que, ainda por um longo tempo, a Hispano-América continuaria na sua condição de fornecedora de alimentos e matérias-primas para as sociedades avançadas, a abertura da economia hispano-americana ao capital e às manufaturas estrangeiras etc.

Martí enfrentava um desafio desmedido, traduzido na luta pela obtenção da independência de Cuba, ainda colônia da Espanha.

A recriação que projetou, com vistas à construção da Hispano-América que desejava, estava, fundamentalmente, alicerçada nas possibilidades e potencialidades inerentes à própria região. A América espanhola deveria reestruturar-se a partir de si mesma.

A seu turno, Sarmiento defrontava, também, com um embate descomunal, representado pela luta contra Rosas e contra tudo o que o seu governo representava.

A recriação que idealizou, com o objetivo de reformar a Hispano-América real, estava, especificamente, centrada nos modelos de Estado e de sociedade inspirados na realidade da Europa e dos Estados Unidos. A América espanhola deveria ser reformada, pois, com a contribuição do exterior.

As instituições, a sociedade e a cultura estadunidense exerceram, portanto, influência significativa sobre o intelectual cubano e o argentino.

Mas, qual foi o sentido da presença dos Estados Unidos em Martí?

Há que recordar-se que ele viveu naquele país no período compreendido entre os anos de 1881 e 1895. Por um lado, esse período representou o momento da maturidade daquele intelectual e, por outro, coincidiu como uma fase de grandes transformações na vida social e econômica norte-americana.

A sobrevivência do intelectual cubano nos Estados Unidos estava vinculada à sua atividade como tradutor, revisor, mas, sobretudo, à produção na área do periodismo, na qual atuou, escrevendo sobre os mais diversos temas. E, nessa atividade, a sua competência técnica, que incluía o completo domínio da língua inglesa, e a sua acuidade de observação e de raciocínio permitiram-lhe adentrar e percorrer, com propriedade, os distintos meandros e caminhos da vida e da cultura norte-americanas.

Em suas crônicas efetuou descrições de aspectos ecológicos, notificou inaugurações diversas, comentou aspectos inerentes à industrialização e à agricultura, refletiu sobre o cotidiano dos imigrantes e a situação dos estrangeiros naquela sociedade, mencionou acontecimentos sociais, escolares e intelectuais, discutiu

a questão negra e a indígena, resenhou inúmeros livros de autores norte-americanos, europeus e hispano-americanos, enfatizou o trabalho desenvolvido pelos sindicatos e o sentido das greves dos trabalhadores, cobriu convenções políticas e campanhas eleitorais.

Escreveu para *La Opinión Nacional* de Caracas, *La Nación* de Buenos Aires, *El Partido Liberal* do México, *La Opinión Pública* de Montevidéu. Ninguém, antes, havia tido a oportunidade de observar, interpretar e descrever a sociedade e o Estado norte-americanos e colocá-los diante de tão expressivo número de leitores da Hispano-América. Escreveu, também, para um público hispano-americano residente nos Estados Unidos, em contribuições para os periódicos *La América* e *El Latinoamericano*. Os seus escritos transcendiam as superficiais impressões jornalísticas e apresentaram abalizadas análises dos temas examinados.

O impacto inicial da sua chegada a Nova York foi muito positivo. Chegou a deslumbrar-se com o país. O contato com as instituições democráticas, a possibilidade do desenvolvimento da iniciativa individual, a aparente facilidade de se colocar em prática a criatividade estabeleceram um marcante contraste com a realidade que os cubanos enfrentavam sob o domínio da Espanha.

No entanto, pouco a pouco, começou a perceber as contradições e a realidade de muitos aspectos da vida social e do Estado norte-americanos: a estratificação dos segmentos econômicos, a desigualdade de oportunidades entre ricos e pobres, a alienação dos trabalhadores, as transformações experimentadas pelo capitalismo, o expansionismo norte-americano. Revisou, então, a sua percepção inicial.

Os Estados Unidos da década dos oitenta viveram o crescimento da indústria, a concentração do capital, a consolidação das corporações, o conflito entre o capital e o trabalho, o aumento da pobreza etc. Os grandes proprietários das indústrias, do capital e dos bancos controlavam os três poderes da República.

O intelectual cubano considerou alguns escritores estadunidenses como representantes de uma idealista alternativa frente aos interesses materialistas que moviam amplos setores daquela sociedade. Destacou os seguintes em ensaios e artigos: Ralph Waldo Emerson, Walt Whitman, Henry Wadsworth Longfellow, John Greenleaf Whittier, Amos Bronson Alcott, Louise May Alcott, Mark Twain, Edgar Allan-Poe, James Russell Lowell, Washington Irving, Henry David Thoreau, Nathaniel Hawthorne, Fitz-Greene Halleck, Harriet Beecher Stowe, Helen Hunt Jackson, William Dean Howells.

Ao conhecer em profundidade a sociedade e o Estado norte-americanos, Martí amadureceu a consciência dos perigos que ambos representavam para a Hispano-América em geral e para Cuba em particular.

Em que medida os Estados Unidos marcaram a consciência sarmientina?

Quando Sarmiento esteve nos Estados Unidos, pela primeira vez, em 1847, aquele país já representava o seu ideal e modelo de organização social, política, econômica e cultural.

Naquele momento, a atenção do intelectual argentino fixou-se em Boston, centro educacional e cultural, além de foco originário do governo representativo. Lá encontrou-se com Horace Mann, cujas idéias pedagógicas exerceiram sobre o argentino grande influência

Descobriu, na ferrovia e na hidrovia, os baixos custos do transporte eficiente. Buffalo, para ele, representou a eficácia da força da imigração alemã na construção de um centro urbano planejado e progressista. Ao percorrer os campos, observou a aplicação da tecnologia nos inventos destinados à implementação da agricultura, cujos cultivos se processavam por meio de métodos recentes. Visitou distritos fabris e estudou os métodos industriais e seus resultados.

Sarmiento tentava assimilar por inteiro aquele mundo apenas conhecido por meio das suas assistemáticas leituras. Suas observações estão sempre emolduradas pelo entusiasmo romântico e, ao mesmo tempo, repletas de dados estatísticos para valorizar, certamente, o universo observado, pleno de progresso e de avanço, segundo o visitante.

Depois de quase duas décadas, ocorreu seu retorno aos Estados Unidos. Em maio de 1865, chegou a Nova York como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Argentina.

O reencontro coincidiu com um momento significativo da História da sociedade e do Estado norte-americanos, marcados pelo final da Guerra de Secesão, pela morte do presidente Abraham Lincoln, pelo incremento da indústria nacional proporcionado pela guerra. O deslumbramento tornou-se total diante daquele quadro de otimismo e de reconstrução.

Em decorrência do extravio do baú que continha as suas credenciais, viu-se impossibilitado de se apresentar ao governo de Washington. Enquanto aguardava a remessa dos novos documentos, efetuou diversas viagens. Em Washington impressionou-se ao assistir a um desfile militar de duzentos mil homens. Visitou as ruínas de Richmond, a ex-capital da Confederação. Em Filadélfia assombrou-se com o tamanho e o luxo do Continental Hotel, onde se hospedou.

Em novembro daquele ano, de posse das novas credenciais, o diplomata foi recebido na Casa Branca pelo presidente Andrew Johnson. Na sua fala, o embaixador argentino mencionou o seu propósito de estudar e conhecer a nação norte-americana por intermédio dos seus constitucionalistas, juristas e pensadores.

Manifestou, ainda, o interesse de estudar os métodos e os meios de se prepararem cidadãos para a vida política. O presidente norte-americano utilizou-se do discurso convencional, no qual ressaltou o orgulho do povo dos Estados Unidos pelo fato de haver elaborado uma constituição para o governo civil, tomada como modelo pelos Estados da Hispano-América.

Sarmiento impôs-se uma atuação diplomática divergente da habitual. Abandonando a cidade de Washington, fixou a sua residência em Nova York. Limitou o exercício das funções sociais do diplomata, restringindo as recepções, os encontros sociais e os chás benéficos. Fez da embaixada um centro de estudo destinado à compreensão das realidades da sociedade e do Estado norte-americanos.

Na verdade, o diplomata assumiu a realização de duas tarefas de grande significado: apresentar, de maneira simpática, o seu país aos Estados Unidos e compreender a realidade norte-americana para aplicá-la à Argentina.

Em decorrência da guerra com o Paraguai, a Argentina era vista com ressalvas pelos Estados Unidos. Malgrado sua declarada neutralidade, o Estado norte-americano deixava perpassar, por meio dos seus funcionários diplomáticos, uma clara simpatia pelos paraguaios. Nessas contingências, Sarmiento tentou colocar o ponto de vista do seu país sobre o conflito platino. Com esse objetivo publicou alguns artigos no *New York Tribune* e no *Boston Daily Address*, em que expôs, também, os problemas decorrentes da herança jesuítica na formação paraguaia.

A origem da guerra situava-se, segundo Sarmiento, nos vícios de formação daquele povo. A Companhia de Jesus, instalada no Paraguai desde os tempos da colonização, impôs ao país um governo absolutista, a ausência de atenção no indivíduo e o fomento das atividades comunais. Tudo se fazia de acordo com um horário previamente estabelecido, apontado por meio do sinal sonoro de uma campanha: o trabalho, as refeições, a oração etc. E, como se não bastasse, com a independência política da Espanha, introduziu-se no Estado recém-criado uma sequência de governos ditoriais.

Sarmiento fundou em Nova York *Ambas Américas*, revista dedicada ao intercâmbio de informações e de idéias entre a América anglo-saxônica e a Hispano-América. A revista abrigou também publicações destinadas a defender a posição da Argentina no conflito com o Paraguai.

Inicialmente, o diplomata argentino foi muito hostilizado pelo segmento da imprensa norte-americana que se ocupou do tema. A despeito dessas adversidades, continuou a sua campanha de divulgação. E, ao deixar os Estados Unidos, admitiu ter conseguido aproximar a Argentina daquele país.

Conhecer em profundidade a sociedade e o Estado norte-americanos foi o

outro objetivo de Sarmiento, o que o levou a reencontrar-se, em Concord, com a senhora Mary Mann, viúva do educador Horace Mann. Por seu intermédio, manteve contatos com figuras expressivas da intelectualidade estadunidense. Dentre elas, o filósofo Ralph Waldo Emerson e o hispanista George Ticknor. Examinou os estudos de James P. Wickersham, Thomas Hare, Joseph Story, Horace Burney, Alfred Conkling, Francis Lieber etc.

O confronto entre a América anglo-saxônica e a Hispano-América foi o tema predileto de Sarmiento. Enfatizou a grandeza da primeira e a debilidade da segunda. Ao mencionar a base da civilização norte-americana, destacou a teoria da educação, da raça e do progresso econômico. Estimulou freqüentemente os Estados Unidos a assumirem a direção dos destinos da Hispano-América, para que nela pudesse ser instaurada a civilização.

Sarmiento retornou ao seu país em 1868, como Presidente da República eleito, na crença de que a grande missão dos Estados Unidos consistia em indicar às outras nações do Continente o caminho do progresso, da prosperidade e da civilização. Nessa perspectiva é que se deve compreender o pensamento e a atuação do político e do intelectual argentino. Ele governaria um país que ainda buscava a sua identidade, ora na herança hispânica ora na sua própria contemporaneidade.

Já o político e intelectual cubano, examinando a realidade, construiu, *pari passu*, o seu projeto de recriação da Hispano-América.

Entre 1875 e 1878 Martí esteve no México e na Guatemala. Em 1881 esteve na Venezuela. Percorrendo aquelas regiões e observando a vida daquelas sociedades, o viajante cubano mergulha na realidade hispano-americana. Aprofunda-se na compreensão de um conjunto social composto por numerosos conflitos. Entra em contato com um mundo indígena em fragmentos. Participa da luta de operários. Observa uma população em busca de caminhos. Ouve as queixas de um mundo mestiço pleno de dificuldades graves e diversificadas.

Com esse contato, Martí obteve os elementos essenciais para proceder a uma análise da Hispano-América nos seus aspectos mais significativos. Na verdade, a viagem oferece ao viajante as condições indispensáveis para um exame da realidade percorrida. E Martí dispunha de condições intelectuais necessárias para bem realizá-lo.

Talvez se possam aqui mencionar alguns elementos constitutivos da América desejada por Martí. O primeiro deles é o respeito recíproco às diferenças. Em seguida, acrescenta-se a certeza de uma convivência mútua. Posteriormente, inclui-se a segurança da preservação da identidade peculiar. Finalmente, contempla-se a liberdade política e, principalmente, a espiritual.

Por sua vez, a recriação de Sarmiento se processa em um quadro de real reforma da Hispano-América.

No período transcorrido entre os anos de 1841 e 1845, Sarmiento construiu, principalmente por meio da polêmica periodística, um quadro geral de idéias e de ações, com vistas à recriação da Argentina e da Hispano-América.

A leitura dos textos desse período leva o leitor atento a discriminar três momentos bem demarcados do quadro referencial sarmientino. O primeiro, pleno de indagações, está caracterizado pela identificação dos elementos aos quais se opunha o exilado. No segundo momento, situa-se a finalidade da sua luta em defesa da recriação da América espanhola, a partir de um esforço de generalização e abstração. O terceiro caracteriza-se pela formulação dos meios pelos quais se poderia processar a reforma do mundo real para que se ajustasse ao mundo ideal de Sarmiento.

Desde a chegada ao Chile na condição de exilado, sua disposição limitava-se a continuar lutando contra Rosas e contra a “barbárie” que aquele governo representava. Sarmiento evidenciou nos seus escritos o irreconciliável conflito entre o mundo de suas leituras, racional e ideal, e o mundo real, concreto, irracional da administração Rosas.

No Chile, percebeu que deveria se organizar com urgência, para enfrentar sistematicamente seu grave conflito interior e lutar para que ele se desfizesse. A arma disponível no momento não era desprezível, entretanto seus resultados não eram imediatos: tratava-se da propaganda por meio da imprensa chilena. Uma luta daquele porte, para ser eficiente, requeria uma sistematização de procedimentos e muita clareza de idéias.

O regime rosista deveria ser descrito, revelado nos seus pontos mais críticos e indefensáveis. Assim, outros povos da Hispano-América tomariam conhecimento do que estava ocorrendo na Argentina.

O intelectual argentino exilado no Chile via a imprensa como arma muito poderosa, que poderia representar tanto a desagregação quanto o progresso e a civilização de uma sociedade. No primeiro caso, se mal utilizada, poderia promover o descontentamento, os conflitos e as tensões na sociedade. No segundo, utilizada para esclarecer temas de Economia, História, Sociologia, Literatura etc., a imprensa contribuiria para a elevação do nível cultural da sociedade. Ainda, poderia censurar os desmandos e os abusos do governo, difundir e esclarecer acerca das reformas necessárias à implantação da civilização e do progresso.<sup>22</sup>

Para o intelectual e periodista argentino, o concreto seria a relação entre a civilização e o progresso e a intensidade da publicação de periódicos, revistas, livros etc., no contexto de uma sociedade.<sup>23</sup>

Sarmiento prenunciava uma Hispano-América fundada em idealizações alheias à Hispano-América. O tangível e o real da América espanhola seriam a negação de uma sociedade ideal. Esta preconcepção de Sarmiento tornou-se, para ele, um paradoxo teórico insuperável.

Já a “*nuestra América*”, concebida e desejada por Martí, deveria ser criada. Idealizada pelo intelectual cubano, deveria representar uma América nova. No entanto, quem seria o seu construtor? Para Martí, a “fundación” (MAR, t. 2, p. 354) da América se efetivaria mediante a atuação de um novo ser hispano-americano, o “*hombre natural*” (MAR, t. 6, p. 18): homem ativo e empreendedor, que ressurge da seiva vivificada de sua natureza e, portanto, um homem hispano-americano purificado.

Por outro lado, a América projetada e querida por Sarmiento deveria ser concretizada. Assim como a idealizada por Martí, aquela concebida pelo intelectual de San Juan seria, também, uma nova América. Entretanto, quem a reformularia? Na verdade, o sujeito que atuaria em tal empreendimento seria um ser hispano-americano renovado: homem dinâmico, arrojado e ligado às raízes européias e norte-americanas, como se possuísse uma segunda natureza.

Esses construtores, que representam projeções dos ideários de Martí e de Sarmiento, podem ser identificados nas reflexões de Julio Ramos, em sua “*Introducción: Martí y el viaje a los Estados Unidos*”, em que os confrontos com Sarmiento marcam o dinamismo do texto.<sup>24</sup>

## **Considerações finais**

Nosso estudo realizou-se, pois, a partir da produção intelectual de Martí e de Sarmiento, autores que se debruçaram, teórica e empiricamente, sobre a realidade hispano-americana. Compartilharam a diversidade de interesses, o cultivo da arte literária e da retórica e a atração pela polêmica jornalística e pela política.

Martí lutou contra a Espanha, a favor de Cuba independente, e Sarmiento lutou contra Rosas, a favor da Argentina moderna. Enquanto o cubano experimentou uma prática política vinculada à preparação para uma tomada do poder que não chegou a concretizar, o argentino experimentou a prática política no exercício do poder supremo do seu Estado.

Ambos viveram as circunstâncias e contingências do exílio e as experiências das longas viagens. A despeito de algumas inclinações socializantes, não se identificaram com o Socialismo e tampouco aceitaram a luta de classes. Conciliaram o exercício do pensamento e da criação intelectual com as disputas políticas e as tarefas da guerra. Martí, nos Estados Unidos, viveu a sua maturidade intelectual;

Sarmiento, no Chile, construiu o essencial de suas reflexões socioeconômicas e políticas. O caribenho foi cognominado de revolucionário e realista, enquanto o sul-americano foi rotulado de reformista e romântico. De um lado, o cubano associou a nação e o Estado espanhóis ao retrógrado; do outro, o argentino vinculou a cultura hispano-árabe à barbárie.

Martí descobriu, principalmente nos Estados Unidos, que a Hispano-América deveria construir as suas próprias alternativas políticas, econômicas e sociais; Sarmiento encontrou, nos Estados Unidos e na Europa, modelos políticos, econômicos e sociais para as antigas colônias espanholas do Novo Mundo.

Ambos desenvolveram atividades ligadas à diplomacia e ao magistério.

A imprensa foi, tanto para o cubano quanto para o argentino, a tribuna em que expuseram e defenderam suas idéias.

Enquanto Martí defendeu o valor da raça mestiça e do homem natural da Hispano-América, Sarmiento viu na imigração européia, não-ibérica, a possibilidade de aperfeiçoar a raça hispano-americana.

A existência breve impediu o caribenho de repensar, em muitos aspectos, a sua produção intelectual, enquanto a vida longa permitiu ao sul-americano redefinições e correção de rumos no seu pensamento.

Uma tendência cultural da época, compartilhada por esses autores, era tentar harmonizar interpretações diversificadas; delas serviam-se de acordo com as conveniências conjunturais. É bem clara a intenção de reduzir a importância de antagonismos conceituais e de evitar polarizações.

Esses traços, de tendências conservadoras, eram comuns na intelectualidade da época: a procura do meio-termo, posição valorizada culturalmente - a moderação, pela qual, quando conveniente, se pode comodamente alinhar com um dos extremos.

Em decorrência da justificativa biológica do Imperialismo do branco europeu, transportando para a célula os papéis sociais impostos pela força das armas econômicas e bélicas ou da persuasão ideológica, Sarmiento chegou ao enaltecimento da raça branca. Martí, por seu turno, valorizou o elemento mestiço.

A Educação é supervalorizada tanto por Martí quanto por Sarmiento. No entanto, os fatores de maior peso na obtenção de privilégios em uma sociedade estratificada, como o econômico e o político, foram, nos autores em tela, sempre minimizados.

Papéis, que são frutos sociais, produtos humanos, passam a ser encarados como biologicamente condicionados e são atribuídos ao indivíduo e também à nação, país, povo etc. No caso de superioridade de um Estado, por exemplo, o seu papel biológico pode ser simplesmente o de dominar outro, a fim de “aperfeiçoá-lo” e “civilizá-lo”.

Geralmente, a intelectualidade hispano-americana, orientando-se pelos movimentos culturais europeus, estava, na época de Martí e de Sarmiento, sob o impacto da tônica nacionalista. O interessante dessa importação cultural é que fazia o intelectual hispano-americano dirigir a sua atenção para a Hispano-América.

Movimentos como o Romantismo tiveram ação análoga; entretanto, a Hispano-América, observada e retratada, era excessivamente idealizada. A experiência do Realismo e do Naturalismo contribuiu para reduzir a idealização das novas observações e retratos.

Martí, nos seus textos privados, falou de uma Hispano-América enferma. Porém, nos seus textos públicos, referiu-se à nossa América robusta e fabulosa. Desenhou no exterior um projeto grandioso para a “nuestra América”, mas, no interior, temeu pela não-realização desse projeto.

Sarmiento idealizava a sociedade industrializada, que representava para ele a “nação culta”. Nessa perspectiva, entende-se que o Ocidentalismo, contrário ao enaltecimento da terra como ela era, consistia, precisamente, em atrair a modernização para a Hispano-América.

O publicista cubano fazia julgamento severo, não compartilhado pelo intelectual argentino, dos Estados considerados avançados e rejeitava a idéia de que a civilização possuía o direito natural de dominar regiões e povos por ela intitulados bárbaros.

Martí não aceita a posição de Sarmiento de tomar como civilização aquilo que é imposto a ferro e fogo, incluindo importação de instituições e hábitos próprios de outras realidades.

O rápido crescimento dos Estados Unidos não impressionou apenas europeus como Alexis de Tocqueville, mas hispano-americanos como Sarmiento, que pensava que nas terras do sul agrícola poderia repetir-se a história do norte industrial.

O conhecimento da América européia levou Martí a concluir que a Hispano-América deveria buscar vias alternativas para seu desenvolvimento e a contestar, por essa razão, a posição de Sarmiento, francamente favorável à norte-americanização da América espanhola.

O intelectual argentino testemunhou, no final de sua vida, a frustração das esperanças da Revolução de Maio (1810): a educação popular, as letras, as boas leis, as boas instituições, o progresso da agricultura, do comércio, da indústria, o tráfego das estradas, dos rios, não estavam levando à cultura e à liberação, senão à servidão travestida de democracia.

Martí e Sarmiento, a despeito dos aspectos particulares que os distinguiam, estiveram em sintonia com as tendências nacionalistas e regionalistas da época.

ca, que, apesar dos inegáveis traços românticos, procuraram obter um retrato fiel da Hispano-América, diverso daquele traçado pelos que os precederam.

A elaboração desse trabalho levou-nos, também, a perceber elementos para a construção de uma teoria de explicação da realidade da Hispano-América no século XIX, a qual incluirá, certamente, elementos compartilhados pelos autonomistas e ocidentalistas, tais como: exaltação do Nacionalismo e do Regionalismo; redução da importância dos antagonismos pela prática da moderação; valorização do conservadorismo; enaltecimento e idealização da raça e da educação, como instrumentos de transformação social; culto ao cientificismo; crença na positividade dos resultados da aplicação dos pressupostos da ciência natural à vida social.

O exame da realidade é tratado pelo viajante na sua condição de estrangeiro, enquanto percorre o território visitado, e, na sua condição de nacional, quando, de regresso à sua pátria, organiza o seu material para a redação e publicação. Esse foi o caso de Sarmiento. Com Martí, ocorreu diferente. Do local em que se encontrava, sempre na condição de exilado político, produzia seus escritos e os publicava ali mesmo, ou os enviava a outros Estados, para a publicação. Na sua pátria de origem nunca pôde publicá-los, pois Cuba permanecia colônia da Espanha. Portanto, nessa dupla condição de nacional e estrangeiro, principalmente Sarmiento manifestou e reiterou a sua noção de atraso e de progresso, quando confrontou o seu país de origem com o país visitado.

A escolha da via ocidental ou da autônoma não decorreu, cremos, de uma revelação. Não foi uma opção que se apresentou em momento de perplexidade ou de êxtase agônico. Após compulsar as obras completas dos dois autores, estamos convictos de que a escolha de uma via decorreu de contínuas vigílias de reflexão. A argumentação que desenvolveram em seus escritos endossam a nossa convicção.

O Ocidente, a partir do século XVI, fez-se no encontro extraordinário da Europa com o Novo Mundo. É inescusável não admiti-lo. Não nos interessa, por ora, a estatística do *quantum* cambiado ou do *quantum* usurpado, porém a América tem o direito de cobrar a parte do espólio que se inventaria. Ora, as maneiras que a Hispano-América adotará para se ressarcir e se servir desse patrimônio edificado apresentar-se-ão como realidade histórica. Compete aos hispano-americanos elaborá-las e testá-las. A exequibilidade, repetimos, é histórica.

Martí e Sarmiento impuseram-se a tarefa de porta-vozes dessa reivindicação histórica. As opções construídas decorreram de estudos e análises realizadas. Não cremos ter havido uma preferência, uma aquiescência subserviente ou uma sedução que sugerissem a Martí o Autonomismo e a Sarmiento o Ocidentalismo. Tanto um quanto outro trouxeram à luz a proposta segundo o ordenamento da sua cons-

ciência. A crítica que se faz *a posteriori* advém de uma outra realidade histórica que a sugeriu. Por conseguinte, a oposição e diversidade das vias não contrariam a aspiração que lhes deu a oportunidade de se apresentarem.

Sarmiento, baseando-se na realidade Argentina, propôs a ressurgência do país e estendeu-a, como modelo, a toda a Hispano-América. Ao creditar à Europa não-ibérica e aos Estados Unidos a lógica e a razão para se alcançar o desenvolvimento, não seria, àquela altura, considerado um estúpido. O contrário, desconsiderar a progressão material e espiritual dos países escolhidos, seria, de fato, um grosseiro desconhecimento.

Sarmiento, ao descobrir uma realidade externa que se fazia com pujança, delineou o projeto de transformação da Argentina amparado pela teoria da transmigração de recursos humanos. Essa tese, se não apreciada por todos, era, certamente, uma pretensão que se vulgarizava, no momento em que os Estados Unidos esforçavam-se para suplantar a presença européia nas Américas.

Considerando a insuficiência dos meios de comunicação e da prática educativa e, sobretudo, a inflexibilidade da composição socioeconômica da sociedade, estava reservada à elite a possibilidade de manifestar as suas apreensões e volições. Sarmiento, decerto, foi porta-voz de uma realidade histórica, na versão de uns poucos privilegiados.

E o que dizer de Martí?

O caráter revolucionário que se observa na proposta de emancipação da Hispano-América, realizada por Martí, adveio do estudo e deduções da mesma realidade observada por Sarmiento. Tendo o argentino concluído que os procedimentos realizados na Europa e Estados Unidos foram os responsáveis pelas conquistas materiais, nada mais pertinente do que importarmos aqueles que materializaram os projetos governamentais propostos, isso é, o homem europeu não-ibérico e o norte-americano. O cubano, observando essas mesmas realidades, concluiu que se deveu à opressão imposta às sociedades o sucesso alcançado por aqueles países.

Martí percebeu o fenômeno do Imperialismo e atribuiu-lhe a competência para propiciar uma acelerada acumulação de riqueza nos países centrais, por meio da exploração das nações desaparelhadas para se defenderem. E, sobretudo, entendeu que a libertação dos hispano-americanos - a construção da nova América - só se realizaria com os esforços e inteligência dos próprios hispano-americanos. Sobreveio como produto dessa acepção o que, como síntese do fenômeno colonial moderno, poderia se tornar o elemento historicamente determinado para empreender a superação desse estágio cultural, o mestiço.

O fato de Martí e de Sarmiento não provirem de berços oligárquicos explica, em parte, deduções incorretas das regras do jogo político. No entanto, sua condição de intelectuais e políticos, suas experiências de longas viagens pelo continente americano e europeu, suas vivências nos círculos internacionais da cultura afastaram-nos do universo aldeão e humilde onde viveram a infância e adolescência. A conquista de liderança política e de notoriedade intelectual propiciou-lhes um patamar na estratificação social com recheios de privilégios.

Embora tivessem o mesmo objetivo - promover a emancipação da Hispano-América -, os pressupostos de cada um deles para alcançá-lo divergiam. Sarmiento teve a oportunidade de realizar algumas hipóteses então concebidas e, quando o fez, foi assessorado por uma burocracia de Estado. Talvez tenha sofrido alguma resistência por parte de segmentos sociais privilegiados. Sabe-se também que, em sua obsessão educativa, promoveu uma alfabetização notável na Argentina. Já Martí, em decorrência da morte prematura, não teve a mesma oportunidade. Ainda assim, permitimo-nos afirmar que a apoia-lo constam personagens de nomeada social.

É consenso que as elites se compõem quando estão em questão os privilégios de que usufruem. Ainda que tenham entre si adversidades e idiossincrasias construídas nos transcurtos dos seus investimentos, os segmentos sociais dominantes cerram fileira na proteção de suas propriedades. Se assim entendemos, a proposta de transformação hispano-americana era alvissareira para todos, segundo pretensões particulares e setoriais. A condução do processo e a distribuição-ocupação de funções após as mudanças poderiam provocar concordâncias e insuportáveis desapontamentos. Dada a equação, a teoria de Sarmiento era romântica, conservadora e aquiescente às elites; já as teses de Martí, abusivas aos interesses e pretensões de segmentos sociais dominantes.

Do que dissemos, fica claro que a matéria das nossas reflexões traduz o intento de construção de uma sociedade que quer ressurgir no cenário Ocidental. A tentativa de transformação do Novo Mundo deve-se à submissão a que estivera sujeito pelo jogo colonialista: o Velho Mundo expandindo-se por intermédio da exploração do Novo Mundo. A História que nos permitirá compreender esse processo, identificar os seus contornos e sugerir a possível composição dos envolvidos, dar-se-á no âmbito das Relações Internacionais, sobre as quais o pensamento e a atuação do exilado e do viajante poderão, com certeza, lançar alguma luz . A parte só o é de fato na contraposição e composição do todo, pois a organicidade do todo constitui a substância das partes. Portanto, o Novo Mundo é uma extensão-parte do Velho Mundo.<sup>25</sup>

## Notas

<sup>1</sup> SILVA, Dinair Andrade da. *Saint-Hilaire e o Brasil: um viajante francês lança seu olhar sobre uma colônia às vésperas da independência*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília, Brasília, 1992, p. 16.

<sup>2</sup> MARTÍ, José. *Obras completas*. 26 v., La Habana: Editorial Nacional de Cuba, 1963-1966. Utilizaram-se as três primeiras letras do sobrenome do autor como abreviatura da obra.

<sup>3</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras de D. F. Sarmiento*, 53 vols., Paris: Buenos Aires: Belín Hermanos, Editores/ Imprenta y Litografía "Mariano Moreno"/ Establecimiento Poligráfico — Marquez, Zaragoza y Cía/ Imprenta, Litografía y Encuadernación Borzone; 1895-1900, 1902-1903, 1909. Utilizaram-se as três primeiras letras do sobrenome do autor como abreviatura da obra. Manteve-se a grafia dos textos produzidos durante a vigência da reforma ortográfica do espanhol proposta por Sarmiento.

<sup>4</sup> RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 417-418.

<sup>5</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 a nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997. No capítulo I, intitulado “História das relações internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento”, p. 17-62, o professor SARAIVA cita os estudos de David MARQUAND, *Mac Donald*, 1977; Kenneth HARRIS, *Attlee*, 1982; Martin GILBERT, *Churchill*, 1983; David DILKS, *Neville Chamberlain*, 1984 e John GRIGG, *Lloyd George*, 1985.

<sup>6</sup> Recordamos, dentre tantas, *Un destin: Martin Luther*, 1927, do historiador francês Lucien FEBVRE, com diversas traduções e edições; *Freud: a life for our time*, 1988, do pesquisador alemão, professor em Yale, Peter GAY, publicada em São Paulo, em 1989 pela Companhia das Letras, com o título *Freud: uma vida para nosso tempo* e, recentemente, o destacado trabalho do medievalista Jacques LE GOFF, intitulado *Saint Louis*, publicado em 1996.

<sup>7</sup> Como Jean-Baptiste DUROSELLE, René GIRault, Robert FRANK, Jacques THOBIE e outros.

<sup>8</sup> WATSON, Adam. *The evolution of international society: A comparative historical analysis*. London and New York: Routledge, 1992.

<sup>9</sup> O historiador e diplomata britânico havia escrito anteriormente *Diplomacy: The Dialogue Between States*, em 1981, e *The Expansion of International Society*, em 1984, em co-autoria com Hedley BULL. Introduzindo esta obra, em sua versão italiana, de 1993, que recebeu o título de *L'espansione della società internazionale*, Brunello Vigezzi, às páginas XI-XCV, destaca a pertinência e a justeza dos avanços teóricos da escola inglesa e, na oportunidade, enfatiza que a multiplicidade e a complexidade das relações humanas, em decorrência das suas próprias conquistas, impuseram às ciências das relações internacionais a inclusão de novos objetos no seu campo de investigação.

<sup>10</sup> Durante o século XIX persistiu a polêmica, contudo a questão foi matizada pelas novas utensilagens cognitivas das ciências. É de sabida conveniência a leitura do capítulo “Esvaziamento e atualidade da disputa”, in GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica, 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 336-425.

<sup>11</sup> SAR, t. VII. Examinar especialmente os capítulos I: “Aspecto físico de la república argentina,

y caracteres, hábitos e ideas que engendra”, p. 19-35; II: Originalidad y caracteres argentinos – El rastreador – El baqueano – El gaucho malo – El cantor,” p. 35-49; e o III: “Asociacion. – La pulperia,” p. 49-56.

<sup>12</sup> MAR, t. 19, “Impresiones de América I”, p. 106-110; “Impresiones de América II”, p. 115-118; “Impresiones de América III”, p. 123-126. Esses textos foram escritos em inglês e publicados em julho, agosto e outubro de 1880, respectivamente, em *The Hour*, de Nova York.

<sup>13</sup> Esse discurso foi pronunciado no sarau artístico da Sociedad Literaria Hispanoamericana, em 19 de dezembro de 1889. MAR, t. 6, p. 136.

<sup>14</sup> SAR, t. VI, p. 25-29, publicado em *El Mercurio* de 19 de abril de 1842.

<sup>15</sup> SAR, t. VI, p. 39-49, publicado em *El Mercurio* de 30 de abril, 3 e 10 de maio de 1842.

<sup>16</sup> SAR, t. VI, p. 62-86, publicado en *El Mercurio* de 7, 13, 20 e 28 de outubro de 1842.

<sup>17</sup> SAR, t. VI, p. 110-126, publicado em *El Progreso* de 2, 5 e 8 de outubro de 1844.

<sup>18</sup> SAR, t. VI, p. 135-138, publicado em *El Progreso* de 11 de abril de 1845.

<sup>19</sup> SAR, t. VI, p. 143-146, publicado em *El Progreso* de 28 de abril de 1845.

<sup>20</sup> SAR, t. VI, p. 160-162, publicado em *El Progreso* de 28 de maio de 1845.

<sup>21</sup> Dentre outras, San Martín, Rivadavia, Alvear, Artigas ou Rosas.

<sup>22</sup> “El diarismo”. *El Nacional*, 15 e 29 de maio de 1841. SAR, t. I, p. 58-67.

<sup>23</sup> “Sobre la lectura de periódicos”. *El Mercurio*, 4 de julho e 7 de agosto de 1841. SAR, t. I, p. 78.

<sup>24</sup> RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina: literatura y política en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 145-152.

<sup>25</sup> As reflexões que apresentamos resultaram de uma releitura da nossa tese de doutorado, intitulada *José Martí e Domingo Sarmiento: duas idéias de construção da Hispano-América*, orientada pelo Professor Doutor Amado Luiz Cervo e defendida em 12 de novembro de 1997 na Universidade de Brasília.

## Resumo

O objetivo deste trabalho é examinar a possibilidade de se incluir a produção intelectual do exilado-viajante como objeto de estudo da História das Relações Internacionais. O estudo realizou-se a partir da produção intelectual de José Martí e Domingo Sarmiento, autores que mergulharam, teórica e empiricamente, na realidade hispano-americana, e, ao mesmo tempo, compartilharam a diversidade de interesse, o cultivo da arte literária e da retórica, além de se deixarem atrair pela polêmica jornalística e pela prática política.

Palavras-chave: José Martí, Domingo Sarmiento, exilado-viajante, Hispano-América, relações culturais internacionais

### **Abstract**

The purpose of this article is to examine the possibility of including the intellectual output of the ‘exiled traveller’ as an object of study within the broad canvas of the History of International Relations.

The study anchored itself to the intellectual output of José Martí and Domingo Sarmiento who immersed themselves, both theoretically and empirically, in the Spanish- American reality and, at the same time, shared a diversity of interest, namely, the cultivation of the literary and rhetorical art, as well as being drawn towards polemical journalism and the modus operandi of politics.

Key words: José Martí, Domingo Sarmiento, exiled traveller, Spanish America, cultural international relations.

### **Resumen**

Este trabajo tiene como objetivo examinar la posibilidad de incluir la producción intelectual del exiliado-viajero como objeto de estudio de Historia de las Relaciones Internacionales. Nuestro estudio fue posible a partir de la producción intelectual de José Martí y Domingo Sarmiento, autores que trataron –teórica y empíricamente– la realidad hispanoamericana y, al mismo tiempo, compartieron la diversidad de intereses, el cultivo de la literatura y la retórica, amén de ceder a la atracción por la polémica periodística y por la práctica política.

Palabras clave: José Martí, Domingo Sarmiento, Exiliado-viajero, Hispanoamérica, Relaciones culturales internacionales

## **Introdução**

Este trabalho propõe-se analisar a política externa do Império frente à situação gerada no rio da Prata pela divisão da Confederação Argentina em duas entidades separadas e em conflito (1852-1861). A secessão da província de Buenos Aires, liderada pela burguesia mercantil unitária do porto, significou não apenas um severo enfraquecimento da Confederação Argentina, mas também o surgimento de mais um ator no complexo xadrez político do rio da Prata. Tratava-se, contudo, de mais uma peça no mesmo tabuleiro balizado pelos interesses econômicos que, desde sempre, aguçaram os conflitos. É que, a despeito das fronteiras políticas, um Mercosul *avant la lettre* vinculava ou colocava em choque comerciantes de Buenos Aires e Montevidéu, saladeristas bonaerenses, orientais e gaúchos, proprietários de escravos brasileiros e até o Estado de Carlos Antônio Lopez, exportador monopolista da erva-mate paraguaia. Tudo isso no quadro de uma inserção, por vezes rejeitada, outras procuradas, na economia mundial do comércio e dos capitais britânicos.

Se o horizonte espacial e temporal privilegia o conflito que envolveu à Confederação Argentina e o então Estado de Buenos Aires, o objetivo deste trabalho consiste em identificar os interesses do Império envolvidos nessa disputa e avaliar sua capacidade para atingir seus objetivos de política externa. Com efeito, embora constituindo a única verdadeira potência sul-americana da época, o Império dispunha de recursos econômicos e militares relativamente limitados e devia levar em consideração sua própria vulnerabilidade diante das duas principais potências coloniais da época: a França e particularmente a Grã-Bretanha. Dessa maneira, no percurso do trabalho algumas questões são explícita ou implicitamente abordadas: Convinha aos interesses brasileiros a consolidação da divisão argentina, tal como afirma uma parte da historiografia? Se assim foi, tinha capacidade para fazê-lo e efetivamente implementou uma política nesse sentido? Qual era, paralelamente, a atitude da Grã-Bretanha?

## Hipótese de trabalho

Até bem avançado o século XIX, o subsistema de relações platino evidenciou um caráter pré-westfaliano. Em um contexto em que as identidades e os mercados nacionais estavam ainda imperfeitamente constituídos, as solidariedades ideológicas e de interesses freqüentemente se superpunham às fronteiras estatais. Nesse cenário, unicamente a República do Paraguai e o Império do Brasil se apresentam até 1862 como estados constituídos e capazes de levar adiante uma política externa com interesses claramente definidos.

O Império, em particular, gozava de um período de notável estabilidade institucional, afiançada em três pilares fundamentais: o Imperador, o Parlamento e o Conselho de Estado. Entre 1848 e 1862, o Partido Conservador mantém-se no poder, embora em alguns gabinetes também participassem ministros liberais. Essa estabilidade permite um rodízio constante de figuras entre o Parlamento, o gabinete e o Conselho. Alguns nomes estão vinculados especialmente à política externa do período: Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e Marquês de Paraná, negociador dos tratados de 1851, e presidente do gabinete desde 1853, até sua morte em 1856; José Paulino Soares de Souza, visconde do Uruguai, Ministro de Negócios Estrangeiros de 1848 a 1853, membro do Conselho de Estado desde 1857 e negociador de vários tratados em representação do Brasil. Junto com ele, o exponente mais conspícuo da política externa brasileira é José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, Ministro de Negócios Estrangeiros entre 1855-1857 e, de novo, em 1859.

O espírito de conciliação entre os partidos modera as posições extremas em política externa, porém, sem eliminá-las. As querelas entre oficialismo e oposição encontram expressão nas controvérsias entre neutralistas e intervencionistas nas questões platinas. Sem discutir se haveria, como pretende Cervo, uma “tese” intervencionista, uma “antítese” neutralista e uma “síntese” nas idéias de José Maria da Silva Paranhos, pode-se dizer que um maior intervencionismo, baseado nos Tratados e nos “interesses essenciais” (como se dizia na época), coloravam a política externa brasileira em relação ao Uruguai, enquanto uma “neutralidade limitada” era defendida em relação aos conflitos argentinos.

Tendo proposto uma análise da política externa brasileira centrada no jogo de quatro atores principais, com graus diferenciados de poder (a Confederação Argentina, o Estado de Buenos Aires, a Grã-Bretanha e o próprio Império), a política externa brasileira pode ser compreendida levando-se em conta o complexo balanço entre possibilidades e limites que confronta uma potência periférica ao

empreender políticas de hegemonia. A política externa brasileira seria então o reflexo de sua inserção subordinada no cenário internacional, combinado com a vontade de explorar margens de manobra em áreas nas quais, como potência regional, tem interesses emergentes. Um ambicioso esquema analítico é desenvolvido nessa direção por Maria Regina Soares de Lima. O enfoque dessa autora, baseado nas teorias da ação coletiva, tenta dar conta da conduta aparentemente contraditória de países semiperiféricos, que num cenário atuam como potências hegemônicas, em outros como “caronas” no sistema internacional, em outros pretendem agir unilateralmente e, ainda em outros, cedem aos interesses de outras potências. O esquema pode ser perfeitamente aplicado para explicar as relações do Império com a Grã-Bretanha e o Uruguai na década de 1850, países em relação aos quais o Brasil seguiu estratégias diferentes. Ainda deixando de lado o enfoque específico da ação coletiva, é interessante ter em conta esse esquema quando, pelo caráter dos atores envolvidos, relações de subordinação e hegemonia podem se dar simultaneamente num mesmo cenário. Esse é o caso da Bacia do Prata na década de 1850, na qual a política hegemônica do Império (claramente no Uruguai) devia temperar-se face a suas próprias limitações econômicas e militares, bem como à presença de outros atores não facilmente subordináveis (a Confederação, o Estado de Buenos Aires e o Paraguai) e de potências não sul-americanas com as quais o Império mantinha-se em desvantagem militar e econômica.

Os objetivos do Império na região do Prata, segundo se pode deduzir das negociações levadas adiante por seus representantes e pelos diversos tratados assinados em consequência, podem ser sumariados do modo seguinte: estabelecimento de limites definitivos e favoráveis ao Império, liberdade de navegação dos rios para os navios mercantes e de guerra brasileiros - sem que isso significasse livre navegação para todas as bandeiras -, neutralização da ilha de Martín García, livre passagem de gado desde o Uruguai à industria do charque do Rio Grande - garantia à importação do charque argentino e uruguai - , captura dos escravos fugitivos do Império e existência de um governo alinhado a seus interesses na Banda Oriental.

Os objetivos brasileiros na Bacia do Prata confrontavam, pelo menos parcialmente, com os objetivos das potências extra-sulamericanas, particularmente a Grã-Bretanha. Por volta de 1852, o Ministro de Exteriores britânico, lorde Malmesbury, receava-se das intenções do Império, em particular em relação ao Uruguai. Da mesma maneira, os britânicos achavam que o Império veria com bons olhos o desmembramento da Argentina. No entanto, os próprios interesses britânicos na área estavam longe de serem homogêneos. À praça financeira britânica interessava

o pagamento regular dos empréstimos concedidos na região, enquanto os comerciantes britânicos de Buenos Aires e Montevidéu privilegiavam a paz (já que a guerra sempre era acompanhada de bloqueios) e tendiam a assumir os pontos de vista das praças comerciais onde estavam localizados. Essa não era necessariamente a visão dos agentes do Foreign Office que, pelo menos até 1854, continuaram privilegiando a livre navegação dos rios da Bacia do Prata. Uma vez conseguido isso, o pagamento das dívidas da Confederação, contraídas em 1824, adquiriu maior relevância. Mais do que tudo, interessava à Grã-Bretanha a liberdade da praça comercial de Montevidéu e a constituição de uma Argentina “unida, pacífica e liberal”.

A despeito da posição dominante da Grã-Bretanha na política e na economia internacional e de sua forte presença na economia brasileira, o Império não aceitou pacificamente essa hegemonia e, além dos atritos surgidos em função do tráfico negreiro, os dois países procuraram consistentemente seus respectivos objetivos na Bacia do Prata. De acordo com Paulo Roberto de Almeida, a elite brasileira procurava “afastar a influência, a seus olhos nefasta, da França e da Grã-Bretanha nos negócios platinos.” O Império sempre recusou as propostas britânicas de uma ação conjunta no rio da Prata, as quais enxergava como uma forma de a Inglaterra controlar a política brasileira na região.

Poderosos interesses econômicos dentro do Brasil alimentavam a oposição à política britânica, muito embora, no quadro geral do sistema internacional, a inserção crescente do Brasil nos mercados internacionais – principalmente os de capital – dependesse ainda por muito tempo da praça de Londres. De fato, enquanto o Brasil outorgava empréstimos ao Uruguai e à Confederação Argentina, solicitava outros em Londres (v. gr. empréstimos de 1851, 1855, 1858, 1859, 1860), a maioria levantados através da Casa Rothschilds, nomeada em 1855 como único agente financeiro para o Brasil. Por outro lado, na década de 1850, metade das importações brasileiras provinham da Grã-Bretanha e os comerciantes ingleses controlavam a maior parte do comércio de exportação.

Nessa posição intermediária, vista na necessidade de calibrar constantemente o uso de seus recursos de poder, o Império valeu-se de diversas táticas, segundo as circunstâncias e os atores envolvidos na Bacia do Prata. Por essa razão, somente levando em conta os interesses permanentes do Império, em relação ao que seu poder e influencia podiam fazer, é possível decifrar, no emaranhado de propostas e contrapropostas, notas e missões especiais, o sentido da postura assumida pelo Império nas diversas etapas dos nove anos de divisão argentina.

## A situação no Rio da Prata depois da batalha de Caseros

A derrocada de Rosas tinha contado com o ativo concurso do Império, que forneceu navios, tropas e, fundamentalmente, dinheiro para o governo colorado de Montevidéu, assim como para o governador de Entre-Rios, o general Urquiza. A iniciativa brasileira no Rio da Prata aproveitou a possibilidade aberta pela defecção de Urquiza, num momento em que a acumulação de poder nas mãos de Rosas, quando do recuo das potências européias, ameaçava deixar o Império isolado em uma hipotética guerra contra a Confederação Argentina.

Em 29 de maio de 1851 assinava-se o tratado de aliança ofensiva e defensiva, entre o Império, o governo de Montevidéu e a província de Entre-Rios. Depois de anulado o exército do caudilho blanco Manuel Oribe, essa aliança foi consolidada nos tratados de 12 de outubro de 1851, entre o Império e o governo de Montevidéu, e de 21 de novembro, entre o Império, o Uruguai e as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes. Esses tratados, assim como sua renegociação e renovação, constituiriam o eixo em torno do qual girariam muitas disputas diplomáticas durante a década que se iniciava. Isso porque encerravam o núcleo dos objetivos brasileiros em relação ao Rio da Prata, em troca dos quais o Império comprometia-se a fornecer ajuda às facções em luta, principalmente na forma de empréstimos garantidos pelas rendas da Aduana e pelas terras públicas dos governos de Montevidéu e de Paraná.

No que diz respeito aos compromissos entre o Império e o governador Urquiza, o tratado de 21 de novembro estipulava que o Império financiaria a luta contra Rosas, outorgando a Urquiza um total de 400.000 patacões, a serem entregues em somas mensais de 100.000, sobre os quais seriam cobrados juros de 6% ao ano. Para o pagamento do empréstimo, o governador Urquiza comprometia-se a obter que o governo que sucedesse o do general Rosas reconhecesse aquele empréstimo como dívida da Confederação. Pelo mesmo compromisso, Urquiza prometia “usar de sua influência junto ao governo que se organizar na Confederação Argentina, para que este acorde e consinta a livre navegação do Paraná e dos demais afluentes do Rio da Prata, não só para os navios pertencentes aos Estados Aliados, senão também para os de todos os ribeirinhos que se prestem à mesma liberdade de navegação naquela parte dos mencionados rios que lhes pertencer.”

Esse tratado, no entanto, não esgotava os temas que o Império desejava tratar com a Confederação Argentina. A assinatura de uma convenção definitiva que substituisse o Tratado provisório de 1828 (guerra da Cisplatina), um estatuto completo para a navegação do rio da Prata e seus afluentes, um tratado de limites e

de extradição, deviam ser ainda negociados entre os dois Estados, segundo ficara estabelecido no próprio Tratado de 1851.

Dessa maneira, depois de Caseros, o Império tinha assegurado a eliminação de seu inimigo mais perigoso, ligando o Uruguai por uma série de Tratados vantajosos ao Brasil, e tinha em Urquiza, se não um aliado confiável, pelo menos um governante não hostil aos interesses brasileiros. Os sucessos posteriores iriam tornar a situação mais instável, porém ainda mais favorável potencialmente aos objetivos do Império.

### A secessão do Estado de Buenos Aires

A derrota de Rosas por Urquiza possibilitou o regresso da elite unitária emigrada. Essa última, no entanto, representante dos interesses da burguesia mercantil do porto de Buenos Aires, mostrou-se logo pouco disposta a aderir ao projeto de organização federal impulsionado pelo novo Diretor Provisório da Confederação. Ameaçado de perder o controle da alfândega, então a maior fonte de recursos fiscais, o grupo unitário, sob a liderança de Valentín Alsina, tomou pela força o governo da província de Buenos Aires, no golpe de 11 de setembro de 1852. De imediato, o novo governo de Buenos Aires recusou-se a enviar representantes ao Congresso Constituinte reunido em Santa Fé, cuja sessão inaugural teve lugar em 20 de novembro do mesmo ano. O general Urquiza renunciou, naquele momento, a submeter militarmente aos sublevados. No entanto, em 1 de dezembro de 1852, o general Hilário Lagos, antigo chefe rosista, levantou em armas a campanha da província de Buenos Aires e suas forças passaram a sitiá-la a cidade. Desde seu início, o movimento contou com a simpatia e o apoio de Urquiza.

A reação inicial do Império e de outras potências consistiu na adoção de uma neutralidade favorável à Confederação, que incluía, por exemplo, as instruções dadas pela Repartição dos Negócios Estrangeiros ao enviado extraordinário e plenipotenciário do Brasil, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, para que tratasse com as autoridades de Buenos Aires apenas dos assuntos que lhe eram relativos. Ao mesmo tempo, o Império, a pedido do governo da Confederação, expressou sua negativa em permitir que cidadãos brasileiros participassem das Legiões de estrangeiros (organizadas segundo nacionalidades) que o governo de Buenos Aires estava formando com a intenção de defender a cidade. Paralelamente, uma proposta de mediação foi conjuntamente apresentada pelos representantes do Império e da Bolívia. Atitude semelhante assumiu o representante da Grã-Bretanha, decidido aliado da Confederação.

As duas rodadas de negociações levadas adiante pelas comissões respectivas (março e abril) fracassaram definitivamente em começos de maio. Sem demora, o Diretor Provisório acudiu com suas tropas em apoio de Lagos e a esquadra da Confederação estabeleceu o bloqueio do porto. O comandante da divisão brasileira no Rio da Prata e os comandantes das esquadras das outras potências procederam ao reconhecimento do bloqueio por parte da frota de Urquiza, a despeito das tentativas em contrário do governo de Buenos Aires.

No entanto, o governo da Província de Buenos Aires conseguiu comprar a pessoa do comandante da esquadra da Confederação, o comodoro americano Coe, que entregou os navios da marinha da Confederação em 21 de junho de 1853. Paralelamente começaram a se dispersar as forças de Lagos, também corrompidas pelo dinheiro de Buenos Aires e desiludidas pela decisão, tomada pelo Congresso de Santa Fé, de federalizar a cidade de Buenos Aires, separando-a, assim, do resto da província. Confrontado com uma situação difícil, Urquiza solicitou em 23 de junho a ajuda do Império e do governo inglês.

O ministro brasileiro Silva Pontes recusou-se, alegando a posição neutra do Império, e no mesmo sentido manifestou-se Hotham. Todavia, para aquela época esse agente britânico tinha convencido seu ministro de Exteriores (lorde Malmesbury) de que a questão da livre navegação devia ser a prioridade da Grã-Bretanha. Sem comprometer forças britânicas, Hotham sugeriu a Urquiza um meio de conter a ameaça de Buenos Aires, que coincidia, ademais, com o objetivo de sua missão: a assinatura de um tratado de livre navegação sob garantia da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. Por essa via, essas potências teriam o direito de impedir que Buenos Aires, agora dona da frota, bloqueasse os rios da Confederação. O próprio Urquiza retirou-se em 13 de julho para Entre-Rios, protegido por navios dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha.

A assinatura do Tratado de San José de Flores, como foi chamado, levantou os protestos de Buenos Aires e do Império do Brasil, em particular no que dizia respeito às limitações ao exercício do direito de bloqueio, à proclamação irrestrita do princípio da livre navegação e ao compromisso das potências signatárias de usar sua influência para que a posse da ilha de Martim Garcia (ocupada pelas forças de Buenos Aires) não fosse retida por nenhum estado do Rio da Prata ou seus confluentes que não aderissem à livre navegação.

Para o Brasil interessava a manutenção dos termos do Tratado de novembro de 1851, pelo qual era permitida a livre navegação apenas aos Estados ribeirinhos do Rio da Prata e seus afluentes. Era contrário aos interesses do Império brasileiro o reconhecimento, pelo Tratado de San José das Flores, o princípio da livre nave-

gação a “nações que não possuem o mais pequeno espaço de terra sobre qualquer margem daqueles rios.” Preocupado com o possível domínio da ilha Martim Garcia por uma potência estranha, o Ministro dos Negócios Estrangeiros subitamente mostrava-se preocupado pelos direitos de soberania de Buenos Aires e do Uruguai, eventualmente afetados pelo Tratado. O Brasil, mesmo expressamente convidado pelo artigo 7º do Tratado, sempre se recusou a aderir a ele.

O Império perseguiria seus próprios objetivos. Não seria arrastado por uma das partes a participar de um conflito de resultado incerto, nem teria suas mãos amarradas por Tratados com as grandes potências. No entanto, essa política tinha um preço. Era impossível arbitrar o conflito entre a Confederação e a província de Buenos Aires. Sendo a potência mais importante da região, esses dois estados solicitariam seu apoio na disputa que dirimiriam, mas, se rejeitados, voltar-se-iam para outros atores cujos interesses podiam não corresponder aos do Império. No entanto, se decidisse intervir, ver-se-ia confrontado com os objetivos por vezes contrapostos das diplomacias britânica e francesa. Nessa situação, convinha ao Império aproveitar ao máximo as concessões que as outras partes estariam dispostas a fazer, comprometendo, ao mesmo tempo, um mínimo de recursos próprios na perseguição de objetivos alheios.

## **Consolidação da divisão**

A Constituição da Confederação Argentina foi sancionada em novembro de 1853 e, em fevereiro de 1854, Urquiza foi eleito presidente. Pouco depois, em maio de 1854, era promulgada a constituição do Estado de Buenos Aires. A cristalização dessa divisão enfraquecia a Confederação. Sem os recursos da Aduana, a renda das treze províncias confederadas era várias vezes inferior à de Buenos Aires e insuficiente para o estabelecimento dos meios imprescindíveis de administração. Carente de recursos para submeter, sem ajuda, a província rebelde, a Confederação tinha sua política externa condicionada pela dependência dos empréstimos do Império do Brasil, assim como de sua eventual cooperação no campo militar.

A esse quadro de impasse somou-se o incremento dos atritos entre o Império e o Paraguai, assim como a instabilidade política no Uruguai, transformado também em campo de disputas entre a Confederação e Buenos Aires, tendo o Império como poder tutelar. Quando em 1854, sob a cobertura dos Tratados de 1851, tropas imperiais intervieram em favor do colorado Venâncio Flores, ideologicamente próximo dos portenhos e do Império, o governo da Confederação - infor-

mado dos eventos pela Legação Imperial - viu-se obrigado a manifestar que depositava a mais plena confiança na lealdade do governo brasileiro, renunciando a tomar parte ativa nos negócios do Estado oriental.

No caso do Paraguai, a questão de limites e da navegação do rio Paraguai tinha conduzido a uma situação tensa com o Império. Em 1855 o Brasil enviou o almirante Ferreira de Oliveira à frente de uma esquadra de navios de guerra. A missão foi um fracasso. Não apenas não foi conseguido o objetivo de assinar tratados favoráveis ao Império, mas também a subida dos navios de guerra brasileiros levantou receios e desconfianças entre Buenos Aires, a Confederação e a Grã-Bretanha. Buenos Aires e a Confederação enviaram notas de protesto ao governo imperial, ao passo que o cônsul britânico em Assunção, C. A. Henderson, recomendou ao Foreign Office que condenasse o envio da missão Ferreira.

O fracasso de Ferreira indicou ao governo brasileiro a necessidade de uma ação concertada contra o governo de Carlos Solano López. Nesse marco, em março de 1856 viajou ao Paraná o visconde de Abaeté, com o objetivo de equacionar várias questões entre a Confederação e o Império. Entre elas, sugestivamente, encontrava-se um tratado de amizade, comércio e navegação, que permitia a liberdade de navegação para os navios de guerra dos Estados ribeirinhos.

Pelo mesmo tratado, as duas partes obrigavam-se a não apoiar direta ou indiretamente a segregação de porção alguma dos seus territórios (leia-se Buenos Aires e Rio Grande do Sul), ao tempo em que se comprometiam a preservar a integridade e independência da República do Uruguai (o que se podia interpretar como uma forma de impedir a intervenção de Buenos Aires e outras potências nos assuntos internos uruguaios). Junto ao tratado chegou uma medida simbólica, mas de alto conteúdo político: o traslado da Legação Imperial de Buenos Aires para Paraná. Esse gesto veio somar-se aos de França e Inglaterra, cujos novos agentes no Rio da Prata, Charles Lefebvre de Bécour e William Christie, instalaram-se no Paraná como resultado das bem-sucedidas gestões do agente da Confederação na Europa, Juan Bautista Alberdi.

O tratado surgido da missão Abaeté alimentou em Buenos Aires e em Assunção o temor a uma renovação da aliança de 1851. Os acordos Bergés-Paranhos e Guido-López adiaram a questão por algum tempo, mas, por volta de 1857, as tensões crescentes entre a Confederação e Buenos Aires e a aplicação restrita que López fazia do acordo Bergés-Paranhos promoveram um novo estreitamento das relações entre o Império e a Confederação. A missão Abaeté tinha deixado pendente um tratado de limites e um tratado para a extradição de escravos e fugitivos, assim como o desenvolvimento das estipulações do tratado de navegação. O mi-

nistro José Maria Paranhos trasladou-se ao Paraná, onde foram assinados os Tratados de 20 de novembro (navegação) e 14 de dezembro de 1857 (extradição e limites).

A caminho do Paraná, Paranhos tinha passado por Buenos Aires. Na ocasião, e com o objetivo de obter a neutralidade de Buenos Aires em caso de guerra com o Paraguai, deslizou que o Império estaria disposto a reconhecer a independência do Estado de Buenos Aires. Mas afirmou que, em caso de guerra com a Confederação, seu país permaneceria neutro. Esse compromisso explica o alcance que tinha para Paranhos o protocolo secreto, assinado em 14 de dezembro entre a Confederação e o Império, e que previa a formação de uma aliança ofensivo-defensiva contra o Paraguai.

Em síntese, os Tratados não envolviam em si nenhum compromisso do Império de participar em uma tentativa de Urquiza de reincorporar a província de Buenos Aires. De fato, o apoio mais substancial do Império, em troca da aliança da Confederação contra o Paraguai, consistia no outorgamento de um empréstimo de 300.000 patacões para as exaustas arcas do governo do Paraná. O Banco Mauá funcionaria como intermediário na operação. Pouco depois, o mesmo Mauá obteve a concessão para a abertura de uma sucursal do Banco Mauá & Cia. na cidade de Rosário, principal porto da Confederação. O banco gozaria de um monopólio de 15 anos para outorgar créditos, emitir moeda e custodiar os depósitos fiscais.

No entanto, a experiência foi um fracasso. Os créditos outorgados pelo Banco filtravam-se para o mercado de Buenos Aires, com impacto mínimo na atividade econômica da Confederação. O resultado dessa experiência confirmou mais uma vez ao governo do Paraná a necessidade de pôr fim à secessão da província de Buenos Aires, mesmo sem a ajuda do Império.

### Preliminares do conflito definitivo

A missão Paranhos e os tratados de 1857 voltaram a gerar nos homens de Buenos Aires o temor de uma aliança entre a Confederação e o Império contra a Província. No mesmo ano de 1857 é eleito Valentín Alsina como governador de Buenos Aires, líder do setor mais intransigente do partido unitário, fato que prenunciava a segregação definitiva. Cogitava-se a formação de uma República del Plata, que incluísse o Uruguai. Em janeiro 1858 um grupo colorado, com apoio dos homens de Buenos Aires, tentou derrubar o governo uruguai do presidente Pereira, este último sustentado por Urquiza e o Império. De acordo com Scenna, Urquiza decidiu aproveitar o fracasso da invasão de Diaz para terminar com a

secessão de Buenos Aires, embora talvez tenha pesado mais nessa decisão a mudança evidente na correlação de forças entre a Confederação e a província secessionista.

Com efeito, à debilidade econômica da Confederação veio somar-se a mudança de atitude da Grã-Bretanha e da França. Até 1857, o agente inglês Christie, embora contrário a um conflito armado entre a Confederação e Buenos Aires, claramente favorecia a reincorporação desta última pela primeira. Afortunadamente para Buenos Aires, o chefe de Christie, Clarendon, tinha se manifestado clara e terminantemente contra uma guerra entre os dois estados argentinos. Eram demasiado vultosos os interesses comerciais que poderiam ser prejudicados e o Ministro fez notificar ao enviado argentino, Juan Bautista Alberdi, que o governo inglês, em consonância com a França, “influiria para que o Brasil não colaborasse com Urquiza na eventualidade de um conflito armado.”

O peso dos interesses britânicos evidenciou-se na oposição à lei de direitos diferenciais de alfândega, imposta pela Confederação contra o porto de Buenos Aires. Contudo, o elemento mais importante por trás da mudança de atitude da Grã-Bretanha residiu na questão do pagamento do chamado empréstimo Baring, contraído com a Casa Baring Brothers de Londres em 1824 e, desde então, o pagamento dos juros tinha sido um problema para os investidores britânicos. A partir de 1852, os agentes da casa Baring no Rio da Prata, cientes da carência de recursos da Confederação, tinham tentado, sem sucesso, chegar a um acordo com o governo de Buenos Aires. As pressões, assim como o temor ao apoio que a Grã-Bretanha poderia oferecer à Confederação, aconselharam o governo de Buenos Aires a alcançar um acordo com a Baring em novembro de 1857, embora já desde 1856 tivesse recomeçado o pagamento dos juros. O acordo reforçou a vontade britânica de ajudar a reconciliação entre a Confederação e Buenos Aires e revigorou sua oposição a um conflito armado, do qual seus interesses comerciais financeiros e comerciais pudessem resultar prejudicados.

A esse fato, perigoso para a Confederação, veio somar-se, em começos de 1858, o anúncio de que a França receberia um agente diplomático portenho, o que implicava o reconhecimento da soberania de Buenos Aires. O presidente Urquiza tinha declarado que, na eventualidade de que essa província executasse um ato equivalente a uma declaração de independência, empregaria imediatamente a força. A guerra era iminente e a procura de alianças recomeçou.

O ministro de Urquiza, Luis José de la Peña, foi enviado a Rio de Janeiro, com o objetivo de formalizar uma aliança com o Império e um empréstimo de um milhão de pesos fortes. A escusa da missão era a assinatura do Tratado Definitivo

de Paz entre o Império e a Confederação Argentina. A missão de Peña prolongou-se durante meses. O delegado argentino chegou em agosto de 1858, mas os plenipotenciários brasileiros foram nomeados apenas em outubro, e o tratado foi assinado em janeiro de 1859. Das negociações participaram o ministro uruguai no Brasil, Andrés Lamas, e os plenipotenciários brasileiros Paranhos e Visconde do Uruguai, dois homens contrários a qualquer aliança do Império em favor da Confederação. As negociações foram dificultadas, aliás, pelo péssimo estado das relações entre o Uruguai e o Brasil e pelo fato de os representantes inglês e francês no Rio de Janeiro terem recebido a ordem de pressionar o governo brasileiro para se abster de intervir nos assuntos internos da Argentina.

Entretanto, o Tratado de 2 de janeiro de 1859 ficou aquém das expectativas de Urquiza, uma vez que apenas satisfazia o antigo desejo brasileiro de resolver definitivamente a questão deixada em aberto no Tratado Provisório de 1828. Fundamentalmente, o novo Tratado estabelecia que o Uruguai não poderia ser incorporado, refundir-se ou federar-se com o Brasil, a Confederação ou qualquer outra nação. O restante era em si de pouco valor, estando a maioria de suas estipulações contidas nos Tratados de 1856 e 1857.

As razões das reticências brasileiras estavam bem claras na mente de seus negociadores. O visconde do Uruguai escreveu: “Todo o negócio reduz-se: A incorporar Buenos Ayres à Confederação. A obter para isso do Brasil os meios que faltão a esta.[....] São interesses argentinos que só eventual e remotamente podem ligar-se a interesses essenciais do Brasil.” As perspectivas do apoio brasileiro diminuíram ainda mais com a mudança no gabinete imperial. Em 12 de dezembro de 1858, o Visconde de Maranguape, favorável à Confederação, é substituído como Ministro de Negócios Estrangeiros por Paranhos.

Além de prováveis razões de geopolítica, importantes vínculos econômicos uniam o Império a Buenos Aires e desaconselhavam uma intervenção. A penetração financeira do Brasil na Confederação tinha interesse político, mas não era o caso nos negócios com Buenos Aires. Na Consulta à Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado (ano de 1857), pode-se ler que, entre 1848 e 1855, Buenos Aires tinha sido consistentemente o segundo fornecedor de carne de charque para o Império, mais que o dobro do Uruguai, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul. Por sua vez, as importações brasileiras eram pagas com a exportação de açúcar, aguardente, arroz, café, fumo, erva-mate e madeira, apresentando um saldo final favorável ao Império. As conclusões tiradas pelo relator do Conselho sobre os vínculos entre economia e política são sugestivas:

*O Brasil adquiriu inegável importância pela política no Rio da Prata. As alianças podem criar e assegurar essa política até certo ponto, e enquanto duram os interesses que as ditaram. É uma ilusão contar com a gratidão das nações quando falta o interesse. A aliança e os laços estão a expirar, não convém a continuação dos sacrifícios que temos feito. É preciso substituir os quase rotos laços que ela formou por outros que em lugar de sacrifícios nos trazem lucro, e que por serem fundados em interesses mais gerais e permanentes, serão mais vantajosos, mais sólidos, mais duradouros, e menos odiosos.*

Desiludido com a atitude de Brasil, Urquiza voltou-se - sem sucesso - para o Paraguai. As negociações prolongaram-se inutilmente até meados de agosto, quando os representantes argentinos aceitaram que a Confederação teria de resolver sem ajuda o conflito com Buenos Aires. Já em 6 de maio de 1859 o Estado de Buenos Aires tinha declarado guerra à Confederação.

## A guerra

Dessa vez, a Confederação marchava sem ajuda ao combate. O Foreign Office continuava insistindo em sua oposição ao conflito armado. O Ministro de Exteriores da Grã-Bretanha, o conde Russell, resolveu que, ainda que a Inglaterra se mantivesse neutra, teria de reconhecer em Buenos Aires a condição de beligerante, com todos os direitos internacionalmente admitidos.

Por sua vez, o Império adotou uma postura semelhante, fato que levantou os protestos da Confederação. Com efeito, deflagrada a guerra o governo imperial proclamou, como era de se esperar, sua neutralidade. Mas, em setembro de 1859, quando o Encarregado de Negócios da Confederação em Rio de Janeiro, Arredondo, solicitou ao governo imperial que fossem detidos dois vapores comprados por Buenos Aires na Grã-Bretanha e que deviam atracar no porto do Rio de Janeiro, o governo imperial recusou-se. Isso motivou uma longa disputa em torno do alcance da neutralidade no marco dos Tratados assinados pelo Império e a Confederação.

Contudo, esse não seria o único motivo de atrito entre a Confederação e o Império durante o conflito. A participação dos agentes brasileiros em Montevidéu e Buenos Aires, em relação às questões suscitadas pelo uso deste porto oriental por parte da esquadra da Confederação, e o desarmamento da ilha de Martim Garcia ressentiram fortemente as relações entre Paraná e Rio de Janeiro.

Com efeito, no começo da guerra a Confederação fez armar no porto de

Montevidéu alguns vapores – dois deles, inclusive, comprados no Rio de Janeiro. Como resposta e também com o objetivo de bloquear a chegada de subministros à Confederação, o governo de Buenos Aires tinha desembarcado armamentos na ilha Martim Garcia, deixando os navios argentinos sem comunicação com a Confederação e dependentes dos portos orientais para suas operações de guerra.

Por sua vez, já desde 28 janeiro de 1859 as relações entre Uruguai e Buenos Aires estavam interrompidas, e Montevidéu tinha solicitado a cooperação de forças navais brasileiras para impedir um eventual desembarque de forças provenientes de Buenos Aires. A resposta do Império, diferentemente dos eventos de 1858, foi insatisfatória, no entender do ministro de assuntos exteriores uruguai. De fato, o Império procurava evitar qualquer atitude que o envolvesse no conflito, ao mesmo tempo em que procurava obter algumas vantagens da situação. Antecipando uma vitória de Buenos Aires, o Império vinculou a questão da segurança do Uruguai à questão da neutralização e desarmamento da ilha Martim Garcia.

A Confederação tinha solicitado ao Império, por meio de seu Encarregado de Negócios, que exigisse o desarmamento de Martim Garcia e que, para conseguí-lo, empregasse a força, caso a sua intimação não fosse atendida. O Império alegou que os Tratados de 1851 e 1856 não lhe autorizavam o emprego da força, embora se comprometesse a utilizar os meios dissuasivos para convencer o governo de Buenos Aires. Simultaneamente, este último enviava sua esquadra para intimar o governo de Montevidéu ao desarmamento dos navios da Confederação.

Diante da mediação brasileira, o governo de Buenos Aires manifestou-se disposto a desarmar a ilha, em troca de uma garantia por parte da Confederação e do governo de Montevidéu e da promessa do governo oriental de desarmar a esquadra da Confederação ancorada em Montevidéu. O ministro residente brasileiro comunicou essa intenção às Legações argentina e oriental, sugerindo também a neutralização da ilha. Isso motivou a reação irada da Confederação, cujo governo achou que “[...] a ilha de Martim Garcia, parte integrante do território argentino, tinha sido objecto de negociação sem annuencia ou audiencia do governo nacional, e que, por outro lado, a sahida de sua esquadra do porto de Montevidéu tinha sido offerecida como condição para a neutralização da ilha”. De fato, os receios de Urquiza eram justificados. De acordo com a nota do Cônsul Geral do Brasil, João Carlos Pereira Pinto, ao Governo de Buenos Aires, em 3 de setembro de 1859, estava-se negociando a neutralidade do Uruguai em troca de que Buenos Aires declarasse a neutralização da ilha por uma lei de Estado. Publicada a notícia nos jornais de Buenos Aires, o governo portenho viu-se obrigado a negar que essas fossem suas intenções.

No entanto, se o cônsul brasileiro manobrava para obter a neutralização de Martim Garcia, o agente argentino em Montevidéu e o ministro Lamas tentavam envolver o Império no conflito contra Buenos Aires. Por pressão do representante brasileiro no Uruguai, J. M. de Amaral, o ministro de Assuntos Exteriores desse país tinha intimado as esquadras de Buenos Aires e da Confederação a se retirarem do porto de Montevidéu. Finalmente chegou-se a um ajuste em 31 de agosto, pelo qual a esquadra de Buenos Aires suspenderia suas hostilidades por três dias, tempo durante o qual a esquadra da Confederação deveria se retirar aos portos de Rio Grande ou Santa Catarina. Esse acordo teria contado, segundo o Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, com a aprovação do encarregado de negócios da Confederação no Uruguai. No entanto, o ajuste implicava deixar o rio da Prata nas mãos de Buenos Aires e, portanto, não foi respeitado pelo comandante da esquadra da Confederação. Ainda mais, o governo do Uruguai anunciou em 1 de setembro a suspensão do ajuste, alegando ofensas de parte do comandante da esquadra de Buenos Aires. As alegadas ofensas eram, na verdade, o pretexto para solicitar ao ministro residente do Brasil que interviesse para obter uma satisfação do governo de Buenos Aires e para solicitar o apoio das forças navais brasileiras em caso de hostilidades contra Buenos Aires. O ministro do Brasil, que tinha sido parte ativa na realização do ajuste de 31 de agosto, naturalmente declinou de ambos os pontos e enviou o navio Ypiranga para informar o chefe da esquadra de Buenos Aires.

Essa reação tinha também outros fundamentos. Ao naufragar o ajuste de 31 de agosto, também naufragava a negociação que Pereira Pinto levava adiante, com o objetivo de obter de Buenos Aires a neutralização de Martim Garcia. Imediatamente Amaral voltou para Rio de Janeiro sob o pretexto de informar a seu governo. Pereira Pinto retornou de Montevidéu, aonde fora comunicar sua proposta de neutralização, para Buenos Aires, a bordo de um navio da esquadra desse Estado. Pressionado pela partida de Amaral, o ministro Lamas ofereceu uma saída de compromisso e o representante brasileiro voltou a Montevidéu. Mas, como Lamas recusara-se a proibir oficialmente aos navios da Confederação o uso dos portos orientais, Amaral manteve a negativa do Império de defender a República do Uruguai de um possível ataque portenho. O Brasil estava preparado para permitir que barcos da Confederação se armassem no Rio de Janeiro, pois sabia que Buenos Aires não poderia reclamar. No entanto, se o mesmo acontecesse em Montevidéu, produzir-se-ia uma *causa foederis* que o envolveria no conflito.

A atitude do Império desagradou a Urquiza e quando, depois do triunfo de Cepeda (23 de outubro de 1859), renovaram-se as propostas de mediação, o Presidente da Confederação rejeitou a participação do representante brasileiro. Casualmente, tra-

tava-se do mesmo J.M. Amaral que tinha atuado em Montevidéu. Para desagrado do Império, o mediador seria Francisco Solano López, filho do ditador do Paraguai, país com o qual tinha interrompido relações. As negociações conduziram ao Pacto de San José de Flores, de 10 de novembro de 1859, pelo qual a província de Buenos Aires reintegrava-se à Confederação, com o direito de apresentar emendas à Constituição de 1853. A união não seria, contudo, definitiva. Novas diferenças conduziram a outra guerra, declarada pelo Congresso da Confederação em julho de 1860. Dessa vez o desenlace foi rápido e a participação das potências estrangeiras reduziu-se a uma fracassada tentativa de mediação por parte da França, Inglaterra e Peru. No entanto, isso não impedi que o governo de Buenos Aires enviasse José Marmol para conhecer a opinião do Imperador sobre o reconhecimento da independência de Buenos Aires. O desfecho de Pavón, no entanto, tornou desnecessárias essas consultas. A República Argentina unificava-se definitivamente, dessa vez sob o predomínio de Buenos Aires.

## Conclusão

Contrariamente à tese alentada pela literatura revisionista argentina, o Império não parece ter incentivado a fragmentação definitiva da Confederação Argentina. Não tinha nenhum interesse, no entanto, em comprometer forças e recursos para conseguir a união dos estados argentinos. A razão dessa conduta não foi, porém, o respeito ao princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outro estado. Basta lembrar que, ao mesmo tempo, o Império intervinha abertamente na política interna da República Oriental do Uruguai.

Em relação às grandes potências (Grã-Bretanha e França), o Império conseguiu manter uma política própria na Bacia do Prata. Essa política teve, porém, a balizá-la certos limites que não podiam ser ultrapassados e atuou, para atingir seus objetivos, aproveitando-se das linhas de menor resistência, sendo ousada apenas quando as circunstâncias o permitiam (as intervenções no Uruguai ou a missão Ferreira ao Paraguai). Em relação a atores menos vulneráveis (a Confederação e Buenos Aires), a diplomacia brasileira caracterizou-se antes pela manipulação do que pela criação de situações. Essa postura aparece claramente justificada nas cavilações do Visconde do Uruguai, em carta de 1855 a Paranhos:

*Se rebentar a guerra no Rio da Prata seremos levados a reboque. Se nos ligarmos a Buenos Ayres teremos Urquiza contra nós, que logo há de fazer as pazes com López, e fechada a navegação do Paraná. Se nos ligarmos a Urquiza teremos ipso facto contra nós Buenos Ayres que se há de ligar ao*

*Paraguay, e perdido o commercio importante que fazemos com Buenos Ayres. Buenos Ayres há de procurar chamar a si o Estado Oriental e hé de creer que o chame. Ficaremos só com Urquiza, que não pode inspirar confiança nenhuma.[...] Tenho hum medo extraordinário de nos ver envolvido em luta cujo o termo não se pode prever.... Receio muito ver-nos depois comprometidos, obrigados a sermos – les bailleurs de fonds – do nosso alliedo, ou a retirar-nos ingloriamente da luta, pelo muito peso da carga.*

O expediente da neutralidade permitia não se afastar demais do vencedor, fosse quem fosse, não comprometia os recursos do Império caso a guerra se prolongasse e conservaria – em tese – a boa vontade de ambas as partes, se a situação voltasse a um impasse. Ao mesmo tempo, permitia ao Império aproveitar ao máximo as oportunidades para procurar seus atingir seus objetivos permanentes, como o eram a navegação do Paraná e a neutralização de Martim Garcia. A essência da política imperial no Prata se norteou por buscar assegurar seus interesses segundo as circunstâncias e ao menor custo. Desse modo, em 1852-53, a diplomacia brasileira tentou mediar a secessão de Buenos Aires, interessada em garantir o cumprimento dos Tratados de 1851. Quando parecia se consolidar a divisão, assinou os tratados de 1856 e 1857 com a Confederação, mas, quando lhe pareceu que Buenos Aires triunfaría, tentou negociar o mesmo que já tinha conseguido da Confederação. Dadas as difíceis relações com Urquiza em 1859, a vitória da Confederação em Cepeda colocava o Império em uma situação desconfortável, no entanto dramaticamente revertida com o triunfo de Mitre um ano mais tarde. Infelizmente, os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros são silenciosos com respeito a esse período crucial.

## Notas

<sup>1</sup> Buarque de Holanda, Sérgio (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: DIFEL, 1985, tomo II, O Brasil Monárquico, volume 3, Reações e Transações, p. 12.

<sup>2</sup> Cervo, Amado Luiz, *O Parlamento e as Relações Exteriores*, Brasília: UnB, 1981, p. 84.

<sup>3</sup> Idem, ibidem, pp. 86-87.

<sup>4</sup> Afirmava Paranhos que a política brasileira era “a neutralidade, com as limitações que se acham estabelecidas nos tratados vigentes”. Annaes do Senado, Sessão do 19 de julho de 1859, v 2 passim, apud idem, ibidem.

<sup>5</sup> Aos atores principais devem se somar o sempre fraco governo uruguai, o Paraguay, a França, nunca completamente indiferente ao que acontecia no Prata, e os Estados Unidos, cuja atividade começa a despontar, inclusive com a presença de uma divisão naval no Rio da Prata.

<sup>6</sup> Soares de Lima, Maria Regina, "The Political Economy of Brazilian foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu", Ph.D. Dissertation, Vanderbilt University, 1986.

<sup>7</sup> Ferns, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*, Buenos Aires: Solar/Hachette, 1966, p. 302.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 304.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 300.

<sup>10</sup> Almeida, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*, Brasília: edição do autor, 1998, p. 115.

<sup>11</sup> Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *O Expansionismo Brasileiro, o papel do Brasil na Bacia do Prata – da colonização ao Império*, Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 188.

<sup>12</sup> Almeida, Paulo Roberto de. *op. cit.*, p. 49.

<sup>13</sup> Mendonça, Renato. *Um diplomata na Corte de Inglaterra (O Barão de Penedo e sua época)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943 e Wrobel, Paulo S., Cronologia das relações Brasil-Grã-Bretanha, in Samuel Pinheiro Guimarães (org.), *Desafios Reino Unido – Brasil*, Brasília: IPRI/FUNAG, 1998, pp. 126-128.

<sup>14</sup> Wrobel, Paulo S., *op. cit.*, p. 127.

<sup>15</sup> A ajuda brasileira ao governo de Montevidéu foi decidida diante da retirada do apoio francês (único que subsistia) e da iminência da queda da praça. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1852, p. XXIII. No entanto, a aliança com Urquiza confrontava diretamente com o apoio do agente da Grã-Bretanha, Henry Southern, ao governo de Rosas. Ver Pomer, Leon, *op. cit.*, p. 47 e *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1852, notas de 18 de fevereiro e 11 de julho de 1850 do governo de Montevidéu à Legação imperial, Anexo D, p. 5.

<sup>16</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX, in Cervo, Amado Luiz e Rapoport, Mario (orgs.), *História do Cone Sul*, Rio de Janeiro: Revan, Brasília: Editora UnB, p. 189-190.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>18</sup> Artigo VII do Convênio, *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1851, Anexo F, p 40.

<sup>19</sup> Artigo XIV do mesmo Convênio, Idem, *ibidem*.

<sup>20</sup> Busaniche, J. L., *Historia Argentina*, Buenos Aires: Solar/Hachette, 1975, p. 647.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 648.

<sup>22</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1853, p. 14.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, Nota do governo da Confederação Argentina à Legação Imperial do Brasil em Buenos Aires, 24 de dezembro de 1852 e Nota da Legação Imperial do Brasil ao Governo da Confederação Argentina, 9 de janeiro de 1853, Anexo L, p. 2.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 14, e Ferns, H. S. *op. cit.*, pp. 304-308.

<sup>25</sup> Busaniche, J. L., op. cit. p. 648.

<sup>26</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1854, Ofício do commandante em chefe da esquadra argentina ao commandante da divisão naval brasileira no Rio da Prata, 23 de abril de 1853, nota 1, anexo L, p. 1 e Ofício do commandante da divisão naval brasileira no Rio da Prata ao commandante em chefe da esquadra argentina, 28 de abril de 1853, nota 2, Anexo L., p. 1; Nota 3, Anexo L, p. 2, Nota do governo da província de Buenos Ayres à Legação Imperial na Confederação Argentina, 12 de maio de 1853. nota 4, Anexo L, p. 4 e Nota da Legação Imperial do Brasil na Confederação Argentina ao governo da província de Buenos Ayres, Nota 5, Anexo L, p. 5.

<sup>27</sup> Busaniche, J. L., op. cit., p. 651.

<sup>28</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1854, p. XXIV, e Nota dirigida à Legação imperial em Buenos Ayres, pelo secretário do Diretor Provisório da Confederação Argentina, n. 6, Anexo L., 23 de junho de 1853, p. 6: e Nota firmada por Ángel Elías, 23 de junho de 1853, Arquivos do Foreign Office, apud Ferns, op. cit. p. 307 e Pomer, L., op. cit., p. 75.

<sup>29</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1854 Nota da Legação imperial do Brasil na Confederação Argentina, 2 de julho de 1853, nota 7, p. 7, Anexo L., p. 7, e Ferns, op. cit, p. 307.

<sup>30</sup> Ferns, H. S., op. cit., pp. 301 e 307.

<sup>31</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1854, Nota da Legação Imperial em Buenos Aires ao governo da Confederação Argentina, 12 de setembro de 1853, Anexo L, p. 8.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p. XXV e Nota do Diretor Provisório da Confederação Argentina à Legação Imperial na mesma Confederação, 1 de outubro de 1853, Anexo N, p. 13.

<sup>34</sup> Busaniche, J. L. op. cit., p. 654, e Doratioto, F. F. M, op. cit., p. 193.

<sup>35</sup> Busaniche, J. L. op. cit, p. 669.

<sup>36</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1856, p. 32.

<sup>37</sup> O próprio almirante, em ofício reservado de 11 de abril de 1855, explicava: “Por isso, quando medito na importância e alcance dos passos dados pela oficiosa diplomacia anglo-francesa, não hesito em acreditar que V. Exa. aprovará a condescendência com que me prestei a subir em um só navio e a mandar que a esquadra se afastasse meia léguas das águas do rio Paraguai”. Nabuco, Joaquim, *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975, p. 191.

<sup>38</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1855, Anexo I, nota 3, Nota do Governo de Buenos Ayres á Legação do Brasil no mesmo Estado. p. 2. e Nota do governo da Confederação Argentina á Legação Imperial, Anexo I, nota 7, p. 8. No entanto, também é verdade que o governo da Confederação, que tinha seus próprios desacordos com López, viu inicialmente com bons olhos a missão do almirante Ferreira. Ver Oficio da Legação Brasileira na Confederação Argentina ao Governo imperial, 12 de janeiro de 1855, idem, *ibidem*, p. XIII.

<sup>39</sup> Scenna, Miguel Angel, *Argentina-Brasil. Cuatro siglos de rivalidad*, Buenos Aires: La Bastilla, 1975, p. 174.

<sup>40</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1857, p. 35.

<sup>41</sup> Cisneros, Andrés y Escudé, Carlos, *Historia de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*, tomo 1, Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1999, 6 v. volume 1, p. 142.

<sup>42</sup> Scenna, M. A., op. cit., p. 174.

<sup>43</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1858, Anexo E, pp. 36-39.

<sup>44</sup> Scenna, M. A., op. cit., p. 177 e Moniz Bandeira, L. A., op. cit., p. 215.

<sup>45</sup> Moniz Bandeira, L. A., op. cit., p. 199.

<sup>46</sup> A Confederação receberia o empréstimo por meio de letras sacadas sobre o tesouro do Brasil e faria os saques contra o Banco Mauá de Montevidéu. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1857, Anexo H, pp.19 a 24.

<sup>47</sup> Scenna, M. A., op. cit., p. 185.

<sup>48</sup> Busaniche, J. L., op. cit., p. 674.

<sup>49</sup> Idem, ibidem, p.666.

<sup>50</sup> Idem, ibidem, p. 674.

<sup>51</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1859, pp. 16-19 e Nota 12 (Nota da Legação oriental do Uruguai ao governo imperial), Anexo B, p. 14, Nota 27, p. 28, Anexo B, Nota 15, Anexo B, p. 17.

<sup>52</sup> Scenna, M. A.,op. cit., p. 186.

<sup>53</sup> F. O. 6/194 Christie a Clarendon, 30 de julho de 1856, apud Ferns, H. S., op. cit., p. 319.

<sup>54</sup> Pomer, L., op. cit., p. 82.

<sup>55</sup> Ferns, H. S., op. cit., p. 320.

<sup>56</sup> Idem, ibidem, pp. 319-322.

<sup>57</sup> Cisneros y Escudé, op. cit., volume 5, p. 145.

<sup>58</sup> Christie a Clarendon, 28 de outubro de 1857, F.O. 6, vol. 201, no. 114, apud Ibidem, p. 144.

<sup>59</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1860, p. 13.

<sup>60</sup> Cisneros e Escudé, op. cit., volume 5, p. 165.

<sup>61</sup> Soares de Souza, José Antônio, *A vida do Visconde do Uruguai*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 580 e Cisneros y Escudé, op. cit., volume 5, p. 165.

<sup>62</sup> Tratado Definitivo de Paz entre o Império do Brasil, a Confederação Argentina e a República Oriental do Uruguai, art.2, inc. 1, *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1859, Anexo G, p. 3.

<sup>63</sup> Carta de Paulino Soares de Souza, Visconde do Uruguai a Paranhos, apud Soares de Souza, J. A., op. cit., p. 587.

<sup>64</sup> Idem, ibidem, pp. 588-589.

<sup>65</sup> Conselho de Estado, Consulta de 2 de abril de 1857 às Seções de Negócios Estrangeiros e da Fazenda, sendo relator o Visconde de Uruguai, in Rezek, Francisco (dir.), *Conselho de Estado, Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros, 1842-1889*, Brasília: Câmara dos Deputados, MRE, 1981, 4 v. volume 4, p. 571.

<sup>66</sup> Idem, ibidem, pp. 569 e 572.

<sup>67</sup> Idem, ibidem, p. 572. É claro que nem todos pensavam assim. O Barão do Mauá, comprometido com empréstimos a Urquiza, critica a política de “água morma” do Império para com Buenos Aires”. Carta de Mauá a Andrés Lamas, Rio de Janeiro, 17.09.1859, Besouchet, M. L., Correspondência Política de Mauá, pp. 103 e 104, apud Moniz Bandeira, L. A., op. cit., p. 217.

<sup>68</sup> Cisneros e Escudé, op. cit., volume 5, p. 176.

<sup>69</sup> Pomer, L., op. cit., p. 83.

<sup>70</sup> *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1860, p. 16.

<sup>71</sup> Idem, ibidem, p. 18 e Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial, 10 de setembro de 1859, Anexo B, p. 11.

<sup>72</sup> Uma nota da legação argentina ao governo imperial, em 16 de outubro de 1859, expressava que, em virtude dos acordos com a Confederação (pelos quais ambas as partes se comprometiam a não apoiar direta ou indiretamente a segregação de porção alguma dos seus territórios), o Império estava obrigado a não reconhecer personalidade soberana na província de Buenos Aires. Dessa maneira, o Brasil não devia considerar as duas partes como pessoas iguais no direito de gentes. Idem, ibidem, p. 16.

<sup>73</sup> Idem, ibidem, Notas da Legação Oriental ao Governo Imperial, 28 de julho de 1859, Anexo B, p. 1 e de 11 de julho de 1859, nota 17, Anexo B, p. 22.

<sup>74</sup> Idem, ibidem, p. 19. Todavia, a nota de Paranhos para Pereira Pinto ordena que Pinto previna o governo de Buenos Aires de que o Brasil cumpriria os tratados que o ligavam ao Uruguai, Despacho dirigido ao Cônsul Geral do Império em Buenos Ayres, Idem, ibidem, Anexo B, p. 25.

<sup>75</sup> Idem, ibidem, p. 19.

<sup>76</sup> Idem, ibidem, Notas de 4 de julho, 9 de agosto e 13 de setembro da Nota da Legação Argentina ao Governo Imperial, Anexo B.

<sup>77</sup> Idem, ibidem, Nota do Governo Imperial à Legação Argentina, nota 27, 12 de setembro de 1859, Anexo B, p. 34.

<sup>78</sup> Idem, ibidem, Nota do governo de Buenos Ayres ao Consulado Geral do Brasil, 27 de agosto de 1859, Anexo B, p. 36.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, p. 21.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, Nota do Consulado Geral do Brasil ao Governo de Buenos Ayres de 3 de setembro de 1859, nota 31, Anexo B, p. 37.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, Nota da Legação Argentina em Montevidéu à Legação Imperial na mesma cidade, 6 de setembro, de 1859, Anexo B, p. 145 e nota do Governo de Buenos Ayres ao Consulado Geral do Império, 10 de setembro de 1859, Anexo B, p. 39.

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, p.33.

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*, p. 24 e Nota do Governo Oriental à Legação Imperial em Montevidéu, Anexo B, p. 44.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, Nota do Governo Oriental à Legação Imperial em Montevidéu, 1 de setembro de 1859, nota 40, Anexo B, p. 46.

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*, Nota da Legação Imperial em Montevidéu ao Governo Oriental, 2 de setembro de 1859, Anexo B, p. 47.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, p.24.

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, Nota de 19 de outubro de 1859, do Governo Imperial á Legação Oriental do Uruguai, Anexo B, p. 48.

<sup>89</sup> A mediação brasileira surgia de uma oferta franco-inglesa ao Brasil de 10 de setembro, e nota verbal da Legação de França ao governo imperial, *Idem, ibidem*, Anexo B, p. 167. Urquiza respondeu que: “estando pendentes alguns assumptos entre o seu governo e o de S. M. o Imperador, não lhe era possível aceitar de plano a mediação que se lhe offerecia, e que tinha além disso outras razões que oportunamente serião trazidas ao conhecimento do governo imperial pelo canal competente.” *Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*. Resposta do presidente da Confederação Argentina ao Sr. Commendador Amaral, Quartel-general em marcha, 3 de novembro de 1859, Anexo B, p. 174.

<sup>91</sup> Busaniche, J. L., op. cit., p. 700.

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, p. 701.

<sup>93</sup> Soares de Souza, J. A., op. cit., pp. 495-496.

## Referências Bibliográficas

### Primárias

Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentandos à Assembléia Geral do Império.

CONSELHO DE ESTADO. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros, 1842-1889*. Brasília: Câmara dos Deputados/ MRE, 1981, 4 v.

## Secundárias

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro, o papel do Brasil na Bacia do Prata – da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento e as Relações Exteriores*. Brasília: UnB, 1981.
- CISNEROS, Andrés y ESCUDE, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Nuevo Hacer/GEL, 1999, 9 v.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX.” In: CERVO, Amado Luis; RAPOPORT, Mário (orgs). *História do Cone Sul*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968.
- POMER, Leon. *Os Conflitos na Bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil. Cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina. *The Political Economy of Brazilian foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Ph. D. Dissertation, Vanderbilt University, 1986.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *A vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943, Coleção Brasiliiana.

## Resumo

O trabalho analisa a política externa do Império frente à divisão da Confederação Argentina (1852-1861), constatando que o Brasil não estimulou a fragmentação definitiva da nação platina. A razão dessa conduta não foi, porém, o respeito ao princípio de não-intervenção. Diante do conflito intra-argentino, o expediente da “neutralidade limitada” permitia ao Império aproveitar ao máximo as oportunidades para procurar seus objetivos permanentes, sem comprometer seus limitados recursos e sem confrontar diretamente os interesses das grandes potências.

Palavras-chave: política externa, neutralidade, relações Brasil-Argentina

## **Abstract**

This article analyses the Brazilian foreign policy towards the Argentine Confederation during its period of internal division (1852-1861). Search on the Brazilian Foreign Ministry Reports shows that the Empire did not stimulate the argentine fragmentation. However, the real reason for this conduct was not the respect to the principle of non intervention. Rather, the resort to the doctrine of “limited neutrality”, allowed the Empire to pursue its own objectives, neither wasting its limited resources, nor challenging great powers’ interests.

Key words: Foreign policy, neutrality, Brazil-Argentine relations

## **Resumen**

Este trabajo analiza la política exterior del Imperio del Brasil frente a la división de la Confederación Argentina (1852-1861), constatándose que aquél país no estimuló la fragmentación definitiva de la nación platina. La razón de esa conducta no fue, sin embargo, el respeto al principio de no intervención. Frente al conflicto intra-argentino el expediente de la “neutralidad limitada” permitía al Imperio aprovechar al máximo las oportunidades para perseguir sus objetivos permanentes, sin comprometer sus limitados recursos, ni confrontar directamente los intereses de las grandes potencias.

Palabras clave: política exterior, neutralidad, relaciones Brasil-Argentina

## **Apresentação<sup>1</sup>**

A imprensa noticiou no dia 08 de março os resultados de uma pesquisa realizada pelo IBGE, que apontou significativo aumento da participação masculina nas tarefas domésticas: em oito anos (de 1992 a 2000) essa participação aumentou de 35% para 51%. Em números absolutos, isso representa cerca de 22 milhões de homens envolvidos na administração da casa.

Esse estudo do IBGE dá visibilidade a algo presenciado, em graus variados, no cotidiano. Homens que buscam e levam seus filhos às escolas, trocam fraldas, cozinham, limpam a casa, comportamentos esses que já não soam como esquisitices de “casais moderninhos”, expressão comum nos anos 80.

A notícia veiculada no dia Internacional da Mulher, pelo Jornal Nacional, foi estruturada a partir do subtexto do casal igualitário. Ou seja, o aumento da participação masculina nas tarefas domésticas, segundo a matéria, seria a prova de que essas relações são igualitárias. Tentaremos apontar outras dimensões internas no cotidiano dos casais, que não são tão visíveis e quantificáveis, mas estão presentes na subjetividade de homens e mulheres. Para conseguirmos visualizar essas dimensões, temos que nos inserir no campo das relações de poder dessas diádes amorosas<sup>2</sup>.

## **Introdução**

No filme “Poderosa Afrodite”, o menino pergunta: “*Pai, quem manda aqui em casa?*”. Meio constrangido, o pai responde: “*Sou eu, claro. Sua mãe dá as ordens, mas quem manda sou eu*”. O filho, parecendo não entender muito bem a explicação do pai, continua arrumando a bagunça que a mãe o mandara organizar.

Ao analisar como se efetivam as relações de poder nas relações amorosas, tendo como pressuposto de funcionamento interno a concepção igualitária de relacionamento, senti-me, inicialmente, como este garoto no filme de Wood Allen: confusa. Se, por um lado, há um esforço dos homens e das mulheres em construir um relacionamento no qual não exista a precedência de

um dos dois na efetivação da relação, nas questões que dizem respeito à educação dos filhos, à administração da casa, à sexualidade, por outro lado notei também que, em muitos pontos da intimidade, a igualdade coloca-se como um projeto. Nesta pesquisa, estruturou-se um roteiro de questões semi-abertas, que tinham, entre outras preocupações: 1) a existência de diálogo na relação; 2) se a sexualidade do casal é discutida, buscando perceber como reagiam os homens diante das iniciativas e negativas femininas; 3) como são administradas as tarefas da casa.

Embora a concepção de relação definida como a “certa” seja a igualitária, na qual nenhuma das partes envolvidas seja englobada pela outra, os homens reconhecem as próprias limitações em implementarem tal concepção em situações concretas. Mas a dificuldade em qualificar as relações como igualitárias não se deve única e exclusivamente aos padrões comportamentais masculinos. Alguns dos entrevistados queixaram-se largamente da postura de suas companheiras e ex-companheiras, que tomam decisões que os envolvem sem consultá-los, que deixam muitas tarefas para eles e que são autoritárias. Surge, aí, um rico campo para uma investigação que dê visibilidade às queixas masculinas.

Alguns homens “ainda” estão mais próximos da ideologia hierárquica<sup>3</sup> que outros. Digo “ainda” porque eles reconhecem que estão se “tratando”<sup>4</sup>, por meio de terapias, para curar essa “visão deturpada” de relação. Isso me colocou diante de uma situação de grande heterogeneidade e da impossibilidade de proceder a uma classificação, o que significaria estabelecer uma homogeneidade fictícia. Notou-se que a bússola mental que orienta esses homens na navegação de suas relações amorosas é aquela identificada com os princípios igualitários. Sua implementação, no entanto, é dificultada pela existência, em sua subjetividade, de outra orientação: a hierárquica. São relações contraditórias, no sentido de provisoriação, de negação e de confusão que o termo “contradição” enseja.

Antes de passar para a transcrição e análise das falas dos entrevistados, objetivo principal deste texto, farei breve exposição de algumas questões teóricas, precisamente: os conceitos de *poder* e de *relacionamento igualitário*.

## **1 - A microfísica do poder nas relações de gênero**

Nos estudos das relações de gênero, o conceito de poder adotado pelo pesquisador define a lente por meio da qual se percebe o movimento de homens e mulheres na constituição de suas práticas, além de estabelecer a articulação entre os níveis macro e microssociais.

A microfísica do poder foucaultiana possibilita compreender que o poder se constrói relationalmente; ele não é algo que paira sobre a cabeça dos indivíduos, mas deve ser apreendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais que se articulam a partir das correlações de forças internas. (Foucault, 1985).

Por tal abordagem, o poder movimenta-se de acordo com as disputas e resistências que se instarem dentro de determinados campos. Ninguém o detém definitivamente. As correlações de forças induzem a “estados de poder”, que, para serem compreendidos, devem ser observados como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social. Não existe uma única direção para a atuação do poder: ele é descontínuo porque está em todos os lugares.

Tal concepção de poder possibilitou o rompimento com a visão determinista, que percebia as relações entre homens e mulheres como reflexo da estrutura macrossocial. As relações de gênero seriam o reflexo das relações que se dão nos aspectos macros: se o homem tem ou está no poder central, logo estará e terá o poder em todas as demais esferas sociais. Fazendo um corte transversal na sociedade a partir das relações de gênero, poder-se-ia estabelecer dois blocos classificatórios, que fixariam a posição que cada um ocuparia nas relações sociais: o homem = o dominador, e a mulher = a dominada.

Para Saffioti (1987), analisando a dominação masculina com recortes de classe social e raça, por mais que o homem sinta-se explorado por outros homens e por mulheres no mundo do trabalho, ele sempre poderá impor seu poder a uma mulher, porque no final sempre terá um capital de gênero, atribuído socialmente, que lhe assegura a condição de dominador, por ser considerado superior à mulher.

*O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa.* (SAFFIOTI, 1987:16)

A posição de Kimmel (1994) é diferente. Para ele, as feministas já elaboraram teorias, segundo as quais a masculinidade consiste no mecanismo da dominação,

do poder, da conquista, muitas vezes utilizando “masculinidade”, “patriarcalismo” e “dominação” como sinônimos. Mas será que a condição do gênero masculino é tão englobante que, independentemente da raça, da classe, da idade, terá sempre o poder?

*É por isso que a crítica feminina à masculinidade é, muitas vezes, ignorada pelos homens. Quando confrontados com a análise de que os homens detêm todo o poder, muitos reagem de modo incrédulo. “O que você quer dizer com ‘o homem detém todo o poder’? perguntam eles. “Do que você está falando? Minha mulher vive mandando em mim. Meus filhos vivem mandando em mim. Meu chefe vive mandando em mim. Eu não tenho é poder coisa nenhuma! Sou totalmente impotente!”*

*A sensação do homem não é de ser poderoso, mas a daquele que vê a si próprio como impotente. São essas as sensações que inevitavelmente surgem da descontinuidade entre o social e o psicológico, entre a análise abrangente que revela de que modo os homens estão no poder como uma coletividade e o fato psicológico de que eles não se sentem poderosos como indivíduos. São as sensações dos homens que foram criados para se acharem com o direito a sentir este poder, mas não o sentem. Não admira que muitos homens sejam frustrados e indignados.* (KIMMEL, 1994:136 [Tradução livre])

Ainda segundo Kimmel (1994), uma definição feminista de masculinidade, como um mecanismo de poder, é elaborada do ponto de vista da mulher. Trata-se do modo como a mulher vivencia a masculinidade. Mas a definição pressupõe uma simetria entre o público e o particular, que não se conformam com as experiências dos homens. As feministas apontam que as mulheres, vistas coletivamente, não detêm poder em nossa sociedade. Também apontam que as mulheres, como indivíduos, não se sentem poderosas. Elas se sentem amedrontadas, vulneráveis. Essa observação da realidade social e de suas experiências individuais são, portanto, simétricas. O feminismo também aponta que os homens, considerados coletivamente, estão no poder. Desse modo, com a mesma simetria, o feminismo tendeu a pressupor que os homens, individualmente, são poderosos.

Os estudos sobre homens (*men's studies*) têm feito um esforço de desconstrução da categoria “masculino”, como um todo homogêneo, a-histórico, e, em consequência desta relativização epistemológica, afirmam que apenas uma parcela dos homens está e tem esse poder visível.

## **2 - Relacionamento igualitário**

Sugiro que a geografia do relacionamento igualitário pode ser expressa a partir de três dimensões estabelecidas por Giddens (1993): amor confluente, sexualidade plástica e relacionamento puro. Essas dimensões em estado puro, ou seja, no âmbito da definição conceitual, podem ser vistas como um tipo ideal: algumas relações aproximam-se mais que outras das definições que se seguem.

Na relação igualitária, a identidade é marcadamente idiossincrática. A singularidade de cada um deve ser preservada na relação. Cada um traz para o relacionamento uma história de vida anterior. Ao mesmo tempo em que se busca não anular a singularidade, tenta-se construir uma história e projetos compartilhados. Para que isso ocorra, é necessário que os dois estejam dispostos a investir na construção dessa esfera de interseção, que será maior ou menor, dependendo da homogeneidade dessa concepção de relação.

Os sinais da diferença entre homem e mulher tendem a desaparecer e a se confundir ou se multiplicar, visto que os marcadores visíveis da diferença passam a ser expressão do gosto pessoal. As noções bem delineadas de ‘certo’ e ‘errado’ perdem suas fronteiras, da mesma forma que a noção de desvio de comportamento, pensamento ou desejo perde clareza e instaura-se, aparentemente, o reino da pluralidade de escolhas, limitadas apenas pelo respeito à individualidade do outro.

A continuidade da relação só se justifica à medida que cada um dos parceiros obtenha benefícios. É como se houvesse uma constante contabilidade da vida amorosa: “*o que eu ganho e o que perco nessa relação?*” é uma questão que perpassa o subtexto das falas dos (as) entrevistados (as). A exclusividade sexual tem um papel até o ponto em que os parceiros a considerem desejável ou essencial. É uma versão do amor em que a sexualidade tem de ser negociada como parte da relacionamento, assim como todos os aspectos da relação. A idéia é de “negociação” permanente, por meio do diálogo.

Já o relacionamento puro é construído apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes para cada uma, individualmente.

A relação amorosa costumava vincular sexualidade-casamento-reprodução, como base do contrato matrimonial. A emergência da sexualidade plástica, ou seja, uma sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução, promove a dissociação entre amor e casamento e entre sexualidade e reprodução. A reivindicação das mulheres ao prazer sexual foi um dos propiciadores desse novo

tipo de vivência da sexualidade. As mulheres querem o prazer sexual como um componente fundamental de suas vidas e de seus relacionamentos.

Não faz muito tempo que mulheres portadoras de uma sexualidade, que desviava do padrão de mulheres masoquistas construído pela modernidade, eram consideradas como anormais (Foucault, 1985). Muitas mulheres casavam-se sem qualquer conhecimento sobre a sexualidade, exceto o de que estava relacionado aos impulsos indesejáveis dos homens, aos quais elas deveriam satisfazer passivamente. É essa eterna capacidade de obter prazer mediante a dor, a doação, que a representação da mulher é construída.

A concepção de relacionamento puro vai romper com a idéia de que os homens querem sexo e a mulher amor. No relacionamento igualitário, os dois querem prazer e amor.

Contrapondo-se à idéia de “eternidade” a que o casamento tradicional se vinculava, o amor é confluente e caracteriza-se por ser ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias ‘para sempre’ e ‘único’ do ideário romântico do século XIX.

Conforme apontou Giddens (1993), o aspecto subversivo da idéia do amor romântico foi durante muito tempo mantido sob controle, por um lado, pela sua vinculação direta com o casamento e com a maternidade, e por outro, pela idéia de que o amor verdadeiro, uma vez encontrado, é para sempre. Mas o casamento eficiente, mesmo que não individualmente compensador, podia ser mantido por uma divisão de trabalho entre os sexos, com o marido dominando o trabalho remunerado e a mulher, o trabalho doméstico. Pode-se notar, nesse aspecto, como o confinamento da sexualidade feminina ao casamento era importante como símbolo da mulher “de respeito”.

A realização do prazer sexual recíproco é um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento. O cultivo de habilidades sexuais e a capacidade de proporcionar e experimentar satisfação sexual tornam-se organizados reflexivamente, por uma multiplicidade de fontes de informação, da escuta atenta aos desejos e fantasias do parceiro.

Conforme salientado anteriormente, a combinação da sexualidade plástica, do relacionamento puro e do amor confluente, quando observada na empiria, assume formas variadas. O relacionamento igualitário pode ser visto como a expressão da ideologia individualista no âmbito das relações amorosas. A interseção da ideologia individualista com a ideologia hierárquica faz com que alguns se aproximem mais que outros desse tipo ideal de relacionamento: quanto maior esse campo de interseção, maior dificuldade terão os indivíduos em implementar tal tipo de relaci-

onamento. A dificuldade em efetivar o relacionamento igualitário, em todas suas dimensões, é tanto dos homens quanto das mulheres.

### **3 - O diálogo e as regras silenciosas da relação**

Quase todos os homens e mulheres que entrevistei já fizeram ou fazem algum tipo de terapia. Talvez por esse motivo, a verbalização seja tão importante para eles. A presença do diálogo e da negociação permanente faz com que o poder seja uma coisa fluida. Os homens e as mulheres, que já foram casados outras vezes, manifestaram que uma das diferenças entre o atual relacionamento e o(s) anterior(es) é a presença permanente do diálogo. Para Cristina<sup>5</sup>, este é, inclusive, um dos marcos entre seus dois casamentos.

*(Cristina) No meu relacionamento anterior, o meu ex-marido era muito monossilábico. Isso me fez sofrer mesmo. Não é nem que tenha sido desagradável nem problemático. Eu sofri muito com isso. Eu sofria muito, achava muito difícil. Porque justamente essas coisas, por exemplo, que seriam a complementaridade para mim, faltavam um pouco. Gosto muito de fazer as coisas acompanhada. Gosto muito de compartilhar. E ele, o meu ex-marido, ao contrário, fazia as coisas sozinho. Ele ia fazer. Ele ia resolver, sabe? Então eu sentia falta de... Taí, nesse sentido talvez eu fosse, com ele, uma mulher mais tradicional, porque eu não participava das coisas. Embora eu tivesse uma vida moderna, vamos dizer assim. Tinha minha vida, meu cotidiano e tal, mas me sentia muito alijada. E como isso acontecia em outras situações, e ele não verbalizava, não dizia estou magoado, estou triste e tal, para mim era sempre um tipo de punição. Para mim me agredia muito. Porque era como se fosse um exílio, você estar com uma pessoa que não está ali.*

O diálogo tem uma importância estrutural para a relação dos entrevistados. Segundo eles, as decisões tomadas são previamente debatidas, até a “exaustão”. Ninguém detém a razão *a priori*. A partir de argumentos, pode-se convencer ou ser convencido. Contudo, deve-se ressaltar que a discussão dá-se, principalmente, em torno das questões práticas do cotidiano, como a educação dos filhos, a pertinência da compra de um carro, a construção da casa etc. Na sexualidade isto não acontece com a mesma intensidade. Rui<sup>6</sup> falou de “códigos silenciosamente construídos na relação”, definidores de conduta. Esse silêncio faz-se particular-

mente presente quando se está lidando com a sexualidade. Quando a relação sexual não se concretiza, o diálogo cede espaço ao silêncio; o sentimento dos homens é de rejeição, o que provoca angústia. Mas esses sentimentos são permeados por uma busca de reflexão e racionalização dos atos.

Ao mesmo tempo em que reconhecem o direito da companheira em não querer ter relações sexuais, de não estar sempre disponível, reconhecendo que o corpo da mulher não é propriedade sua, por outro lado, a negação da mulher estabelece muitas dúvidas e ansiedades: dúvidas sobre seu amor por ele e sobre seu desempenho sexual; sentimento de culpa por não estar possibilitando o prazer à companheira; raiva porque ela tem o poder de dizer não, criando uma relação de dependência<sup>7</sup>.

*(Pablo<sup>8</sup>) Essa foi uma fonte de angústia terrível para mim, no meu segundo matrimônio. Acho que foram momentos muito difíceis pela questão da rejeição. Agora, neste último matrimônio, eu acho que estou lidando muito bem com essa coisa da rejeição. Hoje eu já entendi que não é uma rejeição à minha pessoa. Hoje em dia, não passa de uma frustração pequena. O fato de não ser correspondido sexualmente assumiu um ponto de vista mais maduro: é um problema meu. É uma necessidade minha que precisa de uma outra pessoa para ser sanada. Então, se essa outra pessoa não está nesse mesmo momento, eu tenho que me virar. E tem várias formas de se virar, desde as mais perigosas até as menos perigosas. Eu acho que, nessa medida, a gente se torna mais responsável por nossos desejos.*

A equação de como agir nos momentos da recusa feminina é marcada pela reflexividade. A idéia é a de um projeto de reflexão (Giddens, 1993), que se dá por meio de uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de auto-ajuda de todos os tipos. As terapias proporcionam uma narrativa reflexivamente ordenada do eu. Os entrevistados demonstram uma consciência reflexiva crescente do eu, provocada em parte por mudanças sociais externas e, também, por crises e por transições pessoais.

*(Carlos<sup>9</sup>) Ela já falou que não queria e não foi legal para mim. E é uma coisa que depois, já agora recentemente, eu percebo que era coisa babaca minha, porque ela tem o direito de não querer também, e eu tenho que respeitar isso (...) Das vezes que eu procurei e ela não quis, eu agi de uma forma babaca e é exatamente isso. Aí eu acho que entra a questão de*

*macho. Apesar de que essa figura, isso não está tão forte em mim, mas em determinados momentos, é como se desse aquele lampejo dele dentro de mim. Eu acho que mistura vários sentimentos que pinta nessa hora. Acho que é dela estar escapulindo; de eu não estar satisfazendo a ela, porque ela não tem o interesse. E aquilo lhe fere profundamente. É um sentimento assim de ficar chateado, com raiva, entendeu? É uma coisa difícil de definir.*

*(Olavo<sup>10</sup>) É frustrante. Não é muito bom, não. Mas eu entendo legal, assim eu comprehendo e tal, mas assim fica faltando, como se fosse uma coisa. - Pô! Eu estou louco para transar, ela não quer, disse não. Isso não é um não assim de que ela tem obrigação de transar comigo todas as vezes. Mas, eu não gosto. É, porque aí pode pintar, aí pinta a volta daquelas inseguranças trabalhadas, né, volta tudo na hora. Tipo - Pô, essa daí não gosta mais de mim, não está gostando de mim. Quando isto acontece eu deixo um pouco para lá, porque é como se talvez eu estivesse numa situação em que ela está, e eu não gostaria que viesssem perguntar para mim por que que eu não estou a fim.*

Em situações como essas, invariavelmente, o silêncio toma conta. O medo da rejeição é um sentimento muito forte, criando, por vezes, o imobilismo diante da busca de prazer, como é o caso de Rui. Ele não procura a companheira com medo de uma negativa, deixando a cargo dela a iniciativa.

*(Rui) Ela é quem sempre me procura. Eu acho que é um pouco de medo meu de também procurar e receber um não. Eu sempre fui assim. Um pouco de medo mesmo. De medo de ser rejeitado. Quando eu ia para as festas, ainda garoto, a gente tinha que tirar as meninas para dançar e se elas dissessem não era a morte. Era o famoso “corte”. Era um negócio mortal. Era o poder da mulher. Nossa! E a gozação do pessoal. Aquilo me marcou muito. E eu acho que ainda hoje eu carrego um pouco desse negócio. Um “não” bastava para acabar comigo. Tão forte era o poder dela dizer assim - Não! Enorme. Não sei lidar com isso. Confesso com a maior franqueza: não sei lidar com o não. É um sentimento de rejeição.*

Os sentimentos são múltiplos e contraditórios. Há um espaço entre o “certo”, assumido como a igualdade, e o “errado”, vivenciado por meio de dúvidas.

João<sup>11</sup> foi o entrevistado para o qual essa idéia do conflito esteve sempre presente. Casado durante 16 anos e com uma relação marcada pelo mais “*puro machismo*”, quando o casamento chegou ao fim fez terapia por se sentir totalmente perdido e rejeitado. Definiu o primeiro casamento como tradicional, no sentido de que ele era o chefe da família, embora a esposa dividisse todas as despesas da casa e tivesse uma postura permanentemente contestatória de suas decisões e atitudes. Lidar com a rejeição foi algo desestruturante para ele.

*(João) O medo da rejeição é grande. A questão de desempenho sexual, por exemplo, leva você a uma preocupação exacerbada com o desempenho, quer dizer, você bota o desempenho na frente do sentimento, hoje eu consigo entender bem isso, mas um tempo atrás, eu não conseguia fazer essa distinção. Há uma questão machista, isso eu consegui aprender agora, com as mulheres de hoje. Bom, de repente eu chego, o meu desempenho é ótimo, e eu sou bom de cama. Ela vai ter que ficar comigo, ela não vai querer outro, e na minha vida já aconteceu da namorada chegar e dizer: “não estou mais a fim, não quero mais, nosso relacionamento não está bom, tem algumas coisas em você que eu não suporto, não é isso que eu quero pra minha vida, foi legal, tudo bem, tchau”. Isso foi em 1996 e eu : “pô!, e aí, e o orgasmo múltiplo que eu te dei, eu estou apaixonado e aí?”, e ela: “Sinto muito”.*

Para João, um dos símbolos fundamentais que lhe garantia tanto a sua identidade como homem, como o poder sobre as mulheres, o desempenho sexual, esvaziou-se. Sua identificação como homem passa fundamentalmente pelo falo<sup>12</sup>. No momento em que o falo esvazia-se de seu valor simbólico, transformando-se em pênis, ele sente que lhe tiraram alguma coisa. João vive uma luta constante para reconstruir sua visão das relações de gênero. A maior delas é reconhecer que a mulher é igual ao homem, “*ela não é melhor nem pior*”, e implementar isto na prática.

*(João) Eu vou dizer uma coisa horrível: ao longo desses anos todos, eu via a mulher como objeto e ainda hoje tem um resquício. Quando isso passa na minha cabeça, penso: ‘passa, não pense assim, sai de mim, satanás!’. Eu não quero pensar assim. (grifo meu)*

Heilborn (1992b) fala das discrepâncias entre discurso e prática, mas ocorre

também uma defasagem interna à própria ordem discursiva. A ordem discursiva, que dá sentido e coerência à ideologia individualista, luta para vencer essa “*coisa horrível*” que é não reconhecer o primado do indivíduo, independente de seu gênero. Duas ordens simbólicas (uma identificada com a ideologia individualista, outra com a hierárquica), convivendo na mesma subjetividade, criam colapsos e paradoxos.

Para Saffioti (1987), um dos traços que caracteriza o “poder do macho” é que para ele não importa que a mulher, objeto de seu desejo, não seja sujeito desejante; basta que ela consinta em ser usada como objeto. Mas os homens entrevistados para esta pesquisa têm uma visão diferente: a própria definição do que seja uma “relação sexual boa” passa necessariamente pelo prazer da parceira, embora reconheçam que nem sempre haja o mesmo retorno para os dois, como também admitem que o fato de reconhecerem o direito da mulher em dizer “não” não significa que isso lhes seja indiferente ou tranquilo.

A relação que estabelecem com a sexualidade se distancia do que Mendes de Almeida (1995) notou nos seus entrevistados, uma sexualidade marcada pelo “desfrute” e “predação”. Bem distante daquele imaginário colonial dos senhores de engenho, conforme tratado por Freyre<sup>13</sup>.

A qualidade da relação sexual é fundamental para manutenção do próprio relacionamento. Tenta-se vivenciar o orgasmo dentro de um processo de compartilhamento. O carinho, antes, durante e depois, fecha o ciclo do prazer, o qual também se dá de forma relacional. Para chegar a esse nível de “*cumplicidade*” entre os parceiros, eles acreditam que só é possível escutando e observando o que dá prazer à parceira.

Nesse processo de aprendizagem de lidar com o corpo e com o prazer do outro, a terapia cumpriu um papel central. É como se essa relação fosse o “tipo ideal”, sendo que uns se aproximam mais dele, outros menos.

*(Olavo) Eu acho que eu fui muito ciumento, então eu comecei a trabalhar muito essa questão na terapia, a posse e o ciúme. Por que que eu sou tão ciumento? Por que da minha insegurança? Por exemplo, minha relação hoje com a minha mulher, ela tem a vida dela, eu tenho a minha vida. A gente convive junto, tem a vida a dois. Mas ela tem a vida dela. Ela faz o que ela quiser da vida dela. Ela vai para onde ela quiser na vida dela. Eu não interfiro. Eu gostaria de nunca impedir o seu crescimento, da vida como pessoa humana, como profissional. A minha relação atual é muito recente, ainda não fui colocado à prova. Mas, teoricamente, eu tenho as*

*coisas claras. Eu luto e tento não impedir nada. Porque, quando eu faço isso, estou fazendo por mim. Porque eu estou vendo o meu lado. Quando eu vejo isso aí, eu estou me defendendo, eu estou defendendo os meus direitos, as minhas coisas, que são minhas e que eu só posso conquistar se eu também não impedir que a outra pessoa cresça, né?*

Quando os homens sentem que estão perdendo o controle, o poder sobre as mulheres, principalmente sobre seus corpos, o sentimento de rejeição pode ser vivenciado de inúmeras maneiras. A violência física e a simbólica são as formas mais freqüentes. Isso, porém, não acontece com os homens que entrevistei. A negativa feminina é vivenciada silenciosamente: nem pancadas, nem palavras, mas uma busca de racionalizar a mistura de sentimentos que afloram. E o processador mais comum é: “ela tem direito de não estar a fim”.

*(Carlos) O que eu acho é uma coisa que, às vezes, eu não sinto, é o que eu vou te falar. É que isso deveria ser aceito com mais naturalidade. Pô, a pessoa não está a fim por uma série de fatores, não quer fazer. Hoje a gente vive uma vida tão conturbada, corrida, estressante. Então, às vezes, é natural que a pessoa não queira. Então, acho que deve ser encarado com mais naturalidade isso. E nem sempre isso ocorre. Porque aí entra quando você está a fim, com aquele tesão e tal, não quer? É como se jogasse um balde de água fria. Mas, por que isso não ocorre quando ela também quer e eu não quero? Por que ela aceita com mais tranquilidade?*

Mas, afinal, quem está com o poder? Essa questão é a mais difícil de ser respondida. Cícero, por exemplo, ficou casado durante cinco anos. Sua separação, entre outros motivos, foi motivada por se sentir “sufocado” na relação.

*(Cícero<sup>14</sup>) Eu fui programado para acumular e aceitar determinadas coisas e não me contrapor e dizer claramente: é sim ou não. Eu entrava no jogo e ia aceitando, então eu fui muito bundão nesse aspecto, aquele que incorporava bem o papel do dominado na relação. Eu me senti dominado por muitas vezes, embora eu não saiba se essa era a intenção dela, mas isso resultou nesse sentimento de dominação. Na verdade eu é que me permitia esse tipo de dominação. Depois que as coisas ficaram bastante críticas, é que eu fui de fato colocar pra fora, porque eu tinha que colocar de alguma maneira e acabou saindo, acabou explodindo. Eu tive muitos*

*problemas físicos causados pelo emocional. Chegou um determinado momento em que eu estava me sentindo muito infeliz e não conseguia externar isso para ela e para os outros, eu não estava conseguindo colocar isso para fora e comecei a ter um problema de dores, dor nas costas, no coração, provocadas pela tensão emocional... Aí eu pensei: se eu continuar, vou me matar. Assim, eu tive que tomar essa decisão em função da minha vida; falei para ela que eu tava sentindo esses sintomas, que tava infeliz e que tava querendo outra vida pra mim.*

Rui, como Cícero e Pablo, também se diz explorado na relação, tanto pela esposa quanto pelos filhos, devido ao volume de tarefas.

*(Rui) Tem hora que eu me sinto assim meio explorado, sabe. Aí, de repente, eu me sinto como a própria mulher, meio explorada. Muita tarefa. Por exemplo, os meninos não ligam para a minha mulher para falar de qualquer coisa. Ligam para mim. Só ligam para mim. A primeira pessoa que eles ligam é para mim. Particularmente, nesses momentos assim que eu me sinto explorado, eu penso em me separar. Nesses momentos em que eu me sinto explorado, eu penso não só em me separar dela, mas também dos filhos, para eles verem, sentirem, darem valor mesmo. É cansaço. Eu juro a você que eu já pensei. Mas eu nunca disse isso a ela não. Realmente eu pensei, sabe, de me isolar."*

Da mesma forma que Rui, Pablo também assume a maior parte das tarefas da casa. Todos os outros entrevistados dizem que dividem as tarefas da casa. Os solteiros, quando não têm empregada, cuidam de tudo sozinhos. Mas até que ponto fazem as tarefas da casa por obrigação ou por prazer? À exceção de Antônio, todos vêm como obrigação as tarefas da casa: têm de fazer, mesmo que às vezes não implementem isto, vêm como uma obrigação que deve ser compartilhada. Mas, mesmo assim, têm o prazer de ficar em casa. "Curtir" a casa, os filhos, receber os amigos são alguns dos prazeres para eles.

De uma forma geral, os homens não utilizaram a palavra "ajuda". Foi justamente com Antônio que ela apareceu com mais freqüência. Para ele, o espaço da casa não está interiorizado, não consegue lidar ou administrar esse espaço, o que provoca muitos conflitos na relação com a companheira, embora avalie que está melhorando, descobrindo o espaço da casa e do privado. A palavra "ajuda" dá um sentido distanciado, de provisoriaidade, não envolvimento, não pertencimento.

As mulheres, ao contrário, a utilizaram com mais freqüência. Se referiam a tais situações com expressões do tipo: “*ele é ótimo, me ajuda bastante*”, “*minhas amigas dizem que sou sortuda por ter um marido que me ajuda tanto*”. Nas suas falas, nota-se que há um reforço da idéia de que a esfera da casa, principalmente a cozinha, é um território feminino. Aluízio disse que gostaria de fazer mais, porém percebe que a companheira sente-se “*criticada*”, “*invadida*” no seu espaço.

A leitura que Aluízio faz da relação com sua companheira é bastante interessante. Há muita “conversa” sobre a educação da filha, buscam sempre “agir de acordo”, dividem as despesas da casa. Se nesses aspectos qualifica a relação como “*boa*”, na relação sexual acha que “*falta muito*” (sobre a sexualidade): ele sempre toma a iniciativa, não conversam “*sobre isso*”. Por um lado ele reclama de uma relação sexual mais negociada, por outro reconhece que é mais cômodo.

*(Aluízio) Eu não converso muito sobre isso não. Eu acho que eu não vou ter; nesse caso, o entendimento que eu quero, que eu preciso ter. Às vezes, eu até reajo de momento, mas eu não chego a generalizar, criar uma teoria, a explicitar assim esse tipo de entendimento que eu tenho. Eu sinto que incomoda a ela que eu assuma papéis femininos, que eu vá para a cozinha ou que eu faça uma comida. Ela tenta evitar isso...*

*Uma relação sexual considerada boa deveria levar em consideração uma participação igual para o homem e para a mulher e a mesma recompensa, que houvesse a mesma satisfação dos dois, né? Eu sinto que importa mais a minha satisfação. No entanto, eu tento inverter isso, mas é difícil. É mais cômodo para mim. Às vezes, eu já tentei entrar no mundo dela várias vezes e encontrei barreiras, né, então para mim fica a questão de comodidade mesmo.*

*Eu tive uma relação assim de muita igualdade total, uma mulher de total independência. E isso foi difícil de encarar pela minha formação. Se por um lado, racionalmente, eu admiro isso, gosto e tudo, para mim é mais difícil conviver com isso, desse tipo de mulher que toma iniciativa em todos os sentidos, que exige uma coisa absolutamente compartilhada e que... Aconteceu que sexualmente o meu desempenho caiu em função disso... Me atraiu muito essa pessoa, mas muito mesmo. E eu abdiquei de ter um relacionamento por mais tempo com ela porque me incomodava. No fundo, me incomodava. Racionalmente, eu aceitava a coisa como uma coisa muito legal, mas... É do tipo assim - “hoje nós vamos trepar”. Então,*

*pronto, e vai e batalha por isso. É questão de comodidade também. Tem uma época que tudo é desafio para você. Tem outra que você começa (eu acho que é velhice mesmo) a avaliar o que é mais fácil para você e se ajusta mais.*

Novamente aqui, tal como para Cícero, o racional é identificado com a ideologia igualitária. Tomando como referência apenas a relação sexual, poder-se-ia qualificar o relacionamento que Aluízio tem com sua companheira como tradicional, no qual o homem toma sempre a iniciativa, manda dentro de casa, cabendo à mulher obedecer. Nada disso. Aluízio queixou-se do controle que a companheira impõe na sua movimentação dentro da casa, diz se sentir limitado e vigiado pelos seus olhares. Como tem escritório em casa, isto gera muito mal-estar. Mesmo definindo a companheira como “fechada”, Aluízio não deixa de elogiá-la, assim como fez em relação a todas as mulheres.

#### **4 - Inversão na representação dos gêneros**

Nas falas de Aluízio e dos outros homens há uma positivização da mulher. A mesma (em nenhum momento eles disseram “a minha mulher”, mas “a mulher”) é representada como símbolo de garra, de sensibilidade, de energia, de força de vontade, de firmeza e determinação. Com relação à representação que fazem dos homens, acreditam que eles têm muito o que aprender com as mulheres, traçando um quadro de “pobreza espiritual” dos homens. O que é valorizado, como algo que deve ser seguido, é o modelo feminino. Não se trata de “elogiar a diferença”, pensando-a como complementaridade, ou seja, o que falta ao homem está na mulher. Isso também não se limita à esfera da casa (uma boa mãe e companheira). As qualidades femininas são ressaltadas nos aspectos referentes à subjetividade e à interação no ambiente de trabalho.

*(Otávio<sup>15</sup>) A mulher é mais sensível, é mais aberta. Eu tenho aprendido demais com a mulher. Dessa sensibilidade que é mais aguçada. Na minha formação anterior, talvez eu achasse que a mulher é um sexo frágil. Mas hoje, eu não tenho a menor dúvida. Tanto que eu busco isso - talvez despertar esse lado feminino meu. Com uma certa dificuldade, mas cada vez com mais certeza de que eu tenho que experimentar e descobrir a potencialidade que tem esse lado. Até porque meu outro lado não me mostrou muita coisa não.*

*(Aluízio) O homem manda mais. Aí é que tá o negócio. Você trabalha com a mulher sem ter a sensação de estar sendo mandado. Já aconteceu no começo da minha carreira profissional ser chefiado por uma mulher. Houve um período em que as mulheres, para se firmarem, adotaram uma posição muito radical e tiveram que fazer isso porque não tinha chance delas entrarem. E nessa época eu senti isso. Eu também era mais novo, compreendia menos essas coisas. E que eu fui chefiado por uma mulher. Hoje, minha idéia, minha imagem é completamente diferente. Eu não sinto nenhum problema de ser chefiado por uma mulher. Ser dirigido. Eu acho que elas são mais cooperativas. Elas trabalham mais com a liderança do que com o mando. São mais cooperativas.*

*(Olavo) Eu não acho que a mulher seja frágil, não. Chegaram a dizer que emocionalmente as mulheres são mais fortes que o homem nesse momento. Eu não sei se eu estou me espelhando nisso, mas eu acho que a mulher é mais forte que o homem.*

Tais falas coincidem com a afirmação de Nolasco (1993), segundo a qual houve uma inversão na representação social do homem. Em um curto período, apenas 30 anos, o homem (provedor material e chefe da família), que era representado por meio de programas como “Papai Sabe Tudo” passou a ser representado por personagens como Holme Simpson, do seriado “Os Simpsons”, ou Dino, o dinossauro-pai, do seriado “A Família Dinossauro”. Holme e Dino têm alguns traços em comum: são alheios a tudo que diz respeito aos filhos e à casa, acreditam que “o poder é ter o controle remoto da televisão”<sup>16</sup>, não gostam de pensar e trocam qualquer coisa por uma cervejinha<sup>17</sup>. Enquanto as mulheres construíram modelos positivos, o homem está carente deles. É como se o masculino deixasse de agregar valor ao indivíduo. Isso faz com que alguns homens busquem outro campo de representação (identificado socialmente com feminino) para denominar vivências não classificáveis como pertencentes ao padrão comportamental masculino.

Ao contrário das falas dos homens, as mulheres definem seus companheiros como exceção, na definição do jeito de o homem agir<sup>18</sup>. Para as mulheres entrevistadas, o padrão de masculinidade é aquele que vê a mulher como inferior, como frágil, que está mais preocupado com o “gozo” dele.

*(Cleonice) Os outros homens que eu conheci, os outros namorados, principalmente os mais novos, é uma imaturidade, uma coisa que não apren-*

*deu ainda a ser. Não desenvolveu ainda. Eu já tive uns namorados que, meu Deus do céu!, eram broncos de tudo. Possessivos, não sabem o que é o aconchego, não sabem o que é namorar. Já tive relações que contrastam drasticamente com a que eu tenho hoje.*

Homens e mulheres reconstróem a imagem do seu e do outro gênero, à medida que novas concepções de relação são estruturadas. A concepção igualitária propicia uma desconstrução da imagem da mulher associada a valores considerados negativos, tais como emoção, fragilidade, resignação, incapacidade de lutar contra ocorrências adversas, conformada com seu destino de ser dona de casa e mãe, insegura. Essa imagem, para os entrevistados, não corresponde à realidade. Modelos comportamentais tidos como tipicamente femininos, como a sensibilidade, a afetividade, são positivados, ao mesmo tempo em que outros, como a racionalidade, a garra, a obstinação, a determinação, são alocados no feminino.

Esse processo de redefinições da imagem dos gêneros vincula-se às mudanças que estão sendo gestadas nas relações de gênero. A valorização do feminino e uma crítica aos modelos comportamentais masculinos podem significar uma redistribuição de poder nas esferas sociais, que agregam valor ao indivíduo, no caso a esfera pública. Para verificar tal relação, acredita-se serem necessários estudos que vinculem o estudo das relações de gênero a contextos específicos e não mediante generalizações.

### **Considerações finais**

É importante destacar que a análise apresentada aqui não teve como objetivo fazer uma generalização para a sociedade brasileira. Ressalte-se, mais uma vez, o caráter desta pesquisa: refere-se a um tipo específico de masculinidade, não se pretendeu fazer generalizações. Talvez a contribuição dessas reflexões esteja em chamar a atenção para a necessidade de a sociologia incorporar o estudo sobre homens como um tema fundamental para o entendimento das relações de gênero no Brasil.

A desconstrução analítica da representação substantivada do “masculino” certamente terá que passar pela formulação de novos instrumentos conceituais, alimentados pela pesquisa empírica. O que se tentou, ao longo do texto, foi lançar algumas luzes sobre uma problemática social, que ainda carece de um amadurecimento sociológico.

Também tentei apontar como homens e mulheres, de um determinado seg-

mento social, portador de um *ethos* individualista, atualizam discursivamente suas relações amorosas. Localizada no campo do sociologicamente invisível (Figueira, 1987), a pesquisa buscou captar como, no espaço da subjetividade, homens e mulheres, possuidores de uma história de vida (que não foi esgotada aqui) marcada pelo questionamento e rupturas com as definições tradicionais das identidades e papéis de gênero, sentem os limites de implementar tais mudanças em suas diádicas amorosas cotidianamente. Nessa esfera, as sensações são marcadas por descontinuidades, por crises existenciais e pela busca da coerência da subjetividade entre o campo discursivo e o prático, o que marca o caráter inconcluso da construção do *self*. Como disseram vários entrevistados: “*eu estou em processo*”.

## Notas

<sup>1</sup> Esse artigo é uma síntese de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado, defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, em 1998, sob o título: “Um certo mal-estar: queixas e perplexidades masculinas”.

<sup>2</sup> Essa pesquisa foi realizada entre homens e mulheres durante 1997. Possuem como marcas de distinção serem intelectualizados e psicologizados. São pertencentes à camada média urbana de Brasília. Foram entrevistados 20 homens e 7 mulheres, a partir de um roteiro de questões semi-estruturadas. Tentamos fazer uma síntese do capítulo que trata das relações de poder e das representações dessas relações. Nesse sentido, selecionamos algumas falas que consideramos representativas para o objetivo deste artigo.

<sup>3</sup>Sobre o conceito de ideologia hierárquica, ver Dumont (1985).

<sup>4</sup> Convencionei a utilização de aspas e itálico quando a frase referir-se à fala dos entrevistados.

<sup>5</sup> Cristina é antropóloga, tem 33 anos, é casada pela segunda vez há 3 anos.

<sup>6</sup> Rui tem 49 anos, engenheiro, doutor em sociologia e funcionário público. Casado há 18 anos. Tem 2 filhos.

<sup>7</sup>Segundo a terapeuta Mabel Cavalcante, o sentimento de rejeição é um dos principais motivos que leva os homens a procurar a ajuda de uma terapeuta sexual.

<sup>8</sup> Pablo tem 40 anos, é músico e mestre em sociologia. Está no terceiro casamento há 3 anos. Não tem filhos.

<sup>9</sup> 44 anos, formado em educação física, doutor em sociologia, professor universitário. Vive o segundo casamento há 13 anos, o primeiro durou 10 anos. Tem 3 filhos.

<sup>10</sup> 47 anos, formado em medicina, com especialização, funcionário público. Há 5 meses casou-se pela segunda vez, o primeiro casamento durou 2 anos. Teve muitos relacionamentos rápidos. Tem 1 filha.

<sup>11</sup> 50 anos, formado em educação física, com mestrado na mesma área, professor universitário.

Ficou casado por 16 anos, separado há 5 anos. Nesse período teve vários relacionamentos. Tem 2 filhos.

<sup>12</sup>Para Giddens (1992), “*grande parte da violência sexual masculina provém mais da insegurança e dos desajustamentos, do que de uma continuação ininterrupta do domínio patriarcal. A violência é uma reação destrutiva ao declínio da cumplicidade feminina.*” (Giddens, 1992:138)

<sup>13</sup> Numa passagem de *Sobrados e Mucambos*, Freyre explicita o que entende por “imaginário patriarcal”. Para o autor, “...é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo. (...) À exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário - tal como o que dominou longo tempo no Brasil -, convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por esta diferenciação exagerada, justifica-se o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades do gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filhos, criar menino.” (Freyre, 1951:253-255)

<sup>14</sup> 40 anos, formado em educação física, doutor em sociologia, professor universitário. No momento da entrevista tinha terminado havia pouco tempo um relacionamento de 5 anos. Uma filha de um relacionamento ocasional.

<sup>15</sup> Otávio tem 41 anos, biólogo, com pós-graduação na mesma área, funcionário público. Está casado pela segunda vez há 4 anos. 2 filhos.

<sup>16</sup>Fala de Dino, em um dos episódios exibidos pela Rede Globo.

<sup>17</sup>Em um dos episódios da “Família Dinossauros”, a filha pergunta à mãe:

“- Mãe, os machos já nascem nojentos?

- Essa pergunta já vem sendo feita há milênios. Eles já nascem nojentos, mas têm que conviver com os outros para se tornarem insuportáveis.”

<sup>18</sup> Algumas telenovelas oferecem um rico material para análise das mudanças nas representações dos gêneros. Fernando de Barros e Silva, no *Tvfolha* de 25 de janeiro de 1998, afirma que na novela “Por amor”, do autor Manoel Carlos, não há personagens masculinos, mas apenas mulheres e “bananas”. Eles não passam de escadas ou penduricalhos funcionais. Os homens não atuam, constam na tela, são homens de cera, “fantoches falantes”.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA. Angela M. de. “Notas sobre a família no Brasil”. In: *Pensando a família no Brasil*. ALMEIDA, Angela Mendes de, CARNEIRO, Maria José (org.). Rio de Janeiro: Co-edição Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.
- BANDEIRA, Lourdes & SIQUEIRA, Deis Elucy. “Relações de gênero nas ciências sociais: um percurso em (des)construção”. In: *Série Sociológica*, Nº. 81, Departamento de Sociologia, UnB, Brasília, 1991.
- BENTO, Berenice A. de M.. *Um certo Mal-estar: Queixas e perplexidades masculinas*.

- linas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. UnB. 199pp. 1998.
- \_\_\_\_\_, A (re)construção da identidade masculina. In: *Revista de Ciências Humanas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. No. 26/outubro. Editora da UFSC, 1999.
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FIGUEIRA, S. (org.) *Uma nova família? : o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, V.1. Rio de Janeiro: Graal, 1985.  
\_\_\_\_\_, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos* (V. I). Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza. “Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil”. In: *Uma questão de gênero*, COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992b.
- KIMMEL, Michael S. “Masculinity as homophobia”. In: *Theorizing masculinities*, BROWNE, Harry & KAUFMAN, Michael (orgs.) Sage Production Editor, 1994.
- MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel. *Masculino/feminino: tensão insolúvel. Sociedade brasileira e organização da subjetividade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- NOLASCO, S. (org.) *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.  
\_\_\_\_\_, (org.) *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- SAFFIOTTI, Heleith I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.  
\_\_\_\_\_, “Rearticulando gênero e classe social”. In: *Uma questão de gênero*, COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

## Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa com homens e mulheres pertencentes à camada média urbana de Brasília. Seu objetivo é verificar como o poder é pensado nas relações ditas igualitárias. Embora tal ideologia esteja presente nas falas dos entrevistados como “a certa”, notou-se que a ideologia hierárquica

também atua na subjetividade desses atores, provocando conflitos e disputas pautadas por constantes negociações e contradições. Notou-se que, quando se está negociando a administração do doméstico, há um espaço maior para negociação, o mesmo não ocorrendo quando se trata da sexualidade. Em tais condições, denominou-se essas relações como “contraditórias”.

Palavras-chave: gênero, poder, masculinidade

### **Abstract**

This article presents the results of a research survey of men and women belonging to the urban middle class of Brasilia. The object of the research was to verify the manner in which power is visualized in what has come to be known as equal footing relationships. Even though such ideology may be present in the speech of those interviewed as “correct”, one can observe that the hierarchical ideology also works in the subjectivism of these actors giving rise to conflicts and disputes marked by constant negotiations and contradictions. It may be noted that when it's a question of administering domestic affairs, there is plenty of room for negotiation, but the same is not true when the question turns on sexuality. In such conditions, these relationships can be dubbed “contradictory”.

Key Words: gender, power, masculinity

### **Resumen**

Este artículo muestra los resultados de una investigación realizada a hombres y mujeres pertenecientes a la capa media urbana de Brasilia. Dicha investigación tuvo como objetivo verificar si el poder es pensado en las relaciones clasificadas como igualitarias. Aunque tal ideología esté presente en las declaraciones de los entrevistados como “loa correcto”, se percibió que la ideología jerárquica también actúa en las subjetividades de estos actores, provocando conflictos y disputas pautados por constantes negociaciones y contradicciones. Notamos que cuando se está tratando de la administración de la vida doméstica hay un espacio mayor para negociaciones, lo que no ocurre con la sexualidad. Esto nos llevó a clasificar tales relaciones como “relaciones contradictorias”.

Palabras clave: género, poder, masculinidad



**OPINIÃO**



## **1 - Introducción**

Partimos del supuesto de la existencia de correlación entre estadio de desarrollo económico –a que correspondería un grado determinado de acumulación capitalista, cuyas manifestaciones actuales serían la preponderancia del capital financiero y la organización monopolística de las empresas– y desarrollo de relaciones comerciales internacionales a escala mundial.

Como segundo punto, no tratamos de forma homogénea o universal la relación entre desarrollo y comercio. Una cosa es la relación que mantienen, entre sí, desarrollo y comercio en el ámbito de naciones capitalistas avanzadas; otra cosa muy diferente es la relación entre las mismas variables en cuanto a la esfera del capitalismo subdesarrollado. Eso porque en el primer caso, el comercio es la expresión de la circulación de una parte del excedente económico que expresa el alcance y el mantenimiento de tasas de ganancias propias del estadio de desarrollo de las estructuras productivas específicas del capitalismo monopolista; en el segundo, el comercio externo o es un conducto primario de la orientación productiva o libera la parte del excedente productivo que no encuentra curso en el mercado nacional por diferencias entre las estructuras de producción y consumo, de lo que provienen patrones regresivos de distribución de la renta nacional.

En términos regionales, América Latina ha sufrido el impacto de los cambios cualitativos en el capitalismo mundial variando la escala de éxitos y fracasos. El volumen de la economía, su inserción internacional, su tasa de ahorro interna, condiciones institucionales, política macroeconómica y capacidad de generación y gestión de la tecnología son algunos de los factores más significativos para determinar el ritmo y la dirección de los ajustes por los cuales pasa cada una de sus economías nacionales.

El presente trabajo tiene por objetivo el análisis de los flujos de comercio y de la base productiva como variables para la integración regional en condiciones del capitalismo subdesarrollado. Además, toma en consideración la situación actual de los países integrantes del MERCOSUR para obtener perspectivas de la integración regional como estrategia de desarrollo nacional.

## **2 - Aspectos conceptuales y supuestos generales**

Asumimos que el reto fundamental de todos y cada uno de los países es su desarrollo, es decir, su desarrollo nacional. Desde este punto de vista, atribuimos a la integración el papel de estrategia de desarrollo y, finalmente, tomando en cuenta la finalidad explícita de este trabajo, el comercio se entiende como un instrumento de la referida estrategia. Así, aunque DESARROLLO, INTEGRACIÓN y COMERCIO puedan ser vistos como variables, ocupan distintos papeles jerárquicos en una estructura o sistema explicativo. Tal como decimos sería:

DESARROLLO.....	OBJETIVO
INTEGRACIÓN.....	ESTRATEGIA
COMERCIO.....	INSTRUMENTO

Teniendo en cuenta las finalidades de la estrategia de la integración económica, el comercio puede y debe ser tratado de forma que le corresponda un papel determinado. Así, proponemos dividir el comercio internacional en “comercio en general” y “comercio entre vecinos”. Esta senda nos parece enriquecedora por proponer la confluencia entre flujos de comercio (mercancías, servicios y derechos) y espacio, o sea entre economía internacional y economía regional. Esta perspectiva puede prestarse para aislar del comercio en general aquellas mercancías que se venden exclusivamente para países vecinos, como por ejemplo la venta de energía eléctrica por parte de Paraguay a Brasil, ya que tal mercancía sola es negociable (tradeable) en distancias limitadas. De hecho, Paraguay nunca podría exportar energía eléctrica a China, Estados Unidos o Europa.

Otro aspecto es, que para considerar el caso del MERCOSUR, nos limitamos a referirnos a la integración regional y no a la integración en general propiciada por las transacciones internacionales. Así, nuestro enfoque es el de la integración entre naciones vecinas. Finalmente, una segunda limitación explícita es que consideramos tan sólo la dimensión comercial de la integración regional. Eso porque sabemos que algunos de sus distintos estadios (“unión económica” e “integración económica”) van más allá de las relaciones comerciales y que no reflejan el caso actual de MERCOSUR.

Los supuestos específicos de la investigación son:

- En el punto inicial de la integración regional las economías están cerradas al exterior.
- El grado de apertura regional es inferior al de la apertura al resto del mundo.

- La integración regional es más favorable a economías no dispares en cuanto al volumen.
- La integración regional es más favorable a las economías industrializadas.
- Las políticas macroeconómicas son neutrales (supuesto simplificador).

## 2.1 - Vínculos entre Comercio y Estructura Productiva Nacional

En un modelo estricto de economía cerrada no hay vínculo con el exterior y, en consecuencia, de integración económica o comercial. Siempre y cuando se establezca algún tipo de vínculo con el exterior, la estrategia de integración regional puede intensificar las relaciones entre producción nacional y actividad comercial exterior. Las posibilidades de mutua relación entre comercio y crecimiento serán tan mayores como dinámicos sean los vínculos entre flujos comerciales externos y el funcionamiento de la estructura productiva nacional. La posibilidad más fructífera en la economía actual viene dada por la industria, en cuyo interior las interrelaciones suelen ser intensas y continuas. Por otro lado, la posibilidad menos fructífera se da cuando interactúan aparatos productivos nacionales de carácter agrario, caso en que la conjunción entre fuerzas dinámicas es menos intensa o más débil. Para establecer las distintas formas de vinculación entre flujos de comercio exterior y dinamismo de las estructuras productivas nacionales, esquematizamos la materia en el cuadro 1.

**CUADRO 1**  
**Tipología de Vínculos entre Estructura Productiva Nacional y Comercio Externo**

Caso	Importación	Economía Nacional	Exportación	Comentario
1	.....	Mp (...) Ma	.....	Economía cerrada
2	Mp	<input type="checkbox"/> Mp (...) Ma	.....	Importa materia prima
3	Mp	<input type="checkbox"/> Mp (...) Ma <input type="checkbox"/>	Ma	Importa materia prima y exporta manufacturas
4	Mp	<input type="checkbox"/> Mp (...) Pi <input type="checkbox"/>	Pi	Importa materia prima y exporta piezas y productos intermedios
5	Pi	<input type="checkbox"/> Pi (...) Ma <input type="checkbox"/>	Ma	Importa piezas y productos intermedios y Exporta manufacturas
6	Ma	<input type="checkbox"/> Ma	.....	Importa manufacturas
7	.....	Mp <input type="checkbox"/>	Mp	Exporta materias primas
8	Ma	<input type="checkbox"/>	Ma	Reexporta manufacturas

NOTA: Mp – materias primas; Ma – manufacturas; Pi – piezas y productos intermedios; (...) proceso productivo

El primer caso refleja una economía cerrada, sin relaciones externas. Su función en el cuadro es la de contrastar con otros siete casos en los que queda establecido por lo menos un vínculo comercial de la economía nacional con el exterior.

El caso 2 muestra un flujo importador de materias primas para abastecer la estructura productiva nacional sin desbordamiento de mercancías al exterior por la vía de la exportación.

Los casos 3, 4 y 5 muestran doble vínculo entre estructura productiva nacional y actividad comercial hacia al exterior. El primero de ellos reproduce una de las situaciones clásicas del comercio internacional: importación de materias primas y exportación de manufacturas. Ya 4 y 5 reflejan la modernidad del caso 3. En ellos, la producción revela el “proceso de fragmentación de las mercancías”. Por este proceso, el comercio mundial viene permitiendo un crecimiento sin precedente para las transnacionales, que son las empresas que a diferencia de las demás, consiguen fraccionar su proceso productivo y situar cada una de sus partes en distintos países y continentes, con lo que obtienen tasas de ganancias más notables.

Los casos 6 y 7, combinados, muestran los flujos clásicos en los países subdesarrollados, en los que la circulación está divorciada de la estructura productiva generadora de valor, sea por la vía de importación sea por la vía de exportación. La referida desvinculación presenta doble aspecto. Por la vía de la importación, las mercancías extranjeras van dirigidas directamente al mercado consumidor final, sin ninguna intromisión con la estructura productiva local. Por la vía de la exportación, las materias primas (y alimentos) no provienen del proceso productivo nacional, pero sí de estructuras productivas de terceros países. Así, tanto uno como otro proceso se completan de forma aislada de la generación de valor en ámbito nacional.

Por fin, el caso 8 denota la situación excepcional de unos pocos países cuya vitalidad comercial es de carácter esencialmente mercantil ya que funcionan como reexportadores de manufacturas.

Especialmente los casos 4 y 5 sugieren que una de las nuevas fuerzas del comercio actual se basa en el “proceso de fragmentación de las mercancías”, heredero de las cadenas de montaje correspondientes al “modelo fordista” de producción del pasado reciente. Aunque no creamos indefinidas las posibilidades de éxito del nuevo proceso, apelar a semejante estrategia en la actualidad ha resultado bien y a ella corresponde un crecimiento insospechable del comercio internacional. El avance de la tecnología y de la gestión de procesos productivos

y de distribución, insertos en los modelos 4 y 5, resaltan la multiplicación de intervalos de eslabones de circulación a lo largo del proceso productivo. Esa es exactamente la condición necesaria para que cada una de las partes fragmentadas de la mercancía pueda ser administrada como proceso productivo independiente en distintos países y continentes. A partir de esas condiciones endógenas de los procesos productivos y de las condiciones exógenas favorables a la apertura de mercados y de costes decrecientes de comercio y comunicaciones, las empresas obtienen condiciones óptimas para la búsqueda de tasas de ganancias máximas. La noción de fragmentación contrastada con las situaciones clásicas, correspondería al esquema:

[Mp (... ) Ma] (modelo clásico sin comercio internacional)

[Mp □□ Mp (... ) Ma □□ Ma] (modelo clásico con comercio internacional)

[Mp □□ Mp (... ) Pi □□ Pi (... ) Pi □□ Pi (... ) Ma □□ Ma] (modelo con “fragmentación”)

Donde:

(□□) indica circulación internacional

(...) indica proceso productivo.

Si consideramos que las naciones que se involucran en un proceso de integración regional en sitios en donde el capitalismo es el de tipo subdesarrollado, a ellas no les corresponden instituciones, estructuras de producción y de consumo y condiciones de financiación propias del capitalismo avanzado. De esa manera, los flujos comerciales regionales (el “comercio entre vecinos”) en un ambiente de integración regional no son de la misma naturaleza que los que se constituyen entre naciones de capitalismo avanzado. Aun así, podemos observar en algunos sectores de la actividad económica procesos avanzados de producción e intercambio comercial. Pero el grueso de las transacciones mercantiles entre naciones capitalistas retardatarias se debe a sus estadios de desarrollo material, es decir a relaciones estructurales más propias de su condición dependiente o de retraso material, tecnológico, financiero y estructural. El abandono de los flujos modernos en procesos de integración regional bajo las condiciones del capitalismo subdesarrollado no corresponde a un desconocimiento de la situación real y concreta y sí a una opción de simplificación del modelo de análisis que, anteriormente, asumimos en cuanto a otros aspectos de la situación enfocada.

## **2.2 - El volumen de las economías y la integración regional**

Además de los límites o potencialidades derivadas del tipo y estadio de desarrollo material de la estructura productiva de los países que se integran en ambiente regional, propugnamos que el volumen de sus economías también es un factor a tenerse en cuenta. La cuestión no es propiamente el volumen considerado de forma aislada. Así no estamos refiriéndonos a que la facilidad o dificultad de la integración regional provenga de la grandeza o de la pequeñez de los países. La cuestión más bien se refiere al volumen relativo, o sea el volumen de un país en relación al volumen de otro, con lo cual busca construir un espacio integrado regional.

Para caracterizar la importancia de tal postulación deben considerarse los dos puntos extremos de una hipotética “escala de integración regional”, en la que la unidad de medida es el volumen relativo de las economías nacionales que buscan la referida integración. En un extremo estarían los casos favorables de integración regional y en otro, los más desfavorables. El primero dependería de que los volúmenes relativos de las economías involucradas fueran aproximados, equivalentes o no disconformes a la integración. El segundo sería el locus de las situaciones más desfavorables, caracterizadas por volúmenes relativos de economías involucradas en la experiencia de integración regional muy dispares.

Para el primer caso, estimamos que los volúmenes relativos estarían entre la unidad (caso perfecto en todas las economías de un mismo volumen) y, por ejemplo, 4 ó 5. Eso indicaría que la economía mayor no sobrepondría 5 veces el volumen absoluto de la economía menor.

Para el segundo caso, el extremo desfavorable a la integración regional, el volumen relativo mínimo correspondería a los valores máximos del extremo favorable, esto es 4 ó 5 veces, y el máximo 20 ó hasta 50 veces.

El volumen relativo informa sobre la posibilidad del conjunto de los países integrados absorber los flujos comerciales generados en su interior. Aunque no se proponga que el regionalismo económico sea tal que en su propio seno queden todos los flujos comerciales externos, lo que caracterizaría el “regionalismo cerrado” y por lo tanto un agotamiento de las relaciones con terceros países, es fundamental que el espacio regional integrado muestre potencialidad de absorción de parte sustancial de los flujos comerciales como muestra la experiencia histórica de los mercados comunes con éxitos evidentes.

Cuando en un ambiente de integración, una o más economías son 20 o

hasta 50 veces mayores que una de las otras, lo que resulta es que ni las exportaciones de la mayor pueden, bajo ninguna hipótesis, ser absorbidas de forma significativa por las menores, ni éstas en su conjunto pueden satisfacer las importaciones de aquélla. Una experiencia de integración regional con tal constelación de economías dispares sugiere más bien una polarización del crecimiento económico a favor de la mayor y una satelización de las menores y no beneficios compartidos y crecimiento armonizado entre todas las economías involucradas en el proceso de integración.

### **3 - El caso del MERCOSUR**

Lo que marca el inicio del proceso de integración regional en MERCOSUR es el punto en que se encontraba cada una de las economías que lo constituyan y con más destaque el punto de las dos economías predominantes.

Así, el proceso de sustitución de importaciones llevado a cabo por Brasil, de forma destacada, y por Argentina, con menor intensidad pero con la suficiente profundidad como para caracterizarla como un país que ha practicado deliberadamente la política conocida como ISI, hizo que se convirtieran en economías relativamente cerradas frente al comercio mundial, ya que parte de esa política se configuraba por la protección del mercado interno de la concurrencia externa. Eso justifica la consideración de que el análisis de la integración parte de un estado caracterizado como “cerrado” frente al comercio internacional. Por otro lado, el pequeño peso específico de las economías de Uruguay y Paraguay en el MERCOSUR, aunque no considerando la naturaleza de sus políticas económicas externas, no invalida la consideración de que el conjunto de las cuatro economías sea considerado como cerrado al exterior en la etapa de fundación del Acuerdo.

Por otro lado, es destacable el hecho de que el grado de apertura de cada una de ellas hacia las vecinas era menor que al “resto del mundo”. Así, relativamente al “comercio de vecinos”, el cierre era aún más fuerte.

En el apartado anterior, planteamos la existencia de dos grandes categorías de comercio con su tipología peculiar. Por un lado, la distinción entre “comercio de vecinos” y comercio en general. Por otro, la distinción de los flujos comerciales que se derivan de distintos estadios del desarrollo capitalista.

El “comercio de vecinos” es una modalidad de comercio que solamente se da entre países integrantes de una experiencia de integración regional. Sus particularidades deben ser explotadas al máximo en favor de la integración,

pues no se prestan a favorecer los flujos comerciales entre las naciones consideradas de modo general. Dos aspectos deben ser destacados en este particular. La primera sería las externalidades de la vecindad. En el caso del MERCOSUR el acuerdo de comercio de energía eléctrica entre Brasil y Paraguay es el ejemplo más significativo a este respecto. Por cierto otros podrán ser apuntados, imaginados y desarrollados. Con relación a lo dicho, las verificaciones de desviación de comercio provocadas por integraciones regionales deberían eliminar de sus cálculos los montos resultantes del “comercio entre vecinos”, ya que sería materialmente imposible traspasarlos a los flujos con el resto del mundo.

La segunda consideración en cuanto al “comercio entre vecinos” está relacionada con la homogeneidad o heterogeneidad de recursos y condiciones de carácter productivo en los distintos países y su papel en la dinámica de dicho comercio. Si los países vecinos presentaran gran homogeneidad de recursos y condiciones, la dinámica del comercio regional dependería de la existencia de estructuras productivas concurrentes. Si, al revés, la vecindad está expresa por heterogeneidad de recursos y condiciones, el aspecto complementario de las estructuras productivas podrá responder mejor a las necesidades de intercambio comercial regional.

Consideremos ahora el grado de desarrollo de las economías en ambiente de integración regional. Los flujos comerciales de los países capitalistas avanzados hacia al exterior corresponden a estructuras capaces de generar tasas de ganancias que puedan soportar la continuidad del proceso acumulativo en su etapa monopolista. Esos flujos atienden a la necesidad interna de acumulación y también revelan un contenido material que corresponde a las “mercancías fragmentadas” (casos 4 y 5, cuadro 1).

Por otro lado, los flujos comerciales desde los países subdesarrollados del capitalismo retrasado reflejan estructuras productivas incompletas o poco conectadas a la dinámica de acumulación interna. Tal conexión incompleta o también desconexión tiene dos caras. La primera es la de las mercancías con “cara local” pero que se destinan al proceso productivo externo, vinculándose a ello por el hilo del comercio externo; son las materias primas. La segunda es la de las mercancías con “cara mundial”, tecnológicamente avanzadas, que no se producen internamente y que se importan para el consumo final local. Cuando se interna el proceso productivo de mercancías con “cara mundial”, casi siempre su destino es el exterior.

Esta distinción entre mercancías y sus respectivos procesos productivos

sugiere las dimensiones potenciales de la dinámica de los flujos de comercio dirigidos a la integración regional

Para poner en marcha el ejercicio, consideramos que en Argentina y Brasil predominan economías de rasgo industrial, pero con las limitaciones derivadas del capitalismo subdesarrollado. La presencia de uno u otro sector en el que se producen “mercancías fragmentadas” no tiene la dimensión suficiente para cambiar la situación general. Paraguay y Uruguay, al revés, muestran estructuras económicas de rasgo predominantemente agrario. Una clasificación tan sencilla conlleva limitaciones evidentes, pero como las cuestiones son tratadas en el ámbito de la idealización del modelo, el impacto de las distorsiones puede ser considerado aceptable.

La otra variable que es considerada es la que indica el volumen de las economías en estado de integración. Una vez más la simplificación de considerarse tan solo dos categorías para los cuatro países resalta las limitaciones del método. Con la misma observación de los impactos de las simplificaciones de los modelos, consideramos “grandes” las economías de Brasil y Argentina y “pequeñas” las de Paraguay y Uruguay.

Con estas dos clasificaciones ya es posible desarrollar una tipología básica e ir a la conformación de las distintas posibilidades de la estrategia de integración regional hacia el desarrollo de las naciones integrantes del MERCOSUR. Para la obtención de un *ranking* de las situaciones posibles, hacemos corresponder a cada uno de los tipos básicos un peso de tal modo que al fin podamos ordenar las distintas configuraciones identificadas. El cuadro 2 es la base para la obtención del *ranking*.

## CUADRO 2

### Tipología y peso de las distintas categorías de los países del MERCOSUR

Estructura Económica Predominante	Economía “grande”	Economía “pequeña”
Industrial	A (5)	B (3)
Agraria	C (3)	D (1)

Para la construcción del *ranking*, consideramos que las configuraciones serán las constituidas por cuatro países, dos grandes y dos pequeños. Fijadas tales condiciones, las posibilidades se distribuyen de la forma mostrada en el cuadro 3.

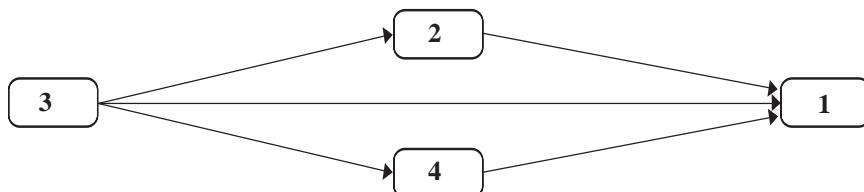
**CUADRO 3**  
**MERCOSUR - Conformaciones de Mercado Común según Volumen y Estructura Productiva**

Posibilidades de combinación de Los dos grandes	Alternativas de combinación de los dos pequeños	Conformaciones Finales	Puntuación	Observaciones
A con A	B con B	A-A-B-B (1)	5+5+3+3=16	Máximo <b>MERCOSUR</b>
	B con D	A-A-B-D (2)	5+5+3+1=14	
	D con D	<b>A-A-D-D (3)</b>	<b>5+5+1+1=12</b>	
A con C	B con B	A-C-B-B (4)	5+3+3+3=14	
	B con D	A-C-B-D (5)	5+3+3+1=12	
	D con D	A-C-D-D (6)	5+3+1+1=10	
C con C	B con B	C-C-B-B (7)	3+3+3+3=12	
	B con D	C-C-B-D (8)	3+3+3+1=10	
	D con D	C-C-D-D (9)	3+3+1+1=8	Mínimo

Considerando el rasgo predominante de las estructuras económicas y sus respectivos volúmenes, el MERCOSUR se sitúa como una experiencia de capacidad media para intercambios comerciales hacia la integración regional. Con la metodología empleada, la configuración 1 sobresale en términos de resultados de flujos comerciales hacia la integración regional. MERCOSUR, aparece en tercer puesto, como la configuración 3. En el presente ejercicio, la peor configuración es la 9 y está representada por países de rasgo esencialmente agrario, con tan solamente 8 puntos.

El carácter simplificado del modelo no nos permite decir que la “Conformación MERCOSUR” sea el 50% superior a la peor  $[(12-8)/8]$  o 1/3 inferior a la mejor apuntada  $[(16-12)/12]$ , pues la escala es ordinal y no cardinal. Esta característica de la escala nos autoriza solamente a propugnar por el orden y no por el valor de los intervalos entre los distintos puestos.

Con vistas al futuro, la estrategia de dinamismo de los flujos comerciales desde ese tercer puesto hasta el primer sugiere los pasos alternativos configurados en el esquema siguiente:



El recorrido 3-2-1 indica el tránsito a una progresiva industrialización de los pequeños países. Empieza por la configuración AADD; en el paso 2 se industrializa uno de ellos (cambio de D para B, y obtención de AABD) y alcanza el resultado final tras otro país “D” cambiar para la posición “B” (de AABD para AABB). El recorrido 3-4-1 aunque prevea la industrialización de un de los pequeños en el paso intermedio, no podría lograrse ya que supone la “agrarización” de uno de los grandes en ese mismo paso intermedio (de AA para AC). Por fin, el recorrido 3-1 es una alternativa a dos anteriores y más coherente con el 3-2-1.

Establecidos los límites y las potencialidades de cruce de las distintas estructuras productivas, pasemos a evaluar los intercambios comerciales según los volúmenes de las economías. La interferencia de los volúmenes de las economías se convierte en un elemento de convicción cuando se comparan los respectivos cuantitativos involucrados en ello. Para identificar los países según el volumen serán considerados los valores de exportación e importación intrarregionales, registrados en el cuadro 4.

**CUADRO 4**  
**Comercio Intrarregional de los Países del MERCOSUR (mil millones dólares)**  
**(valores anuales medios para los años 90)**

	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<b>Exportaciones</b>	26	52	1	3
<b>Importaciones</b>	28	61	3	4

FUENTE: FERRER (1995) y DEVLIN & FFRENCH-DAVIS (1999)

Tomando los criterios establecidos en el apartado anterior en lo que hemos tratado de la relación entre volumen de las economías y posibilidades de flujos comerciales en el ambiente de integración regional, el hecho destacable es que MERCOSUR no tiene capacidad de absorber las exportaciones brasileñas (MERCOSUR sin Brasil importa 35 mil millones de dólares anualmente, en tanto Brasil exporta 52) ni de atender la demanda de Brasil por importaciones (MERCOSUR sin Brasil exporta 30 y Brasil importa 61).

Aunque el razonamiento implícito no suponga la deseabilidad de que un mercado común venga a absorber toda la exportación y atender a todas las necesidades de importación de cada uno de los países integrantes, caso en que el regionalismo sería completamente cerrado, el ejercicio demuestra que hay disparidad en el interior del MERCOSUR y que ésta es sobresaliente, lo que sugiere la

existencia de frenos a la integración regional por lo menos desde el punto de vista de la(s) economía(s) mayor(es). El peligro, en una situación como la conformada por el actual MERCOSUR es que, más que la integración, actúen flujos comerciales cuya naturaleza indique la presencia de polarización económica en términos espaciales e incluso afecten a la localización de las actividades económicas a favor de unas partes y en contra de otras, lo que retiraría las ventajas de la integración regional desde el punto de vista del conjunto de países que participan en ella.

#### **4 - Conclusiones**

El crecimiento de los flujos comerciales intrarregionales en MERCOSUR son el hecho más saliente de la historia reciente de esta experiencia de integración en América Latina. Entre otras razones, el éxito de las marcas obtenidas se debe a la base de la que partieron los países, hasta entonces con bajísimos grados de apertura de uno a otro.

La posibilidad de que el desempeño de los flujos comerciales se verifique a los mismos ritmos en el futuro inmediato es baja o no propiamente alentadora. Según nuestro ejercicio las razones son de distintas naturalezas:

- Desde un punto de vista más global, las estructuras económicas capitalistas retardatarias están insuficientemente desarrolladas y diversificadas como para proporcionar flujos de comercio intensos.
- Desde un punto de vista más específico, el carácter agrario que todavía predomina en las dos economías menores constituye otro factor limitativo para la deseada expansión.
- Finalmente, la disparidad de volumen de las economías participantes del MERCOSUR sugiere un techo más bajo para los flujos comerciales si se compara la situación de este mercado común con la de otros en que las disparidades de volumen no son tan pronunciadas.

#### **Referencias Bibliográficas**

- FERRER, A. (1995) MERCOSUR: trayectoria, situación actual y perspectivas. Comercio Exterior, México, v. 45, n. 11, p. 819-831.
- DEVLIN, R. & FFRENCH-DAVIES, R. (1999). Towards an evaluation of regional integration in Latin America in the 1990s. The World Economy, v. 22, n. 2, March 1999, p. 261-290.

## **Resumo**

O trabalho trata das possibilidades de integração regional nas condições oferecidas pelo capitalismo subdesenvolvido. Trata-se de desenvolver um modelo com duas variantes: volume da economia e orientação maioritária da estrutura produtiva dos países participantes da experiência. Tendo como base o modelo sugerido, aplica-se aos países membros do MERCOSUL.

Conclui-se que a ampliação dos fluxos comerciais regionais, além dos níveis obtidos encontra dificuldades em função a desproporção de volume das economias e da orientação agrária das duas empresas menores que elas. Além disso, devemos acrescentar que as estruturas econômicas capitalistas retardatárias estão pouco desenvolvidas para proporcionarem fluxos comerciais intensos.

Palavras-chave: Comércio regional, integração regional, MERCOSUL, fluxos comerciais

## **Abstract**

This article deals with the possibilities of regional integration based on the conditions proposed by underdeveloped capitalism. It deals with the development of a model with a double variant: volume of economic output and majority orientation of the productive structure of the countries involved in the experience. Based on the proposed model, it is applicable to the member countries of the MERCOSUL. One can conclude that the expansion of the regional commercial trade flow, besides the already achieved levels, may run into difficulties due to the disproportion of the volume of economic output and to the agrarian orientation of the companies smaller than themselves. Furthermore, we should add that the struggling capitalist economic structures are inadequately developed to allow for an intense commercial trade flow.

Key words: regional commerce, regional integration, MERCOSUL, commercial trade flow

## **Resumen**

El presente trabajo aborda las posibilidades de la integración regional en las condiciones dadas por el capitalismo subdesarrollado. Se trata de llevar a cabo un mode-

lo con dos variables: volumen de la economía y orientación mayoritaria de la estructura productiva de los países involucrados en la experiencia. Baseándose en el modelo así sugerido, se aplica a los países integrantes del MERCOSUR.

La conclusión final es que la ampliación de los flujos comerciales regionales más allá de los niveles alcanzados encuentra dificultades en función de la desproporción de volumen de las economías y de la orientación agraria de las dos menores. Además, deberíamos añadir que las estructuras económicas capitalistas retardatarias están insuficientemente desarrolladas como para que proporcionen flujos comerciales intensos.

Palabras clave: Comercio regional, integración regional, MERCOSUR, flujos comerciales

**Jorge Kendi Sobue**

*Mestre em Sistemas e Computação e Professor de Matemática I e Fundamentos de Pesquisa Operacional do Departamento de Informática da UPIS.*

## **Reflexões acerca da Teoria de Markov<sup>1</sup>**

### **Introdução**

A teoria de Markov tem importante aplicação nas áreas de dinâmica de populações, genética, meteorologia, processos de nascimento e morte e teoria de filas.

Problemas de consumidores que consomem determinado produto e mudam de fornecedor devido a propaganda, preços, conveniência, satisfação; os que envolvem o modelo presa-predador; aqueles no qual o comportamento futuro depende exclusivamente do presente e não do passado ou, ainda, modelo nascimento-morte podem ser caracterizados por meio da Teoria de Markov, complementados da propriedade que somente é possível mudar o estado de um sistema em um ponto.

Em geral, há fenômenos que têm período de evolução definido, ressaltando-se que a grande contribuição da teoria consiste em calcular os valores nos quais o sistema ficará em equilíbrio.

É um sistema essencialmente estocástico (probabilístico), ou seja, uma abstração matemática de um processo empírico cujo desenvolvimento é governado pelas leis da probabilidade, sendo muito adequado para resolução, por exemplo, de problemas da Teoria de Filas.

Essa teoria possibilita a resolução de problemas do tipo:

Fila cíclica, na qual um conjunto de filas seqüenciais serve a uma população de tamanho fixo, onde a unidade atendida retorna e espera na ordem de seqüencial até chegar novamente sua vez.

Sistema de filas bloqueadas, no qual um sistema de atendimentos seriados terá a fase seguinte iniciada se, e somente se, a anterior for concluída;

Na nossa rotina diária vivenciamos diversos exemplos em que o conceito de cadeia de Markov pode ser aplicado: o tempo em Brasília estar chuvoso ou seco. O amigo que pode ser fumante ou não-fumante. Eu freqüentar o curso de Tratamento de Imagem ou não. Vivo em área rural ou urbana. Pertenço à classe baixa, média ou alta. Compro carro da marca Chevrolet, Ford ou Fiat.

Seguem alguns exemplos de aplicação prática da teoria:

Na Meteorologia podemos admitir que o tempo em Brasília é chuvoso ou seco. Como resultado do número de registros existentes no serviço de meteorologia, determinou-se que a probabilidade de se ter um dia chuvoso logo após um dia seco é de  $\frac{1}{3}$ , e a probabilidade de se ter um dia chuvoso logo após um dia chuvoso é de  $\frac{1}{2}$ . Se S representar um dia chuvoso e C um dia seco, então podemos montar a matriz de transição da cadeia de Markov.

Na Psicologia behaviorista: coloca-se um rato cada dia em uma gaiola com duas portas, A e B. O rato pode passar pela porta A, onde recebe um choque elétrico, ou pela porta B, onde recebe comida. No início do experimento, em uma segunda-feira, o rato tem a mesma probabilidade de escolher a porta A ou a B. Depois de passar pela porta A e receber um choque, a probabilidade de usar a mesma porta no próximo dia é de 0,3. Depois de passar pela porta B e receber comida, a probabilidade de usar a mesma porta no próximo dia é de 0,6. Pela matriz de transição pode-se calcular qual a probabilidade de o rato passar pela porta A na quinta-feira.

Na Administração: o departamento de assinaturas do Correio Braziliense manda uma carta para uma lista de endereços convidando os destinatários a preencher e enviar um pedido de assinatura. Alguns já assinam o jornal, enquanto outros não. Dessa lista de endereços, 60% dos que já são assinantes enviam o pedido, renovando suas assinaturas, enquanto 25% dos que não são assinantes enviam o pedido, fazendo uma assinatura nova. Se na última carta enviada 40% dos que a receberam enviaram o pedido de assinatura, pode-se calcular o percentual esperado de pedidos para a carta atual.

Na Sociologia: por meio de estatísticas pode-se verificar a atividade que meu filho irá exercer ao se tornar adulto, pois ela depende da minha atividade através da matriz de transição do processo de Markov. Assim, pode-se calcular a probabilidade do meu neto tornar-se um profissional da minha atividade.

Na Genética: considere uma planta do cerrado que pode ter flores vermelhas (V), cor-de-rosa ou brancas, dependendo dos genótipos. Ao cruzar cada um desses genótipos com um genótipo específico gera-se uma matriz de transição. Pode-se calcular quando o processo atinge o equilíbrio.

Nos Transportes: o metrô de Brasília começou a funcionar. As autoridades fizeram um estudo que previu o percentual de pessoas que usarão o sistema ou que continuarão a dirigir seus automóveis, por meio de uma matriz de transição. Supondo que a população da área permanece constante e que inicialmente 30%

das pessoas usam o transporte de massa e 70% usam seus carros, pode-se prever qual a porcentagem de pessoas que usarão o metro depois de t anos.

No Tratamento de Imagens: a estatística espacial, covariância, dos modelos unidimensionais contínuos utiliza a fórmula  $C(h) = C(0).e^{-\alpha h}$ , derivada do modelo exponencial, que é resolvida pela aplicação do processo de cadeia de Markov.

Como podemos verificar, as aplicações são ricas de exemplos e justificam a importância da teoria.

## Desenvolvimento

Do ponto de vista da teoria matemática probabilística, o processo estocástico é mais bem definido por uma família de variáveis randômicas: { X(t), t ∈ T }, sobre algum conjunto de valores ou parâmetros do espaço T.

T é também chamado de período de tempo e X(t) denota as observações no tempo t.

Dependendo da natureza do período do tempo, o processo é classificado como um processo a parâmetro discreto ou a parâmetro contínuo, como se segue:

- 1) Se T é uma seqüência infinita, por exemplo:

$$T = \{0, \pm 1, \pm 2, \pm 3, \dots\}$$

ou

$$T \{ 0, 1, 2, 3, \dots \},$$

então o processo estocástico { X(t), t ∈ T } é dito processo a parâmetro discreto definido no conjunto de índices T.

- 2) Se T é um intervalo de combinações algébricas, por exemplo:

$$T = \{ t: -\infty < T < +\infty \}$$

ou

$$T = \{ t: 0 \leq t < +\infty \},$$

então o processo estocástico { X(t), t ∈ T } é chamado de um processo a parâmetros contínuos no conjunto de índices T.

O processo a parâmetros discretos { X(t), t = 0, 1, 2, 3, ... } ou o processo estocástico a parâmetros contínuos { X(t), t > 0 } é chamado de PROCESSO DE MARKOV se, para algum conjunto de n pontos do tempo  $t_1 < t_2 < \dots < t_n$  de um conjunto de valores ou período de tempo do processo, a distribuição condicional de  $X(t_n)$ , que fornece valores de  $X(t_1), X(t_2), X(t_3), \dots, X(t_{n-1})$ , depende somente de

$X(t_{n-1})$ , ou do valor imediatamente precedente.

Mais precisamente, para qualquer número real:  $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$ :

$$P_r \{X_{in} \leq x_n | X(t_1) = x_1, \dots, X(t_{n-1}) = x_{n-1}\} = P_r \{X_{in} \leq x_n | X(t_{n-1}) = x_{n-1}\}$$

Na linguagem coloquial diz-se que, dada a condição “presente” de um processo, a condição “futura” independe da condição “passada”.

Assim, o processo de Markov é classificado de acordo com

- 1) a natureza do conjunto de valores do processo (parâmetros discretos ou contínuos) e
- 2) a natureza dos estados do processo.

Um número real  $x$  é o estado de um processo estocástico  $\{X(t), t \in T\}$  se houver um tempo  $t$  no conjunto  $T$  tal que a  $P_r \{x - h < X(t) < x + h\}$  é positiva para qualquer  $h > 0$ .

O conjunto dos estados possíveis constitui o espaço dos estados do processo. Se o espaço dos estados é discreto, o processo de Markov é chamado de Cadeia de Markov.

O parâmetro discreto do processo de Markov com o espaço discreto é chamado de parâmetro discreto da Cadeia de Markov. A cadeia de Markov é finita se o espaço dos estados for finito, caso contrário, é não numerável ou infinita.

Desde que o sistema seja observado como um conjunto de pontos temporais discretos, o conjunto de observações sucessivas é chamado de  $X(1), X(2), X(3), \dots, X(n), \dots$ , assume-se que  $X(n)$  é uma variável randômica cujos valores representam o estado do sistema no  $n$ -ésimo ponto temporal.

A seqüência  $X(n)$  é chamada de cadeia se for assumido que existem somente números ou estados numeráveis de estados nos quais o sistema é definido em qualquer ponto dado no período de tempo.

A seqüência  $X(n)$  é então uma cadeia de Markov se cada variável randômica  $X(n)$  é discreta e obedecer às seguintes condições:

Para qualquer  $m > 2$  e qualquer conjunto de  $m$  pontos, tal que  $n_1 < n_2 < n_3, \dots, n_m$  a distribuição condicional de  $X(n_m)$  dada pelos valores,  $X(n_1), X(n_2), \dots, X(n_{m-1})$  depende somente de  $X(n_{m-1})$ , valor imediatamente anterior, tal que:

$$P_r \{X_{n_m} \leq x_{n_m} | X(i) = x_{n_1}, \dots, X(n_{m-1}) = x_{n_{m-1}}\} = P_r \{X_{n_m} \leq x_{n_m} | X(n_{m-1}) = x_{n_{m-1}}\}$$

O parâmetro contínuo do processo de Markov com espaço de estado dis-

creto é chamado de cadeia de Markov de parâmetro contínuo, enquanto que para o espaço de estado contínuo e parâmetro de espaço discreto, o processo é chamado de processo de Markov a parâmetro discreto. Se ambos, o espaço de estado e o espaço de parâmetro são contínuos, então o processo de Markov é chamado de processo de Markov a parâmetro contínuo.

### As cadeias de Markov

Considere a seqüência de variáveis randômicas

$$\{ X_n | n = 0, 1, 2, \dots | X_0 = 0, 1, 2, \dots \}$$

a qual forma a cadeia de Markov com parâmetro de espaço discreto, isto é, para todo  $n$ :

$$P_r \{ X_n = j | X_0 = i_0, X_1 = i_1, \dots, X_{n-1} = i_{n-1} \} = P_r \{ X_n = j | X_{n-1} = i_{n-1} \}$$

Se o valor da variável randômica  $X_n$  é  $j$ , então o sistema está no estado  $j$  depois de  $n$  passos ou transições.. A probabilidade condicional  $P_r \{ X_n = j | X_{n-1} = i_{n-1} \}$  é chamada de probabilidade transacional de passo simples ou probabilidade de transição. Se estas probabilidades são independentes de  $n$ , então a cadeia é dita homogênea e a probabilidade  $P_r \{ X_n = j | X_{n-1} = i_{n-1} \}$  pode ser escrita como  $P_{ij}$ . A matriz formada por  $P_{ij}$  na  $(i,j)$  localização é conhecida como matriz de transição ou matriz de cadeia. Para cadeias homogêneas, as probabilidades transacionais de  $m$ -ésimo passo:

$$P_r \{ X_{n+m} = j | X_{(n)} = i \} = P_{ij}^{(m)}$$

são também independentes de  $n$ . A probabilidade incondicional do estado  $j$  no  $n$ -ésimo passo é escrito como:

$$P_r \{ X_n = j \} = P_0^{(n)},$$

Com a distribuição inicial dada por  $P_j^{(0)}$

Das leis básicas da probabilidade, uma pode ser facilmente mostrada como sendo a matriz formada pelos elementos  $P_0^{(m)}$ , chamada de  $P^{(m)}$  pela simples multiplicação de  $P^{(m-k)}$  por  $P_0^{(k)}$  para qualquer valor de  $k$ ,  $0 < k < m$ . Esta matriz é equiva-

lente à conhecida matriz de equações Chapman-Kolmogorov para o processo de Markov, representada por:

$$P_0^{(m)} = \sum_n P_n^{(m-1)}, P_{ij}^{(1)} (0 < k < m)$$

Dois estados i e j, são comunicáveis ( $i \leftrightarrow j$ ) se i é acessível de j ( $j \rightarrow i$ ) e j é acessível de i ( $j \rightarrow i$ ). A cadeia é chamada de irredutível se todos os estados se comunicam, isto é, se existe um n tal que  $P_{ij}^{(n)} > 0$  para qualquer par (i, j).

O período de retorno do estado k da cadeia é definida como o MDC do conjunto de inteiros  $\{n\}$  para o qual  $P_{kk}^{(n)} > 0$ . O estado é dito aperiódico se o MDC for 1, isto é, se tem período igual a 1. A cadeia é chamada de aperiódica se cada um dos estados for aperiódico.

Define-se  $f_{jj}^{(n)}$  como a probabilidade que a cadeia comece no estado j retornando para o primeiro tempo para j em n iterações. Assim, probabilidade que a cadeia nunca retorne para j é:

$$f_{jj}^{(n)} = \sum_{k=1}^{\infty} f_{jj}^{(nk)}$$

Se  $f_{jj}^{(n)} = 1$ , então é chamado de estado recorrente. Se  $f_{jj}^{(n)} < 1$ , j é chamado de estado transitório. Quando  $f_{jj}^{(n)} = 1$ :

$$m_{jj} = \sum_{n=1}^{\infty} n f_{jj}^{(n)}$$

É a média do tempo de recorrência. Se  $m_{jj} < \infty$  então j é conhecido como estado recorrente positivo, enquanto que se  $m_{jj} = \infty$ , diz-se que é um estado recorrente nulo.

Define-se  $f_{ij}^{(n)}, i \neq j$

como a probabilidade da primeira ocorrência da passagem do estado i para o estado j no exato passo n. Então a probabilidade que o estado j sempre ocorre de i é:

$$f_{ij}^{(n)} = \sum_{k=1}^{\infty} f_{ij}^{(nk)}$$

O valor esperado da seqüência  $\{ f_{ij}^{(n)}, n = 1, 2, \dots \}$  da primeira passagem da

probabilidade para o par fixo  $(i,j)$ ,  $i \neq j$  é chamado de  $m_{ij}$  e significa o tempo médio da primeira ocorrência, ou seja:

$$m_{ij} = \sum_{n=1}^{\infty} n f_{ij}^{(n)} \quad (i \neq j)$$

Se  $i = j$ , então  $m_{ii}$  torna-se o tempo médio de recorrência do estado  $i$ .

Assim, podemos verificar os teoremas mais importantes pertencentes à cadeia de Markov e que formam o embasamento da teoria.

**Teorema 1:**

Seja a cadeia  $C$  irredutível. Então  $C$  é recorrente ou transitente, isto é, ou todos os estados são recorrentes ou todos são não recorrentes.

**Teorema 2:**

Seja  $C$  irredutível, e seja  $k$  uma constante fixa do estado em  $C$ . Então  $C$  é recorrente se, e somente se, para cada estado  $j$ ,  $j \neq k$ ,  $f_{jk} = 1$ .

**Teorema 3:**

A cadeia é recorrente se existe uma solução  $\{y_i\}$  da desigualdade:

$$\sum_{j=0}^{\infty} p_{ij} y_j \leq y_i, i \neq 0$$

Tal que  $y_i \rightarrow \infty$  assim como  $i \rightarrow \infty$ .

**Teorema 4:**

Uma cadeia de Markov irredutível é transitente se, e somente se, existe uma solução de fronteira não constante para o conjunto de equações:

$$\sum_{j=0}^{\infty} p_{ij} y_j = y_i \quad (i \neq 0)$$

**Teorema 5:**

Seja  $k$  um estado fixo e irredutível da cadeia recorrente. Então o conjunto dos primeiros tempos médios,  $(m_{jk}, j \neq k)$ , é a única que satisfaz o sistema de equações:

$$m_{jk} = 1 + \sum_{i \neq k}^{\infty} p_{ji} m_{ik} \quad (j \neq k)$$

E o tempo médio de recorrência satisfaz a:

$$m_{ij} = 1 + \sum_{k=1}^{\infty} P_{jk} m_{ki}$$

Teorema 6:

Se  $C$  é irreductível e uma cadeia recorrente, então todos os estados são positivos ou todos são nulos.

Além disso, considera-se que:

- 1) Uma cadeia aperiódica irreductível e recorrente positiva é chamada de ergódica.
- 2) A distribuição de probabilidade  $(\pi_j, j \in C)$  é chamada de distribuição estacionária se:

$$\pi_j = \sum_{i=0}^{\infty} \pi_i P_{ij} (j \in C)$$

- 3) Uma cadeia de Markov é conhecida por possuir uma longa vida ou distribuição limitada se existir uma distribuição de probabilidade  $\{ \pi_j, j \in C \}$  se tiver a propriedade tal que:

Teorema 7:

Em uma cadeia irreductível e aperiódica, a probabilidade limite é:

$$\lim_{n \rightarrow \infty} P_j^{(n)} = \pi_j (\forall i, j)$$

Elá sempre existirá e será independente da distribuição inicial dos estados. Se os estados são transientes ou recorrentes nulos, então  $\pi_j = 0$  para todo  $j$ , e existirá uma distribuição estacionária. Se, contudo, todos os estados são recorrentes positivos, então  $\pi_j > 0$ , para todo  $j$ , e  $\{ \pi_j \}$  é uma distribuição de probabilidade, com  $\pi_j = 1/m_{ij}$ . A distribuição limite é solução única do sistema estacionário das equações:

$$\lim_{n \rightarrow \infty} P_i(X_n = j) = \pi_j (\forall j)$$

e:

$$\pi_j = \sum_{i=0}^{\infty} \pi_i P_{ij}$$

## Conclusão

Destas reflexões acerca da teoria de cadeias de Markov, podemos observar que problemas, cujos modelos recaiam no processo de estado onde o anterior independe do posterior, são resolvidos de maneira satisfatória utilizando-se as cadeias de Markov.

Encaixam-se bem na resolução de problemas de Teoria de Filas onde os serviços são dependentes dos estados, ou seja, a taxa média de atendimento de um serviço depende do estado do sistema. Um sistema no qual existem dois estados: um rápido e outro lento, começa a trabalhar de modo lento até que existam  $k$  usuários no sistema, a partir deste momento ele passa a trabalhar mais rapidamente até que restem usuários menores que  $k$ .

A Teoria de Filas é assunto da disciplina Fundamentos de Pesquisa Operacional oferecida, atualmente, aos alunos do 6º semestre do curso de Tecnologia de Processamento de Dados, do Departamento de Informática da UPIS.

## Notas

<sup>1</sup> Andrei Andreevitch Markov (1856-1922), filho de funcionário graduado do departamento florestal da antiga União Soviética, nasceu e viveu grande parte de sua vida em São Petersburgo. Formou-se na Universidade de São Petersburgo, tornando-se depois docente daquela instituição de ensino. Politicamente era um liberal, participou do protesto contra o controle czarista no início do século vinte. Em artigos publicados entre 1906 e 1912, tornou-se conhecido ao conceituar a lei dos grandes números e sua aplicabilidade. Interessado na análise matemática, seu trabalho mais importante foi a criação dos fundamentos da teoria moderna de probabilidade.

## Referências Bibliográficas

- GROSS, Donald, HARRIS, Carl M. *Fundamentals of Queueing Theory*, John Wiley & Sons Inc., New York, 1974.
- MIRSHAWKA, Victor. *Aplicações de Pesquisa Operacional*, Vol 2, Editora Nobel, 1<sup>a</sup> edição, 1<sup>a</sup> impressão, São Paulo-SP, 1988.
- EHRLICH, P. J. *Pesquisa Operacional - Curso Introdutório*, Editora Atlas, São Paulo – SP, 1967.
- PANICO, J. *Queueing Theory, A Study of Waiting Lines of Business, Economics and Science*, Prentice Hall, Inc, Englewood Cliffs, NJ, 1970.
- HILLIER, F, LIEBERMAN G., *Introduction to Operations Research*, 2<sup>a</sup> edition, Holden Day Inc, 1974.
- KOLMAN, Bernard. *Introductory Linear Algebra with Applications*, Prentice-Hall, Inc New York, NY, 1996.

## **Resumo**

Um processo estocástico é uma abstração matemática de um processo empírico governado por leis probabilísticas. Do ponto de vista da teoria matemática da Probabilidade, define-se melhor o processo estocástico como sendo uma família de variáveis randômicas.

Se em determinada situação uma condição atual de um processo independe totalmente da condição futura, então aplica-se o processo de Markov, que pode ser classificado pela natureza do índice do conjunto do processo e pela natureza estática do processo.

Palavras-chave: Markov, Teoria de Markov, Processos Estocásticos

## **Abstract**

A stochastic process is the mathematical abstraction of an empirical process whose development is governed by probabilistic laws. From the point of view of the mathematical theory of probability, a stochastic process is best defined as a family of random variables.

In nonmathematical language one says that, given the present condition of the process, the future is independent of the past. Then, the Markov process are classified according to: The nature of the index set of the process and the nature of the static space of the process.

Key words: Markov, Theory of Markov, Stochastic Processes.

## **Resumen**

Un proceso estocástico es una abstracción matemática de un proceso empírico gobernado por leyes de probabilidad. Desde el punto de vista de la teoría matemática de la Probabilidad, se define el proceso estocástico como una familia de variables randómicas. Si en una situación concreta, una condición actual de un proceso no depende totalmente de la condición futura, se aplica el proceso de Markov, pudiendo ser clasificado bien por la naturaleza del conjunto del proceso bien por la naturaleza estática del proceso.

Palabras clave: Markov, Teoría de Markov, Procesos Estocásticos.

## **Introduction**

Studies of agricultural research and extension have been dominated by the work of Rogers (1962), Rogers and Shoemaker (1971) and Hayami and Ruttan (1971). These theorists concentrate on the transfer, diffusion and adoption of technology rather than the social, political and economic contexts of its generation where behaviourism and induced innovation are the prevalent perspectives. Yet there remains an enormous disparity between the generation process and its adoption by farmers. Technology is not neutral and agricultural generation of the same is a function of social contradictions. The agricultural technology generated by a state organisation is open to external and internal influences. From this perspective, this study proposes an examination of the generation process and its implications for social and economic development, focusing mainly on the relationship between the process and its adoption by farmers.

According to Biggs (1990: 1481) the activities of the afore mentioned generation process cannot be separated from the adoption and diffusion of technologies. Giddens (1995: 68) suggests 'a given form of technology might be associated with varying types of social organisation, and vice-versa'. On the other hand, Eisenstadt (1987) emphasises that modern technology and modernisation have to be seen as one specific type of civilisation which originated in Europe and which, since the Second World War, has spread its economic, political and ideological influence over most of the world. In this way, modernisation and underdevelopment theories form the theoretical background to the role of agriculture in the global economy.

The research strategy of the study was based on case studies. Empirical data on the technology generation process were collected within EMBRAPA (the Brazilian Agricultural Research Organisation) in two different regions in Brazil. In the North-east (the poorest region) two centres were surveyed. The first was the National Cotton Research Centre (CNPA) - cotton is an industrial product, and the second, the National Goat Research Centre (CNPC) - goat meat and milk product is a domestic food for local population. In the South (a rich region), two centres were

also sampled: the National Soya bean Research Centre (CNPSO) - Soya bean is an industrial and export product and the National Sheep Research Centre (CNPO) - sheep meat and skin are for the national and the international markets.

### **From modernisation to globalisation**

Modernisation theory dominated the international scene in the 1960s and proposed that the developmental trajectory would be driven from the western diffusionist strategies to the poor, previously colonial countries. For Giddens (1991: 63 and 175), 'modernity is inherently globalising', or in other words 'one of the fundamental consequences of modernity is globalisation'. Harrison (1988: xiii) 'writes that modernisation is the result of 'westernization', involving economic, political, social and cultural changes which contrast with the previous 'traditional' stability. In the same vein, Eisenstadt (1987: 1-5) argues that modernisation originated in the West and that in the nineteenth and early twentieth centuries, the major emphasis was on the uniqueness of modern western society.'

The central idea of modernisation is that the process of development is a consequence of particular attitudes and values, rather than structural reasoning enacted through capitalist expansion. Traditional societies are characterised by individual, religious and kinship values oriented to the past, whereas in modern society individuals are influenced by rational, universal and utilitarian motivations.

In this study, modernisation is considered to be the evolutionary trajectory of the underdeveloped countries, especially since their traditional organisations and individuals moved from the traditional to the modern or rational. The innovation, transfer and diffusion of technology, from developed Western countries to poor, developing ones are the main strategies. Eisentadat [1966] mentions the unequal and weak level of internal modernisation in Latin America. The oligarchic elite mirrored developed countries life-styles and focused economically on landownership and other capital or knowledge intensive professional activities.

In reality, the global economy is unbalanced and unequal with respect to underdeveloped countries and reproduces the interests leading to the accumulation of capital, to intensive competition and to the private control of technology by the advanced western countries. Development (the shift from underdeveloped to developed status), needs deep structural transformations at the level of the production, distribution and consumption of wealth. Moreover, underdevelopment theory suggests that a country's backwardness is not a consequence of its internal organisation, or even its incapacity to reproduce the Western experience. There are

instead structural constraints such as social class stratification, economical dependency, capital accumulation, international debt and income and land concentration, all of which take their place in an integrated world system where there are winners and losers.

Like modernisation and dependency theories, the world-system theory (Wallerstein, 1995) could not explain the deep causes of poverty and backwardness in Third World countries. Strong criticisms of the world-economy theory have been made on these grounds. For instance, Worsley (1995: 87-88) disagrees with the existence of only one single world-system, and suggests there are enormous differences (beyond economic issues) between the First World and the so called third world countries. Robertson and Lechner (1985) criticise the world-system theory for its economic focus. Sklair (1991: 33-34) writes that the world-system theory neglects class struggle analysis and that the idea of a semi-periphery is an artificial invention to describe those cases that are not appropriate to the core-periphery argument.

In respect to globalisation, it 'predates modernisation and modernisation in particular can permeate and dissolve boundaries between localities and political entities' (Waters, 1995: 145). According to Halliday (1993), globalisation involves a broad and highly influential spectrum of factors across the world. Historical, political and strategic factors are moulded by globalisation.

In terms of the global economy, Friedmann and McMichael (1989: 105) believe the transnational restructuring of the agricultural sector was done in two ways. First, by the intensification of agricultural specialisation and the integration of specific crops and livestock into agro-food chains dominated by large industrial capital and secondly, by a shift in primary products from final use to industrial inputs for manufactured foods. Thus, according to Reynolds et al (1993) agriculture is a part of the process of capitalist expansion from the Northern to the Southern hemisphere countries.

It is important to perceive the link between Western interests and the national system in the global economy. In this study, the process co-ordinated by EMBRAPA absorbs the Western technology embodied in educational training, consultancy, financial support, agricultural inputs and living standards. Also, the demands of the economic and organised groups, which are the transnational companies or the national elite. Modernisation theory developed into the popular view and continues to provide the historical backdrop against which agricultural diffusion and development was encouraged over the period of EMBRAPA's existence.

## Purpose and methodology

The focus of this study is on the role of EMBRAPA which co-ordinates the Brazilian agricultural research system. This study investigates the social, scientific, organisational and economic factors, which have influenced EMBRAPA's generation process and its subsequent adoption by farmers.

The organisation is not a neutral place, but an ideological site subject to several influences. Thus, the agricultural technology generation is influenced by internal and external forces. In this case it is a state-owned organisation attached to the Ministry of Agriculture of the Federal Government. From this perspective, this research proposes to answer the following questions:

1. Which social, scientific and economic factors have most influenced researchers in their choice of research problems inside EMBRAPA organisation?
2. What would be the most appropriate agricultural technology research model for the benefit of the majority of Brazilian farmers?

This is *ex-post facto* and *cross sectional* research. It is a case study concerned principally with understanding the behaviour of organisations by getting to know the people involved and their values. The fieldwork took place in Brazil, from August 1994 to February 1995. Evidence was collected through questionnaires, structured and unstructured interviews, observations and secondary data.

The data were analysed in various ways. First, through a descriptive and narrative analysis of each centre; secondly, by describing the researchers and the process and its relation to the choice of problem by the professional within his centre. Thirdly, a comparative analysis of the centres was made in order to identify and describe the differences and similarities between the various generation processes. In addition, data analysis using the probability-based model of categorical judgements of Thurstone (1927), Thurstone and Chave [1966], Souza [1988 and 1993] were carried out.

## Main results

The Agricultural Technology Generation Process - The centres chosen (the CNPA, the CNPC, the CNPSO and the CNPO) involved agricultural and animal research programs. Export crops and food staples were considered as well. The generation process was controlled by urban, mainly male agricultural researchers,

aged between 44 and 49 years old. The majority of them were born in the South, South Eastern and Central-Western regions which are richer than the North-eastern and Northern ones, and the majority of their fathers were not employed in agriculture or livestock. The researchers were awarded their primary and university degrees in state schools. However, most of them reached secondary level in private schools. It is important to say that in accordance with Brazilian social class stratification, civil servants, such as EMBRAPA researchers, are members of the middle social class. In contrast, the small and subsistence farmers constitute the lower social class, and the landowners, politicians and technocratic representatives are the dominant social class.

The researchers' background had a degree of homogeneity. Seventy-two per cent of all the researchers interviewed took an agronomy course. In the CNPA and the CNPSO cases, 84% and about 96% of them respectively, undertook an agronomy course. Breeding and genetics was the dominant research line. This is associated with the development of new varieties and new animal stocks and is an important Green Revolution principle. Moreover, 96.55% of all researchers took Masters courses, normally in the same region that they were born and in which they undertook their undergraduate degrees. They also generate technology in the centres situated in the same region. Thirty-eight per cent of the researchers hold PhDs from American or European universities. This shows a mass of well-trained professionals. Sociology and humanities specialisation did not receive much attention. The subtle aim was the standardisation of technology.

The researchers' recruitment method was not, at first, through competitive exams. Only 19.5% of them were recruited by public competition. This was selective recruitment in accordance with the organisation's requirements. Academic evaluation was the main requirement. Those who had recently graduated were recruited by EMBRAPA and 69% were recruited after the completion of their first university degree. Professional experience beyond *university degrees* was not considered. This suggests that it was easy for EMBRAPA to impose its ideological preferences on researchers. Moreover, a strong corporate ethos developed within it.

For instance, 91% of all researchers believed that *EMBRAPA was the best Brazilian agricultural organisation* and 100% said that they *very much enjoyed being an EMBRAPA researcher*. Also, all the research centres surveyed rejected links with agricultural organisations, such as NGOs, universities and co-operatives. The researchers believed that to improve its technology generation process EMBRAPA needs money and not intensive relationships with universities, rural extension agencies, co-operatives and NGOs.

In fact, in various ways these were reflected in the scientific practice. First, *literature reviews* were the main activity prior to defining the research project. Farmers and rural extension issues were not the researchers' main inspirations. Secondly, the project approval process involved isolated and closed decision-making in the scientific realm, and the project was seen much more as *a solution to national problems* than *a solution to local problems*. Thirdly, the researchers spent much more time on project *rituals* than on farmers and rural extension demands.

An effort to collect empirical evidence specifically related to the influences on the choice of the problem was successfully made. Thurstone's coefficient was applied to measure, in decreasing order, the researcher's attitudes towards the choice of the problem. For example, in the four centres surveyed the principal agricultural researcher's collaboration with the generation process was linked more to views of *scientific peers in Brazil* than to the collaboration with *farmers' organisations*. This is clear evidence that the research process is significantly more identified with the scientific realm than with farmers' needs.

Further, empirical data shows that the choice of problem was strongly influenced by factors from the scientific field. For example, *professional experience* had the highest Thurstone's coefficient, though 69% of all the researchers completed their undergraduate courses either before 1973 or between 1973 and 1976. In reality, apart from their academic life, the researchers did not have any other professional experience (EMBRAPA was created in 1972). Thurstone's coefficient for *scientific background* came fourth and *scientific literature* came eighth. *Rural extension demands* was placed between the thirteenth and twentieth in order of importance. In relation to *farmers' demands*, the coefficient was ordered from second to seventieth place in decreasing order.

### **Agricultural technology generation and adoption successes**

The second stage of the research was concerned with the successes of two EMBRAPA technologies adopted by farmers. In this case, the most important questions to be answered were 'Why did farmers adopt these technologies?' and 'How the agricultural technology generation process influenced their choice?'

The *Brasília* Carrot and the *Doko* Soya Bean Adoption Cases - To understand why farmers adopted technology and the relations between the generation and adoption processes, case studies of two EMBRAPA technology successes were analysed. Case study 1, the *Brasília* carrot variety and Case study 2, the

*Doko* Soya bean variety. In both cases, one hundred and forty-four farmers in the *Cerrados* region, the Brazilian Savannahs, a highly subsidised agricultural frontier, were interviewed.

Perceptions differed between carrot and Soya bean farmers because of their particular demands, standard of living and social class. Researchers and farmers were from different social classes. In a broad sense, researchers came from the middle class, whilst Soya bean and carrot farmers were members of middle and low social classes respectively. The influences on the research process were different, too. Researcher values were divergent and research proposals were distinct. These differences contributed to the agricultural generation process *modus operandi*. Indeed, the generation process was not an assembly line or a mechanical operation. The common factor was that both research teams led by geneticists successfully developed the research process. They responded to farmers' and consumers' needs.

The generation process of the *Brasília* carrot (led by a geneticist), a domestic food grown by small farmers, dispersed throughout the country -, was a 'collaborative' way between researchers, farmers and rural extension agents and attended to farmers' and consumers' requirements. It was not a typical EMBRAPA scheme. In contrast, the Soya bean was an export and industrial staple highly subsidised by the government and grown by large and capitalised farmers in concentrated geographical areas. The generation process of the *Doko* Soya bean was also led by geneticists though a 'transfer-technology' research type met the farmers' demands, too. There was a one-way process between the Soya bean researchers and the research organisation and farmers. Further, Soya bean production and export was subsidised by the government (by factors outside the 'technological circuit'), which could reduce the risk of farmers' adoption of the technology.

It is plausible to think that the generation of the *Brasília* carrot depended much more on the research leader's personal sensibilities than upon the EMBRAPA scheme. Researchers, rural extension agents and farmers participated in the generation, validation and adoption of the *Brasília* carrot. The *Brasília* carrot farmers did not constitute strong interest groups able to 'negotiate' for their interests with the state apparatus. In a different way, the *Doko* Soya bean's *modus operandi* looked for increased productivity and disease resistance, independent of social and environmental factors. Rural extension agents and farmers were not active participants in its creation, validation and adoption of this crop. The *Doko* Soya bean farmers, however formed a powerful organised pressure group which exerted pressure through its demands. Productivity based on capital-intensive inputs was the principal research focus.

Evidence shows that both varieties were adopted by farmers. Both technologies increased productivity and controlled some diseases. Both were developed by researchers, particularly geneticists. Both were launched in the same period and in the same region - *Cerrados* - and both contributed to farmers' profits. In reality, the link between the generation process of the *Brasília* carrot and the *Doko* Soya bean, and the adoption by farmers, was independent of communication between the source (research organisation) and the receivers (farmers). The crucial factor in both cases was the relevance to farmers of the technology generation process addressed by the researchers.

Attitudes Towards Agricultural Technology - At the time of the research, EMBRAPA co-ordinated 3,200 projects throughout the country. EMBRAPA was created in 1972 during the agricultural modernisation era when Brazil experienced a high index of economic growth; with GDP growing at about 10% per year, it was called the *Brazilian economic miracle*. In that period, State intervention was mainly through state-owned organisations in the various fields of economic development. Parliamentary and civil organisations were closed down by the military order. At the same time, the State became an attractive target for pressure from organised and allied groups.

The attitudes of the small farmers' organisations' representatives contrasted with the aims of EMBRAPA's current process. From their perspective, the present commodity-led generation process did not address the small farmers' often mixed production systems' needs, nor did it facilitate small farmers' participation in the research process and priority setting. As a result, they did not adopt EMBRAPA technology. Thus the links between EMBRAPA and the small farmers were purely rhetorical. The small farmers did not constitute an interest group influential enough to pressure for their interests. Also, the current links between EMBRAPA and rural extension agencies well defined.

However, the representatives of the large farmers' organisations and their allies supported the current agricultural technology generating institutions and their research model. They were members of EMBRAPA's advisory councils, influencing Congress and the public on the maintenance of EMBRAPA's status. For instance, they believed in the *Agricultural Parliamentary Support Group (banca ruralista)*, which was the most powerful support in Congress in political terms, even though they did not support EMBRAPA financially. For them, *agricultural technology may be adopted if it increases profits*. This showed that environmental issues and the social consequences of technology did not form part of the agenda of large farmers' organisations.

The agricultural congressional committee of the House is the Parliamentary body in charge of agricultural matters. In fact, this committee is much more oriented to lobbies from *interest groups* than for technical and scientific issues. Agricultural technology matters did not take up a great deal of the parliamentary agenda. Land reform, subsidised rural credit and government taxes were the most significant subjects for parliamentary interest. They also supported the current EMBRAPA model and constitute EMBRAPA's main clients.

EMBRAPA personnel (executives, advisor and managers) and the Employees' Union generally were linked to EMBRAPA through *esprit de corps*. They were concerned much more with internal affairs, such as internal power and wage distribution than with the relationships between the research organisation, farmers and rural extension agencies. Apart from the President of the National Employees' Union, who declared that *EMBRAPA was a myth of efficiency and productivity* and that *it did not have a social function*, the interests of the President of the Research Centres' Union were limited to internal matters (for instance, the conflicts between researchers and staff, strikes and pay increase). From this perspective, it is worth noting the percentage of EMBRAPA's budget spent on salaries, which increased from 1985. During this period, democracy was re-established in Brazil, allowing for some action to be taken by the employees' organisation.

The view of those representing the government towards agricultural technology came from five Ministries with two high civil servants linked to two state organisations. They had political and administrative links with EMBRAPA. In Brazil, Ministries have a great deal of political power. The executive and administrative power lies with the organisations attached to them. An example of the elite's power in Brazilian society is the fact that, at the time of the field work, the Chief of Staff or the President's Office was an EMBRAPA employee and greatly involved in EMBRAPA administrative issues and the Minister of Strategic Issues was the father of EMBRAPA's President. The Chief of Staff and Minister of Strategic Issues had some knowledge of the technology issues and knew *EMBRAPA was far removed from small farmers and from ordinary people* and that the *technology had not met small farmers' needs*.

The representatives of government included the Executive Director of the Economic Planning Research Institute (IPEA), an adviser to the Ministry of Planning, and the Financial Co-ordinator of the Agricultural Ministry, who is an adviser to the Ministry of Agriculture. In theory, the IPEA's executive is the main Ministry of Planning's adviser in matters related to the budget and the Financial Co-ordinator was the principal in charge of money transfer from the Ministry of Agriculture

to EMBRAPA. They later voiced some concerns about the size of EMBRAPA's headquarters stating that *it had given priority to food crops*. According to the Financial Co-ordinator, *poor farmers had not adopted the technologies*. Finally, the IPEA representative said that *EMBRAPA was a centralised organisation and that its results did not reach the farmers*.

## Conclusions

Inevitably, the study's findings do not cover the entire agricultural technology generation field and only represents two case studies of a research area for future work. The objective is to improve the Brazilian agricultural technology system performance in its relation to the majority of Brazilian farmers, especially the small and subsistence farmers. For instance, research programmes involving the social aspect of technology evaluation and innovation are required. Also, further investigation related to the food chain, and its implications for the generation process require further investigation. Studies related to the small farmers' needs and rural patrimony are to be encouraged.

It is not a simple procedure to change the nature of the current technology generation model, which is focused on specific agricultural products and led by EMBRAPA. However, the evidence from this study shows the disapproval of a significant portion of policy-makers, and users, such as ministries and governmental organisations, small farmers, state rural extension agencies and non-governmental organisations.

From this perspective, a new technology framework based on generation and adoption is suggested: the so-called "*farm as a whole*" model which involves farms and farmers. It is centred on ecological differentiation; farmers' social, cultural and economic values and the demands of the various social groups interested in agricultural technology. The "*farm as a whole*" research agenda, mainly the choice of the research problem and the research process, should represent a cohesive consensus amongst the renewed multidisciplinary research team, the rural extension agents and the empowered farmers.

## Notes

<sup>1</sup> A version of this paper was presented at the X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, July 30<sup>th</sup> to August 5<sup>th</sup> 2000.

<sup>2</sup> The opinions expressed are exclusively those of the author.

## Bibliography

- BIGGS, S. D. (1990). *A Multiple Source of Innovation Model of Agricultural Research and Technology Promotion*. World Development. Vol. 18. No. 11. pp. 1481-99.
- EISENSTADT, S. N. (1966). *Modernization: Protest and Change*. London, Sydney, Toronto, New Delhi and Tokyo. Wilbut E. Moore; Ney J. Smelser Editors. p. 166.
- EISENSTADT, S. N. (1987). *Introduction: Historical Traditions, Modernisation and Development*. In: Patterns of modernity. Edited by S. N. Eisenstadt. Frances Pinter. London. Vol. 1. pp. 1-11.
- FRIEDMANN, H. and McMICHAEL, P. (1989). *Agriculture and the State System: The Rise and Decline of National Agriculture, 1870 to the Present*. Socio- logia Ruralis. Vol. XXIX-2. pp. 93-117.
- GIDDENS, A. (1991). *The Consequences of Modernity*. Cambridge. Polity Press. p. 186.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Politics, Sociology and Social Theory: Encounters with Classical and Contemporary Social Thought*. Cambridge and Oxford. Polity Press. p. 304.
- HALLIDAY, F. (1993). *Sleepwalking Through History? The New World And Its Discontents*. London. London School of Economics. p. 17.
- HARRISON, D. (1988). *The Sociology of Modernisation & Development*. London and New York. Routledge. p. 196.
- HAYAMI, Y. & RUTTAN, V. W. (1971). *Agricultural Development: An International Perspective*. Baltimore and London. The Johns Hopkins Press. p. 367.
- REYNOLDS, L. T.; MYHRE, D.; MCMICHAEL, P. and CARRO-FIGUEROA, V. (1993). *The 'New' Internationalisation of Agriculture: A Reformulation*. World Development. Vol. 21. No. 7. pp. 1101-1121.
- ROBERTSON, R. AND LECHNER, F. (1985). *Modernisation, Globalisation and the Problem of Culture in World-System Theory*. Theory, Culture & Society Vol. 2. No. 3. pp. 103-118.
- ROGERS, E. M. (1962). *Diffusion of Innovations*. New York. The Free Press. p. 367.
- ROGERS, E. M. and SHOEMAKER, F. (1971). *Communication of Innovations: Cross-cultural Approach*. New York. The Free Press. p. 476.
- ROSTOW, W. W. (1968). *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. London and New York. Cambridge University Press. p. 178.
- SKLAIR, L. (1991). *Sociology of the Global System*. New York, London, Toronto, Sidney, Tokyo and Singapore. Harvester Wheatsheaf. p. 269.

- SOUZA, J. de (1988). *Métodos de Escalagem Psicossocial: Uni e Multidimensional*. Brasília. Thesaurus. Vol. 5. pp. 9-22.
- SOUZA, I. S. F. de (1993). *A Sociedade, O Cientista e o Problema de Pesquisa*. São Paulo e Brasília. Hucitec - EMBRAPA - SPI. p. 234.
- THURSTONE, L. L. (1927). *A Law of Comparative Judgement*. Psychological Review. Vol. 34. pp. 273-286.
- THURSTONE, L. L. AND CHAVE, E. J. (1966). *The Measurement of Attitude: A Psychophysical Method and Some Experiments with a Scale for Measuring Attitude toward the Church*. Chicago and London. The University of Chicago Press. p. 96.
- WATERS, M. (1995). *Globalization*. London and New York. Routledge. p. 185.
- WALLERSTEIN, I. (1995). *The Capitalist World-Economy*. Paris. Cambridge University Press and Editions de la Maison des Sciences de L'Homme. p. 305.
- WORSLEY, P. (1995). *Models of the Modern World-System*. In: Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity. Edited by Mike Featherstone. London. Thousand Oaks. New Delhi. Sage Publications. pp. 83-95.

### **Resumo**

O foco dos estudos sobre pesquisa agropecuária no Brasil tem sido em difusão e adoção de tecnologia. Esse enfoque enfatiza que a neutralidade da tecnologia e a sua adoção depende dos valores individuais dos produtores rurais. O processo de geração da tecnologia e a organização onde ela é gerada não têm sido considerados fatores importantes. Este estudo, refere-se a ambos como altamente significantes na adoção e rejeição pelos agricultores. Os dados empíricos foram coletados utilizando o método de estudo de caso na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma organização estatal e hierarquizada. As análises indicaram que o processo de geração de tecnologia agropecuária está mais relacionado com os interesses dos pesquisadores e da comunidade científica do que com as demandas dos produtores rurais.

Palavras-chave: tecnologia agrícola, geração de tecnologia, pesquisa agropecuária brasileira

### **Abstract**

The focus of agricultural technology studies in Brazil has been on technology

diffusion or adoption. This approach stresses the neutrality of technology and its adoption depends on farmers' individual values. The generation process and the organisations in which technology is generated have not been considered as important factors. This study regards both as highly significant in farmers' adoption or rejection of technology. The empirical data, based on a case study, was collected in and around the Brazilian Agricultural Research Organisation (Embrapa), a top-down state organisation. The analyses indicated that the agricultural technology generation process is related more to scientific issues than to farmers' demands.

Key words: agricultural technology, technology generation, Brazilian agricultural research

### **Resumen**

El foco de los estudios sobre investigación agropecuaria en Brasil ha estado en la difusión y adopción de tecnología. Este enfoque enfatiza la neutralidad de la tecnología, donde la adopción depende de los valores individuales de los productores rurales. El proceso de generación de la tecnología y la institución donde ella es generada no han sido considerados como factores importantes. Este estudio se refiere a ambos como altamente significativos en la adopción o rechazo de la tecnología por parte de los agricultores. Los datos empíricos fueron colectados mediante el método de estudio de casos, en la Empresa Brasileña de Investigación Agropecuaria (Embrapa), una organización estatal y jerárquica. Los análisis indicaron que el proceso de generación de tecnología agropecuaria está más relacionado con los intereses de los investigadores y de la comunidad científica que con las demandas de los productores rurales.

Palabras clave: tecnología agrícola, generación de la tecnología, organizaciones de la investigación agropecuaria en Brasil



# INFORMAÇÃO



**Paulo José Leite Farias**

*Professor da UPIS, Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília, Doutorando em Direito pela UFPE/UPIS, Promotor de Justiça do MPDFT.*

## ***Invalidade do negócio jurídico de comercialização de células germinativas humanas***

### **I - Introdução**

O objetivo básico do presente artigo refere-se à demonstração da invalidade da comercialização de células germinativas humanas no direito brasileiro, no contexto da Carta Magna e do ordenamento jurídico vigente, que dispôs, claramente, sobre determinados valores constitucionais que impedem tal procedimento, dentre eles a dignidade humana (art. 1º, inciso III), bem como a norma do art. 199, § 1º da Constituição Federal, que expressamente proíbe a comercialização de tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento.

A proteção das liberdades e dos direitos fundamentais, inerentes à pessoa e ao corpo humano, envolve-se com questões jurídicas, decorrentes da evolução da Biologia.

Assim, analisa-se tema atual e polêmico intimamente relacionado com o desenvolvimento científico e com a reprodução humana, que não pode ficar à margem de análise legal e doutrinária de cunho jurídico, tendo em vista a tutela dos direitos fundamentais e os interesses difusos correlacionados com a técnica de inseminação artificial.

### **II - Relevância do tema**

Atualmente, constitui fato real e não mais mera “ficção” a escolha das características físicas de um novo ser. Assim, em uma clínica de reprodução artificial no Brasil, tal como o Hospital Albert Einstein, na cidade de São Paulo, um casal recebe um cardápio de “doadores” (juridicamente, o termo correto é “vendedores”) do banco de sêmen e nele encontra ofertas variadas. Um professor de origem libanesa que adora surfar ou um escrivão de ascendência espanhola cujo hobby é estudar filosofia. A lista informa que o professor é católico e o escrivão, muçulmano. Descreve seus tipos sanguíneos e relaciona peso, altura e cor dos olhos. O casal estuda as opções, faz sua escolha e, *pelo equivalente a 150 dólares*, adquire a amostra que poderá dar origem a seu futuro bebê.

No “admirável mundo novo” das clínicas com seus bancos de sêmen e catálogo de doadoras de óvulos, fazem-se as mais incríveis combinações, visando-se a tornar mercadoria o próprio ser humano.

Nesse contexto, até a rede mundial de computadores (*internet*) é utilizada para o comércio de substâncias humanas reprodutivas. Recentemente, a mídia escrita e falada tratou da “jogada” de marketing do fotógrafo americano RON HARRIS, que abriu, em novembro de 1999, um leilão ao vivo de óvulos de três belas modelos. HARRIS, um suspeito de patrocinar *sites* de pornografia na Califórnia, pede um lance mínimo de US\$ 15.000 (quinze mil dólares) por óvulo de suas beldades, no endereço [www.rosangels.com](http://www.rosangels.com).

Em clínicas americanas, os “clientes” podem até mesmo visualizar por computador como seriam os seus filhos, caso optassem por este ou aquele doador de sêmen ou de óvulo – ou ambos. Há, inclusive, pesquisas no Japão para a criação de úteros artificiais, afastando, completamente, a família do ato de geração de um novo ser.

Indaga-se, pois, no presente trabalho, se é possível, juridicamente, tal negócio jurídico de comercialização de material genético humano. Em outras palavras, as substâncias humanas podem ser objeto de negócios jurídicos onerosos, como expressão de autonomia privada?

### **III - Limites constitucionais e legais à comercialização de substâncias humanas**

A ordem jurídica nacional protege o ser humano, não só no interesse do próprio indivíduo, mas também no interesse da sociedade. Assim, nesse contexto, deve-se indagar se a venda de material genético para fins reprodutivos coaduna-se com valores constitucionais a ela relacionados.

No Brasil, a matéria obteve assento na Constituição Federal de 1988, a qual, no Título VIII - Da Ordem Social, no Capítulo II, que trata da Segurança Social, Seção II – Da saúde, compreendida como “*direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos*”, dispôs no art. 199, *verbis*:

“Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de

direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - *A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização*".

Dispõe, ainda, o art. 196 que a saúde deve ser objeto da atuação estatal, visando não só à redução do risco de doença, mas também *de outros agravos*.

Compreendendo-se que o termo *saúde*, colocado na Constituição Federal, refere-se a algo muito maior que a simples inexistência da doença, pode-se falar que o sistema constitucional brasileiro adotou conceito amplo para a proteção do direito fundamental à saúde.

Nesse aspecto, deve ser lembrado o que afirma o art. 225, § 1º, inciso V:

*"controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente"*.

Ademais, convém lembrar que a Carta Magna estabelece uma gama de direitos individuais e coletivos que resguardam, dentre eles, o *direito à vida* (artigo 5º, *caput*), a *dignidade humana* (art. 1º, inciso III) e a *saúde* como direito de todos e dever do Estado (artigo 196).

A vigente Lei nº 9.434/97 (Lei de Transplantes de Órgãos), concretizando o texto constitucional que veda a comercialização, estabelece que só a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou post mortem e só para fins de transplante e tratamento. Ratificando, a preocupação bioética com o material genético humano assinala, também, expressamente, que para os efeitos desta Lei não estão compreendidos, entre os tecidos a que se refere esse artigo, o sangue, *o esperma e o óvulo*.

Logo em seu artigo 1º, essa importante legislação dispõe:

*“Art. 1º A disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou post mortem, para fins de transplante e tratamento, é permitida na forma desta Lei.*

*Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, não estão compreendidos entre os tecidos a que se refere este artigo o sangue, o esperma e o óvulo”.*

Portanto, nem mesmo a *doação* (negócio jurídico gratuito) de esperma e óvulos são objetos de regulamentação pela norma.

Assim, as normas jurídicas constitucionais e infra-constitucionais são *harmônicas na proibição da comercialização de material genético humano*, não obstante parte da sociedade médica não esteja observando tal desiderato, o que torna imperativa a discussão dos limites da autonomia privada no direito brasileiro.

#### **IV - Limites à autonomia privada e a nulidade da comercialização do material genético humano**

O negócio jurídico é concebido como instrumento de realização da liberdade individual, porque, por meio dele, os particulares criam, modificam ou extinguem as relações jurídicas. É a vontade particular atuando no mundo jurídico; nesse aspecto, há a denominação “autonomia privada”, que representa uma projeção jurídica do liberalismo econômico, consagrado no Código Napoleônico pela máxima “o contrato é lei entre as partes”.

Não se pode esquecer, entretanto, que, atualmente, o negócio jurídico deixa de ser instrumento exclusivo da liberdade individual e passa a ser encarado como importante fator de equilíbrio social, no sentido de que só os atos de iniciativa privada considerados idôneos podem compor o suporte fático da espécie negocial que tem validade na tutela da ordem jurídica.

Nesse sentido, o plano dos negócios não pode ficar imune à dignificação do ser, pois não se admite a exclusiva visão econômica ou patrimonialista das relações negociais. CARLYLE POP, professor de direito civil da PUC/PR, ressalta:

Percebe-se, então, que com o advento do Estado Social, ou seja, a partir do momento em que o Estado deixa de se portar como Pilatos e passa a se

preocupar com os administrados, a autonomia privada passou a desempenhar um novo papel.”

Inicialmente, deve ser dito que existência, validade e eficácia são três situações distintas por que podem passar os fatos jurídicos, dos quais o negócio jurídico é subespécie, e, portanto, não é possível tratá-las como se fossem iguais. O elemento existência, no entanto, é a base de que dependem os outros elementos.

Conforme ensina MARCOS BERNARDES:

*“Na análise das vicissitudes por que podem passar os fatos jurídicos, no entanto, é possível encontrar situações em que o ato jurídico (negócio jurídico e ato jurídico stricto sensu):*

- a) existe, é válido e é eficaz (casamento de homem e mulher capazes, sem impedimentos dirimentes, realizado perante autoridade competente),*
- b) existe, é válido e é ineficaz (testamento de pessoa capaz, feito com observância das formalidades legais, antes da ocorrência da morte do testador),*
- c) existe, é inválido e é eficaz (casamento putativo, negócio jurídico anulável, antes da decretação da anulabilidade),*
- d) existe, é inválido e é ineficaz (doação feita, pessoalmente, por pessoas absolutamente incapazes), ou,*
- e) existe e é eficaz (nascimento com vida, a pintura de um quadro, o dano causado a bem alheio) ou, excepcionalmente,*
- f) existe e é ineficaz porque a validade é questão que diz respeito, apenas, aos atos jurídicos lícitos”.*

Surge a diferenciação dos diferentes planos dos fatos jurídicos na doutrina germânica, transplantada por PONTES DE MIRANDA, ao considerar o mundo jurídico dividido em três planos: o da existência, o da validade e o da eficácia, nos quais se desenvolveria a vida dos fatos jurídicos em todos os seus aspectos e mutações.

a) Existência — plano do ser – entram todos os fatos jurídicos lícitos e ilícitos – não se cogita de invalidade ou eficácia – tudo fica circunscrito a se saber se o suporte fático propiciou a incidência do núcleo da norma. Ex: Casamento realizado para quem não tenha autoridade para casar (um delegado de polícia). Não existe, não há pois de se discutir, assim, se é nulo ou ineficaz, nem se precisa ser desconstituído judicialmente.

b) Validade — verifica-se a existência de vícios só se o fato jurídico é aqueles em que a vontade humana constitui elemento nuclear do suporte fático (ato jurídico stricto sensu e negócio jurídico) - nos fatos jurídicos em que a vontade não é elemento do suporte fático e nos fatos ilícitos não há como pretender-se a invalidação. Ex: um nascimento não pode ser nulo ou anulável. No plano da validade é onde se têm atuação das normas jurídicas invalidantes (nulidade e anulabilidade).

c) Eficácia — plano no qual se produzem os efeitos, criando as situações jurídicas, as relações jurídicas, com todo o seu conteúdo eficacial representado pelos direitos e deveres. O plano da eficácia pressupõe no caso de negócio jurídico a verificação prévia da validade – que neste caso servirá como filtro.

Nesse sentido, deve-se observar o artigos 82 e 145 do Código Civil vigente, que trata de requisitos e espécies de invalidade do negócio jurídico:

*“Art. 82 - A validade do ato jurídico requer agente capaz (art. 145, I), objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei (arts. 129, 130 e 145)”*

*“Art. 145 - É nulo o ato jurídico:*

*I - quando praticado por pessoa absolutamente incapaz (art. 5º);*

*II - quando for ilícito, ou impossível, o seu objeto;*

*III - quando não revestir a forma prescrita em lei (arts. 82 e 130);*

*IV - quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;*

*V - quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito”.*

Sabe-se que o negócio jurídico, como categoria de fato jurídico *lato sensu*, deve realizar-se não apenas no plano da existência para que seja eficaz, mas, também, no da validade. Isso significa que a manifestação de vontade (elemento essencial à constituição da categoria) deve observar os requisitos já assinalados, para que venha a produzir os efeitos a que se destina.

Ora, a realização de contrato de venda de células germinativas humanas é expressamente vedada pelo ordenamento jurídico (*objeto ilícito*); determina, portanto, claramente, a invalidade do negócio jurídico (na forma de nulidade), uma vez que este não pode, de nenhuma maneira, ser aproveitado por medida sanatória que vise a aperfeiçoá-lo.

#### **IV - Conclusão**

A análise do que foi dito nos permite perfilar a tese da INVALIDADE DA COMERCIALIZAÇÃO DE CÉLULAS GERMINAIS HUMANAS NO DIREITO BRASILEIRO, no contexto da Carta Magna e do ordenamento jurídico vigente, que dispôs, claramente, sobre determinados valores constitucionais concretizados em normas jurídicas que limitam a autonomia da vontade no campo das vendas realizadas nos chamados bancos de sêmen e de óvulos, invalidando, nos termos do Código Civil, com a sanção de nulidade tais negócios jurídicos viciados pela ilicitude de seu objeto.

Trata-se, pois, de proteção a direito de personalidade, inato ao homem, caracterizador de questionamentos sobre a natureza jurídica da força criadora do ser humano (corporificada nas suas células germinativas) e que não pode ficar à margem da ciência jurídica.

#### **Notas**

<sup>1</sup> A inseminação artificial consiste em técnica de procriação assistida mediante a qual se deposita o material genético masculino diretamente na cavidade uterina da mulher, não por meio de um ato sexual, mas de maneira artificial. Trata-se de técnica dirigida, na sua concepção, ao casal fértil com dificuldade para fecundar naturalmente, quer em razão de deficiências físicas (impotência coeundi; má-formação congênita do aparelho genital externo, masculino ou feminino; ou diminuição do volume de espermatozoides [oligoespermia], ou de sua mobilidade [astenospermia], dentre outras) quer por força de perturbações psíquicas (infertilidade de origem psicogênica). Nesta hipótese, em que a solução da infertilidade é buscada pelo próprio casal, sem a intervenção de terceiro, diz-se que a inseminação é homóloga.

<sup>2</sup> Trecho extraído com modificações de reportagem intitulada “Em busca do bebê perfeito”, do semanário VEJA de 3 de novembro de 1999, p. 122.

<sup>3</sup> Conforme assinala DOM CÂNDIDO PADIN, no artigo “As pesquisas científicas e o respeito à dignidade humana”, in *Cultura dos direitos humanos*, São Paulo, LTr, 1998, p. 47: “A defesa dos direitos humanos está fundamentada na dignidade do ser humano como pessoa constituída de um corpo orgânico animado por um princípio de vida de natureza espiritual. Esta é a definição do ser humano não só pela concepção cristã, mas de muitas outras concepções espiritualistas. É a concepção os que se recusam a reduzir o homem a um simples animal com uma composição genética que possa ser manipulada”

<sup>4</sup> O preâmbulo do documento que regulamenta a Organização Mundial de Saúde, comprehende que a saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social, não consistindo apenas na ausência da doença ou da enfermidade.

<sup>5</sup> Verifica-se a necessidade de diferenciação das razões que levaram o legislador a considerar, de um lado, que o sangue e, de outro, que o esperma e o óvulo não estão compreendidos entre os tecidos a que se refere a Lei de Doação dos Órgãos. Tal diferenciação mostra-se importante, pois se tratam de substâncias distintas no que se refere às consequências de sua disposição por parte da pessoa humana. No que se refere ao sangue, sempre houve o incentivo do Estado na sua doação para fins de transfusão sanguínea com o claro propósito de salvar vidas, em substância corriqueira e primordial nas intervenções cirúrgicas. Com relação às células germinativas humanas, a questão afigura-se distinta, pois a matéria relaciona-se ao chamado poder de criação humana, tendo questionamentos éticos e jurídicos distintos da doação de sangue. Há também razões de cunho prático para a retirada do sangue e das células germinativas do escopo da referida lei, pois tais substâncias pelas suas características só podem ser dispostas em vida, e a Lei nº 9.434/97 trata da doação *causa mortis*.

<sup>6</sup> A autonomia privada tem como resultado o poder de manifestação dos particulares, não total e absoluto, mas limitado pelas normas jurídicas. “Contudo, a autonomia privada sujeita-se à limitação da ordem estatal que deixa espaço (autonomia) em que se pode inserir a atividade normativa dos particulares” (NANNI, Giovani Ettore. “A autonomia privada sobre o próprio corpo, o cadáver, os órgãos e tecidos diante da Lei Federal nº 9.434/97 e da Constituição Federal” in *Direito Civil Constitucional*, cadernos I, São Paulo: Max Limonad, 1999, p. 260).

<sup>7</sup> POP, Carlyle. “O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e a liberdade negocial – a proteção contratual no direito brasileiro” in *Direito Civil Constitucional*, cadernos I, São Paulo: Max Limonad, 1999, p.153.

<sup>8</sup> MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico*, São Paulo: Saraiva, 1994, p. 75

## Resumo

O objetivo do presente artigo é demonstrar a invalidade do negócio jurídico de comercialização de células reprodutivas (óvulos e espermatozoides). Com tal propósito analisa-se a tutela constitucional da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas (art. 199, §4º da Constituição Federal). Também, a correlação do tema com a proteção do direito à vida (art. 5º, caput), dignidade humana (art. 1º, inciso III) e saúde (art. 196) (normas constitucionais), bem como com a Lei 9.434/97, art. 1º (nor-

mas infra-constitucionais) (Lei de transplantes de Órgãos) e a proibição da comercialização pelas normas constitucionais e infraconstitucionais já mencionadas. Respeito às normas legais como limite à autonomia privada e nulidade como consequência da ilicitude do objeto do negócio jurídico de comercialização de células germinativas humanas (art. 82; 145, II do Código Civil brasileiro).

Palavras-chave: invalidade na comercialização de células reprodutivas humanas, limite à autonomia privada.

### **Abstract**

The author seeks to show the invalidity of the commercialization of human reproductive cells (ovules and spermatozoa). The constitutional safeguards regarding health, conditions and requirements for the removal of organs, tissues and human substances (article 199,\*4 of the federal Constitution) are analysed. In this respect, one also analyses the correlation of the subject with the safeguarding of the Right to Life (art.5, caput). Human Dignity (art. 1 111) and Health (art. 196 – constitutional norms), together with Law 9. 434/97, art. 1 (sub-constitutional norms) (Laws governing organ transplants) and the prohibition of commercialization determined by the constitutional and sub-constitutional norms plus respect for the legal norms as a limit to private autonomy and nullity resulting from the illegality of the commercialization of germinative human cells (art. 82; 145, 11 Brazilian Civil Code).

Key words: invalidity of commercialization of human reproductive cells, limits to private autonomy.

### **Resumen**

Los objetivos del artículo son demostrar la invalidez de comercialización de células reproductoras humanas (los óvulos y espermatozoides). También la protección Constitucional de la salud, condiciones y requisitos para el levantamiento de órganos, tejidos y substancias humanas (artículo 199, §4º de la constitución federal). La correlación del asunto con la protección del derecho a la vida (el artículo 5º, caput), la dignidad del ser humano (artículo 1º, III) y salud (artículo 196), así como con la Ley 9.434/97, artículo 1º. Respeto a las normas legales como un límite a la autonomía

privada y nulidad como consecuencia de la ilegalidad del objeto de la comercialización de células de los seres humanos germinativas (artículo 82; 145, II del Código Civil brasileño).

Palabras clave: la invalidez de la comercialización de células reproductores humanas, límite de la autonomía privada.

**Job Lucio G. Vieira**

Mestre em Ciência da Informação,  
CNPq/IBICT-UFRJ/ECO. Professor da  
UPIS; Analista de Sistemas da Embrapa.  
E-mail: job.vieira@embrapa.br

## *Extensão do uso da comunicação eletrônica na comunidade científica<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Como em qualquer alteração no *modus operandi* de uma sociedade, a tecnologia traz mudanças às quais, geralmente, os indivíduos oferecem resistência pela simples razão de que exigem novos padrões de comportamento, acrescentam novos valores ou suprimem antigos. Assim, o impacto decorrente de tal transformação deve ser avaliado a fim de construir tecnologias adequadas ao funcionamento produtivo.

Observando a rede de comunicação dos pesquisadores geograficamente dispersos nas Unidades de Pesquisa da Embrapa, constatou-se que, no cotidiano do processo de trabalho técnico-científico, é evidente a necessidade de rápida troca de informações entre eles, a fim de agilizar o processo de geração e extensão de conhecimentos. A tecnologia de *e-mail* pode ser vista como alternativa para acelerar tal processo, resultando em maior agilidade na disponibilização de resultados de pesquisa, contribuindo para a troca de experiências e, consequentemente, para o avanço do conhecimento da comunidade científica. Por outro lado, é possível que a mesma tecnologia não esteja sendo utilizada nesse contexto, devido a fatores sociotécnicos que podem ser considerados como impactos negativos no processo de comunicação da informação científica da comunidade.

A pesquisa na qual este artigo se baseia teve como objetivo investigar os impactos do uso da tecnologia do *e-mail* como mediadora da comunicação científica e tecnológica e da transferência de informação entre pesquisadores agrícolas da Embrapa, em termos de padrões de comunicação, produção técnico-científica, geração e aquisição de novos conhecimentos e expansão da rede de pesquisadores, interna e externamente. Para tanto, a pesquisa se propôs a: (1) verificar a forma e a freqüência de utilização da tecnologia de *e-mail*; (2) analisar os fatores que interferem no processo de comunicação técnico-científica; (3) verificar a coexistência das diversas aplicações da tecnologia, como listas de discussão e *e-mail* pessoa-a-pessoa; (4) investigar o aspecto evolutivo da tecnologia, a fim de corrigir e propor melhorias ao processo comunicacional; (5) verificar a melhoria e ampliação

do campo de pesquisa agrícola intra, inter e extra-institucional; e (6) investigar o auxílio da tecnologia no processo produtivo de geração e transferência de conhecimentos para a comunidade de pesquisa.

Este artigo se propõe a abordar a forma tradicional do processo de comunicação científica e o impacto da inclusão da rede de comunicação eletrônica na Embrapa – seu ambiente de pesquisa –, investigando o impactos do uso da tecnologia de correio eletrônico pela comunidade científica, com sua discussão voltada primordialmente para os dois primeiros temas, que constituem seu quadro teórico.

### **Comunicação científica**

Desde a era primitiva o homem utiliza técnicas para se comunicar e, com isso, atender as suas necessidades de subsistência. Gradativamente, desenvolveu complexo meio de comunicação: “a argila, o papiro, o pergaminho, o alfabeto, o papel, a imprensa”- e, mais recentemente, criou técnicas mais sofisticadas que atingem grandes massas de pessoas, tais como “o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e o computador”. (Maia, 1992, p.34). No século XX, a associação do computador com a telefonia revolucionou a forma de transmissão da informação, por permitir a comunicação de grandes volumes de dados entre as mais remotas localidades do planeta.

Nas décadas de 70 e 80, numerosos autores dedicaram-se ao tema da comunicação científica, destacando-se Crane (1972); Meadows (1974); Price (1976); Allen (1978); Garvey (1979); Ziman (1997) e Mikhailov (1984), que realizaram estudos da comunicação na ciência, a transferência da informação em organizações de P&D, o uso dos canais formais e informais de comunicação, padrões de comunicação científica e acesso e disponibilização do conhecimento científico.

Atualmente, a humanidade caminha para um novo paradigma tecnológico – terceira revolução industrial –, cuja característica mais marcante é o deslocamento de produtos intensivos em matérias-primas para produtos intensivos em conhecimento – a chamada era da nova sociedade pós-industrial ou sociedade da informação. Como resultado desse novo paradigma, observa-se que o acoplamento e coesão da rede de comunicação informal de uma organização são pressupostos para sua sobrevivência. Nessa linha, surgem as comunidades e organizações virtuais, que têm como pilar de sustentação os elos dos *gatekeepers*<sup>2</sup> e a manutenção dos colégios invisíveis<sup>3</sup> potencializados pelas novas tecnologias de comunicação.

Em cada nó das organizações virtuais encontra-se um indivíduo possuidor

de conhecimento que, transformado em informação, interliga a estrutura de conhecimento científico e tecnológico de uma comunidade.

Para que os componentes (ou nós) dessa rede sejam eficazes na passagem da informação é condição *sine-qua-non* que a mesma possua mecanismos de roteamento inteligente (leia-se desvio para rotas alternativas), para que não seja comprometido seu desempenho. Portanto, se a rede for utilizada dentro dos padrões de comunicação conhecidos, é pouco provável que se possa obter dela seu máximo aproveitamento em termos de eficiência. O uso das tecnologias de comunicação, que nos dias atuais deve ser um pressuposto da configuração de uma rede informal, é que dará a essa estrutura comunicacional a rapidez necessária para a distribuição da informação a cada indivíduo que dela participa.

No seu cotidiano de trabalho, o pesquisador necessita trocar informações de suas atividades científicas, a fim de obter de seus pares a contribuição que dará suporte às suas descobertas e indagações. Sendo assim, o pesquisador necessita firmar contatos pessoais que serão os facilitadores da atividade de geração de conhecimentos dentro da comunidade científica. Experiências conduzidas pelos seus pares, que até aquele momento lhe eram desconhecidas, podem abrir novas fronteiras de conhecimento ou sanar dúvidas no decorrer da identificação de soluções para seus problemas de pesquisa. Não obstante, estar informado sobre o andamento de pesquisas similares ou desviar o curso de uma pesquisa por identificar a existência de pesquisa idêntica pode evitar o gasto desnecessário de custo e esforço.

Como função, o principal esforço do cientista é produzir nova informação por meio da descrição de novos dados ou da formulação de novos conceitos ou integração conceitual de dados (teoria). Para que essas formulações sejam contribuições de sucesso para a ciência, devem ser comunicadas de tal forma que sejam compreendidas e verificadas por outros cientistas e então utilizadas no provimento de um novo campo para futuras explorações. (Garvey, 1979). A comunicabilidade torna-se, portanto, característica inerente a um produto científico, desde que sua contribuição para o estabelecimento ou o avanço de sua área seja reconhecida como essencial pelos pares.

A atividade de geração de conhecimentos científicos e sua transformação em tecnologias adequadas para consumo, isto é, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), requer sua extensão à comunidade científica e, sobretudo, à sociedade interessada em tais pesquisas. Hoje, porém, a sociedade é quem demanda grande parte dos problemas a serem solucionados pela pesquisa agropecuária – pesquisa aplicada.

A partir dessa constatação, Allen (1988) identificou que “P&D contínuo é impossível sem a comunicação dos resultados. O grande aumento no montante de

P&D, nos anos recentes, tem resultado em um concomitante aumento no montante de informação a ser comunicada”, fato que, sem tecnologias apropriadas para o seu acesso e seleção resultaria na morosidade de solução de problemas de pesquisa pertinente a qualquer área científica.

Garvey define comunicação científica como:

*“o espectro total das atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação que ocorrem entre os produtores de informação científica desde o momento em que eles iniciam suas pesquisas até que seus resultados sejam aceitos, publicados e integrados ao conhecimento científico”.* (GARVEY, 1979, p. 5).

Em razão de sua importância, Ziman (1997) enfatiza esse último ponto, atribuindo “tanto importância à própria pesquisa quanto à comunicação de seus resultados, depois de avaliados e referendados pelos pares, na sua passagem para ‘conhecimento público’”.

Sem a transferência do conhecimento produzido, a informação não tem valor algum. Segundo estimativa de Moles, utilizando canais tradicionais de comunicação científica:

*“O tempo necessário para que as idéias novas, depois de explicitamente formuladas, cheguem ao conhecimento dos interessados, é da ordem de 8 a 10 meses: 1 mês para redação sob forma datilografada; 15 dias para a remessa a uma revista científica; 2 meses para seu exame pelo conselho técnico-científico responsável pela publicação; 6 meses para impressão; 1 mês para difusão ou distribuição entre os assinantes”.* (MOLES, 1973, p. 56).

Para Pinheiro *et al* a necessidade de reduzir o tempo de espera para a publicação dos resultados das pesquisas levou os cientistas a utilizarem um novo meio de comunicação – a rede de comunicação eletrônica –, “uma vez que é geralmente longo o tempo de espera para publicação em periódicos”. (Pinheiro, Diniz, 1977).

### **Rede de comunicação eletrônica**

A primeira e maior rede de *e-mail* foi a ARPANET, estabelecida em 1966, pelo Departamento de Defesa Norte-Americano. As tecnologias de *e-mail* surgiram em empresas mundiais durante os anos 70 e se tornaram largamente difundidas duran-

te os anos 80. A comunicação a custo gratuito entre universidades teve início em 1981, com a primeira ligação *BITNET* entre a Universidade de *Yale* e a Universidade de *New York*. (Morrison, Cheng, 1992).

Vários pesquisadores nas últimas décadas têm estudado a comunicação humana através de computadores e redes de comunicação eletrônica, porém é difícil encontrar um grupo de autores que estudem o problema de forma homogênea. Como resultado, manter consistência teórica, a fim de explicar e predizer o uso da mídia eletrônica, adoção, evolução de padrões, ou mesmo classificar estudos empíricos ou teóricos torna-se tarefa complexa.

Procurando esclarecer o que vem a ser o termo *Computer-Mediated Communication – CMC*, na qual se insere a tecnologia de *e-mail*, Ferris definiu-o como:

*“Em geral, o termo CMC se refere à comunicação relacionada à tarefa e à comunicação interpessoal conduzida por um computador. Inclui a comunicação para e através de computador pessoal ou mainframe<sup>4</sup>, e geralmente inclui comunicação assíncrona<sup>5</sup> via e-mail ou através do uso de um electronic bulletin board; comunicação síncrona<sup>6</sup> tal como “chatting” ou através do uso de software de grupo; e manipulação de informação, recuperação e armazenamento através de computadores e bases de dados eletrônicas”.* (FERRIS, 1998, p.1).

Sudweeks, em pesquisa mais recente, afirma que:

*“Enquanto existe uma explosão da multimídia com o desenvolvimento de sistemas de videoconferência baratos ou gratuitos e browsers efetivos de WWW, tal como o Netscape, sistemas baseados em texto continuarão a ser um denominador comum de CMC. Sistemas baseados em texto são econômicos em termos de recursos e habilidades, necessitando apenas de um pequeno computador, uma linha telefônica, um simples programa e endereço de e-mail, onde uma razoável porção da população está acessível”.* (SUDWEEKS, 1998, p.6).

De qualquer modo, Sudweeks divide os sistemas de comunicação em dois tipos: “de multimídia (combinação de audio, vídeo, gráfico e texto) e de texto (ASCII)”.

No final da década de 90, Avery (1998) acreditava que existiam “mais de 156 milhões de conversações acontecendo no *cyberspace*”. De acordo com sua esti-

mativa, “mais de 200 milhões de americanos estariam se comunicando *on-line* próximo ao ano 2000.”

Em outra estimativa, o Instituto de Pesquisas Forrester calculou a existência de 90 milhões de usuários corporativos da tecnologia de *e-mail* em 1998. Segundo o mesmo trabalho, desde 1996, o número cresce na proporção de 40% ao ano. O *e-mail* é a principal tecnologia utilizada por 29% dos usuários que freqüentam a Internet, no Brasil. Atualmente, nos Estados Unidos, cerca de 75% dos 41,5 milhões de adultos que acessam a rede utilizam a tecnologia de *e-mail*. (Borges, Macedo, 1998).

Dessa forma, Rice e Bair (1993) destacam que a tecnologia de *e-mail* pode ser vista como alternativa de comunicação que complementa outras mídias, como carta, telefone e conversação face-a-face e resumem o uso da tecnologia de *e-mail* como apropriado para: “criação, edição, envio, recebimento, armazenamento, redirecionamento e impressão de textos, tudo facilitado pelo computador”.

Rice e Bair (1993), visualizando sua adequação ao contexto da pesquisa, afirmam que um campo de aplicação específica de redes de *CMC* tem sido as comunidades de pesquisa, tipicamente dispersas geograficamente e com grande necessidade de informação compartilhada.

Outros fatores observados em organizações conectadas em rede eletrônica são as características de informalidade e interatividade do *e-mail*, que encorajam os funcionários a atravessar os limites sociais e organizacionais para compartilhar opiniões e idéias (Sproull, Kiesler, 1991). Os limites das organizações estão sendo redesenhados ou colocados em questão, de modo a aumentar a flexibilidade da tomada de decisões e fazer com que o fluxo da informação seja mais livre das barreiras que impedem seu trânsito. “A menos que exista uma massa crítica para se comunicar por este meio, a comunicação eletrônica tem pouco valor”. (Gurbaxani, 1990).

Explorando uma revisão feita por Motiwalla e Aiken (1995) sobre os impactos da tecnologia de *e-mail* nas organizações, observa-se que seu lento crescimento como ferramenta de comunicação se dá por duas razões: primeiro, o *e-mail* tem baixa riqueza de mídia por transmitir poucos *cues*<sup>7</sup> não-verbais (Rice, Shook, 1990) e, segundo, pode causar *overload*<sup>8</sup> de informação (Hiltz e Turoff, 1981). Esses autores explicam que a segunda razão é sua facilidade em transmitir uma mensagem rápida, massivamente e com mínimo esforço. Para solucionar o primeiro problema, os autores sugerem o uso de softwares que incorporem funções de multimídia - transmitam imagens gráficas, voz, e programas executáveis – e, para o segundo problema, o uso de sistemas de *e-mail* inteligentes, que filtrem automaticamente as mensagens recebidas, priorizando-as e categorizando-as, entre outras características.

Corroborando tais idéias, Yates e Olikowski (1992) evidenciam também em seus estudos a oportunidade de uso da linguagem informal. O *e-mail* possibilita aos usuários interagirem uns com os outros, expandindo a rede de comunicação informal, em vez de substituí-la:

*“Utilizando tal tecnologia, os pesquisadores podem colocar um pedido de informação para uma grande comunidade científica, por exemplo, postar uma mensagem em um ‘electronic bulletin board’, e receber um ‘reply’ não somente de uma referência relevante, mas também de apresentação a outro pesquisador que esteja fazendo um trabalho similar”.* (GALAGHER, KRAUT, 1990, p. 40)

A tecnologia de *e-mail* possibilita “trazer o periférico para o centro”, promove o envolvimento em grupo, supera barreiras geográficas, aumentando os contatos entre a sede e as unidades periféricas. Esse potencial pode dar também aos empregados localizados nas unidades periféricas maior poder de participação, mais acesso à informação e comprometimento institucional.

O alto grau de participação do grupo que utiliza a tecnologia de *e-mail* mostra que há uma correlação do número de mensagens intercambiadas entre emissor e receptor (freqüência de comunicação) e a performance para a realização de tarefas organizacionais, levando-se a supor que alta freqüência de comunicação resulta em alta produtividade.

Uma outra forma de uso da tecnologia de *e-mail* são as listas de discussão (LDs), criadas com o propósito de envio de mensagens a várias pessoas ao mesmo tempo ou de manter discussão de tópicos de interesse comum a um grupo de trabalho. Geralmente nessas listas existe o papel do facilitador/moderador das discussões e um conjunto de “ $n + 1$ ” membros apoiados por um conjunto de softwares de *e-mail* (*Listserv*<sup>9</sup>).

Uma das vantagens óbvias identificadas em discussões utilizando a tecnologia de *e-mail*, na forma de LDs, quando comparada com a discussão verbal, é a não predominância de um ou mais indivíduos, isto é, nenhum indivíduo pode dominar a discussão e impedir os outros de dar a sua contribuição. As mensagens enviadas para a lista são divulgadas por todos os membros, que têm oportunidades iguais de resposta, o que nesse sentido a caracteriza como uma tecnologia de uso democrático na organização.

A forma de uso da tecnologia contribui sobremaneira para o aumento de produtividade da comunidade de usuários. As vantagens do *e-mail*, entre outras,

incluem “ganho em produtividade e eficiência, maior comunicação organizacional, compromisso e solidariedade, maior participação na tomada de decisão, melhores decisões, e descentralização administrativa e geográfica”. (Hiltz, Turoff, 1978; Sproull, Kiesler, 1991).

Conforme destacam Culnan e Bair, “a comunicação é um processo crítico nas organizações porque elas consistem de pessoas que gastam a maioria de seu tempo se comunicando”. Eles definem produtividade organizacional de modo um pouco diferente das abordagens anteriormente relatadas, observando a sua medida de acordo com o “processo organizacional completado em um estágio de tempo”. (Culnan, Blair, 1983, p.216).

Sumariando, as vantagens e desvantagens de uso da tecnologia de *e-mail* foram revistas na literatura e podem ser sintetizadas de acordo com Garton e Wellman (1993) como possibilitando: (1) assincronicidade; (2) transmissão e respostas rápidas; (3) comunicação baseada em texto; (4) múltiplas conexões; e (5) armazenamento e manipulação de informações.

Adentrando mais nessas observações, pode-se indagar: será que os sistemas de realidade virtual irão substituir o padrão de *CMC*? Palmer (1995), após revisão do livro de Biocca e Levy (1995), lembra-nos que às vezes “menos é mais” e que, enquanto a realidade virtual em tempo-real está sendo extensamente difundida, várias interações podem, apesar de tudo, ser mais confortáveis e efetivas utilizando menores canais de “presença”. Nessa linha, Negroponte (1995) afirma que “a multimídia deixa muito pouco para a imaginação”. Isso quer dizer que, apesar do esforço dos engenheiros de sistemas em melhorar a interação humana mediada por computador, através da multimídia ou realidade virtual, as pessoas ainda preferem se comunicar pelo convencional *e-mail*, por ser mais impessoal, menos oneroso e, além de tudo, lhes dar mais tempo para associar idéias, fatos, que na interação face-a-face raramente acontecem.

## **Metodologia**

Este trabalho baseou-se em estudo de caso de natureza exploratória, assim classificado devido à incipienteza de pesquisas nessa linha, caracterizadas, segundo Sellitz *et al*, por enfatizarem, assim como as pesquisas formulativas e sistemáticas, “... a descoberta de idéias e discernimentos” (Lakatos, 1986). Por assim dizer, este estudo propiciou novas descobertas num determinado tipo de população que poderá ser de valia para os avanços dessa área de conhecimento.

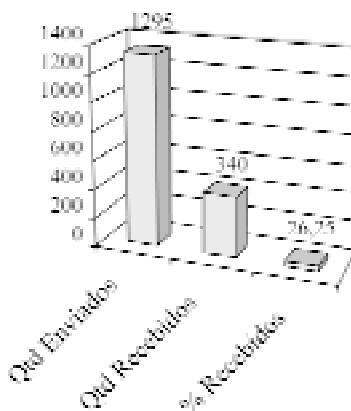
O universo deste trabalho constituiu-se de 34 Unidades de Pesquisa da Embrapa, nas quais foram aplicados 1295 questionários aos pesquisadores, compreendendo o período de junho e julho de 1998. Esse universo foi identificado a partir da homepage da Embrapa no site<sup>10</sup> *InfoNews* (Embrapa, 1998), local onde estavam publicados os nomes das Unidades e pesquisadores, com seus endereços eletrônicos. Não fizeram parte, portanto, as unidades que não estavam, no momento da coleta de dados, conectadas à rede de comunicação eletrônica da Embrapa ou os pesquisadores não cadastrados no referido site.

A amostra compôs-se de todos os questionários recebidos, 340, que correspondeu ao percentual de 26.25% do total de 1295 questionários distribuídos entre os funcionários da Embrapa que exerciam atividades de pesquisa.

O Gráfico a seguir apresenta o coeficiente de respostas aos questionários enviados e recebidos e que fizeram parte da amostra.

**Gráfico 1**

**Questionários enviados e recebidos via e-mail na  
Embrapa (Junho a Julho de 1998)**



A coleta dos dados foi realizada a partir de questionário contendo 16 perguntas, das quais 13 estruturadas, 2 semi-estruturadas e uma não-estruturada, subdivididas em três conjuntos de variáveis dependentes: (1) dados de identificação, contendo informações de lotação, cargo e função de pesquisa desempenhada na Unidade de Pesquisa; (2) dados sobre a tecnologia, identificando tipo, freqüência e impactos do uso da tecnologia de *e-mail* na Unidade de Pesquisa; e (3) dados sobre a comunicação científica – com o propósito de

identificar a ampliação da comunidade de pesquisa, alteração dos padrões de comunicação, aumento de produtividade técnico-científica e interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento.

Os questionários foram organizados e tabulados por Unidade de Pesquisa, cargo/função e posteriormente reagrupados segundo a forma de atuação dessas Unidades (Centros de Temas Básicos, Centros de Produtos, Centros Ecorregionais, Serviços Especiais e Unidade Central) no âmbito da pesquisa agropecuária brasileira. Cabe ressaltar que, embora os questionários contivessem dados de identificação dos pesquisadores, a identidade dos mesmos foi mantida em sigilo na apresentação dos resultados.

A população foi analisada correlacionado-se as questões levantadas no questionário com os três conjuntos de variáveis dependentes: identificação do pesquisador, tecnologia de *e-mail* utilizada e comunicação técnico-científica. Toda a análise das respostas foi também correlacionada à base teórica montada.

Depois de discutir como a tecnologia de *e-mail* foi utilizada nas atividades de comunicação técnico-científica da Empresa, foi analisado seu impacto no aumento da produtividade de P&D.

Esses procedimentos metodológicos ajudaram a descrever a adoção e uso da tecnologia de *e-mail* como forma de comunicação técnico-científica da comunidade de pesquisadores da Embrapa.

## **Resultados e Análise**

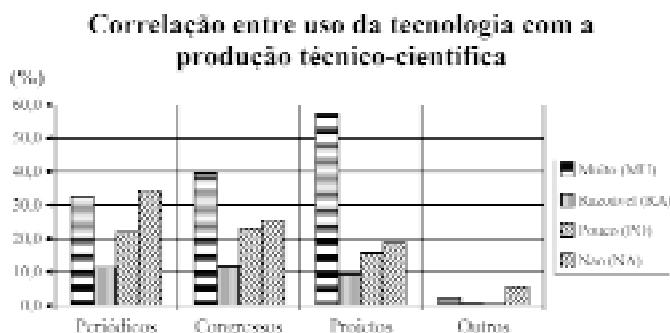
Os resultados e análise dos impactos da tecnologia de *e-mail* na comunicação técnico-científica foram estudados em relação à produtividade, uso em atividades científicas, interdisciplinaridade e expansão do grupo de pesquisa, por possibilitar uma melhor investigação do impacto dessa tecnologia no ambiente de pesquisa.

### **Uso de tecnologia de *e-mail* na produção técnico-científica**

A primeira questão correlaciona o grau de uso da tecnologia de *e-mail* à natureza da atividade científica, mostrados no Gráfico 2.

Como pode ser observado, o maior percentual de uso é para projetos de pesquisas nos quais, somados o muito uso com o razoável, o índice chega a 66,2%.

**Gráfico 2**



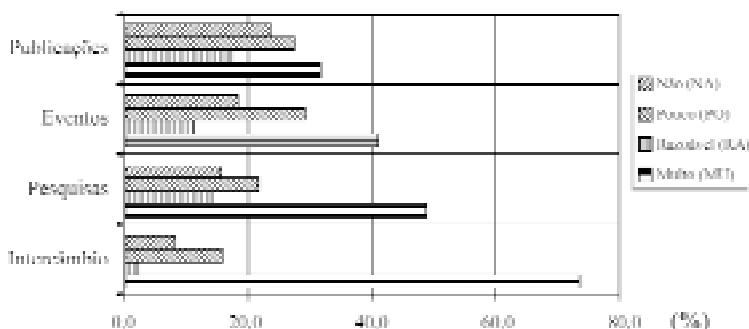
Os resultados apontam, no caso de artigos de periódicos, tanto o uso intenso quanto a não utilização, o que é contraditório. Isto é, como os valores se equiparam (34% não utilizam esse meio para publicação em periódicos contra 33% que o utilizam para publicação de periódicos), então podemos anular esses valores ou evidenciarmos que esse meio é o menos utilizado para esse propósito, se comparado aos demais.

A partir dessa constatação, pode-se chegar a dois resultados: primeiro, a proximidade física dos pesquisadores (no interior da Unidade) os faz preferir utilizar canais mais diretos de conversação para discutir e revisar artigos com seus pares mais próximos e, só em seguida, utilizar o *e-mail* para enviá-los para publicação. E, em segundo lugar, no período em que foi realizada a pesquisa (1998), o pesquisador não tinha tanta familiaridade com o computador, especialmente com a tecnologia de *e-mail*. A própria taxa de retorno dos questionários (26,25%) sugere que, apesar de todo pesquisador possuir uma conta de *e-mail*, nem todos a utilizam corriqueiramente.

Segundo 28 pesquisadores (2,4%), outros canais de comunicação também concorrem para o aumento de produtividade, apoiados pelo uso da tecnologia de *e-mail*. Em muitos casos são *pre-prints* de trabalhos científicos sendo discutidos por via desse canal informal.

Retornando às práticas comunicacionais entre cientistas, abordadas no quadro teórico deste artigo, nos “colégios invisíveis” uma das características é a circulação de pré-publicações. Assim, essa prática é mantida e até intensificada, atualmente, por meio de tecnologia de *e-mail*.

**Gráfico 3**  
**Utilização do e-mail nas atividades dos pesquisadores**



A rapidez na comunicação de trabalhos científicos é evidenciada pela possibilidade de acompanhamento de pesquisas e a própria atualização do pesquisador. Além disso, os diversos eventos que acontecem na área de pesquisa agrícola e pecuária são divulgados entre os pares de pesquisa através do *e-mail*. Estes eventos, tais como congressos, seminários e encontros técnico-científicos são, em geral, favorecidos pela tecnologia.

Como a divulgação de um artigo de periódico em forma de “*pre-print*” necessita de agilidade e rapidez na sua circulação entre os pares de pesquisadores, a tecnologia de *e-mail* parece ser um meio eficiente e adequado para a atividade. A velocidade proporcionada pelo meio de comunicação tem possibilitado aos pesquisadores disponibilizar informações ainda em processo de geração tecnológica e científica, adiantando, assim, a publicação dos resultados.

Artigos de periódicos, relatórios e demais documentos são resultantes da atividade de pesquisa e a tecnologia de *e-mail* pode ser o recurso adotado no envio a comitês editoriais para publicação, nas esferas nacionais e internacionais.

Pequena parcela de entrevistados (5,3%) discordou do aumento de produtividade em função do uso da tecnologia de *e-mail*. Três pesquisadores relataram a necessidade de priorizar a aquisição de computadores para suas atividades diretas de pesquisa, já que as áreas administrativas estão sempre adiante no processo.

Em que atividades de pesquisa a tecnologia de *e-mail* é mais utilizada?

Os resultados apontam alto índice (73,5%) para o intercâmbio de informação, do qual depende a atualização e discussão de problemas e resultados de pesquisa.

No mesmo item, foi relatada uma melhoria substancial no intercâmbio de

informações relativas à pesquisa, possibilitando a extensão dos seus resultados e sua submissão a eventos técnicos científicos.

A tecnologia de *e-mail* é também recurso para divulgação e recuperação de informação sobre eventos e de publicação, o que é demonstrado no gráfico acima.

Um dos pesquisadores entrevistados, reuniu, em sua fala, os múltiplos usos da tecnologia e sua contribuição para a pesquisa:

*“Esta tecnologia tornou mais eficiente o intercâmbio entre os diversos grupos de pesquisadores pela facilidade de utilização e redução nos custos quando comparada com o telefone e o fax. Possibilitou a globalização dos resultados de pesquisa e a discussão internacional dos avanços científicos em reduzido espaço de tempo. A organização de congressos e a participação nesses eventos científicos ficaram mais fáceis com o uso da tecnologia de e-mail.”* (Entrevista).

A troca de documentos e relatórios entre os líderes e participantes de projetos de pesquisa, tanto em nível nacional quanto internacional, ocorre também através do meio estudado. Como as Unidades realizam projetos de parceria de pesquisa financiados por agentes externos, a troca de informações torna-se mais ágil e menos onerosa com a comunicação pela tecnologia de *e-mail*, “...facilitando a concretização de ações que viabilizem projetos na área”, substituindo outras formas de comunicação.

Pode-se constatar, portanto, que em todas as fases de desenvolvimento de pesquisas, nas parcerias nacionais e internacionais, a tecnologia interfere nos agentes, nos processos e nos resultados.

Outra atividade inerente ao meio é a troca de fontes bibliográficas entre pesquisadores, pela qual são acessadas referências bibliográficas e artigos publicados no Brasil e no exterior, beneficiando atividades de pesquisa.

Dois pesquisadores abordados sintetizaram, com muita propriedade, as vantagens da tecnologia de *e-mail* na comunidade científica, ressaltando a facilidade de uso e a capacidade de alcance e disponibilização de informações através do meio de comunicação:

*“As vantagens são evidentes, em função da economia de tempo e de dinheiro para a comunicação. Na verdade, a comunicação torna-se mais completa, pois tem-se facilidade e rapidez, o que permite uma troca maior de e-mails, com teores maiores de conversação, o que fica limitado em relação ao fax ou à correspondência simples via correio...”* (Entrevista).

*“Tempo é a principal vantagem. Consigo me comunicar rapidamente com um número grande de pessoas (tanto do Brasil quanto de fora) e obter informações que, muitas vezes, demorariam meses. Hoje, nos grupos de discussão, consigo rapidamente estar por dentro do estado-da-arte dos assuntos de que participo; economia de tempo para comunicação e informação.”* (Entrevista).

No Brasil, por sua extensão territorial, a proximidade com pesquisadores distantes geograficamente foi enfatizada, principalmente por pesquisadores da Embrapa lotados em Unidades de Pesquisa mais isoladas, como os casos de Roraima e Corumbá.

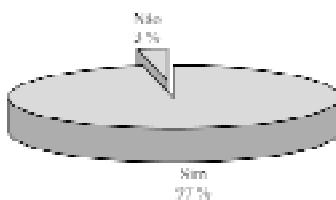
A quebra de barreiras da comunicação organizacional foi percebida em virtude do fato de a tecnologia de *e-mail* perpassar as estruturas físicas e geográficas existentes na empresa. Esta, entretanto, pode eventualmente interferir nesse processo, estimulando ou inibindo o intercâmbio da informação.

#### **Tecnologia de *E-mail* e Ampliação da Comunicação Técnico-científica**

A terceira parte empírica da pesquisa tratou do grau de melhoria e ampliação da comunicação técnico-científica a partir do uso das tecnologias de *e-mail*, aspecto ressaltado pelos entrevistados em questões anteriores.

**Gráfico 4**

#### **Melhoria da comunicação e intercâmbio de informação**



O Gráfico 4 indica que dos 340 respondentes, a grande maioria (97,4%) dos pesquisadores da Empresa consideraram que houve significativa melhoria na comunicação das atividades de pesquisa a partir do uso da tecnologia de *e-mail*. Somente 2,6% dos pesquisadores não concordaram.

Essa tecnologia permitiu maior abertura e intensificação das discussões entre os membros dos projetos de pesquisa, assim como participação mais democrática no interior dos grupos de trabalho, benefícios relatados nas afirmações dos entrevistados.

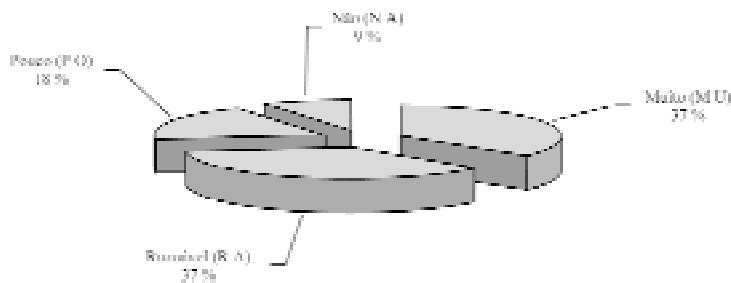
Apesar da melhoria e aumento do intercâmbio entre os pesquisadores, alguns depoimentos dizem respeito ao *overload* de informação ocasionada pela rapidez, facilidade e capacidade em disponibilizar um grande montante de dados. Além disso, o hábito na comunicação foi intensificado e assim modificado, fazendo com que a utilização da tecnologia de *e-mail* seja constante e obrigatória, sob pena de acumular ainda mais a informação nos computadores dos pesquisadores.

Em contraste, um pequeno número de pesquisadores (2,6%) relatou não ter modificado seu hábito de comunicação a partir do uso da tecnologia de *e-mail*. Esse paradoxo pode ser explicado pela falta de hábito no uso da tecnologia.

### Tecnologia de *e-mail* e interdisciplinaridade

Quando os pesquisadores foram questionados sobre se o uso da tecnologia de *e-mail* interferiu no grau de interdisciplinaridade de suas pesquisas ou na discussão com pesquisadores de áreas afins, manifestaram-se de acordo com os resultados do Gráfico 5.

**Gráfico 5**  
**Relação da tecnologia com  
interdisciplinaridade**

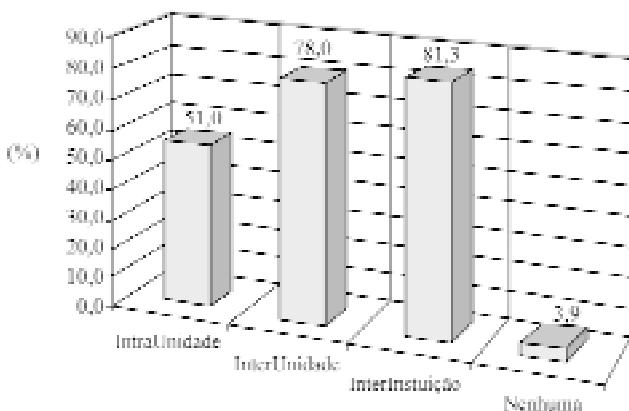


Considerando as respostas muito e razoável, que somam 73%, a tecnologia de *e-mail* contribuiu para a inter-relação ou diálogo entre disciplinas.

Como extensão da pergunta anterior, foi elaborada uma questão para especificar a amplitude da comunidade de pesquisa no interior da própria Unidade de

Pesquisa, entre Unidades, e do pesquisador com outras instituições, cujos resultados aparecem a seguir, no Gráfico 6.

**Gráfico 6**  
Ampliação da comunicação entre pesquisadores



(\*) A análise da questão permitiu mais de uma resposta, daí o percentual ser superior a 100%

Os índices evidenciam um aumento no impacto interinstitucional, seguido de interunidade e, por último na própria Unidade de Pesquisa.

Integrando o impacto positivo na comunicação interinstitucional, um dos respondentes ressaltou a possibilidade de sua inserção na comunidade internacional com a seguinte fala:

*“A tecnologia de e-mail abre a possibilidade de comunicação a baixo custo com pesquisadores no exterior, repasse de idéias, recebimento de informações e discussões atualizadas sobre a área de pesquisa... o que se escreve pode servir como um comprovante/documento.”*

Assim, novas oportunidades de trabalho e parcerias são criadas pelo uso desse meio.

Devido à proximidade física dos pesquisadores, considerando uma Unidade de Pesquisa (principalmente se for pequena em número de pesquisadores e estrutura física), alguns pesquisadores (3,9%) relataram não ter observado aumento significativo de eficiência no processo comunicacional ao utilizar a tecnologia de *e-mail* para a comunicação interna.

## Conclusões

A pesquisa empírica permitiu chegar a algumas constatações. Certamente não são generalizáveis a outras comunidades técnico-científicas que não a da Embrapa, e ainda, são aplicáveis somente à amostra desta pesquisa, cujas características de área de atuação, tanto organizacionais como tecnológicas ou sociotécnicas, criam um cenário ou contexto peculiar.

Podemos mesmo afirmar que a tecnologia de *e-mail* está incorporada ao cotidiano da empresa, às práticas comunicacionais e informacionais decorrentes das atividades técnico-científicas, ainda que não seja utilizada em todo o seu potencial e nas suas múltiplas funções e recursos.

Parece inquestionável que uma das qualidades da tecnologia que mais contribui para a sua adoção é a assincronicidade. O fato de a tecnologia de *e-mail* pessoa-a-pessoa permitir resposta quando o destinatário desejar, sem dúvida constitui flexibilidade muito atrativa para o usuário.

Comparada aos canais convencionais, a tecnologia de *e-mail*, em geral, e particularmente a de pessoa-a-pessoa, apresenta rapidez, facilidade, comodidade, informalidade, simplicidade, além da já comentada assincronidade.

Em relação à segurança do meio de comunicação, o uso de softwares de encriptação/decriptação<sup>11</sup> de mensagens pode oferecer ao ambiente de pesquisa maior segurança na compra de publicações internacionais e na transmissão de mensagens confidenciais (como, por exemplo, informações de projetos de pesquisa estratégicos em andamento) que necessitam ser resguardadas por um período e, ao mesmo tempo, intercambiadas. Algumas informações de cunho estratégico, sejam projetos de pesquisa, decisões gerenciais sigilosas ou informações pessoais, são transmitidas com a tecnologia de *e-mail* e, conforme alguns pesquisadores, essa é uma deficiência que afeta o seu uso, o que leva a deduzir que a empresa deveria promover o uso de softwares que aumentem a segurança das informações pessoais e institucionais que trafegam por esse meio.

Na comunicação científica, muitos dos benefícios observados podem ser expandidos à comunicação eletrônica. Em praticamente todas as atividades relacionadas à pesquisa, o uso da tecnologia se mostrou recurso valioso.

O pesquisador da Embrapa utiliza a tecnologia de *e-mail* na elaboração de artigos, comunicações de congressos e, principalmente, em projetos de pesquisa. Particularmente em determinadas atividades técnico-científicas, os benefícios dessa tecnologia são mais acentuados. Esse é o caso, por exemplo, de redes de ensaios de pesquisas agrícolas que abrangem diversas regiões do Brasil. As Unidades de

Pesquisa atualmente exercem maior grau de participação e contribuição na comunidade científica pela possibilidade de discussões entre pares, em contraste com fases anteriores, em que o uso de tecnologias de comunicação clássicas tornava o processo comunicacional mais oneroso e moroso, resultando na sua inviabilidade.

A tecnologia de *e-mail* não contribui somente para a produção técnico-científica, mas também para a circulação dessa produção, por permitir o envio de artigos para o editor, a comunicação para congressos, enfim, a divulgação das pesquisas.

A prática de circulação de *pre-prints*, comuns nos chamados “colégios invisíveis”, tem passado a existir em forma eletrônica. Não resta dúvida de que a tecnologia de *e-mail* tem intensificado e dinamizado esses colégios. Portanto, a prática se mantém, recorrendo-se apenas a outro meio de comunicação mais moderno. Assim, o intercâmbio de trabalhos, idéias, pesquisa parece ser a principal e mais fértil consequência do uso da tecnologia.

A pesquisa realizada demonstrou que a tecnologia de *e-mail* não substituiu completamente a formalidade do documento em papel, a não ser naqueles casos em que o documento original é extraviado. Nesses casos, pode-se imprimir o documento digitalizado, tornando-o oficial. A exemplo do que já ocorreu nos Estados Unidos e na França, o Poder Legislativo, no Brasil, tem-se empenhado em regularizar a legalidade do *e-mail* como documento formal.

A tecnologia de *e-mail* também facilita e agiliza o acesso à informação, pois os pesquisadores podem acompanhar os avanços de suas respectivas áreas, acessar bases de dados, obter informações sobre eventos científicos, solicitar cópias de documentos, tudo através de rede eletrônica.

O intercâmbio de informação não é facilitador somente da comunicação entre pesquisadores, mas ocorre também entre os diversos agentes envolvidos no processo de pesquisas, como instituições de fomento e entidades parceiras, tanto nacionais quanto internacionais.

A rede tecnológica se mistura e se confunde com uma intrincada rede de atores, situados em diferentes instâncias, envolvendo pesquisadores de um mesmo grupo de pesquisa (intra-organizacional), pesquisadores de diferentes grupos de pesquisa e instituições, e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

O intercâmbio, na Embrapa, entre líderes de projetos e responsáveis por subprojetos ganha dinamismo e aumenta o intercâmbio de informação e comunicação, assim como entre pesquisadores localizados na sede da Empresa e os de outras Unidades de Pesquisa. Quanto à ampliação da comunidade técnico-científica, não há dúvida do impacto da tecnologia, inclusive facilitando a participação democrática de todos os membros de um mesmo projeto de pesquisa.

Em relação à interdisciplinaridade, os pesquisadores da Embrapa também reconheceram os efeitos da tecnologia, por aproximar pesquisadores que trabalham em áreas afins, expandir conhecimentos em áreas não exploradas e estimular a busca de soluções mais amplas.

De modo geral, as tecnologias de *e-mail* são bastante utilizadas na Embrapa, sobretudo a modalidade pessoa-a-pessoa. Isso se deve muito à infra-estrutura tecnológica implantada e mantida pela própria instituição.

No caso específico da Embrapa, com muitas Unidades de Pesquisa dispersas por todo o território nacional, o recurso é de grande utilidade e potencialidade. A própria capacidade de congregação de várias pessoas na solução de problemas comuns, proporcionada pela tecnologia do *e-mail*, tem contribuído para o avanço do conhecimento dessa comunidade científica.

## Notas

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi publicado no Livro: O Sonho de Otlet: Aventura em Tecnologia da Informação e Comunicação. Rio de Janeiro: IBICT/DEP/DDI, 2000. 228 p.

<sup>2</sup> *Gatekeepers*: mantêm a ligação de grupos e subgrupos intra e interinstitucionalmente e automaticamente criam novos nós de comunicação entre os clientes do processo. (Kremmer, 1980).

<sup>3</sup> Colégios Invisíveis: Esse termo foi utilizado anteriormente em meados do século XVII, para denominar um grupo de pessoas que costumavam se comunicar por carta e se encontrar informalmente e que, mais tarde, formaram a *Royal Society of London*. (Price, 1980).

<sup>4</sup> *Mainframe*: computador de grande porte (tipicamente IBM).

<sup>5</sup> Comunicação Assíncrona: modalidade de comunicação em que o emissor e receptor da mensagem não necessitam estar conectados ao meio de comunicação ao mesmo tempo. Por exemplo: o *e-mail*, o *fax*, a carta, etc.

<sup>6</sup> Comunicação Síncrona: modalidade de comunicação em que o emissor e receptor da mensagem necessitam estar conectados ao meio de comunicação ao mesmo tempo.

<sup>7</sup> *Cues*: gestos, movimentos corporais ou expressões faciais utilizadas pelos seres humanos.

<sup>8</sup> *Overload*: excesso ou sobrecarga.

<sup>9</sup> *Listserv* ou *Majordomo* é um programa que automaticamente redistribui mensagens de *e-mail* para outros endereços em uma lista de discussão eletrônica.

<sup>10</sup> *Site* ou *Web Site* é uma coleção de *Home Pages* ou páginas publicadas na Web em um assunto particular.

<sup>11</sup> Encriptação/Decriptação: Conjunto de programas de computador ou algoritmos construídos para o embaralhamento de mensagens do emissor para o receptor, com o controle de “chaves” de proteção conhecidas por ambos.

## Referências Bibliográficas

- ALLEN, T. J. *Managing the flow of technology: technology transfer and the dissemination of technological information within the R&D organizations..* Massachusetts: The MIT Press 1978. 320 p.
- avery, D.M. "Electronic parenting or, it takes a (Listserv) village to raise families with disabilities: special focus - CMC and disability." *CMC Magazine*. Jan. 1998. Disponível na Internet: The online world. URL: <http://www.december.com/cmc/mag/1997/jan/ferris.html>. Acessado em 05 jul 1998.
- BIOCCA, F., LEVY, M. R. "Communication applications of virtual reality." In: BIOCCA, F; LEVY, M. R.( Ed.) *Communication in the age of virtual reality*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1995.
- BORGES, M. R. S. & MACEDO, M. T. Disponívelb site na Internet URL: <http://www.nce.ufrr/~mborges/tesi98/Trabalho1/marcelle/segunda.htm>. Acessado em 01 out 1998.
- BRENNAN, L.L, RUBENSTEIN, A.H. "Applications of groupware in organizational learning." In: COOPER, C.L., ROUSSEAU,D.M. (eds.) *Trends in Organizational Behavior*, New York/s.ed./v.2/1995.
- CRANE, D. *The invisible college*. Chicago: the University of Chicago Press, 1972, 320 p.
- CULNAN, M.J., BAIR J.H. "Human communication needs and organizational productivity: the potencial impact of office automation." *Journal of American Society for Information Science*, v.34, n.3, p.215-221, 1983.
- EMBRAPA. Disponível: na Internet (14/10/98). *Intranet, FAQ: Quais unidades da Embrapa estão na Internet?* URL: <http://www2.sede.embrapa.br/aplic/infonews.nsf/>. Acessado em 30 jul 1998.
- FERRIS, P. "What is CMC? An overview of scholarly definitions. Special focus: What is CMC?" In: *CMC Magazine*. Jan 1997. Disponível na Internet: Publishing on the line – University of Hong Kong. URL: <http://www.december.com/cmc/mag/1997/jan/ferris.html>. Acessado em 10 jun 1998.
- FONSECA, E.N. da. *Problemas da comunicação da informação científica*. São Paulo: Thesaurus, 1973. 140p.
- GALAGHER, J., KRAUT, R. "Technology for intellectual teamwork: perspectives on research and design." In: GALAGHER, J., KRAUT, R.; EGIDO, C. (Ed.) *Intellectual teamwork*. Hillside, NJ: Lawrence Erlbaum, 1990.

- GARTON, L. E.; WELLMAN, B. *Social impacts of electronic mail in organizations: a review of the research literature*. Toronto, Canada. Centre for Urban and Community Studies and The Ontario Telepresence Project, Nov. 1993.
- GARVEY, W. D. *Communication, the essence of science – facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students/s/l*. Pergamon International Library, 1979. 332p.
- GURBAXANI, V. "Diffusion in computing networks: the case of Bitnet." In: *Communications of the ACM*, v. 33, n 12, p 65-75, 1990.
- HILTZ, S., TUROFF, M. "The evolution of user behavior in a computadorized conferencing system." In: *Communications of The ACM*, v. 24, n.11, p 739-751, Nov 1981.
- \_\_\_\_\_. *The network nation: human communication via computer*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.
- KREMMER, J.M. *Fluxo de informação entre engenheiros: review of the literature*. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Belo Horizonte, v. 9, n.1, p.7-41, mar. 1980.
- LAKATOS, Eva. Maria, Marconi, Maria de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.
- MAIA, E. M. M. *O papel do profissional da informação no processo de comunicação científica informal dos pesquisadores do sistema Embrapa – estudo de caso*. Rio de Janeiro: Embrapa, 1992, p 34.
- MEADOWS, A. J. *Communication in science*. London: Butterworths, 1974, 248 p.
- MIKHAILOV, A. I., CHERNYI, A. I., GILYAREVSKYI, R. S. *Scientific communication and informatics*. Arlington: Information Resources Press, 1984, cap 2, p 39.
- MOLE, A. A. *Sociodynamique de la culture*. Paris: Mouton, 1967. 342 p, apud FONSECA, E. N. da. *Problemas da comunicação da informação científica*. São Paulo, Thesaurus Editora, 1973. 140 p (ilust.).
- MORRISON, J., SHENG, O. R. L. "Communication technologies and collaboration systems." In: *Information & Management*, n 23, 1992.
- MOTIWALLA, L.F, AIKEN, M. "Research: an organizational communications perspective on knowledge-based mail systems." In: *Information & Management*, n 25, p 265-272, 1995.
- NEGROPONTE, N. *Being digital*/s.l. Alfred A. Knopf, 1995.
- PINHEIRO, L.V.R., et al. *Comunicação semiformal e informal*. Curso de ciência da

- informação. Rio de Janeiro, CNPQ/IBICT/UFRJ/ECO, 1977. Trabalho apresentado na disciplina de comunicação científica.
- PHILLIPS, S.R., EISENBERG, E.M. *Strategic uses of electronic mail in organizations*.s.l/s.ed./ 1993 v.3, 185-215.
- PALMER, M. T. "Interpersonal communication and virtual reality: mediating interpersonal relationship." In: F. BIOCCA, F. LEVY, M. R. (Eds.). *Communication in the age of virtual reality*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1995.
- PRICE, D. J.de S. *O desenvolvimento da ciência*. (Trad S. Mathias e G. Braga) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. 96 p.
- RICE, R. E., BAIR, J. H. "New organizational media and productivity." In: RICE, R. E. (Ed.) *The new media*. Beverly Hills, CA: Sage., 1984. p.185-215.
- RICE, R. E., SHOOK, D. "Relationships of job categories and organizational levels to use of communication channels, including electronic mail: a meta analysis and extension." In: *Journal of Management Studies*, v 27, n 2, p 195-229, 1990.
- SPROULL, L., KIESLER, S. *Connections: new of working in the networked organization*. Cambridge: MIT Press, 1991.
- SUDWEEKS, F. *Communication patterns and developmental processes of computer-mediated collaborative groups*. Thesis proposal. Sidney University of Sydney/s.d./0. Disponível na internet URL:<http://www.arch.usyd.edu.au/~fay/>. acesso em 02 set. 1998.
- VIEIRA, J. L. G. *Correio eletrônico: o impacto na comunicação técnico-científica da Embrapa. - estudo de caso*. Rio de Janeiro: CNPq/IBICT - UFRJ/ECO 1998. 182 p. Diss. (M. C. Inf.).
- YATES, J., ORLIKOWSKI, W.J. "Genres of organizational communications: a structurational approach to studying communications and media." *Academy of Management Review*, v 17, n 2, p 299-326, 1992.

## Resumo

Este estudo, de caráter inovador na área científica, trata dos impactos da utilização da tecnologia de *e-mail* na comunicação técnico-científica de pesquisadores da Embrapa. Buscou-se analisar as características operacionais desta tecnologia, incluindo a infra-estrutura de hardware e software. Nos aspectos comunicacionais foram observadas as vantagens e desvantagens, assim como, facilidades e dificuldades de uso na atividade de pesquisa agrícola. Na pesquisa foi constatada a

interferência da tecnologia de *e-mail* na produção científica, na geração, aquisição e transferência de novos conhecimentos, e na expansão das relações interdisciplinares e da rede de comunicação interna e externa de pesquisadores. Conclui-se que, até a data de realização deste estudo, a tecnologia de e-mail ainda não substitui os canais tradicionais de comunicação utilizados por esta comunidade, pelo contrário, complementa e enriquece estes canais.

Palavras-chave: comunicação, e-mail, produção científica

### **Abstract**

This is a pioneer study about the impact of e-mail technology use as a tool of technical and scientific communication at Embrapa. The operational features of this technology include the hardware and software infrastructure. The communicational aspects were observed in terms of advantages and disadvantages, easiness and difficulties related to the agricultural research. The impact of e-mail technology on scientific production, generation, acquisition and transfer of knowledge and on the expansion of interdisciplinary relations, internal and external communication networks of Embrapa's researchers was identified and analyzed. The major conclusion, until the end of this study, is that till now e-mail technology did not substitute traditional communications channels used by this community. In fact, it complemented and enriched these channels.

Key words: communication, e-mail, scientific production

### **Resumen**

Este innovador estudio en el área científica, aborda el tema de los impactos de la tecnología del correo electrónico en la comunicación técnico-científica de investigadores de Embrapa. Se intentó analizar las características operacionales de esta tecnología, incluyendo la infraestructura de *hardware* y *software*. Han sido observadas ventajas y desventajas en los aspectos comunicativos, tales como, facilidades y dificultades de uso en la investigación agrícola. En dicha investigación ha sido constatada la interferencia de la tecnología del correo electrónico en la producción científica, en la adquisición y transferencia de conocimientos y en la expansión de las relaciones interdisciplinares y de la red de comunicación externa e interna de investigadores.

Se llega a la conclusión de que, hasta el momento de la realización de este estudio, la tecnología del correo electrónico, aún no substituye los canales tradicionales de comunicación utilizados por esta comunidad; sino que los complementa y los enriquece.

Palabras clave: comunicación, correo electrónico, producción científica

**João Mendes da Rocha Neto**

*Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Departamento de Estudos Sociais da UPIS.*

## ***Fragments espaciais do novo mundo do trabalho***

O trabalho está no centro de toda sociedade e a organização dos processos de trabalho constitui o fundamento da organização social. Não se deve abordar isoladamente os problemas do trabalho, eles devem ser entendidos e relacionados com outras questões.

O assunto que aqui trataremos está incorporado a agenda de todos os governos contemporâneos: a globalização econômica e os riscos e oportunidades que dela decorrem, sobretudo aqueles relacionados ao mundo do trabalho. Refletir sobre as implicações desse fenômeno tanto do ponto de vista interno como externo, é mais que um desafio intelectual, é: uma necessidade vital.

No mundo da alta produtividade, do trabalhador qualificado, a ciência e o conhecimento produzem cada vez mais e o trabalho cada vez menos. O trabalhador da linha de montagem já não é a imagem do progresso. Ele é um documento histórico, ainda que tenha o valor de tudo que representa – a luta do homem por sua dignidade.

Pretende-se, com este artigo, formar um breve entendimento da situação que vivemos, decorrentes dos problemas trazidos pelas novas formas de acumulação no mundo atual.

O presente artigo foi sistematizado de forma a fornecer um histórico dos fundamentos do trabalho, em sua primeira parte; posteriormente serão resgatados modelos de organização, até o surgimento do modelo flexível; em seguida, são tecidas algumas considerações acerca do trabalho frente ao processo de globalização e, finalmente, algumas sugestões são apresentadas com vistas a minimização de efeitos negativos causados pela internacionalização ora em curso.

### **Breve entendimento teórico do trabalho**

Dentro da visão filosófica, o trabalho humano é aquele que tem o poder de transformar a natureza. Segundo ARANHA; MARTINS (1986, p. 55), “...se distingue da ação animal porque é dirigida por um projeto, antecipação da ação pelo pensamento...” Por meio do trabalho estabelece-se uma relação dialética que leva à evolução dos procedimentos empregados, gerando um processo histórico.

O trabalho, além de transformar a natureza, transforma o próprio homem. Isso significa que, por essa atividade, o homem se reproduz, desenvolve as suas habilidades, a imaginação, aprende a conhecer as forças da natureza e a desafiá-las. Assim, o homem não é sempre o mesmo, pois o trabalho altera a visão que ele tem do mundo e de si.

A concepção de trabalho já esteve relacionada com uma visão negativa, historicamente associada a tortura, sofrimento, pena, labuta. Na Grécia antiga, toda atividade manual era desvalorizada e atribuída aos escravos.

Na idade moderna a situação começa a se alterar. O interesse pelas artes mecânicas e pelo trabalho, justificam-se pela ascensão burguesa. Na vida social e econômica ocorreram sérias transformações – aperfeiçoamento de técnicas, desenvolvimento do processo de acumulação de capital e ampliação dos mercados. O capital acumulado permitiu a compra de matérias-primas e de máquinas, levando muitas famílias, que desenvolviam o trabalho doméstico nas antigas corporações, a terem de dispor de seus抗igos instrumentos de trabalho para sobreviver, obrigando-se a vender sua força-de-trabalho em troca de salários. O fruto do seu trabalho não mais lhes pertencia, nascia aí uma nova classe: o proletariado.

No século XVIII, a mecanização no setor da indústria têxtil, sofreu impulso na Inglaterra com o surgimento da máquina a vapor. Outros setores se desenvolvem, como o metalúrgico; no campo também se processou a Revolução Agrícola. O resplendor desse progresso levanta, em contrapartida, uma questão social, pois as condições subumanas recrudescem no século XIX: extensas jornadas de trabalho, arregimentação de crianças e mulheres, condições insalubres de trabalho, baixos salários. Sobre tal situação SPOSITO (1991, p. 54) diz:

*“Há registros referentes a primeira metade do século XIX que apontam para jornadas de trabalho de até 16 horas diárias na Inglaterra, incluindo-se o trabalho de mulheres e crianças, que precisavam vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência familiar. O grande contingente de força-de-trabalho disponível já havia permitido o achatamento dos salários a um nível de aviltamento tal, que o chefe da família jamais conseguia... prover o sustento de sua família.”*

Nos sistemas domésticos de manufatura, existentes na Idade Média, o trabalhador conhecia todas as etapas da produção. A partir da implantação do sistema fabril, isso não mais é possível, devido à crescente complexidade resultante da divisão do trabalho. Essa divisão foi intensificada no início do século XX, quando Henry Ford introduziu o sistema de linha de montagem na indústria automobilística. Esse

processo retirou toda iniciativa do trabalhador, que passou a cumprir ordens; a fragmentação ocorrida nas fábricas facilitou ao capitalista ser o único a ter o controle do produto final. A racionalização do processo de trabalho traz em si uma irracionalidade básica: desaparece a valorização do sentido, da emoção, do desejo. As pessoas tornam-se fichas do setor de pessoal. Segundo PENA (1985, p. 23)

*“...o discurso sobre a racionalização é entendido como uma forma de comunicação entre classes sociais distintas..., a busca de ordenadores do trabalho... compreendida como forma justificadora da autoridades dos empregadores e legitimadora da obediência dos empregados.”*

Segundo BRAVERMAN (1987), esse processo da divisão do trabalho gerou uma crise na unidade do pensamento humano, reduzindo o trabalhador à qualidade de instrumento do processo produtivo, tratado como máquina. O início desse ciclo produtivo caracterizou-se fundamentalmente pela separação do trabalhador dos meios de produção. Com o surgimento das grandes fábricas e das linhas continuas, foram aceleradas as mudanças, alterando radicalmente os sistemas de organização tradicionais.

Na teoria econômica clássica, o trabalho, o capital e a terra eram os três fatores da produção, tendo o primeiro uma característica estática, homogênea. A tecnologia estava associada diretamente ao fator capital, não ao trabalho. Hoje, como a produção tornou-se muito mais intensiva em conhecimento, quem detém esse saber, muito mais que a empresa é o próprio trabalhador. Este fato traz profundas implicações para países e economias, uma vez que o saber tornou-se um fator de diferenciação no trabalho. A força física e as aptidões gerais foram superadas como elementos diferenciadores da mão-de-obra.

### **Trajetória histórica: do fordismo à flexibilização**

Em meio à evolução e às necessidades, do sistema capitalista, foram surgiendo modelos produtivos. O modelo fordista surgiu já no século XX e foi hegemonicó, durante décadas, mesmo porque garantiu altos níveis de desenvolvimento nos países de capitalismo central, sobretudo nos anos 50 e 60. Esse modelo legava ao trabalhador da linha de montagem apenas uma tarefa; ele não mais comandava componentes, nem reparava equipamentos e também não inspecionava a qualidade de seu trabalho. Segundo WOOD JR (1992, pg. 10)...*ele nem mesmo entendia o que seu vizinho fazia.* Nesse sistema o operário não tinha perspectivas de carreira e tendia a uma desestabilização total. Calcado neste modelo, o grande capital avançou para tornar-se cada vez mais poderoso e internacionalizou-se.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras. As forças produtivas privilegiadas de algumas regiões formavam uma coluna efetiva, que proporcionou uma rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução, patrocinada pelo Estado, de economias devastadas pela guerra, na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transportes e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Nesse sentido HARVEY (1989, p. 131) afirma que

*“...sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e investimento, público, limitados internamente... pela situação das relações de classe e, externamente... pela sua posição hierárquica na economia mundial...”*

Esse crescimento dependeu de uma série de compromissos e reposicionamento por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado foi chamado a assumir novos papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de se ajustar em alguns aspectos; o trabalho organizado assumiu novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados e nos processos produtivos.

A grande variedade de obrigações assumidas pelo Estado, com pesados investimentos em capital fixo, deixou-o como principal ator do novo modelo econômico, baseado numa combinação de políticas fiscais e monetárias, dirigidas para as áreas de investimentos públicos vitais para o crescimento da produção e consumo de massa. Os governos passam a ser fornecedores de complementos ao salário, atuando sobretudo na área social, em assistência médica, educação, habitação. O principal papel assumido pelo poder estatal foi o da estruturação legal da proteção ao trabalhador, que passa, com isso, a assumir poderes sobre acordos salariais e outros direitos.

Um relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1998, enfocou a discussão atual sobre o papel do Estado na criação de sistemas econômicos, nos quais haja flexibilidade no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, sejam ampliadas as oportunidades de estabilidade e aumento de qualidade nos empregos oferecidos. A ação do Estado, em redes que incluem sindicatos e empresas, pode ser uma política paliativa para a redução da precariedade do emprego no mundo globalizado.

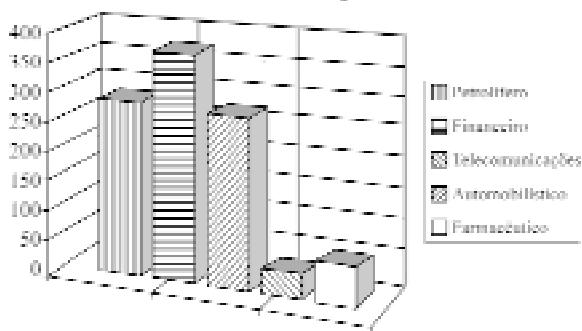
O equilíbrio de poder, tenso, mas firme, que prevaleceu entre o trabalho organizado, o grande capital e o Estado, não foi alcançado por acaso, resultou de anos de luta.

Há disputas sobre a profundidade dessas novas relações de classe. Isto variou de país para país e até de região para região. O problema perpétuo de acostumar o trabalhador a sistemas rotinados, inexpressivos e degradados nunca pode ser completamente superado. O acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia a ameaça de uma organização trabalhista forte e do aumento do poder da classe trabalhadora. Mesmo assim, as corporações aceitaram a contragosto o poder sindical.

A despeito de todos os descontentamentos e das tensões manifestas, o regime fordista manteve-se vigoroso até meados da década de 70, quando uma aguda recessão abalou esse quadro, iniciando um rápido processo de transição, que parece ainda não ter sido entendido. O pós-fordismo, em contraposição à rigidez do fordismo, vem marcado pela flexibilidade – na produção e consumo – constituindo a *acumulação flexível*. Caracterizada pelo surgimento de novos setores de produção, novas formas de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. Esse conjunto de acontecimentos aliado ao crescente número de fusões, conforme mostra o gráfico abaixo, tem aumentado consideravelmente o poder econômico das grandes corporações privadas transnacionais, seja frente aos trabalhadores ou mesmo capturando o Estado-Nacional na defesa de seus interesses.

**Gráfico 1**

**As Maiores Fusões e Aquisições - 1998**



Fonte: Data Folha, 1998

Esses poderes aumentados, de flexibilidade e mobilidade, permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle sobre uma força de trabalho enfraquecida pelos níveis de desemprego. O trabalho organizado parece estar sendo solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que carecem de tradições industriais anteriores e pela reimportação para centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis altos de desemprego, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual.

Essas mudanças se refletem no imaginário do operário em sua relação com a empresa é “*a perda da mãe e o ganho da madrasta*” (RIZEK, 1991, p. 73). Cresce a instabilidade do trabalhador em relação a seu emprego. A qualificação profissional torna-se o centro do discurso empresarial na crescente dispensa de trabalhadores e a robotização é a causa mais convincente ao fechamento de postos de trabalho.

No fim dos anos 70 e durante os anos 80, estabeleceu-se, na maioria dos países desenvolvidos, uma visão que buscava atacar as austeridades, requeria a desregulação e maior flexibilidade para as relações de trabalho. Noutros termos, o objetivo era o desmantelamento das instituições e do modo de regulação, que constituíram o fundamento do pós-guerra. Notou-se, nas mudanças, uma tendência maior na ênfase à flexibilidade dos métodos de produção, dos contratos de trabalho, da fixação de salários, das relações interempresas, da mediação dos conflitos pelos Estados-Nações e das organizações de trabalhadores.

As mudanças operadas no capitalismo a partir de então, permanecem ligadas aos princípios da lógica capitalista e suas tendências. O trabalho se reestruturou radicalmente, diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro; os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados e subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Esta reestruturação é um termo extremamente poderoso que legitima um conjunto de práticas contrárias às conquistas trabalhistas. A descoberta da força de trabalho flexível é parte de uma ofensiva ideológica que celebra a complacência e a eventualidade, fazendo-as parecerem inevitáveis.

Nesse período de crise, constata-se uma defasagem entre a evolução das forças produtivas e das relações de produção, nota-se a predominância das instabilidades e de um espaço-tempo em transformação no seio do qual as lutas determinam uma nova ordem social e econômica. Na esfera da produção e do trabalho, a utilização de novas tecnologias se materializa pelo desenvolvimento e difusão de máquinas e sistemas de equipamentos mais flexíveis. Nas palavras de CARVALHO; SCHMITZ (1990, p. 150)

*“...essa é uma modificação radical no processo de trabalho, um afastamento de uma situação em que a maioria dos trabalhadores está ocupada em manusear ou processar diretamente os produtos para uma na qual eles estão empenhados em preparar e monitorar equipamento ou intervir no fluxo de produção quando parecem problemas...”*

O debate sobre esta flexibilidade tem girado, principalmente em torno das relações entre trabalho e emprego. Trata-se sobretudo de duas formas de flexibilidade, uma se refere a organização do trabalho e outra ao mercado de trabalho.

A primeira caracteriza-se pela capacidade de uma empresa de modular as tarefas efetuadas por seus empregados em virtude de mudanças na demanda, na tecnologia ou no *marketing*. Essa forma de flexibilidade está igualmente associada ao desenvolvimento de novos conceitos de produção e aos novos modelos de organização que recorrem necessariamente a um grupo de trabalhadores qualificados e polivalentes, operando de maneira permanente em tempo integral, uma vez que é nesses trabalhadores que repousa a continuidade de produção e, não raro, é a eles que compete a manutenção do equipamento industrial. Espera-se desses trabalhadores permanentes que sejam adaptáveis, flexíveis e, se necessário, geograficamente móveis.

### **Espaço e tecnologia no mundo do trabalho**

A flexibilidade do mercado diz respeito a facilidade e à rapidez com que as empresas podem ajustar seus efetivos e o nível dos salários em virtude das flutuações da demanda, sendo também associada às variações de efetivos dos trabalhadores periféricos. Nessa categoria distinguem-se 2 grupos: 1) os trabalhadores empregados em estabelecimentos de subempreiteiros, os trabalhadores independentes especializados e o pessoal fornecido pelas agências de emprego temporário; 2) os empregados da empresa desprovidos de estatuto e que podem ser demitidos e reempregados em virtude da conjuntura econômica.

As estratégias de flexibilidade funcional e numérica se acham também associadas a uma nova formação dos salários. A flexibilidade salarial e a individualização dos salários são perceptíveis em tentativas de equacionamento que levem em conta a quantidade, o tipo de trabalho e o desempenho de cada trabalhador; trata-se da fórmula, segundo a qual a paga de um trabalhador depende de seu mérito, do mínimo de produtividade garantido e dos resultados da empresa. Nessas condições, verificam-se as desigualdades de renda entre os trabalhadores permanentes e uma população marginalizada sujeita ao trabalho legal esporádico. Segundo TEIXEIRA (1995, p. 4)

*“...o mundo do trabalho... perdeu sua centralidade como princípio estruturador da sociabilidade... por conta da descentralidade do trabalho, demanda-se essa nova PRÁXIS política que... deve fundar-se na conquista de objetivos grupais ou segmentares, em vez de basear-se em princípios universais.”*

A dispersão das atividades econômicas forma paralelamente uma bacia de emprego, criando mercados locais de trabalho, subjugados aos ditames do capital em esfera mundial. A nova configuração do poder, das classes e da tecnologia traça novos centros. A redefinição da divisão social do trabalho, a variedade oferecida nas transações comerciais, industriais e financeiras, a flexibilização do sistema produtivo e a intensidade das conexões interempresariais, gera dois processos antitéticos: a globalização e os localismos. O que deve ficar explicitado é que ambos os processos se articulam sob a égide dos interesses do grande capital mundial.

O surgimento desses mercados locais facilita a tarefa das empresas para o recrutamento dos empregados, situação vantajosa que lhes permite aplicar políticas de recrutamento mais flexíveis. A diminuição do emprego local nas regiões de industrialização mais antiga e o nascimento de novos mercados locais de trabalho fazem emergir um nova “política dos lugares” (BENKO, 1996, p. 146). A mudança da lógica industrial, as novas tecnologias e condições econômicas reestruturam a organização social dos novos complexos de produção. Assim, os hábitos e tradições desenvolvidos nas comunidades industriais do período anterior já não correspondem às aspirações contemporâneas.

A dinâmica da industrialização capitalista depende da capacidade de adaptação das empresas às novas condições de produção, incluindo as mudanças das

relações políticas e sociais. Nesta ótica, as corporações são levadas a se relocalizarem para constituir novas relações de trabalho, podendo voltar-se para regiões de setores de produção tradicionais, porém o mais frequente é o direcionamento deste investimentos rumo a espaços pouco desenvolvidos. Neste sentido HARVEY (1989, p. 172) afirma:

*“O deslocamento espacial compreende a absorção pela expansão geográfica do capital e do trabalho excedentes... Em alguns espaços há uma história de fortes resistências ao capital ocidental, enquanto em outras áreas se insere agressivamente, acreditando ser um sistema econômico superior aumentando a competição internacional e interregional, com os países e regiões que têm menos vantagens sofrendo as mais severas consequências.”*

A organização socioespacial dos novos centros de crescimento industrial estabeleceu um novo modelo. Ao longo dos últimos anos, tem-se observado a tendência à desconcentração de indústrias não só no âmbito interno de alguns países, como também na escala mundial, há uma redefinição da Divisão Internacional do Trabalho; essa desconcentração traz a reboque o enfraquecimento dos movimentos sindicais; plantam-se indústrias modernas em pequenos vilarejos, de onde obtêm mão-de-obra barata e despolitizada. Essa situação é bem explicitada por NEDER (1989) ao comparar a ação sindical em regiões do Estado de São Paulo com tradição em movimentos operários, à de outras sem nenhuma experiência.

Vê-se a redução do poder da classe trabalhadora e do movimento comunitário e político, que caracterizou os velhos espaços da produção. A desorganização dos trabalhadores reflete-se em baixas taxas de sindicalização. As razões são duas: de um lado, a rapidez do ciclo de produção impõe encadeamento imediato entre a inovação e a estratégia comercial, a interferência eventual dos sindicatos é visto como algo que pode provocar retrocessos e comprometer os avanços do capitalismo; de outro, o anti-sindicalismo e seu estigma cultural e histórico.

Em suma, pode-se dizer que a ampliação dos mercados locais de trabalho e as novas formas de reprodução socioespacial contribuem para o processo global de crescimento dos novos complexos, onde o capital se reproduz em sua forma ampliada.

A reestruturação do sistema capitalista vem ocorrendo de forma diferenciada em setores produtivos e, sobretudo, nas regiões geográficas. As indústrias

japonesas estão instalando-se em países com mão de obra mais barata; em contrapartida o país experimenta taxas de desemprego cada vez mais altas. Ouve-se que grandes corporações demitem seus trabalhadores e transferem suas operações para países que permitem, por instrumentos diversos, a reprodução ampliada de seu capital. IANNI (1995, p. 52) afirma que “... *o capital adquiriu novas conotações, na medida em que se desenraíza, movendo-se por todos os cantos do mundo... A rigor a internacionalização do capital significa a internacionalização do processo produtivo...*”

Mesmo se valendo de todas as vantagens apontadas, o capitalismo em sua fase globalizada tem caracterizado sua reprodução pelo crescente fechamento de postos de trabalho em todas as partes do mundo, num ritmo tão veloz quanto o da globalização.

Entre desempregados e subempregados a Organização Internacional do Trabalho (OIT), estimava em 1998, a existência de 1 bilhão de trabalhadores em todo mundo. Essa massa de desempregados cresceu com o processo de globalização. Para conseguir preços melhores e qualidade mais alta em sua guerra internacional contra os concorrentes, as empresas cortaram custos, que se traduzem em postos de trabalho, e aumentaram seus índices de automação. Os economistas denominam essa tendência de “desemprego estrutural”, processo cruel pelo qual as fábricas robotizadas não precisam mais de tantos operários, diferentemente do tipo de desemprego que o antecedeu, motivado pela recessão.

Isso pode ser um primeiro passo para uma grave crise social; os números apóiam essa denúncia: a Alemanha em 1996 atingiu a mais alta taxa de desemprego desde II Guerra Mundial; o desemprego atingiu 23% da população economicamente ativa da Espanha. Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento – OCDE, os desempregados nos países ricos, em 1996, eram 35 milhões.

Regiões, como a Europa, que conseguiram contornar as tensões do pós-guerra, construindo redes de assistência social, vêm o Estado de Bem Estar quebrado. Países tão diferentes como Espanha e Finlândia ou mesmo os pequenos “tigres” da Ásia enfrentam taxas de desemprego de quase 20%.

Nestes últimos países as inovações no trabalho, se fazem presentes de uma forma pontual, verificando-se a ampliação das desigualdades das formas de trabalho neles encontradas. Em contrapartida ao processo de flexibilização ocorrido nos países do capitalismo central, o mundo pobre tem-se subordinado a uma organização do trabalho norteada por princípios vigentes no modelo fordista, o que LIPIETZ (1998) classifica como “fordismo periférico”. CARVALHO; SCHMITZ (1990, p.152) apon-

tam inclusive algumas razões para este resgate do fordismo – particularmente no Brasil – 1) baixo custo de salários e de mão-de-obra no Brasil, que não estimulam a substituição extensiva por máquinas; 2) sindicatos sem força para interferir em assuntos relacionados à organização do trabalho; 3) alto custo da tecnologia de automação, devido às medidas protecionistas; 4) proteção tarifária; e, 5) as cíclicas crises econômicas.

Há nesses países, portanto, a retomada de formas de produção arcaicas, que negam o paradigma pós-industrial. Isso resgata a funcionalidade do sistema, atendendo inclusive, as vantagens da Divisão Internacional do Trabalho apontado por Adam Smith – 1) aumento da destreza individual; 2) economia de tempo e 3) grande número de máquinas que facilitam o trabalho, permitindo que um homem realize o trabalho de muitos. Ou seja, é a recriação do trabalho parcelado, que vai ao encontro do modelo de flexibilização, difundido pelo capitalismo central. São as contradições da globalização.

Além disso, o resgate de outro fator, apontado por BABBAGE – o barateamento de mão-de-obra – permite dizer que, em algumas destas regiões de capitalismo periférico, ocorre o retorno às relações existentes por ocasião da Revolução Industrial, na Inglaterra do século XIX, que via no fracionamento da mão-de-obra a forma mais fácil de barateá-la, processo que tem sido corrente nesses países.

A globalização, em um de seus pontos basilares - a competitividade -, tem sido apontada como o princípio da desestruturação da rede de proteção social ao trabalhador, que ora ocorre em diversas regiões do mundo, visto que os direitos vêm sendo responsabilizados como os grandes vilões que atravancam o livre desenvolvimento do mercado mundializado.

O grande perigo do processo globalizador reside no ataque constante que o grande capital tem feito às conquistas trabalhistas, conseguidas com muitas lutas ao longo da história. O desmonte das redes de proteção social faz parte dos princípios que vêm norteando as políticas de ajustamento dos Estados Nacionais, com vistas a superação das crises cíclicas que se abatem sobre eles.

A história mostrou que a relação capital-trabalho é dialética, construída por conflitos; há momentos de maior ou menor arrefecimento desse confronto. O que tem sido marcante, porém, é a fragilidade do trabalhador no processo de globalização, marcado pela flexibilização, ou seja, a ordem jurídica institucional que regulou o mundo do trabalho durante muito tempo é agora abalada em seus princípios mais elementares. Esse mundo novo de flexibilização, eficiência, eficácia e produtividade é pontual e segmentado.

Acredita-se assim que a globalização ainda está em curso, mas já se vislumbram alguns de seus efeitos danosos para os segmentos mais vulneráveis no embate capital-trabalho.

Os avanços ocorridos em virtude do processo de globalização não têm conseguido, todavia, minimizar os conflitos estruturais existentes na relação capital-trabalho; os processos regulatórios tornam-se cada vez mais tênues, deixando o conflito potencializar-se, em alguns momentos abalando até o funcionamento do sistema, pois todas as inovações continuam a ser dominadas e modeladas pela acumulação e pelo processo dialético de compra e venda da força de trabalho.

O atual esforço do Estado direciona-se no sentido de atender aos interesses das corporações transacionais; já a mesma importância não pode ser atribuída a relação das corporações com o ente estatal. Se antes o Estado detinha a hegemonia no controle e regulação do sistema capitalista, hoje não se pode fazer tal afirmação. As alianças estratégicas e outras operações do gênero rompem a própria esfera do poder e ação dessas empresas. As transnacionais orientam seus investimentos para regiões mais desenvolvidas e para setores de atividades mais inovadoras tecnologicamente. Controlando assim os aspectos mais decisivos da vida econômica, criando grande pólos rodeados por pequenos numa rede pluricentrada.

No interior de cada corporação têm-se difundido sistemas de gestão que estimulam o relacionamento horizontal entre pólos principais, ultrapassando as barreiras nacionais e até as hierarquias, tornando tênue a distinção entre matriz e filiais.

O relacionamento dessas corporações com as unidades econômicas locais mediante mecanismos diversos – multiplicidade de atuação em mercados financeiros, fornecedores locais, subcontratações, políticas de recursos humanos específicas – tem levado à possibilidade da inexistência dessas economias locais sem a presença da grande corporação. Isso significa dizer que as empresas transacionais se colocaram na posição de liderança das próprias economias nacionais.

Atualmente a configuração entre Estado e grandes corporações, opera sob a forma de grandes blocos macro-regionais de países, construídos sob égide de determinados grupos.

A radicação das empresas transnacionais nas sociedades nacionais e até locais, vêm dando lugar às denominadas por IANNI (1996, p. 86) “*burguesias internacionais*”, retirando-lhes definitivamente qualquer razão de ser a tese de “*burguesias nacionais*”, e, perante os capitalistas internacionalizados, os tra-

lhadores apresentam-se divididos por fronteiras nacionais e até fragmentadas por interesses corporativos e por estatutos de estabilidade de emprego.

Tem-se verificado que a globalização encontra-se em situação nebulosa: os Estados Nacionais perdem seu poder na mediação do conflito capital-trabalho, que passa a ser mediatizado por organismos supranacionais, os quais interferem diretamente na condução das políticas internas dos países, capitaneado pelas grandes corporações transacionais, que, agora, deslocam para si o papel de principais atores na história social contemporânea.

### **A inserção do Brasil no novo mundo do trabalho**

Em um rápido olhar no cenário brasileiro frente ao processo de globalização, pode-se observar que, embora o discurso pela modernização do mercado de trabalho seja corrente, o que se vê são formas arcaicas e desumanas de explorar a força de trabalho, com crianças trabalhando por um prato de comida nas carvoarias, pessoas escravizadas em fazendas, operários que se submetem a jornadas de trabalho extenuantes para receberem (quando recebem) o salário mínimo, um sistema previdenciário que já não consegue atender às demandas da sociedade. São alguns, dentre outros problemas que atingem não somente o Brasil; espraiam-se mundo afora e, se aqui tivéssemos a pretensão de descrevê-los e analisá-los, certamente muito longo seria este artigo.

O fim do ciclo dos governos militares em 1985 e a nova Constituição em 1998 não foram capazes de liquidar a ordem corporativa no Brasil. Com intensidade variável entre as regiões brasileiras, persiste uma das principais características da ordem ou “cidadania regulada”<sup>1</sup>, que é transferir para fora dos locais de trabalho o encaminhamento de conflitos industriais, dificultando a consolidação das práticas de gestão não-autoritária do trabalho e de modernização técnica nas empresas. Face a um amplo processo de transição, estamos vivendo a difícil emergência de uma “modernidade” laboral e empresarial.

A década de 90 foi “perdida” em relação ao mercado de trabalho. Caiu o número de empregos com carteira assinada, como também o salário dos trabalhadores. Uma pesquisa realizada pelo economista da Unicamp Márcio Pochmann, em 1998 apontou que, entre 1989 e 1997, o Brasil perdeu 2,5 milhões de empregos formais.

Os setores que normalmente exigem maior qualificação do trabalhador, garantem direitos trabalhistas e pagam melhores salários, estão entre os que mais fecharam postos de trabalho, conforme o quadro que segue.

**Quadro 1**  
**Os 10 setores que mais perderam postos no período 1989/1997**

SETOR	Número de postos fechados
Indústria de calçados	47.555
Mestres em manufatura	45.966
Carpinteiros	43.535
Cargos administrativos	42.839
Torneiros/fresadores/retificadores	37.448
Costureiros	34.109
Datilógrafos	27.630
Fiandeiros	22.629
Desenhistas Técnicos	21.281
Trabalhadores em fruticultura	19.302

Fonte: Márcio Pochmann, 1998.

A abertura econômica no início dos anos 90 e a inserção do Brasil na economia globalizada impuseram perdas ao longo da década. O mesmo estudo mostra em contrapartida a essa redução de 12,3% no número de empregos qualificados no país, um crescimento de 14,2% nas ocupações não-qualificadas.

Além da perda da qualidade das funções nos postos de trabalho no Brasil, a remuneração do trabalho brasileiro vem seguindo trajetória declinante. De 1980 a 1999, segundo o estudo de Pochmann, a participação nacional na renda mundial recuou de 3,49% para 2,83%. A renda *per capita* do brasileiro, que correspondia a 36,1% da renda *per capita* média dos países ricos em 1980, atualmente não passa de 26,8%. O emprego industrial que está em 11,8% do total das ocupações nacionais já foi, em 1980, de 19,2%.

A perda da qualidade passa pelos instrumentos que visam a flexibilização dos direitos trabalhistas. Os governos, inclusive do Brasil, têm anunciado rotineiramente medidas neste sentido, com a criação do “Banco de Horas”, o contrato temporário de trabalho, a redução de encargos trabalhistas, dentre outros.

É certo que já não é mais correto atribuir apenas a fatores econômicos convencionais a crise de desemprego no país. O severo ajuste fiscal adotado pelo governo possui um importante papel no aumento do quadro e outras matrizes juntaram-se às causas já conhecidas.

Como já afirmamos, as transformações econômicas, políticas, sociais e ideo-

lógicas no Brasil tiveram grande repercussão nas mudanças no mercado de trabalho, as quais adquiriram dimensão social, uma vez que os efeitos perversos são notórios nas recentes relações entre o capital/trabalho neste tempo de pós-modernidade, da transnacionalização do território e da economia.

As imagens que vêm se cristalizando sobre as mudanças no mercado de trabalho são reais, quando percebemos, nos dias atuais, o emprego como um mito e o empregado como verdade. Esse último, movido pela flexibilidade e curiosidade, procura adquirir, cada vez mais, conhecimentos diversificados, para poder desempenhar bem uma aptidão exigente do novo mercado.

Analizando, sucintamente, a realidade brasileira, a partir da década de 70, nos deparamos com imagens de crescimento no mercado de trabalho, com efeitos positivos: tivemos elevação nas taxas de emprego urbano (industrial e terciário); considerável participação do trabalho feminino de forma positiva; expansão de exportações; e a introdução de inovações tecnológicas. Já nas décadas de 80 e 90 nos emitem imagens diferentes: começa a surgir uma outra realidade, um movimento inquietante, gerado pela inserção das nações, na sua totalidade, no mercado internacional, em uma economia mundializada e a inexorável absorção do novo padrão de produtividade baseado na flexibilidade do trabalho. As consequências da inserção internacional se refletem no cotidiano do povo brasileiro. A questão do trabalho tornou-se uma preocupação social do país neste início de milênio: o mercado de trabalho distribui-se em metade de empregos formais e outra metade de empregos informais.

## **Considerações finais**

As mudanças observadas no mercado de trabalho são reflexos da nova revolução industrial e tecnológica, atingindo a economia mundial há mais de uma década. As revoluções industriais, que aconteceram anteriormente, se caracterizaram pela expansão da economia num quadro de crescimento da oferta de emprego, o que não vem ocorrendo com a revolução informática atual, que gera competição de mercados, internacionalização e expansão econômica com redução da oferta de trabalho. A indústria, o maior setor de geração de empregos, reduz sua participação nos dias atuais, em detrimento do setor terciário, que ocupa consideravelmente o mercado de trabalho.

São alterações infra-estruturais ainda não estudadas com rigor científico. E quais são as alterações? As respostas se encontram no processo de mudanças que, em avanço velocíssimo no mundo, se irradiou ao Brasil desde o início da década de 90.

A primeira consequência é visível na desmobilização do Estado como agente de produção de bens e serviços. Tornou-se necessário combinar políticas públicas que preservem as áreas modernas e competitivas com o esforço em incorporar setores atrasados.

Não se pode relegar ao mercado a tarefa de definir políticas públicas (industriais, agrícolas e de serviços) de competição e competitividade, a partir das quais se poderá viabilizar uma inserção soberana e democrática de nosso país na ordem internacional. Existem também ações que se situam, simultaneamente, nos âmbitos estrutural e conjuntural. A política clássica nesse campo é aquela voltada para a qualificação e a requalificação profissional. Seu aspecto conjuntural reside no fato de propiciar aos desempregados auxílio adicional ao longo do período em que estão às voltas com a tarefa de encontrar nova ocupação. Uma política, ao contrário do seguro-desemprego, não passiva nem esgotada no curto prazo. Seus efeitos são duradouros, pois ela fornece aos trabalhadores condições de aprimorar e diversificar sua própria capacidade de trabalho.

As ações a serem empreendidas para enfrentar o desemprego devem ser de natureza múltipla. E, embora um papel fundamental nessas ações caiba à própria sociedade, especialmente às entidades representativas dos trabalhadores e dos empregadores, a ninguém escapa que compete ao Estado o papel decisivo. Dessa definições depende não só a construção de uma sociedade mais justa, mas também, entre outras, a nossa capacidade de refletir se, é esse o mundo do trabalho do século XXI? Ou melhor, é essa a sociedade globalizada que queremos ou de que necessitamos?

## Notas

<sup>1</sup> A expressão “cidadania regulada” aplica-se ao arranjo político das relações entre Estado, empresariado e trabalhadores, que viabilizou o salto desenvolvimentista entre as décadas de 50 e 70, entrando em declínio aberto nos anos 80. sob tal “ordem” político-institucional, tornar-se assalariado equivalia à aquisição de deveres, no sentido de contribuir obrigatoriamente para a manutenção do sistema sindical, previdenciário e de benefícios à aposentadoria, sob a custódia do Estado. Acerca da cidadania regulada, ver SANTOS, Wanderley D. dos. *Brasil Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

## Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia & MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1994.
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- CARVALHO, Ruy de Quadros & SCHMITZ, Hubert. *O Fordismo está vivo no Brasil*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.27, p.148-156, jul. 1990.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- IANNI, Octavio. *A era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.  
\_\_\_\_\_. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- KALECKI, Michal. *Economias em Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1987.
- MOTOYAMA, Shozo. *Tecnologia e Industrialização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- NASCIMENTO NETO, Antenor. *A roda global*. Veja, v.29, n. 14, p.80-89, 1996.
- NEDER, Ricardo Toledo. *Novas Tecnologias e ação sindical em São Paulo: notas de pesquisa*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 29, n. 1, p.23-33, jan/mar. 1989.
- PATERSON, J.H. *Terra, Trabalho e Recursos: Uma introdução à Geografia Econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PENA, Maria Valéria Junho. *A introdução de ideologias gerenciais no Brasil*. Revistas de Administração de Empresas. São Paulo, v. 25, n. 3, p.23-30, jun/set. 1985.
- RIZEK, Cibele Saliba. *Trabalho e inovação tecnológica: os trabalhadores petroquímicos paulistas nos anos 80*. In: LEITE, Márcia de & SILVA, R. A. (org.) *Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência*. São Paulo: Ique, 1991.
- SPOSITO, Maria Encanação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Políticas de industrialização produtiva*. Cadernos ADUFPI, Teresina, set. 1995.
- WOOD JR. Thomas. *Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 32, n. 4, p.6-12, set/out. 1992.

## Resumo

O presente artigo objetiva discutir o paradoxo existente no mundo entre capital e trabalho do final século XX. Contradições que envolvem a automação/robotiza-

ção, o avanço das tecnologias industriais e dos modelos de gestão, em um processo de fortalecimento das grandes corporações e enfraquecimento dos Estados nacionais, que em nome da modernidade preconizam o desmonte das redes de proteção – legais e institucionais – ao trabalhador. Um quadro social e político que se desenha, reproduzindo o vigoroso discurso da globalização.

Palavras-chave: trabalho, capital, tecnologia industrial

### **Abstract**

This article discuss the paradox between labor and capital, at the end of the 20<sup>th</sup>. Century. Those contradictionsinvlue the automation; the advance of the industrial technologies; and management models. It supposes that there is a process of invigoration of the great corporation and weakness of the National States, that na behalf of modernity, itclaims for the end of the workers protections tools – legal or institucional ones. It shows a social and political design that reproduces the globalization model.

Key words: labor, capital, industrial technology

### **Resumen**

Este artículo se propone discutir la paradoja que hay en el mundo entre el capital y el trabajo a fines del siglo XX. Contradicciones que involucran la robotización, el avance de las tecnologías industriales y de los modelos de gestión, en un proceso de fortalecimiento de las grandes corporaciones y debilitamiento de los Estados nacionales, que en el marco de la modernidad preconizan el desmoronamiento de las redes de protección – legales e institucionales – al trabajador. Un cuadro social y político que se esboza logrando reproducir el vigoroso discurso acerca de la globalización.

Palabras clave: trabajo, capital, tecnología industrial

**Raquel Lara de Queiroz**

*Mestra em Gestão da Administração Pública, Università degli Studi di Torino - Scuola di Amministrazione Aziendale - em convênio com a Universidade Latino-Americana e do Caribe. Professora da UPIS.*

## ***Alternativas para uma agenda ambiental marrom: Estudo de caso específico de Águas Lindas***

### **Introdução**

Há bastante tempo, o Brasil chama a atenção internacional para a necessidade de preservação dos seus principais ecossistemas, em especial a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica. Ou seja, os problemas ambientais “verdes” do país têm sido alvo das discussões nacionais e internacionais sobre meio ambiente, pelo menos nas últimas duas décadas. Esse fato redundou em iniciativas do Governo Federal e de entidades internacionais, em busca de minimizar os problemas ambientais “verdes” brasileiros.

Não obstante, o país começa a tomar consciência também da existência de inúmeros problemas ambientais urbanos. Trata-se de um país altamente urbanizado, como consequência dos processos de industrialização e do êxodo rural, com forte concentração demográfica e ausência de infra-estrutura nos grandes centros urbanos. Por esses motivos e sem diminuir a importância dos problemas de gestão e conservação dos recursos naturais, surgiu a necessidade do estabelecimento de uma agenda ambiental para as cidades, uma *agenda marrom*, em contraposição à *agenda verde* que trata dos ecossistemas nacionais. A Agenda Ambiental Marrom, como assim a denomina o Banco Mundial (1998), é um instrumento que visa discutir e intervir nos problemas ambientais urbanos do Brasil, considerando, sobretudo, que 78,4% (IBGE, 1997a) da população brasileira vive hoje em zonas urbanas, cuja sustentabilidade vem sendo freqüentemente questionada. Segundo análise do IBGE (1997a), a taxa de urbanização brasileira em 1960 era de 45%; tendo crescido quase 100% no período de 1960 a 1997, a urbanização no Brasil equívale, atualmente, à de países desenvolvidos, tais como Japão, Alemanha, França e Canadá.

A problemática que norteia este artigo se insere na discussão sobre a necessidade e possibilidade de implantação de uma Agenda Ambiental Marrom em um município de médio porte, localizado no Entorno do Distrito Federal, denominado Águas Lindas, em Goiás. Este artigo é parte constituinte da dissertação de mestrado apresentada à Università degli Studi di Torino, Scuola di Amministrazione Aziendale, em convênio com Universidade Latino-Americana e do Caribe, e objetiva conceituar e contextualizar a Agenda Ambiental Marrom, bem como apresentar a cidade de Águas Lindas, caracterizando-a nos seus aspectos socioeconômicos e infra-estruturais mais importantes, visando a estabelecer parâmetros políticos e sociais para a implantação de uma Agenda Ambiental Marrom naquela localidade.

Dados sobre o perfil socioeconômico da população foram coletados a partir de fontes secundárias, sobretudo a Codeplan, e de trabalho de campo desenvolvido na cidade, pelo qual foram aplicados 290 questionários, distribuídos em todos os bairros do município de Águas Lindas, o que redundou em uma amostra de 5% do total de domicílios existentes no local. A pesquisa foi realizada entre a segunda quinzena de setembro e a primeira quinzena de outubro de 1998.

## **O município de Águas Lindas**

Águas Lindas caracteriza-se, entre outros aspectos, pela ausência de planejamento urbano. Trata-se de cidade que surgiu desordenadamente, pelas mãos do mercado imobiliário do Distrito Federal, e que acumula problemas de migração desordenada, falta de saneamento básico, desemprego, baixa escolaridade da população, poluição dos mananciais hídricos locais e do Distrito Federal, a exemplo da barragem do Descoberto. Hoje município independente, era conhecida anteriormente como Parque da Barragem e pertencia ao município de Santo Antônio do Descoberto. Compõe a chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (cf. Figura RIDE).

RIDE

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno



Há 15 anos existiam em Águas Lindas apenas cerrado e algumas fazendas e chácaras. Devido à sua proximidade com Brasília, lá foram se instalando famílias, não apenas de Brazlândia, Cocalzinho, Pirenópolis, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, mas também do Distrito Federal e, posteriormente, de diversos estados brasileiros.

Com a chegada de grandes empresários, donos de lotes, a migração foi se intensificando aos poucos, haja vista a transformação dos grandes lotes originais em *loteamentos urbanos*, a preços inferiores aos praticados no Distrito Federal.

Atualmente conta com área de 191,9 km<sup>2</sup> e população de mais de 80 mil habitantes; limita-se com o Distrito Federal, Corumbá de Goiás, Cocalzinho, Padre Bernardo e Santo Antônio do Descoberto. Dista 53 km da rodoviária do Plano Piloto, 60 km do Aeroporto Internacional de Brasília, 50 km da Rodoferroviária, 60 km do campus

universitário da UnB, 55 km do Congresso Nacional e 230 km de Goiânia, segundo dados da Secretaria de Educação, Cultura, Desportos e Lazer do município.

Em 1995, a partir do novo ordenamento territorial urbano do Entorno, Águas Lindas emancipou-se de Santo Antônio do Descoberto, por intermédio da Lei nº 12.797, de 27 de dezembro de 1995. Nesse aspecto, ganhou autonomia político-administrativa, garantindo a agilização da solução dos problemas municipais, haja vista, entre outras coisas, a mobilização dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que constitui importante fonte de renda municipal e favorece, teoricamente, a solução dos seus problemas infra-estruturais.

Se, por um lado, a cidade experimenta a sensação de ter, pela segunda vez, a Câmara Legislativa e o poder executivo em funcionamento, por outro vive os graves problemas da maioria das cidades do Entorno:

- faltam recursos orçamentários;
- falta infra-estrutura urbana (esgoto, água potável, calçamento, coleta e tratamento do lixo, iluminação pública);
- falta segurança (há uma média de 1 policial para cada 2.100 pessoas);
- faltam escolas (em 1996 havia uma demanda reprimida de 3.000 vagas nas escolas da cidade);
- faltam empregos (cerca de 70% da PEA local trabalha no Distrito Federal);
- falta renda (a média mensal da renda dos chefes de família varia entre 1 e 3 salários mínimos). (BARROS E SILVA, 1998).

Paralelamente aos problemas socioeconômicos e ambientais, Águas Lindas ocupa a desconfortável posição de ser uma cidade economicamente dependente do Distrito Federal, formando, juntamente com os municípios do Entorno, um *cinturão de pobreza* em torno do quadrilátero do Distrito Federal.

Águas Lindas ainda tem a peculiaridade de localizar-se próximo à barragem do Descoberto, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto, no Distrito Federal. Essa barragem é responsável pelo abastecimento de 60% da população do Distrito Federal e representa, atualmente, um dos principais problemas de gestão de água para órgãos como CAESB e Sematec. A agricultura praticada por proprietários de lotes às margens da barragem e a ocupação urbana não planejada, tanto no Distrito Federal quanto no Entorno, são os principais causadores do comprometimento dos recursos hídricos da bacia hidrográfica na qual se encontra a barragem do Descoberto.

Parafraseando CARVALHO (1998), a bacia do rio Descoberto e sua represa sofrem impactos da ação antrópica, seja decorrente do manejo agrícola e florestal

inadequado, praticado por chacareiros que ocupam as margens da barragem; seja pela especulação imobiliária que margeia a APA, na qual está inserida Águas Lindas.

Além disso, a precariedade da infra-estrutura do município, no tocante a esgoto sanitário, tem contribuído para a deterioração do sistema de abastecimento de água do Distrito Federal.

As principais características socioeconômicas e infra-estruturais da população local são descritas a seguir. Em função do baixo nível educacional que lhe é imposto pelo processo de exclusão social brasileiro, não consegue adequar-se às exigências do mercado de trabalho, fato este que lhe rende baixa remuneração e subemprego.

Dados preliminares da CODEPLAN (1999) informam que o município possui 20 estabelecimentos de ensino, estando matriculados 584 alunos na pré-escola, 56 na alfabetização, 15.286 no ensino fundamental e 420 no ensino médio.

No aspecto da energia elétrica, por categoria, percebe-se que 96,3% do consumo são residenciais, ao passo que 2,4% são comerciais e apenas 0,4% industrial.

A maioria dos moradores de Águas Lindas é oriunda de outros estados da federação, especialmente do Distrito Federal, que representa 26% do total. Apenas 10,5% dos entrevistados são do estado de Goiás. Piauí, Maranhão, Bahia e Minas Gerais também colaboraram com percentual considerável de moradores, totalizando, juntos, 42,5% da população. Estados como Tocantins e Sergipe têm pouca expressão em sua composição, chegando apenas a 0,8% do total, cada.

É importante ressaltar que a última procedência dos chefes de família é prioritariamente o Distrito Federal (55,5%), o que corrobora a tese defendida pela Codeplan (1997), de que o Distrito Federal tem sido, nos últimos 10 anos, corredor de passagem para o Entorno. Essa população, apesar de não fazer parte das estatísticas oficiais do Distrito Federal, é usuária potencial dos seus serviços públicos e do seu mercado de trabalho. Exemplar neste sentido é o Hospital Regional do Gama, que recebe doentes de todo o Entorno sul, chegando essa população a representar mais da metade dos atendimentos diários naquele hospital. Apesar de Águas Lindas ser município de Goiás, apenas 9,2% dos chefes de família residentes na cidade são de origem goiana.

Percebe-se que o principal motivo do deslocamento dessas famílias para essa cidade representa o desejo de melhorar a vida, especialmente a financeira, com 47% dos entrevistados apontando este motivo.

A grande maioria das famílias (80%) reside no local há, pelo menos, de 1 a 5 anos. Esse período coincide com o crescimento demográfico da cidade, que se verifica a partir de 1994 e 1995, quando parecem esgotadas as possibilidades de

moradia no Distrito Federal, uma vez que o mercado imobiliário dinamiza o preço dos imóveis e, consequentemente, dos aluguéis. Aquelas famílias que receberam lotes no DF, e os comercializaram posteriormente, viram na transação comercial uma oportunidade de lucrar em patamares jamais conseguidos. O dinheiro conseguido na comercialização dos lotes no DF viabilizou a aquisição de lotes no Entorno, a exemplo de Águas Lindas.

O tamanho médio predominante das famílias varia de 5 a 8 membros, sendo que a média nacional que é de 4,6 membros por família (IBGE, 1997). Explica-se: famílias de origem nordestina, ainda hoje, tendem a ser numerosas. No entanto, é relevante o percentual de famílias com até 4 membros (29,3%), fato que corrobora a tendência nacional de diminuição das taxas de natalidade da mulher brasileira.

O nível de renda das famílias de Águas Lindas é relativamente baixo, considerando que 13,8% ganham até 1 salário-mínimo e 38% ganham de 1 a 3 salários-mínimos. Esse dado reflete a situação de dificuldade econômica dessas famílias, que não conseguem remuneração digna (em função, basicamente, da baixa qualificação) e, consequentemente, não conseguem realizar funções básicas da vida social, tais como educação dos filhos, lazer, alimentação adequada e saúde preventiva. Segundo alguns informantes, o salário médio recebido por uma empregada doméstica em Águas Lindas é de R\$ 75,00.

A maior parte dos domicílios possui de 71 a 140 m<sup>2</sup>, que representam, juntos, 60% do total. É interessante notar que, para uma região marcada por baixos salários, o tamanho médio dos domicílios é bastante alto. Do ponto de vista socioeconômico, esse padrão construtivo, refletido em m<sup>2</sup>, pode ser explicado pela atual facilidade na aquisição do material de construção em compras a prazo, pelo grande número de casas de material de construção existentes na cidade e em localidades vizinhas, como a própria Ceilândia e, por fim, pela existência de mutirões, forma de cooperação comum na construção de moradias em áreas de baixa renda.

Predominam lotes grandes, cujos tamanhos excedem 400 m<sup>2</sup>, fator que explica o fato de a maioria dos domicílios possuírem mais de 6 cômodos e corrobora o tamanho médio desses domicílios.

Predominam os lotes com apenas uma família (61,2%), embora o percentual de lotes com duas famílias esteja próximo de ¼ do total (24,7%). Os lotes com mais de uma família são aqueles ocupados por parentes, na sua maioria, como demonstra o quadro abaixo.

A estrutura de parentesco foi importante fator de consolidação de um lugar. Segundo WOORTMANN (1995), tradicionalmente o homem de origem rural (não necessariamente o produtor, mas aquele que tem passado rural) tem no parentesco

uma das suas mais importantes instituições sociais, de perpetuação, inclusive, das relações humanas. Nessas circunstâncias, quando um filho se casa, recebe do pai um *pedaço de chão*, onde irá construir sua casa, em separado<sup>1</sup>. Isso explica, em grande parte, o fato de essas famílias adicionais nos lotes serem parentes. Além disso, é bastante comum também pessoas radicadas no Distrito Federal chamarem seus parentes longínquos, para virem “tentar a vida”, concedendo-lhes um pedaço do terreno. Essa, aliás, é uma tendência da região, isto é, os lotes com mais de uma família devem crescer.

Há predomínio do ônibus como principal transporte da população pesquisada (54,7%). A qualidade do transporte coletivo na região é bastante ruim, sendo freqüentes reclamações dos moradores acerca de atrasos de ônibus, má conservação dos veículos e despreparo emocional dos motoristas para lidar com o público em geral. É interessante notar a importância que tem a bicicleta como meio de transporte dos moradores: 22,7% usam-na. O carro particular é uma realidade para apenas 18,9% deles.

O poço é a principal fonte de abastecimento de água dos domicílios pesquisados (75,4%). Salienta-se que a maioria deles são cavados à deriva, sem qualquer estudo preliminar de profundidade, localização ou contaminação hídrica, o que pode comprometer a qualidade da água consumida por essas famílias.

O filtro é uma realidade nos domicílios e representa 63,9% das opções de tratamento da água consumida pelos moradores. É caso de saúde pública, porém, o percentual de famílias que consomem água sem qualquer tratamento: 28,2% admitem não fazer tratamento algum ou simplesmente coar a água (isso significa, apenas, eliminar corpos físicos, como folhas). Essas famílias estão sujeitas a doenças de veiculação hídrica como verminoses, esquistossomose e a própria hepatite.

A fossa séptica e a fossa seca são os sistemas usados por 90,8% dos entrevistados. Salienta-se a falta de estações de tratamento que possam receber e tratar tais dejetos. Cumpre lembrar que Águas Lindas está localizada, em parte, na bacia hidrográfica do rio Descoberto e, portanto, na sua área de drenagem, o que legitima a preocupação da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal com essa ocupação humana crescente nas proximidades da barragem do Descoberto (principal fonte de abastecimento de água do DF).

A rede de drenagem pluvial e o calçamento também não são realidade ainda em Águas Lindas. É comum ver água escorrendo a céu aberto pelas várias ruas do município, cuja origem pode ser de chuva ou esgoto.

Segundo os moradores, 35,9% do lixo produzido no domicílio é queimado, outros 14,5% são jogados no mato, a céu aberto, e 30,8% levados por carroceiros

autônomos em carroças de recolhimento de lixo. Alguns moradores foram capazes de responder que os locais mais usuais para se jogar lixo são a “morrada da serra”, a “fazenda”, a Av. *Camping Club*, Águas Lindas II e o Jardim Brasília. A pergunta é: como estará o lixo urbano de Águas Lindas daqui a cinco anos, com o atual nível de crescimento da cidade? A comunidade desconhece os veículos determinantes de contaminação e as mínimas medidas profiláticas de roedores e insetos.

A falta de iluminação pública, de unidades de saúde e de educação, de rede de esgoto e o desemprego são apontados como os principais problemas da cidade: juntos eles perfazem 41% do total. A violência é outro problema bastante citado pelos moradores, haja vista o número de homicídios ocorridos na região periférica do Distrito Federal estar aumentando anualmente. Embora não apareçam nas estatísticas, outros problemas também são lembrados pelos moradores pesquisados, como a falta de creches, abrigos de ônibus, lazer e telefone público.

Outras informações caracterizam a população amostral de Águas Lindas. Apesar de haver várias associações comunitárias atuando na região, apenas 25% da população pertencem a algum tipo de associação, as quais foram citadas na pesquisa:

- Associação dos Moradores do Entorno da Barragem (ASSMEB)
- Associação dos Moradores de Águas Lindas de Goiás (ASMOAL)
- Associação de Crianças e Adolescentes;
- União e Luta;
- Associação dos Moradores do Jardim Alterosa;
- Associação dos Moradores do Jardim Laranjeira.

Esse dado permite afirmar que os aparelhos comunitários já existem, mas, para efeito de uma plena organização civil, falta-lhes organização e direcionamento político.

Algumas doenças ocorrem com mais freqüência entre os entrevistados. São elas: hepatite, sarampo, cachumba, catapora, gripe, amigdalite, pneumonia, cardiopatias, úlcera, bronquite e diabetes. Ademais, são constantes as reclamações dos moradores acerca do quadro de saúde particular e das suas respectivas famílias, especialmente em relação a doenças de veiculação hídrica, como verminoses.

É interessante ressaltar que esse quadro traduz desejos, preocupações, reivindicações, expectativas políticas, sobretudo, que foram corroborados em reuniões e entrevistas com membros de associações locais. A demanda por uma adequada estrutura econômica, social e política em Águas Lindas, refletida nessas expectativas citadas, tem representatividade nas associações comunitárias locais,

sendo essas canal de organização social ainda pouco eficaz e estruturado. As associações civis de Águas Lindas, apesar de representarem a comunidade nos seus desejos de melhoria da qualidade de vida, representam também um desafio à possibilidade de parceria entre a administração pública e a sociedade civil: faltalhes preparamo técnico, gestão, decisão e força. Trataremos dessa questão mais adiante, na discussão sobre as possibilidades de implantação de uma Agenda Ambiental Marrom no município.

### A Agenda Ambiental Marrom

Na prática, as áreas periféricas tornaram-se alternativas de habitação para a população de baixa renda, impondo desafios ao planejamento público. O município de Águas Lindas está longe de solucionar seus problemas, em parte pela inexistência de organização civil capaz de direcionar e propor soluções conjuntas e criativas para o município, em parte pelos problemas políticos que enfrentam os municípios do Entorno, como zona de fronteira interestadual.

Além disso, a cidade de Águas Lindas constitui um ecossistema complexo. É considerada uma “cidade dormitório”, devido à falta de empregos na região e à pobreza da população. A baixa qualidade de vida leva a uma grande incidência da violência, provocada pelo desemprego e evidenciando, freqüentemente, conflitos domésticos, por vezes fatais.

A dimensão dos problemas urbanos e a própria urbanização acelerada, ao longo dos últimos anos, trouxe a irregularidade e a precariedade dos assentamentos populares. Verifica-se assim a necessidade de expansão da infra-estrutura e dos serviços urbanos, principalmente o acesso a transporte, haja vista a vocação de serviços prestados à população de Brasília, pela população do Entorno.

A cidade constitui um ecossistema complexo, que não pode ser entendido nem gerido por divisão de áreas isoladas, sem uma dinâmica que leve em conta a interdependência entre as partes e o todo. Os maiores erros na gestão urbana acontecem a partir de projetos elaborados por especialistas, que não contemplam a relação da sua parte com as outras e a dinâmica do conjunto.

Há uma infinidade de municípios sem nenhuma estrutura de gestão ambiental local e vários em que a administração municipal não é parte da solução, mas o foco do problema, por suas omissões, ações predatórias ou compromissos com agressores. O comum é existir uma instância intermediária entre o municipal e o estadual, sobretudo na gestão das águas, da poluição atmosférica e do lixo. O sucesso da gestão ambiental não depende apenas da criação e do bom funciona-

mento de um órgão ambiental local, mas também de comportamentos e ações que envolvam o conjunto da administração municipal. Um ambiente saudável, despoluído, aliado a melhor qualidade de vida em uma cidade ou localidade são grandes vantagens comparativas, que estimulam o desenvolvimento.

Nesse sentido, a **Agenda 21** procura fazer a ponte entre o global e o local, prevendo a elaboração de Agendas 21 regionais e locais, seguindo os mesmos princípios; propõe o fortalecimento do poder local e seu profundo embasamento nas questões a ele pertinentes, por meio de parcerias entre organismos governamentais e autoridades locais, ONGs e a sociedade civil. A campanha da Agenda 21 local tem como objetivo criar planos locais de ação que promovam, por meio de políticas públicas e do envolvimento comunitário, o desenvolvimento sustentável. As discussões sobre agendas locais abriram margem para o que o Banco Mundial designou Agenda Ambiental Marrom, de caráter exclusivamente urbano.

A Agenda Ambiental Marrom deve ser um projeto institucional acordado pela comunidade, que envolva ONGs, órgãos públicos, órgãos ambientais, secretarias, associações de bairro, associações comunitárias.

A idéia de uma Agenda Ambiental Marrom pressupõe a possibilidade de intervenção nos problemas ambientais urbanos, a partir de ações locais, sejam essas em nível estadual ou municipal. Prevê a gestão dos problemas de poluição urbana, sob a perspectiva das questões sociais e econômicas que envolvem tais problemas, e depende, majoritariamente, do desafio da participação: a parceria entre a administração pública e a sociedade civil. O compromisso da administração pública e da sociedade civil é imprescindível para o sucesso de uma Agenda Ambiental Marrom local. Além disso, é importante que todos conheçam os princípios do desenvolvimento sustentável e tentem incorporá-los à prática.

Segundo SIRKIS (1999), não existe uma lista de tarefas, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens, que podem ser escolhidas pelas autoridades locais e seus parceiros, de acordo com as circunstâncias. A comunidade aprende sobre suas deficiências e identifica inovações, forças e recursos próprios que a levarão à sustentabilidade.

No caso específico de Águas Lindas, a comunidade já identifica seus principais problemas, explicitando-os como expectativas em relação à atuação dos poderes públicos, empresários e instituições comunitárias locais.

O conceito de trabalhar com a comunidade ou efetuar uma gestão participativa pode, eventualmente, ser esvaziado em seu conteúdo e teorias e tornar-se apenas uma encenação política de características clientelistas.

Muitos gestores acreditam que a participação de entidades externas à co-

munidade, na discussão dos problemas, é mera concessão de natureza política de seus superiores, apenas para fingir uma participação popular. Dentro desse esquema mental, os moradores temem opinar sobre lixo, esgoto, drenagem ou transportes, porque não dominam tecnicamente tais assuntos.

Há que se considerar também que as tentativas de criação desses mecanismos de participação popular podem ser frustradas pela incapacidade de articulação de seus vários atores sociais em conflito. Contudo, a idéia é que a comunidade aprenda sobre suas deficiências e identifique inovações, recursos próprios, fazendo escolhas que a levarão a se tornar sustentável. O governo local deve identificar o impacto das suas ações e decidir quais são seus valores, comprometendo-se a implementar políticas com metas mensuráveis.

GIRARDET (1989) chama atenção para a necessidade de analisar a capacidade de suporte e o metabolismo da cidade, ou seja, o balanço energético entre o que ela produz e o que consome. Alerta para a necessidade de planejamento de cidades e de desenvolvimento de consciência ambiental dos gestores e cidadãos. Cabe estendermos esse conceito à cidade de Águas Lindas, que apresenta, desde seu estágio embrionário, características biocidas ou doentes, sendo necessárias medidas político-educacionais para que um dia se torne ecologicamente sustentável.

É necessário que o trabalho, o emprego do cidadão urbano seja acessível e assegurado, para que haja desenvolvimento urbano contínuo. Isso decorre do fato de que as tarefas administrativas da Prefeitura precisam ser claras, ou seja, Gestor Local comprometido com as tarefas políticas eficientes, transparentes, participativas, honestas, progressistas, criativas e democráticas.

Para tanto, as Agenda Locais tornam-se um instrumento participativo, multisectorial, para alcançar os objetivos da Agenda 21 no nível local, por meio da preparação e implementação de um plano de ação estratégica, de longo prazo, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local. É necessário que estejam todos dispostos a colaborar, a construir uma sociedade civil de cidadãos que ajudam a decidir seus próprios destinos.

O conceito de inteligência coletiva partilhada pode ser uma das alternativas para o município de Águas Lindas. Inteligência coletiva é a prática de trocar experiências com outras pessoas e organizações, em busca de soluções, de como fazer acontecer. Envolve responsabilidades pelas consequências do conhecimento e da ação, inclusive pelos acertos e erros (MUSA, 1995).

O reconhecimento da sociedade civil como protagonista e participante do processo democrático avança na criação de parcerias para implantação de obras e serviços e seus mecanismos de implantação.

As pessoas interagem e levam avante o processo de mudança e de amadurecimento social, pelo diálogo permanente, participativo, contribuindo para a formação de uma nova cultura. Existe preocupação com a valorização da consciência das pessoas, explorando o conceito social de parceria, aliada à visão de futuro e a soluções criativas.

Diante da situação municipal e da ameaça ambiental que Águas Lindas representa, propõe-se a implantação de série de passos ordenados, no sentido da implementação de uma Agenda Ambiental Marrom para aquele município.

Não há fórmula pré-determinada. A iniciativa pode partir tanto da comunidade quanto das autoridades locais, prefeitura e câmara de vereadores. Seja qual for o caminho inicial, o envolvimento desses setores, ao longo do processo, é fundamental.

Para que a Agenda Ambiental Marrom se transforme em importante instrumento de mobilização social é preciso, em um primeiro momento, *promover a difusão de seus conceitos e pressupostos junto às comunidades, associações de moradores de bairro, escolas e empresas*. Essa iniciativa pode ser desempenhada por um pequeno grupo de trabalho, cujo esforço representaria grande avanço, facilitando o aprendizado da população no tocante à construção da Agenda Ambiental Marrom para o município e aprimorando a capacidade de participação nos processos decisórios e de gestão. Além disso, esse grupo pode estabelecer metodologia de trabalho, reunir informações sobre algumas das questões básicas para o município e examinar as possibilidades de financiamento para a implementação da Agenda.

Uma vez concluída a missão do grupo de trabalho, recomenda-se a criação, pela prefeitura ou pela câmara de vereadores, de um *fórum* ou *conselho*, para elaborar, acompanhar e avaliar programa de desenvolvimento sustentável integrado para o município. Considerando que a parceria é a base para o êxito do processo de elaboração e implementação da Agenda, o fórum ou conselho deve ser composto por representantes de todos os segmentos sociais competentes, da comunidade.

Esse é um processo em que a sociedade vai realizando, passo a passo, suas metas, sendo pois um planejamento desenvolvido a longo prazo, com várias etapas; sua elaboração e implementação passam por revisões, constituindo, assim, um processo participativo e contínuo.

Um programa de mudanças em direção à sustentabilidade deve se basear na avaliação das atividades e dos sistemas existentes. É claro que as transformações não ocorrem repentinamente. Mas é necessário o compromisso com a mudança, assim como o desenvolvimento de políticas que possibilitem a realização de objetivos em longo prazo.

O governo de Águas Lindas deve exercer a coordenação política, apoiar tecnicamente e facilitar as parcerias com o setor privado, com ONGs e associações locais, visando a ações prioritárias definidas na Agenda Ambiental Marrom. O Estado deve orientar e apoiar o município no encaminhamento de propostas e projetos às agências financiadoras nacionais e internacionais; e, ainda, estimular os grupos de trabalho das Agendas Locais a terem articulação intermunicipal.

O objetivo dessa Agenda é a conscientização da população para as questões de poluição urbana na cidade de Águas Lindas. A Agenda Ambiental Marrom permitirá que a população, com as parcerias, chegue à maturação do processo, até que haja um ponto de mutação e ela mesma crie seus próprios mecanismos de prioridades, apresentando soluções conjuntas após longos períodos discursivos.

O desafio será a conscientização da população, com ampla divulgação por meio da mídia, jornais, panfletos. A participação dos atores sociais e comunidade deverá ser consonante, ou seja, como população conscientizada e comprometida, interessada em conduzir Águas Lindas ao caminho do desenvolvimento. Far-se-á necessária a criação de fórum de discussão. Após a diagnose, o próximo passo será o amadurecimento de resoluções para o quadro caótico de necessidades, as quais evoluirão para determinações de grupos coesos e preocupados com a melhoria do lugar, lançando mão de recursos comunitários.

Por intermédio da Câmara de Vereadores, haverá mobilização em busca de recursos orçamentários, de parcerias com empresários locais, de soluções comprometidas com abertura do diálogo franco entre município e sociedade civil, visando ao desenvolvimento sustentável. Por meio do governo estadual e das ONGs haverá mobilização por recursos internacionais, se assim contemplar o projeto.

Com a ajuda de parcerias, o município tem condições de prestar bons serviços nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, ação social e infra-estrutura, impulsionando o crescimento da economia e do bem-estar social.

A Agenda Ambiental Marrom deve ser tratada de forma apartidária, envolvendo todos os segmentos da população. Cada cidadão deve se sentir membro responsável pelas etapas desse processo transformador de Águas Lindas em uma cidade saudável. Portanto, reunião de forças de interessados no desenvolvimento sustentável da cidade, independentemente de suas convicções político-partidárias, combina com a participação da sociedade nas decisões governamentais, projetando um futuro de esperança na busca de liberdade política e na prática da cidadania.

As ações necessárias para assegurar a realização de uma Agenda Local devem considerar, inclusive, o Plano Diretor Local, instrumento de planejamento

urbano previsto constitucionalmente, ou mesmo servir de suporte para a realização do mesmo.

É importante a noção do **pacto de cooperação** como sinônimo de uma Agenda Ambiental Marrom. Em uma visão sistêmica, o pacto de cooperação de Águas Lindas deverá desenvolver, estrategicamente, as seguintes linhas básicas:

- **Compreensão do papel da água** ⇒ Águas Lindas tem no abastecimento de água o seu maior problema que afeta todos os outros aspectos da vida do município. Necessário se faz que o poder municipal financie ou, conjuntamente com a sociedade, negocie a instalação de rede de água tratada, proporcionando melhores condições de saúde à população (*Correio Brasiliense*, 24 de setembro de 1999; *Jornal de Brasília*, 26 de outubro de 1999 e *Jornal de Brasília*, 30 de outubro de 1999).
- **Esgoto** ⇒ a instalação de rede de esgoto condominial é barata e eficiente. Exemplo disso é a cidade do Paranoá, estudada por Barros (1997), na qual foi realizado um processo de sensibilização da população. Em nível avançado, a participação comunitária foi direcionada em regime de mutirão, instruída por técnicos competentes e com poder de decidir sobre o local e o tipo de ligação desejado. Um empreendimento dessa envergadura funciona como um elemento catalisador e aglutinador dos moradores das quadras. Este fator proporciona a realização de um projeto de custo ínfimo, com saldo positivo em solidariedade. Esta medida diminui o problema do esgoto a céu aberto, da contaminação do solo por dejetos e da proliferação de insetos, roedores e verminoses (*Jornal de Brasília*, 29 de outubro de 1999). A coleta completa dos resíduos sólidos na área urbana, com destinação adequada, evita que o lixo e o entulho não transportados sejam causadores da poluição da água, obstruam córregos e sejam vetores de doenças.
- **Lixo** ⇒ este segmento é um componente que merece tratamento especial, haja vista que a degradação ambiental tem nele um condicionante para poluições multifacetadas. A coleta especializada de lixo, além de importante para a saúde da população, poderá ser uma atividade econômica rentável e geradora de empregos.
- **Educação** ⇒ é a base de todo o desenvolvimento, o meio de minorar as desigualdades sociais. A educação fundamental oferece maior taxa de retorno social, em longo prazo, porém com ações já no curto prazo. É essencial enxergar a educação numa visão de médio e longo prazo. A área educacional, articulada com a sociedade, constitui um dos mais importantes elos da

Agenda Ambiental Marrom. É na escola que se repensa o conhecimento e se introduzem conceitos básicos de mudanças de hábitos, gerando melhoria de qualidade de vida (*Correio Braziliense*, 24 de setembro de 1999). Projetos-piloto poderão ser desenvolvidos sob a responsabilidade de parcerias escola/empresariado.

- **Serviços e tributos** ⇒ a população se desloca de Águas Lindas para Brasília, efetuando um fluxo econômico pernicioso para a cidade, haja vista que, ao receberem seus proventos, a maioria da população se dirige a Brasília ou cidades como Taguatinga e Ceilândia para suprir suas necessidades básicas de víveres e serviços. Isso ocasiona uma fuga de tributos para outras localidades e, consequentemente, a não melhoria da cidade. Para reverter esse quadro é necessário que os atores sociais, o quanto antes, estabeleçam políticas públicas ou privadas que fomentem a criação de empregos locais.
- **Saúde** ⇒ campanhas de sensibilização com líderes comunitários e empresariais, Secretaria de Saúde; pode-se obter resultados significativos, com relativamente poucos recursos, mobilizando-se a comunidade para o tratamento doméstico da água (filtragem e fervura da água), a manutenção de hortas comunitárias e plantio de fruteiras.
- **Empregos locais** ⇒ a possibilidade de geração de empregos no local, através de créditos municipais em longo prazo, contribuiria entre outros aspectos para diminuir o uso de transporte, com a consequente economia de combustível e menor emissão de gás carbônico, e para aumentar o rendimento e reduzir o estresse.
- **Ação social** ⇒ minimiza a exclusão social, através de trabalho próximo de casa, em parcerias com o empresariado interessado em mão-de-obra local e responsável.
- **Comunicação social** ⇒ exercerá o papel de articulação entre a população e as iniciativas privadas e/ou públicas em torno de ideais fundamentais para o sucesso da formação de cooperação de parcerias responsáveis entre as autoridades locais, sociedade civil organizada e o setor privado.
- **Segurança pública** ⇒ aumenta a qualidade de vida, gerando satisfação familiar; diminuirá a incidência da violência e conflitos domésticos.

Deve-se priorizar os problemas ambientais, em todos os seus níveis, de sorte a concentrar-se as estratégias custo-efetivas passíveis de serem atingidas; promover uma gestão mais eficaz do meio ambiente, descentralizando a aplicação dos instrumentos necessários à sua efetivação; viabilizar, via regulamentação de

incentivos, a participação da iniciativa privada em investimentos que propiciem a melhoria do meio ambiente; reformular a política, de modo que se estabeleça a gestão da poluição.

Essas recomendações para a busca de solução dos problemas do município não se encerram aqui. Esse trabalho não tem a pretensão nem o alcance de solucionar problemas, tratando-se apenas de exercício de levantamento dos principais problemas e indicação de princípios que devem nortear a busca de soluções para os mesmos, com ênfase na gestão local de Águas Lindas.

## Notas

<sup>1</sup> A esse respeito a revista *Veja* (2/7/1999) cita o processo histórico de divisão das grandes fazendas brasileiras para favorecimentos sucessivos das gerações. As famílias tendem a fracionar suas terras em pedaços tão pequenos que se tornam insustentáveis economicamente, até que os vendem aos especuladores imobiliários.

## Referências Bibliográficas

- AGENDA 21 *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BARROS, Claudia Jeanne da Silva & SILVA, Marly Santos. *Processo de Urbanização no Distrito Federal*. Documento de Subsídio à Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal, 1998 (no prelo).
- BARROS, Claudia Jeanne da Silva. *Do ilegal ao simbólico: os condomínios irregulares no DF*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia Social, UnB, 1996.
- BONDUKI, Nabil. (Org.). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbanas nas cidades brasileiras*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- BANCO MUNDIAL. *Brasil: gestão dos problemas de poluição*. A Agenda Ambiental Marrom. Vol. 1, Relatório Político, fev. 1998.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BURSZTYN, Marcel & ARAÚJO, Carlos Henrique. *Da utopia à exclusão*. Vivendo nas ruas de Brasília. CODEPLAN, 1997.
- CARVALHO, Eliani Alves. *Ordenamento Territorial, Sustentabilidade e Exclusão: viajando pelo Lago Paranoá*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. UnB, 1998.

- CAIXETA, Nely. *Terras do Sem Fim*. Revista Exame, São Paulo, ed. 669, p. 44-54, agosto de 1998.
- CODEPLAN. *Anuário estatístico 1995/1996. Características Demográficas*. Brasília: CODEPLAN, 1996.
- DOYLE, Patrícia Colela. Comercialização de Habitações Populares em Brasília. In *Brasília: Moradia e Exclusão*. org. Aldo Paviani, Brasília: Ed: UnB, 1996.
- FREIRE, Genebaldo. *Populações Marginais em Ecossistemas Urbanos*. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 1994.
- HARVEY, David. *Justice, Nature & Geography of Difference*. Londres: British Library, 1996.
- IBGE. *Censo Demográfico 1991*, Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IBGE. *Contagem da População em 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- IPEA/NEUR/CODEPLAN/IPDF. *Gestão do Uso do Solo e Disfunção do Crescimento Urbano. Levantamento e Análise dos Problemas da Gestão do solo e Proposição de Políticas Públicas*. Relatórios 1 e 2. Brasília, abr/jun de 1997 (no prelo).
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.
- PNUD. *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington: Banco Mundial, 1996.
- PNUD. *Guía Metodológico de Capacitación en Gestión Ambiental Urbana para Universidades de América Latina y el Caribe*, 1997.
- REBOUÇAS, Osmund, LIMA, Claudio Ferreira, PAIVA, Flávio et all. *Gestão Compartilhada. O Pacto do Ceará*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1995.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SIRKIS, Alfredo. *Ecologia Urbana e Poder Local*. Rio de Janeiro: Fundação Onda Azul, 1999.

## Resumo

O texto sugere alternativas de implementação da Agenda Ambiental Marrom no município de Águas Lindas, visto que a população anseia por soluções urgentes dos seus problemas, em especial no que diz respeito às taxas de migração desordenada, falta de saneamento, poluição dos recursos hídricos, desemprego, equipamentos comunitários e segurança. Propõem-se discussões de alternativas de ações

conjuntas, em parceria entre governo e sociedade civil, e sugere-se, por fim, a criação de um Pacto de Águas Lindas.

Palavras-chave: Agenda Ambiental Marrom, ações conjuntas, governo, sociedade civil, parceria

### **Abstract**

This article suggests implementing BEA alternatives in the municipality of Águas Lindas, seeing that the population is anxious for rapid solutions to their problems, in particular with reference to: the extent of the disorganized migration, lack of sanitation,, contamination of water sources, unemployment, communities and public safety. Suggestions concerning a joint alternative action i.e. a partnership, have been put forward involving the Government and the local community which would ultimately lead to the Águas Lindas Pact.

Key words: brown environmental agenda, joint action, government, civil society, partnership

### **Resumen**

El texto sugiere alternativas de implementación de la Agenda Ambiental Marrom en el municipio de Aguas Lindas, en vistas de que la población ansía soluciones urgentes a sus problemas, especialmente en lo que respecta a la migración desordenada, falta de saneamiento, contaminación de los recursos hídricos, desempleo, equipamientos comunitarios y seguridad. Para ello se propone la discusión de alternativas de acciones conjuntas entre gobierno y sociedad civil y se recomienda la creación de un Pacto de Aguas Lindas.

Palabras clave: Agenda Ambiental Marrom, acción conjunta, gobierno, sociedad civil, asociación

**Antero Paes de Barros**

Estudante de Direito.

**Carlos Homero Nina**

Estudante de Direito.

**Manoel Moacir C. Macêdo**

*Professor da UPIS.*

## ***Teoria do Ordenamento Jurídico\****

\***BOBBIO, Norberto.** 10<sup>a</sup> ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, 184p.

O filósofo italiano Norberto Bobbio, Professor Catedrático de Filosofia do Direito da Universidade de Turim, apresenta uma importante contribuição à ciência do direito, por meio deste livro de cento e oitenta e quatro páginas, dividido em cinco capítulos, ordenados da seguinte forma: “Da norma jurídica ao ordenamento jurídico”, “A unidade do ordenamento jurídico”, “A coerência do ordenamento jurídico”, “A completude do ordenamento jurídico” e, por último, “As relações entre os ordenamentos jurídicos”.

Na visão do apresentador, o também reconhecido Professor Tercio Sampaio Ferraz Junior, o Professor Norberto Bobbio, membro da corrente identificada como jusfilosófica ou da chamada “Escola Analítica” ou “Positivismo Analítico”, demonstra de maneira consistente “a concepção de ciência como linguagem de rigor... no sentido de buscar respostas para problemas que, então, preocupavam particularmente a teoria jurídica” (p. 7).

O Professor Bobbio introduz o tema do ordenamento jurídico, realçando tratar-se de um trabalho complementar ao assunto por ele abordado no livro “Teoria da Norma Jurídica”. O autor propõe na *Teoria do Ordenamento Jurídico* que o conjunto de normas, de maneira interativa, cria o ordenamento jurídico, o que para ele também significa a palavra “direito”, anteriormente tratado por muitos filósofos, a exemplo de Francisco Suárez.

Para Bobbio, o Direito somente pode ser conceituado no contexto das características da norma jurídica a partir dos critérios identificados como: critério formal, critério material, critério do sujeito que põe a norma e do critério do sujeito ao qual a norma se destina. Em outras palavras, o autor abandona o conceito do Direito como sanção jurídica externa e institucionalizada, para firmar a convicção de que o Direito existe apenas em seu sentido complexo e orgânico das normas, isto é, por meio do ordenamento jurídico.

Importante contribuição proporciona o Professor Bobbio, ao introduzir a noção do “unidade do ordenamento jurídico”. Nesta perspectiva, juristas, operadores do direito e cidadãos queixam-se da enorme quantidade de normas existentes no ordenamento jurídico nacional. No Brasil, existem vinte e oito mil normas jurídicas.

cas. Um dos princípios jurídicos vigentes é de que a nenhum cidadão lhes é dado o direito de desconhecer a lei, ainda que a complexidade da vida em sociedade esteja a exigir a criação de novas normas.

O autor, em sua sabedoria, estabelece uma salutar diferenciação entre o Direito e a Justiça. Para ele, aqueles que se detêm com a norma fundamental reduzem o Direito à força. Eles não estão manifestando preocupações com o Direito, mas com a Justiça. A norma fundamental autoriza os que detêm o poder a exercer os mecanismos da força, mas não especifica que o uso da força seja justo somente pelo fato de ser a vontade de um poder originário. Em seu sentido geral, “o direito, como ele é, é expressão dos mais fortes, não dos mais justos. Tanto melhor, então, se os mais fortes forem também os mais justos.” (p. 67).

Na análise da completude do ordenamento jurídico, o autor mostra que a ausência de norma constitui-se em uma lacuna jurídica. A completude é exatamente a falta de lacunas. Daí sua relevância, pois, existindo lacunas, incompletudes, os magistrados não podem “dizer o direito”. A completude é condição necessária ao funcionamento do sistema jurídico, sem a qual ele não poderia funcionar.

O Professor Bobbio, no item “A crítica da completude”, acrescenta de forma corajosa que as contribuições do Professor Eugen Ehrlich (Fundamentos da Sociologia do Direito) revoltam-se contra o monopólio estatal do Direito, cujo objetivo é o dogma da completude do ordenamento jurídico. Nesse sentido, desenvolveu-se a conhecida “escola do Direito livre”, pela qual “o direito constituído está cheio de lacunas [determinadas normas são eficazes e muitas outras são ineficazes], e para preenchê-las é necessário confiar principalmente no poder criativo do juiz, ou seja, naquele que é chamado a resolver os infinitos casos que as relações sociais suscitam, além e fora de toda regra pré-constituída.” (p. 123). Na verdade, uma visão mais sociológica do direito pode atender com maior eficácia às exigências da justiça.

O autor conclui, com o capítulo “As relações entre os ordenamentos jurídicos”, defendendo a pluralidade dos ordenamentos. Na verdade, a obra contribui com ensinamentos e conceitos que, antes dessa leitura, não recebiam a real importância. É o caso, por exemplo, dos conceitos de unidade, coerência e completude do ordenamento jurídico, bem como a relação entre os diversos ordenamentos. Também, não passa despercebido o tratamento que por ele é dado à solução das antinomias, suas variações e significados dentro do sistema jurídico. Embora seja uma obra com importantes contribuições para os estudantes, professores e operadores do Direito, o livro carece de uma introdução e uma conclusão, porque o leitor não consegue abstrair de forma clara e consistente as recomendações e conclusões da obra. Ademais, ressente-se de análises das descrições elaboradas pelo autor no curso dos argumentos apresentados no livro.

## **Normas para os colaboradores**

- 1.** Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
- 2.** Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
- 3.** Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente cada um, oitenta palavras.
- 4.** Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
- 5.** Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
- 6.** Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

*diagramação, arte-final, impressão e acabamento*



**fones: (61) 552.4024 552.2510 fax: (61) 386.2350  
brasília distrito federal**

*Site: <http://pagina.de/inconfidencia>  
E-mail: [graficainconfidencia@zaz.com.br](mailto:graficainconfidencia@zaz.com.br)*